

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CRENIVALDO REGIS VELOSO JÚNIOR

**OS "CURIOSOS DA NATUREZA": FREIRE-ALLEMÃO E AS PRÁTICAS
ETNOGRÁFICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

NITERÓI, 2013

CRENIVALDO REGIS VELOSO JÚNIOR

**OS "CURIOSOS DA NATUREZA": FREIRE-ALLEMÃO E AS PRÁTICAS
ETNOGRÁFICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^{sa} Dr^a. MARIZA DE CARVALHO SOARES

NITERÓI, 2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V443 Veloso Júnior, Crenivaldo Regis.

Os “curiosos da natureza”: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX / Crenivaldo Regis Veloso Júnior. – 2013.
157 f. ; il.

Orientador: Mariza de Carvalho Soares.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 165-181.

1. Cysneiros, Francisco Freire Allemão de, 1797-1874. 2. Etnografia.
3. Índio do Brasil. 4. Nordeste do Brasil. 5. Cientista brasileiro.
I. Soares, Mariza de Carvalho. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 305.8

CRENIVALDO REGIS VELOSO JÚNIOR

**OS "CURIOSOS DA NATUREZA": FREIRE-ALLEMÃO E AS PRÁTICAS
ETNOGRÁFICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Aprovado em: 30/04/2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariza de Carvalho Soares (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Museu Nacional/UFRJ

Profa. Dra. Elisa Frühauf Garcia
Universidade Federal Fluminense – UFF

Profa. Luciana Mendes Gandelman (Suplente)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Profa. Dra. Maria Regina Celestino de Almeida (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF

NITERÓI, 2013

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: RASCUNHO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DA 4ª SEÇÃO DO MUSEU NACIONAL REFERENTE AO ANO DE 1844.

ANEXO B: MAPA TOPOGRÁFICO DA PROVINCIA DO CEARÁ

ANEXO C: MAPA DOS ITINERÁRIOS APROXIMADOS DA
COMISSÃO CIENTÍFICA NACIONAL (1859-1861)

ANEXO D: PRANCHA ETNOGRÁFICA – CRISTO DA VENEZUELA

ANEXO E: ESTATUETAS – CRISTO DA VENEZUELA

ANEXO F: DESCRIÇÃO DA PRANCHA ETNOGRÁFICA N. 1

ANEXO G: CALOTA CRANIANA ESCAVADA NO CEARÁ

ANEXO H: PRANCHA DA EXPOSIÇÃO NACIONAL – 1861

ANEXO I: MAPA DA PRESENÇA INDÍGENA NO CEARÁ,
CENSO DE 1890

ANEXO J: MAPA DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO

ANEXO L: MAPA DE TRÊS SITUAÇÕES INDÍGENAS DO
NORDESTE, CENSO DE 2000

LISTA DE SIGLAS E ABRVIATURAS

MN/UFRJ – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

SEMEAR – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

BN – Biblioteca Nacional

AGRADECIMENTOS

- À professora Mariza de Carvalho Soares por sua orientação atenta e cuidadosa, pelas indicações bibliográficas e metodológicas e pela leitura minuciosa em todas as etapas.
- Ao professor João Pacheco de Oliveira, pelo incentivo, pela leitura atenciosa e pelas preciosas sugestões nas bancas de qualificação e de defesa de dissertação.
- À professora Elisa Frühauf Garcia, pelas indicações e sugestões fundamentais nas bancas de qualificação e de defesa de dissertação.
- Aos professores do PPGH-UFF, representados pelos coordenadores Maria Fernanda Bicalho e Carlos Gabriel Guimarães, em especial Laura Maciel e Maria Regina Celestino de Almeida.
- Aos servidores da Secretaria do PPGH/UFF, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e PPGH/UNIRIO, sempre atenciosos e colaborativos.
- Aos professores e pesquisadores Anita Almeida, Mariana Muaze, Maria Heloísa Bertol Domingues, Priscila Faulhaber, Moana Vergara (UNIRIO/MAST); Giralda Seyferth, Andersen Lyrio, Claudia Rodrigues, Antônio Carlos de Souza Lima e Silvia Reis (Museu Nacional/UFRJ); Dominichi Miranda, Magali Romero Sá, Miriam Junghans (FIOCRUZ); Luciana Mendes Gandelman (UFRRJ), Paulo Rogério (CP2); Antônio Paulo Rezende, Antônio Torres Montenegro (dos quais estendo ao Departamento de História/UFPE); Edson Helly Silva (Colégio de Aplicação/UFPE).
- Aos servidores e funcionários dos arquivos e bibliotecas percorridos, pela generosidade nos atendimentos prestados. Em especial às equipes do SEMEAR, Biblioteca Geral e Biblioteca do PPGAS (Museu Nacional/UFRJ); Seção de Manuscritos, Seção de Obras Raras e Seção de Periódicos (Biblioteca Nacional); Biblioteca do IHGB e Biblioteca da UFF (Gragoatá).
- Aos colegas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional/UFRJ, Pedro Ernesto, Rachel Lima, Michele de Barcelos e os estagiários Carol, Bianca e Eduardo; e do LACED, Bruno Oliveira, pela parceria cotidiana.
- À equipe do Curso de Licenciatura em História (EAD) da UNIRIO/CEDERJ/UAB.
- Aos colegas da turma de Contemporânea I (2011.1) do curso de mestrado no PPGH/UFF, e das instituições onde cursei disciplinas externas: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e PPGH/UNIRIO.
- Aos amigos Cláudia Baltar, Mariana Baltar, Bia Paes, Bia Cruz, Joyce Santos, Raika Julie, João Laet, Isabel Veiga, Aline Portugal, Geraldo Casadei, Karl Schuster, Mariana Dantas, Pablo Spindola, Thiago Oliveira, Paula Lacerda, Katiane Silva, Aruã Vargas, Pedro, Maria Rossi, Ricardo, “seu” Zé, “dona” Nete, Carlito, Nira, “seu” João, Leide, Magali, André Pinho, José Vanderli, Mario Junior, Adriana Silva, Emanuela Galvão, Antônio de Pádua, Lourival.
- A toda minha grande família, pelo carinho e incentivo, representados aqui por Antônia, Dete, Carol, Nino e Irene.
- A Sabrina, Ravi, Caio e Zebé, pelo fato de existirem e serem imprescindíveis à minha existência.
- Aos meus pais, Crenivaldo e Tereza, que me ensinaram os mais importantes aprendizados da minha vida.
- A Rita Santos um especial agradecimento, pelo companheirismo, vida e histórias partilhadas.

RESUMO

A dissertação analisa as relações entre ciência, etnografia, nação e populações indígenas no Brasil do século XIX. O objetivo central é o estudo de usos e significados atribuídos à etnografia e temas correlatos (raça e nação) por parte de intelectuais brasileiros na metade do oitocentos. O eixo norteador é a trajetória de Francisco Freire-Allemão, naturalista (médico e botânico) que se envolveu com estas questões, bem como a rede social em que estava inserido. Analiso as atividades científicas e etnográficas da Sociedade Vellosiana, associação científica criada por Freire-Allemão em 1850, bem como a relação entre memória, história e etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Nacional. Por fim, faço uma análise da produção etnográfica da Comissão Científica Nacional, que entre 1859 e 1861 percorreu várias províncias do Império do Brasil.

Palavras-chave: Freire-Allemão; Etnografia; Índios do Nordeste; Comissão Científica Nacional

ABSTRACT

The thesis examines the relationship between science, ethnography, and indigenous populations in nineteenth-century Brazil. The central objective is the study of uses and meanings attributed to ethnography and related issues (race and nation) by Brazilian intellectuals in the mid-eighteen hundreds. The guiding principle is the trajectory of Francisco Freire-Allemão, naturalist (physician and botanist) who got involved with these issues, and with the social network related to them. I analyze the scientific activities of the Sociedade Vellosiana, a scientific association created by Freire-Allemão in 1850, as well as the relationship between memory, history and ethnography in the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the Museu Nacional. Finally, I make an analysis of the results of a scientific mission called Comissão Científica Nacional, that ran between 1859 and 1861 several provinces of the Empire of Brazil.

Key Words: Freire-Allemão; Ethnography; Indians of the Northeast, National Scientific Commission

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: ILUMINISMO E ROMANTISMO NA HISTÓRIA NATURAL DE FREIRE-ALLEMÃO	24
1.1 O Iluminismo e as ciências da natureza.....	30
A ilustração portuguesa: a ciência a serviço do Estado.....	34
1.2 A formação em medicina: introdução aos estudos naturais.....	40
1.3 Mundo institucional: o indivíduo e os círculos de saber.....	48
1.4 Os “curiosos da natureza”: história natural e etnografia na Sociedade Vellosiana.....	52
CAPÍTULO 2: MUSEU NACIONAL E IHGB: MEMÓRIAS E ETNOGRAFIAS...	63
2.1 A etnografia no Museu Nacional: história natural e história do Brasil.....	65
O Regulamento de 1842 e a 4 ^a Seção do Museu Nacional.....	74
Artefatos indígenas como documento histórico.....	77
2.2 Freire-Allemão e o IHGB: nação, história e etnografia.....	85
Freire-Allemão e a escrita da história do Brasil.....	89
Disputas por um campo em formação.....	97
CAPÍTULO 3 – O BRASIL ENTRE A EUROPA E O CEARÁ: ETNOGRAFIAS NA COMISSÃO CIENTÍFICA NACIONAL	105
3.1 As instruções para a “sciencia da ethnologia”.....	109
3.2 Experiências etnográficas do poeta-historiador.....	112
3.3 <i>Transfigurações e transmigrações</i> : a etnografia de Guilherme Schüch Capanema	125
3.4 Raça e nação nas anotações de Freire-Allemão na expedição ao Ceará.....	130
A Seção de Botânica e os saberes indígenas: herborizando a química dos “caboclos”	134
Tipos humanos: “a gente do Ceará”	138
“ <i>Tudo o que não é cearense é estrangeiro</i> ”	145
CONCLUSÃO	151
FONTES E REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado apresenta os resultados da pesquisa *Os “curiosos da natureza”*: Freire-Allemão e as práticas etnográficas do Brasil no século XIX. Relacionando ciência, etnografia, nação e populações indígenas no Brasil do século XIX, tem por objetivo central a análise de usos e significados atribuídos à etnografia e temas correlatos (raça e nação) por parte de intelectuais brasileiros vinculados ao Museu Nacional, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Sociedade Vellosiana e a Comissão Científica às províncias do norte.

O eixo norteador é a trajetória de Francisco Freire-Allemão, médico e botânico que se envolveu com estas questões, bem como a rede social em que estava inserido. A atuação de naturalistas em museus e associações científicas foi fundamental para o desenvolvimento de ideias e práticas que influenciaram os conhecimentos de história natural e o desenvolvimento da etnologia e da antropologia.¹ Além dos campos da medicina e da botânica, através das quais acumulou seu capital simbólico, o naturalista esteve envolvido em debates e práticas etnográficas.

Procuo compreender as atividades científicas e etnográficas da Sociedade Vellosiana, associação científica criada pelo naturalista em 1850, bem como a relação entre memória, história e etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Nacional. Por fim, faço uma análise da produção etnográfica da Comissão Científica Nacional, que entre 1859 e 1861 percorreu várias províncias do Império do Brasil, para daí extrair informações sobre as populações contatadas pelos cientistas. Foi fundamental entender como outros atores sociais ligados a estes empreendimentos e que fizeram parte da rede social de Freire-Allemão também se utilizaram destas ferramentas analíticas. Como assinalou Jacques Revel, a escolha de um caminho particular (de um indivíduo ou um grupo de indivíduos) está relacionada à escolha do social e das relações nas quais se inscreve.²

Para percorrer estes caminhos, desenvolvi o texto dissertativo em três capítulos. No primeiro, *Iluminismo e Romantismo na história natural de Freire-Allemão*, o objetivo é analisar suas primeiras experiências históricas e formação acadêmica,

¹ STOCKING Jr., G.W. *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

² REVEL, Jaques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21

procurando pensá-las em seu “campo ideológico” e inseridas em seu “campo político”.³ Procuo compreender a trajetória do indivíduo em suas relações com o mundo científico e político que então se delineava, buscando entender o jogo de interesses e conflitos ao qual é agente e testemunha. Também analiso a criação de uma associação científica, a Sociedade Velloziana, que além de reunir reconhecidos homens de ciência criou em sua organização uma Seção para os temas de etnografia.

O segundo capítulo, *O Museu Nacional e o IHGB, memórias e etnografias*, propõe-se à análise de alguns usos de categorias relacionadas à etnografia no âmbito do Museu Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado em 1818 como museu de história natural, desde suas origens o Museu Nacional fomentou o colecionismo de artefatos indígenas, criando bases para interpretações sobre a presença destas populações. Já o IHGB, criado em 1838, foi uma instituição responsável por escrever a História oficial do novo país e arquivar a sua documentação histórica. Nas discussões e trabalhos do Instituto os indígenas do Brasil aparecem em diversas ocasiões como tema de memórias, artigos e debates.

No terceiro capítulo, *O Brasil entre a Europa e o Ceará, etnografias na Comissão Científica nacional*, analiso alguns dos relatos etnográficos produzidos na expedição. Inicialmente, as instruções de viagem, destacando as que foram elaboradas para a Seção de Etnografia e Narrativas de Viagem por Manuel de Araújo Porto-Alegre. Em seguida, analiso aspectos da etnografia de Gonçalves Dias, de Guilherme Schüch Capanema e de Freire-Allemão.

Esta rede de homens de ciências e de letras conquistou um tipo de prestígio que nos permite situá-la nas duas espécies de campo científico mencionadas por Pierre Bourdieu⁴: o “político”, vinculado ao poder institucional, ao lugar ocupado nas instituições, comissões, laboratórios, associações e ao poder sobre os meios de produção e de reprodução que ele assegura; e o “prestígio pessoal”, que “repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento (...) do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles”.⁵ Para o Sociólogo francês, não se chega à compreensão de uma produção cultural (literária, científica) referenciando-se o conteúdo textual e o contexto

³ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Perspectiva: São Paulo, 2005.

⁴ Ver: BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003; BOURDIEU, Pierre. *Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe*. In: *Op. Cit.*, 2005.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* 2003, p. 35.

social, numa relação direta entre o texto e o contexto. Existe entre estes dois polos um universo que o autor chama de *campo*, seja literário, artístico, jurídico ou científico. Tal universo é “um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”. Para ele, “todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.⁶

Nesta relação de forças e de poder, os agentes ocupam lugares diferentes na estrutura das relações objetivas do campo, que envolve o comando dos temas, objetos, pontos de vista, espaços de publicações. Estes lugares determinam ou orientam as suas escolhas e decisões, e são definidos pelo capital científico, “espécie particular de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído pelos pares-concorrentes no interior do campo científico”.⁷ Assim, é preciso primeiramente, segundo o autor: “uma análise da posição dos intelectuais na estrutura da classe dirigente”, em seguida “uma análise da estrutura das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual num dado momento do tempo na estrutura do campo” e finalmente a “construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.⁸

Raça e nação: bases dos estudos antropológicos e etnológicos

Relações entre raça, nação e povo são temas que interessam a historiadores e antropólogos e estão na base dos campos etnológico e antropológico⁹. Tais categorias representam esquemas de classificação e hierarquização que marcam diferenças entre indivíduos e entre grupos sociais. Utilizada inicialmente no domínio da biologia, raça foi sendo apropriada como chave de compreensão das diferenças entre os homens, tanto em seus aspectos físicos (*biológicos*) quanto filosóficos, espirituais, refletido em seus hábitos, usos e costumes (o que entenderíamos atualmente como elementos *culturais*).

⁶ Idem, p. 22-23.

⁷ Ibidem, p. 26.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, 2005, p. 191.

⁹ STOCKING Jr., G.W. *Race, Culture and Evolution*. Chicago, The University of Chicago Press, 1982; SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil* (vários autores). São Paulo, ABONG, 2002b; MAIO, Marcos Chor e VENTURA, Ricardo Santos (Org.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010; POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

A constituição dos Estados nacionais supunha o reconhecimento de cidadania aos que fossem possuidores do status de nacional. Aos que margeavam ou estavam fora deste status caberia a atribuição dos significados carregados em termos vinculados o papel do *outro*, em relação aos construtores dos discursos e símbolos do nacional.¹⁰ Estes são temas de extrema importância política e emergem como fundamentais nas discussões científicas que levam ao surgimento da etnologia e da antropologia, aparecendo muitas vezes de maneira ambígua e contraditória em diferentes abordagens políticas e teóricas.

Na Europa, sobretudo na França entre as décadas de 1830 e 1860, antropologia e etnologia eram áreas que formulavam suas primeiras sistematizações de disciplina, os seus *habitus* científicos, e os debates envolvendo diferentes associações ajudaram a criar as especificidades de cada campo no decorrer do século XIX. A antropologia se conformava como estudos físicos e biológicos, pautados em estudos craniométricos e nas interpretações poligenistas, relacionando-se no fim de do século XIX com o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social. A etnologia estaria mais próxima de uma abordagem humanista e filosófica, mas também reivindicada seu lugar nos estudos físicos.

Ao longo do século XIX métodos como a frenologia e a craniologia buscavam compreender as diferenças “raciais” (étnicas), a capacidade de inteligência, saúde física e mental, personalidade e outras informações através da análise das características cranianas e cerebrais, que muito vão influenciar no desenvolvimento da antropologia física no final da década de 1850, e sua vinculação aos estudos biológicos.¹¹ Por outro lado, a fundação da Sociedade Etnológica de Paris, em 1839 pelo naturalista Willian Frédéric Edwards, foi um movimento para afirmar a etnologia como responsável pelo estudo dos aspectos físicos e culturais que distinguem as raças humanas.¹² O seu objetivo era procurar elementos biológicos e morais que determinassem as especificidades das raças, importante elemento para a condução das políticas nacionais, sobretudo em situações coloniais. Além de Paris, foram criadas Sociedades Etnológicas em Londres e Nova York. Etnologia e antropologia rivalizavam sobre o domínio dos

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. *Op. cit.*, 2002b.

¹¹ SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth Christina da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.197-208, jan.-mar. 2008.

¹² LUZ, José Luis Brandão da. A etnologia e a questão das identidades nacionais. In: *História do Pensamento Filosófico Português – O século XIX*, v. IV, t. 1. Lisboa: Editorial Caminho S/A, 2004.

estudos físicos do homem, mas a primeira estaria mais próxima dos assuntos culturais. Já o italiano Adriano Baldi utilizou a expressão “etnografia” para o estudo e classificação das línguas, elemento importante na formação das nacionalidades. Os estudos etnográficos seriam a comparação e classificação das línguas, buscando a caracterização dos povos.¹³

Em 1855 o médico Armand Quetrefrages criou uma disciplina de antropologia no Museu de História Natural de Paris, e em 1859 Paul Broca e um grupo de médicos criaram a Sociedade de Antropologia, numa dissidência da Sociedade de Biologia, que não aceitou uma experiência de cruzamento entre lebres e coelhos.¹⁴ Por trás desta não aceitação, está a defesa que a Sociedade fazia da monogenia, afirmando a origem única dos seres na Terra. O que era aceito pelas religiões monoteístas, pois em última instância esta origem única seria divina. Ao longo do século XIX, contudo, cientistas começaram a afirmar múltiplas origens das espécies, e do homem em particular, e Paul Broca foi um desses defensores da poligenia. Alicerçada pelo positivismo e pelo evolucionismo, a antropologia seria entendida como estudo físico do homem sob o ponto de vista anatômico e fisiológico. Os estudos antropológicos se dedicariam ao homem em seu conjunto, sem precisar atender as especificidades das raças. A etnologia seria um ramo da antropologia, responsável pelo estudo pormenorizado e comparativo das raças humanas, em vista de sua caracterização intelectual e social. Já a etnografia seria um estudo descritivo dos povos, não científico, baseado em registros de viagem, depoimentos de viajantes, missionários, etc.¹⁵

No mesmo ano de criação da Sociedade de Antropologia de Paris foi *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, em que defende a ideia de que a luta pela sobrevivência se dá pela seleção natural, tornando-se um grande paradigma a influenciar as ciências naturais, assim como a Antropologia em formação. Darwin consegue equacionar o ponto de divergência entre monogenistas e poligenistas, que sob diferentes interpretações acabaram por assumir a defesa do modelo evolucionista.¹⁶

¹³ DIAS, Nélia. *Le Musée d'Ethnographie du Trocadero (1878-1908). Anthropologie et muséologie en France*. Paris: Éditions du CNRS, 1991.

¹⁴ FARIA, Luis de Castro. Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris. Publicações avulsas do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1973.

¹⁵ LUZ, José Luis Brandão *Op. Cit.*, 2004, p. 392.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 54-55.

Neste contexto, dois tipos de determinismo caminhavam paralelamente ao evolucionismo: o geográfico (Ratzel, Buckle), defendendo a tese de que o desenvolvimento cultural é determinado pelas condições do meio; e o determinismo racial, também conhecido como “teorias raciais” ou “darwinismo social”, que via a miscigenação de uma forma pessimista, como sinônimo de degeneração dos “tipos puros”, estando entre os principais autores E. Renan, Le Bon, H. Taine e o Conde Gobineau.¹⁷

A obra do francês Arthur de Gobineau, publicada entre 1853 e 1855 em uma série de quatro volumes cujo título é o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, afirmava que o declínio da civilização é o fenômeno mais notável e, ao mesmo tempo, o mais obscuro da história. Este ensaio foi produzido no clima da “primavera dos povos” e dos movimentos de 1848, em que a ação do proletariado mobilizava as lutas contra a aristocracia e a burguesia. Confrontando-se com as teorias marxistas de luta de classes, o aristocrata Gobineau defendia ser a luta de raças o modelo de compreensão da história da desigualdade da humanidade. A sua preocupação é com as situações específicas da Europa, e a sua luta de raças por ele proposta se dá entre europeus. Por defender a superioridade da raça ariana sobre as demais, suas ideias, recuperadas no fim do século XIX, serão usadas como justificativa para colocar o judeu no lugar do “outro”, não no sentido da religião, mas de raça.¹⁸ E ainda vai exercer grande influência nas ideias de branqueamento da população brasileira, defendida por João Baptista de Lacerda.¹⁹ Suas ideias de “degeneração da raça”, já que para ele a mistura é sempre danosa às raças originais.²⁰

Já os estudos evolucionistas sobre a cultura (Morgan, Tylor e Frazer) sugeriam que todas as sociedades teriam se desenvolvido em estágios sucessivos, únicos e obrigatórios, marcados pela civilização e progresso (selvageria-barbárie-civilização). Ao contrário do poligenismo, sustentavam a ideia de origem única da humanidade, e que independente da região os indivíduos teriam que passar pelas mesmas etapas.²¹

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p. 54-65.

¹⁸ GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*. Paris, Firmin Didot, 1853.

¹⁹ SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março-maio 2002^a; SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 2002b.

²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.*, p. 63-65.

²¹ *Idem*, p. 57.

Seja pelas vias das teorias deterministas geográficas e raciais, ou pela via do evolucionismo cultural, estas discussões levavam ao mesmo caminho: a afirmação da superioridade racial do branco e cultural do europeu.

Outro conceito complexo por sua polifonia e que precisa ser entendido a partir de estudos específicos é o de nação. Na tradição germânica os debates sobre raça estavam intrinsecamente ligados à discussão do nacional. O romantismo e o nacionalismo exerceram forte influência nas ações políticas e movimentos revolucionários europeus, e o contexto alemão forneceu ferramentas ao romantismo ocidental, além dos conflitos bélicos entre Estados nacionais em disputa. A formação do estado alemão (assim como o italiano) ocorreu no final do século XIX. Mas desde o século anterior o debate sobre a questão do nacional se acentuava. Em parte por oposição ao universalismo francês (filosófico, cultural, político) e afirmação das particularidades (linguísticas, costumes). As ideias de Herder²² (sobre a influência da poesia nos costumes dos povos do passado e do presente) e dos irmãos Grimm (associando a poesia aos temas atribuídos ao povo) exerceram forte impacto. Da ideia de *volk* se desdobram o *volkskunde* (traduzido em inglês para o *folklore*) que seria a base de afirmação do *Volksgeist* (espírito do povo, espírito da nação). Ao longo do século XIX, a discussão sobre nação, passava a carregar cada vez mais as marcas de racialização, acompanhando a criação das disciplinas e estudos etnográficos.

Segundo Hobsbawn, nação é um fenômeno da modernidade, utilizado basicamente no sentido político. Critérios objetivos foram utilizados para tentar definir a existência ou não de uma nacionalidade, como a língua ou a etnia, ou ainda a combinação de elementos como história, território e traços culturais comuns, formatando propostas conceituais em torno de ideias como “vontade das nações”, “caráter e consciência nacional”, “espírito do povo”. Devido à diversidade conceitual, Hobsbawn afirma que a melhor maneira de entender os significados de nação é a análise de como os atores sociais operavam com esta ideia, principalmente a partir da década de

²² O pensamento do filósofo prussiano Johann Gottfried von Herder (1744-1803) conviveu com as ideias universalistas do iluminismo francês e do próprio iluminismo do prussiano Immanuel Kant (1724-1804). Contrárias a este universalismo, suas ideias se pautavam em três pontos centrais: os homens necessitam pertencer a comunidades identificáveis, cada uma com suas próprias perspectivas, estilo, tradições, memórias históricas e linguagem; a criação de objetos, bens ou artefatos não determina o grau de desenvolvimento da atividade espiritual humana (arte, literatura, filosofia, religião, leis e ciências, lazer e trabalho); e todas as civilizações tem o seu próprio ponto de vista e formas de pensar, atuar e criar suas ideias coletivas, devendo ser compreendida e julgada apenas em termos de sua própria escala de valores, normas, pensamentos e ações. BERLIN, Isaiah. *Coleção Pensamento Político – Vico e Herder*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1976.

1830. Para o autor, a ideia de nação procurava equalizar a relação entre “povo” e “Estado”, sob a influência das revoluções americana e francesa. Assim, no início do século XIX nação seria o “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como uma expressão política”. Tal equação (nação = Estado = povo) procurava vincular nação a território, “pois a estrutura e a definição do Estado eram agora essencialmente territoriais”.²³ Neste sentido, Benedict Anderson afirma que nação é uma comunidade política imaginada, por estar baseado num sistema em que os indivíduos conhecem a minoria de seus compatriotas, mas criam imagens de comunhão, estimulando o sentimento de pertença; limitada, possuindo fronteiras “finitas”, ainda que “elásticas”; e soberana por ter sido cunhado em seu sentido moderno no contexto do Iluminismo e da Revolução.²⁴

A etnografia no Brasil e o projeto de unidade nacional

Na metade do século XIX, enquanto em algumas regiões da Europa as Sociedades de Etnologia e Antropologia debatiam sobre as origens do homem e tentavam estabelecer os limites, no Brasil estas duas áreas se confundiam na etnografia, pensada tanto como estudo físico quanto estudo moral. Estes estudos teriam uma função inicial definida: colaborar para a construção do panorama “racial” desejado pelos construtores políticos do Estado do Brasil.

Se politicamente a monarquia brasileira enxergava nas vizinhas repúblicas inimigas latentes (e por diversos momentos em potencial, como nas guerras pela Cisplatina e contra o Paraguai), internamente o tratamento dado às populações que não eram descendentes dos colonizadores tinha as suas semelhanças: o apagamento de marcas de coletividade étnicas e o estabelecimento de identidades unívocas, ditas nacionais, pretendendo uma língua, um território, um passado e uma cultura comum. Assim como aconteceu na América hispânica,²⁵ a América Portuguesa pós-colonial

²³ HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 32.

²⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁵ A Constituição de Cádiz (1812) inspirou a maioria das Constituições das repúblicas que se formaram na América espanhola, exceto nos vice-reinados de Nova Granada e Rio da Prata. Esta carta acaba o estatuto indígena colonial, a “república de índios”, integrando os indígenas à nação e à cidadania, evitando qualquer restrição de caráter étnico. Comparativamente, a Inglaterra nunca reconheceu os indígenas como súditos do Rei, enquanto nos EUA a cidadania indígena só foi legitimada em 1924. QUIJADA, Mônica. *La caja de Pandora. El sujeto político indígena em la constucción del orden liberal*.

promoveu um processo de homogeneização²⁶ na tentativa de constituição de um povo único, procurando apagar a diversidade étnica das populações que habitavam os seus territórios. Baseadas nos pensamentos do Iluminismo, as elites coloniais latino-americanas operavam com ideias de progresso e civilização, e as populações indígenas²⁷ e africanas²⁸ não se encaixavam neste modelo desejado, gerando mecanismos multifacetados de invisibilidade.²⁹

Ao menos três imagens de índios são construídas neste momento pelas elites latino-americanas: os “idealizados no passado”, enaltecidos pela literatura e histórias nacionais; os considerados “bárbaros cruéis”, tidos por violentos, passíveis de se revoltarem, como ameaça constante.³⁰ As discussões intelectuais e políticas destinadas a estes últimos giravam em torno de dois eixos: extinção através de “guerras justas” ou “descimento” às aldeias, no caso do Brasil, ou aos pueblos, no caso das repúblicas vizinhas. Já a terceira imagem resultara dos mais de três séculos de colonização. Os considerados “degradados” eram os índios “misturados”, envolvidos em novas ou antigas relações inter-raciais, e que por isso não se encaixavam no modelo de símbolo nacional desejada e imaginada pelos construtores dos Estados-nação e os limites da cidadania. Vistos como “miseráveis”, a eles seriam destinadas políticas assimilacionistas, através da catequese e da civilização, onde deveriam se tornar integrantes do todo nacional.³¹

Madrid: CSIC, Departamento de História Contemporânea, 2006, p.605-637; QUIJADA, Mônica; BERNARD, Carmen & SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y Nación com um estudo de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSIC. Departamento de Historia de América, 2000.

²⁶ A partir do estudo do caso da Argentina, Mônica Quijada recupera a relação entre as categorias de homogeneidade e nacionalismo elaborada por Ernest Gellner para entender a conformação de uma nova forma de cidadania nos contextos fundacionais dos Estados latinos americanos, na primeira metade do século XIX. Segundo a autora, a afirmação do nacional, à medida que definia as fronteiras entre “incluídos e excluídos”, “nós e eles”, “nacionais e estrangeiros”, internamente afirmava a homogeneidade, em contraponto ao heterogêneo. Eram negadas as solidariedades verticais (étnicas) e afirmadas as horizontais, de classe. Ver: QUIJADA, Mônica; BERNARD, Carmen & SCHNEIDER, *Op. Cit.*, 2000.

²⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007, p. 189-212.

²⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

²⁹ OLIVEIRA, João Pacheco (Org). *Op. Cit.*, 2011.

³⁰ MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996; ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Op. Cit.*, 2007; QUIJADA, Monica. *Op. Cit.*, 2000 e 2006.

³¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Op. Cit.*, 2007. Neste artigo a autora faz um estudo comparativo entre as culturas históricas indígenas dos aldeamentos do Rio de Janeiro e dos pueblos mexicanos, entre os séculos XVIII e XIX. Enquanto os debates políticos e intelectuais se revestiam de complexidade, com

O caso brasileiro é um desses repletos de peculiaridades, por se tratar de uma situação em que o projeto de unidade pretendida teve como palco um território povoado por grupos étnicos heterogêneos. No campo intelectual, assim como a literatura indianista, a geração de cientistas do romantismo brasileiro vai se apropriando do indígena enquanto tema de observação e estudo, construindo discursos e atribuindo-lhe valores, interpretações e significados. Presente nas preocupações norteadoras de instituições como o Museu Nacional e o IHGB, a discussão sobre a origem, o passado, a condição atual, a catequese, a civilização, a extinção, a utilização como mão de obra, a apropriação de suas terras e a previsão do futuro dos indígenas em muito aguçava a curiosidade de homens de letras e de ciências. Imagens e narrativas faziam representações como símbolo de uma unidade até então inexistente. Construía sentimentos identitários de uma nação imaginada, atribuindo ao indígena o lugar do exótico. Mas não produziam falas uniformes, ao contrário, muitas vezes as representações eram distintas e contraditórias. Se, por um lado, a literatura e as artes plásticas glorificavam a figura do “o índio genérico”³² como símbolo da independência e da liberdade,³³ debates e práticas científicas buscavam definir o seu lugar na história natural do homem e na história do Brasil.

A ideia de homogeneidade e assimilação do indígena na conformação do brasileiro já havia sido proposta por José Bonifácio, em seus *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*, apresentados à Assembleia Constituinte em 1823, quando se definiam os termos do que viria a ser o Brasil e o brasileiro. Bonifácio dizia que enquanto as antigas aldeias jesuítas haviam desaparecido, “os matos” estavam cheios de “índios bárbaros”. Era preciso imitar e aperfeiçoar os métodos dos jesuítas, para que com a formação de novas aldeias, “a agricultura dos gêneros comestíveis e a criação dos gados devem aumentar, e pelo menos equilibrar nas

linguagens e imagens muitas vezes contraditórias, os indígenas procuravam reelaborar suas histórias, resignificando os usos do passado em função das demandas do presente.

³² A noção de “índio genérico” foi utilizada por João Pacheco de Oliveira para se referir a certas imagens distintas das “experiências concretas”. Contudo não deve ser tomada como algo “monolítico”, mas sim “como um repositório de inúmeras imagens e significados, engendrados por diferentes formações discursivas e acionados em contextos históricos variados”. OLIVEIRA, João Pacheco. As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. In: *Cultura política, memória e historiografia*. AZEVEDO, Cecília & outros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 231.

³³ Sobre o indianismo no século XIX e a constituição de memórias, lembranças e esquecimentos no processo de construção da nacionalidade ver OLIVEIRA, João Pacheco. *Op. Cit.* 2009; TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes. O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial*. São Paulo: Nankin/EDUSP, 2008.

províncias a cultura e fabrico do açúcar.”³⁴ A proposta era que a civilização pela catequese fosse realizada com justiça, brandura, dando liberdade aos aldeados para que pudessem ser convencidos do caminho do evangelho. Inclusive sugere que os índios não deveriam ter as suas terras esbulhadas, já que seriam os seus “legítimos senhores, pois Deus lhes deu”.³⁵ Apesar de não ter sido incorporado ao texto da Constituição de 1824, os termos deste projeto apresentam alguns ideais que serão colocados pelo romantismo indianista, mas não evitaram a violência e o esbulho das terras tradicionalmente ocupadas por estas populações, que por outro lado construíram estratégias de luta e defesa de interpretações e reivindicações. Mesmo que a catequese e a civilização fossem apresentadas como alternativas à extinção pela guerra e pelo esbulho, estas práticas marcaram a imposição de padrões de vida, exercendo outros tipos de violência.

Ao longo do século XIX as populações indígenas do Brasil (e outros grupos étnicos e sociais exteriores aos primeiros construtores do Estado nacional) foram colocadas diante de práticas políticas do Império, em seu processo de colonialismo interno,³⁶ como o Regulamento acerca das missões de Catechese e Civilização dos Índios (1845), que instituiu uma nova administração das aldeias e vilas. A administração, ao nível local, ficaria a cargo do Diretor Parcial, e ao nível da província, do Diretor Geral. O primeiro indicado pelo Presidente da província, o segundo pelo Imperador. Aos missionários caberia a catequese e aos funcionários do império a organização cotidiana.³⁷ Em 1850 a Lei de Terras procurou regulamentar a propriedade das terras doadas desde o período colonial e legalizar as áreas ocupadas sem autorização, reconhecendo, posteriormente, as chamadas terras devolutas, que pertenceriam ao Estado. No caso dos indígenas aldeados, a lei preservava o direito de

³⁴ SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para a civilização dos índios Bravos do Império do Brasil. In: CALDEIRA, Jorge (org.). *Coleção Formadores do Brasil: José Bonifácio de Andrade e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.

³⁵ Idem, p. 190.

³⁶ “A definição de colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal (...).” GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2007): “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In Borón, Atilio A.; Amadeo, Javier y González, Sabrina (eds.): *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, In: www.clacso.org/ar/biblioteca. Ver também: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A noção de “colonialismo interno” na etnologia. In: *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora UnB, 1978.

³⁷ Decreto nº 426 de 24/ de julho de 1845. Ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo. *Coleção o Brasil Imperial*, vol.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

permanecerem utilizando a terra.³⁸ Mas se as autoridades considerassem que na aldeia ou vila de índios não houvesse indígenas, afirmando que as pessoas perderam esta condição por conta das misturas raciais, as terras seriam consideradas devolutas. Isso gerou grande impacto sobre os índios em condição de aldeados. Na mesma lei foi regularizada a imigração, sinalizando a preocupação com a colonização do território e alternativa do branco europeu à mão-de-obra, com o a abolição do tráfico atlântico de escravos, também em 1850.³⁹ Discursos civilizatórios eram acionados, colocando os indígenas em categorias de fronteira (como caboclo, mestiço, misturado). Desprovidos do elemento étnico, seriam tratados como nacionais e aproveitados como mão de obra na lavoura, diferenciados de “outros” brasileiros não pelo aspecto étnico, mas pelo social. Engenheiros eram contratados para elaboração de laudos, numa complexa estrutura de poder que se fez contraditória, mas acabou por decretar os aldeamentos.

Quando estiveram no Ceará e tangenciaram com outras províncias limítrofes, os integrantes da Comissão Científica encontraram grupos em situações históricas e relações interétnicas envolvidas com os desdobramentos destas políticas, impactantes sobretudo para as populações indígenas, em meio ao avanço das políticas coloniais do Estado brasileiro.⁴⁰ A partir dos relatos produzidos neste empreendimento, é possível analisar como os debates e as práticas de produção de conhecimento científico lidavam com estas questões.

³⁸ A lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 foi regulamentada pelo decreto n. 1318, em 30/01/1854. Para entender os conflitos e limites na sua aplicação, ver MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* (2ª. Edição). Niterói: EdUFF, 2008.

³⁹ SEYFERTH, Giralda. *Op. Cit.*, 2002a.

⁴⁰ A ação protagonista das populações indígenas ao longo da história do Brasil vem sendo recuperados por vários trabalhos de historiadores e antropólogos. Entre outros, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; SILVA, Edson Helly. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1995; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003; OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) *A viagem da volta. etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. 2ª edição. Contra Capa Livraria/LACED, 2004; SILVA, Edson Helly. *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra de Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. 2008. Tese (Doutorado em História). Campinas, UNICAMP, 2008; GARCIA, Elisa Frühalf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009; PALITOT, Estevão Pinto (org.) *Na Mata do Sabiá. Contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECUT/Museu do Ceará, 2009; DANTAS, Maria Albuquerque. *Dinâmica Social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói, UFF, 2010; OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

Seleção e leitura da documentação

Paulatinamente, os documentos e manuscritos produzidos por Freire-Allemão foram incorporados a arquivos públicos, principalmente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁴¹ Um dos primeiros a ter contato com a biblioteca do naturalista logo após a sua morte, Saldanha da Gama, seu ex-aluno, diz que encontrou “manuscritos do mais substancial valor”, mas a maior parte estaria incompleta, “amontoaram-se pouco a pouco nas estantes do modesto gabinete do Mendanha”.⁴² O patrimônio legado à viúva, Sra. Maria Angélica, teria sido formado por

“alguns livros, cujas páginas viram luzir dois faróis da inteligência; 10 volumes de manuscritos, contendo descrições em latim de muitas plantas silvestres da flora brasileira; apontamentos referências a observações suas de anatomia vegetal, e o pequeno e saudoso sítio do Mendanha”.⁴³

Parte destes documentos (manuscritos, correspondências, diplomas, publicações, desenhos, anotações, relatórios, rascunhos) começou a ser vendida pela viúva Maria Angélica à Biblioteca Nacional. Em 1895 foram as correspondências trocadas com naturalistas europeus; em 1913 os *Estudos Botânicos*, que figuraram na Exposição de História do Brasil de 1882, contendo 665 desenhos aquarelados e também suas correspondências ativas e passivas, documentos biográficos e os papéis da expedição ao Ceará (Comissão Científica de Exploração, 1859-1861). Uma sobrinha de Francisco, Maria Freire de Vasconcelos doou uma coleção de manuscritos sobre botânica em 1947.⁴⁴ As informações sobre o material e a obra de Francisco e de seu sobrinho Manoel Freire-Allemão, também formado em medicina, foi organizada em um caderno pela própria Maria Freire, listando e inventariando parte desta documentação.⁴⁵ Já em 1968 foram incorporados 42 desenhos catalogados como Plantas e Cartas, algumas com manuscritos, referentes à expedição ao Ceará.

⁴¹ Anais da Biblioteca Nacional, v. 81, 1964.

⁴² GAMA, J. de Saldanha. Biografia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Francisco Freire Allemão. Revista do IHGB, 1875, p. 56-57.

⁴³ Idem, 1875, p. 124-125.

⁴⁴ Correspondência de Maria Freire de Vasconcelos ao Diretor da Biblioteca Nacional oferecendo alguns manuscritos do Dr. Francisco Freire Alemão. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1947. Anais da Biblioteca Nacional, v.81, 1964.

⁴⁵ Apontamento de Maria Freire de Vasconcelos sobre a obra de Francisco Freire Alemão e de Manuel Freire Alemão, sem registro de data. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,93.

Os responsáveis pela catalogação e transcrição de parte dos documentos de Freire-Allemão sob a guarda da Biblioteca Nacional foram Darcy Damasceno, chefe da Seção de Manuscritos entre 1957 e 1982 e Waldir da Cunha, chefe da Divisão de Manuscritos entre 1988 e 1995. Os *Anais da Biblioteca Nacional* de 1961 (volume 81), publicados três anos depois, e o Suplemento ao Catálogo, nos *Anais* de 1994 (volume 114) reúnem 880 peças, quase todas advindas do seu acervo particular. O catálogo de 1961 é precedido por resumo bibliográfico ressaltando a importância do botânico. Os manuscritos foram classificados em documentos biográficos, correspondência passiva e ativa, miscelâneas científicas, monografias e comunicações, estudos botânicos. Também há uma série classificada como papéis da expedição ao Ceará, dividido em diários, notas e informações, notas documentais, desenhos. O arquivo de Freire-Allemão sob a guarda da Biblioteca Nacional foi microfilmado, o que ajuda na preservação dos documentos.

Outra contribuição importante para a disponibilização dos documentos foi feita pelo Museu do Ceará, que publicou materiais pouco trabalhados pela historiografia, alguns inclusive inéditos até então: partes significativas dos diários de Freire-Allemão,⁴⁶ textos sobre a seca no Ceará⁴⁷ e crônicas produzidas por Guilherme Capanema, publicadas entre setembro de 1860 e junho de 1862 no Diário do Rio de Janeiro.⁴⁸ Todo esse material foi de extrema importância para a realização desta pesquisa. Também publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional* estão as Correspondências Passivas e Ativas de Gonçalves Dias, utilizadas como fontes. Já a Academia Brasileira de Letras publicou a transcrição do diário de Gonçalves Dias à província do Amazonas.

No Museu Nacional, consultei na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) os Avisos, Relatórios, Regimentos, Atas de Reunião e outros documentos administrativos da instituição. Também lá pesquisei a documentação referente à Sociedade Velloziana. Já na Biblioteca Geral do Museu Nacional, consultei os documentos da exposição da indústria nacional de 1861. Sobre o IHGB, fiz consultas nas publicações da Revista Trimestral do Instituto e nos documentos referentes à Sociedade Velloziana e à

⁴⁶ FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Diário de Viagem de Francisco Freire Allemão: Fortaleza-Crato/1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006; FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Diário de viagem: Crato-Rio de Janeiro, 1859-1860*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2007.

⁴⁷ GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará; CAPANEMA, Guilherme Schucz de. Apontamentos sobre secas do Ceará e A seca do Norte. In: *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

⁴⁸ ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

Comissão Científica Nacional, à disposição na Biblioteca da instituição. Não pude consultar o arquivo da Academia Nacional de Medicina (antiga Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro) e da Faculdade de Medicina da UFRJ, porque durante a realização da pesquisa suas dependências estavam em reforma, e os arquivos inacessíveis.

As pesquisas realizadas e orientadas por Maria Amélia Dantes destacaram a importância da história institucional da ciência produzida no Brasil no século XIX.⁴⁹ As instituições criadas no início do século passaram a ser abordadas como espaços de produção de ciência: as Academias Médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro, 1808, transformadas em Faculdades em 1832; a Academia Real Militar, em 1810, transformada em Escola Central a partir de 1858 e Escola Politécnica, em 1874; o Horto, em 1808, depois transformado em Jardim Botânico; o Museu Real, um museu de história natural criado em 1818 para abrigar as coleções trazidas de Portugal com a transferência da Corte, atuavam, produziam e divulgavam saberes científicos. Entre os pesquisadores orientados por Dantes, estão, por exemplo, Silvia Figueiroa,⁵⁰ Maria Margareth Lopes,⁵¹ Maria Heloísa Bertol Domingues,⁵² Luiz Otávio Ferreira⁵³ e Adriana Keuller.⁵⁴ Algumas destas pesquisas destacaram a atuação da Sociedade Vellosiana e da Comissão Científica Nacional como protagonistas no processo de institucionalização das ciências, além da atuação da rede de cientistas aqui estudada.

Sobre a atuação do IHGB no século XIX e suas relações com a etnografia e as populações indígenas, vale destacar os trabalhos de historiadores como Manoel Luiz

⁴⁹ Ver: DANTES, Maria Amélia. Institutos de pesquisa científica no Brasil. IN: FERRI, M.G & MOTOYAMA, S. (Org.). *História das Ciências no Brasil*. v.2. São Paulo: EDUSP/EPU, 1980. DANTES, Maria Amélia. Fases de implementação da ciência no Brasil. *Quiju*, 5(267), 1988.

⁵⁰ FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Na busca do eldorado: a Institucionalização das Ciências Geológicas no Brasil (1800-1907)*. 1992. Tese (Doutorado em História Social). Universidade De São Paulo, São Paulo, 1992.

⁵¹ LOPES, Maria Margaret. *Ciências naturais e os Museus no Brasil do século XIX*. 1993. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993

⁵² DOMIGUES, Maria Heloísa Bertol. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História). 1995. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

⁵³ FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

⁵⁴ KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. 2008. Tese (Doutorado em História). *Os estudos físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Salgado Guimarães,⁵⁵ Maria Heloísa Bertol Domingues⁵⁶ e Kaori Kodama.⁵⁷ Estes trabalhos apontam a intensidade dos debates de etnografia indígena, associados a discursos civilizatórios, à escrita de história e à construção da nação, a partir das atividades do Instituto.⁵⁸ A reunião dos materiais sobre as populações indígenas produzidos desde a época colonial acabou por gerar imagens de saber sobre estes grupos e a conformar novos domínios de conhecimento.

Já sobre a Comissão Científica, em 1959 (no centenário do início da expedição) o historiador da Universidade do Ceará Renato Braga estava envolvido no trabalho de inventário de documentação espalhadas em diversos arquivos do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, referente à Comissão.⁵⁹ Publicado em 1962, o seu trabalho é apresentado como um “ensaio crítico-histórico”, apresentando dados importantes sobre a empresa, como sua formação, organização, formação das Seções, os imbróglis e o desenrolar das atividades. Não era interesse de Renato Braga entrar no debate da história da ciência, tendo inclusive direcionado uma crítica a esta historiografia, ao afirmar que a Comissão “surge de leve nas contribuições para a história das ciências naturais em geral e ainda em raras biografias”. Para ele caberia ao Ceará a elucidação deste “capítulo evidentemente lacunoso na história das nossas expedições científicas”,⁶⁰ numa espécie de resposta pós-colonial ao colonialismo interno da historiografia brasileira.

Publicado no ano de celebração dos 150 anos da Comissão e organizado pela historiadora Lorelai Kury, o livro *Comissão Científica do Império*⁶¹ é uma grande contribuição para que novos olhares sejam lançados sobre este empreendimento. A autora dedicou um capítulo à pluralidade e variedade de temas nas anotações de viagem de Freire-Allemão, cujos aspectos etnográficos analiso nesta pesquisa.

⁵⁵ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

⁵⁶ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização na visão dos construtores do Império. A revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro: 1838 – 1850/60*. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, 1989.

⁵⁷ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; São Paulo, EDUSP, 2009.

⁵⁸ Ver também TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico do IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

⁵⁹ BRAGA, Renato. *Op. cit.*, 1962.

⁶⁰ Idem, p.7.

⁶¹ KURY, Lorelai (org). *Comissão Científica do Império. 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009.

CAPÍTULO 1: ILUMINISMO E ROMANTISMO NA HISTÓRIA NATURAL DE FREIRE-ALLEMÃO

O objetivo deste capítulo é analisar a história natural na perspectiva de Freire-Allemão. Inicialmente apresento sua trajetória de formação científica em medicina e botânica, no momento em que se definiam fronteiras entre as três grandes áreas científicas advindas dos estudos sobre os reinos da natureza, sob a influência de pensamentos iluministas. Analiso o acúmulo de capital científico e sua inserção em associações, sociedades e instituições científicas nacionais e estrangeiras. Por fim, discorro sobre suas ideias acerca da história natural, a partir da atuação a Sociedade Velloziana, associação científica por ele criada em 1850, no âmbito da construção de uma ciência nacional, situando o lugar da etnografia na história natural desta associação.

Preocupado em deixar à posterioridade imagens sobre si, Francisco Freire-Allemão produziu uma autobiografia, datada em fevereiro de 1874, poucos meses antes de ser acometido por um segundo “ataque na cabeça” (derrame cerebral), causa de sua morte. As “notícias sobre a minha vida” e os “apontamentos biográficos”⁶² somam mais de cinquenta páginas, entre rascunhos, apontamentos e textos narrando episódios de vida escolhidos pelo próprio autor. Desde 1866 era Diretor do Museu Nacional, cargo que ocupou até a morte. Mas neste intervalo solicitou vários pedidos de licença para tratar da saúde, sendo substituído por Ladislau Netto, então Diretor da Seção de Botânica. Em carta ao presidente do IHGB, em 1874, disse que já havia entrado no ano 76 de sua vida, estando “afligido por moléstia grande, sem esperança de reestabelecimento.”⁶³ Em outra correspondência, destinada a Manuel de Araújo Porto-Alegre, justificou a demora em lhe responder às missivas anteriores ao fato de estar doente há anos e ter sido acometido por “um ataque de cabeça”.⁶⁴ Foi escrito num momento em que a sua memória já não tinha a mesma força de outrora, vivendo lapsos por conta das constantes vertigens, como informou um dos seus primeiros biógrafos, José Saldanha da Gama (1839-1905).⁶⁵

⁶² “Notícias sobre a minha vida” / “apontamentos biográficos”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90.

⁶³ Carta de Freire Alemão ao presidente do IHGB, janeiro de 1874. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,2,20.

⁶⁴ Carta de Freire Alemão a Porto-Alegre. BN, Coleção Freire Alemão, docs. I-28,2,22.

⁶⁵ Saldanha da Gama foi Repetidor Interino da Cadeira de Botânica e Zoologia da Escola Central entre 1858 e 1874, quando era ministrada por Freire-Allemão. O Repetidor Interino era auxiliar do Catedrático,

Seguindo a tendência de uma apresentação oficial de si, a produção biográfica ou autobiográfica muitas vezes corre o risco de se aproximar daquilo que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”.⁶⁶ A construção desse tipo de relato geralmente se baseia na preocupação em estabelecer um sentido, uma lógica retrospectiva e prospectiva, criando relações inteligíveis entre os estados sucessivos, constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. A seleção e o elo de coerência entre fatos considerados significativos pelo ideólogo da própria vida correspondem a uma criação artificial de sentido, a uma fabricação de si mesmo, muitas vezes afastadas “das trocas íntimas entre famílias e da lógica de confidências”.⁶⁷ A autobiografia de Freire-Allemão apresenta alguns destes traços. É possível a partir de sua própria escrita compreender de que forma o autor “viu, sentiu e experimentou” as coisas narradas.⁶⁸ Tendo vivido quase oito décadas, atravessando mudanças políticas e científicas, cabe ressaltar a importância de perceber como o indivíduo faz uma auto-representação de si, procurando estabelecer impressões sobre a sua própria vida e história, marcada por caminhos por vezes difíceis, mas que lhe permitiu alcançar prestígio. Não nos compete discutir a sua “verdade”, mas os significados por ele atribuídos ao vivido.⁶⁹ Seguindo sua própria narrativa e à luz de outros documentos, analiso a trajetória do indivíduo em suas relações com o mundo científico e político que então se delineava, buscando a compreensão do jogo de interesses e conflitos ao qual a personagem foi agente e testemunha. Neste caso, o meu interesse é por sua trajetória no universo da ciência, especialmente da história natural, que passa a incluir o homem como objeto de estudo científico.

Francisco Freire-Allemão de Cysneiros nasceu em 24 de julho de 1797, na fazenda do Mendanha, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Rio de Janeiro e faleceu em 11 de novembro de 1874, na mesma localidade. Foi o segundo de dez filhos. O pai, João Freire-Allemão era membro de uma família empobrecida de

substituindo-o em sua ausência. MOREIRA, Heloi. José Fernandes. Saldanha da Gama: Botânica e Engenharia na Escola Central. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012. No terceiro trimestre de 1875, redigiu e leu uma memória no IHGB em homenagem ao naturalista: Biografia e apreciação dos trabalhos do brasileiro Francisco Freire Allemão, publicada no tomo 38 da revista trimestral do Instituto, no mesmo ano.

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁷ Idem, 1998, p.187-188.

⁶⁸ GOMES, Ângela de Casto (org.). *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.

⁶⁹ Idem.

antigos proprietários. Por volta de 1790 a fazenda havia sido vendida ao padre Antônio Couto da Fonseca, proprietário de terras e de escravos, que teve experiências com produção de açúcar e é considerado um dos responsáveis pela introdução do café no vale do Paraíba. João Freire já não recebera herança agrária dos seus antepassados, sendo zelador e administrador da triagem, secagem e encaixotamento do açúcar, recebendo em troca meação da cana que moía. Já a sua mãe, Feliciano Angélica, era filha de um sitiante e fora criada desde a infância como agregada na casa do padre Couto, do qual era afilhada. Convivendo no mesmo ambiente, João e Feliciano se casaram e o padre permitiu que morassem na casa do velho engenho da fazenda do Mendanha.⁷⁰

Ainda na roça, Francisco aprendeu as primeiras letras, tendo inicialmente dois padres como preceptores. O primeiro foi o mesmo padre Couto, também seu padrinho de batismo, lembrado com muito carinho pelo naturalista.⁷¹ O segundo foi o padre Luiz Pereira Duarte, que prometera torná-lo o sacristão da freguesia, mas que não deixou lembranças tão positivas.⁷² Outro personagem presente em suas memórias foi o ex-soldado Diogo Antônio dos Santos, lente substituto de Latim no Seminário São José, importante espaço de formação secundária no Rio de Janeiro. O professor Diogo foi ao Mendanha dar aulas a Antônio Pereira Durão, filho do novo proprietário da fazenda, Diogo Pereira Durão. A aproximação dos pais de Francisco com os novos proprietários da fazenda permitiu que ele também tomasse as lições de latim. Em 1817, Diogo Antônio dos Santos indicou o jovem para uma vaga no Seminário, destinada a alunos pobres – *numerista*. Apresentado ao bispo d. José Caetano, matriculou-se gratuitamente, iniciando a experiência secundarista em 18 de março, com 20 anos. Enquanto os filhos das elites nesta idade viviam experiências de ensino superior, Francisco iniciava sua formação secundária.

⁷⁰ Anais da Biblioteca Nacional, v. 81, 1964. p. 9-10.

⁷¹ Citados no manuscrito “notícias sobre o Padre Coito obtidas de minha tia Antônia, Mendanha, 1849-1853” (BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28, 9, 55) e na memória “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?”, publicada na RIHGB, t. 19, 1856. Nesta memória contou que, quando criança, residia na casa do padre, tendo-o como preceptor. O naturalista demonstra apreço pelo padre, descrito como um “lavrador inteligente” e que não resistia aos novos experimentos, em busca dos “melhores métodos e aparelhos” para uso na agricultura.

⁷² Diferente de suas lembranças do padre Couto, o tempo junto ao padre Duarte é narrado como menos entusiasmo. Por não saber responder corretamente algumas das lições de latim enfrentava “a reação enfurecida” de seu novo protetor, ficando, segundo ele, muito aflito por isso. Depois de algum tempo o padre sentenciou sua incompetência para o mundo do saber e o recomendou para o aprendizado de um ofício qualquer. Notícias sobre a minha vida” / “Apontamentos biográficos”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90.

No Seminário cumpriu um ano de Latim, estudou Filosofia, História Eclesiástica e Teologia. Também estudou noções de química e de mecânica; e fez outros estudos no mundo das letras, com proficiência em grego, francês e espanhol. Por volta de 1820 foi avisado de que sua permanência estava a partir de então condicionada à ordenação sacerdotal. Seguir a carreira eclesiástica era o desejo dos pais, mas outras opções lhe eram apresentadas. Na falta de escolas regulares, o seminário era o principal instrumento de disciplina e educação básica para os jovens, fossem ou não seguir a carreira eclesiástica.⁷³ O acesso às aulas, nos seminários ou nas aulas régias, dava a estes estudantes secundaristas a formação básica para se habilitarem a uma vaga na Universidade de Coimbra, de outro modo restrita aos jovens das elites que podiam arcar com as despesas de uma longa permanência no reino.⁷⁴

Freire-Allemão contou em suas memórias que “nesse tempo já começava a ter a ideia de ir a Europa estudar”. Para alentar esta ideia ou talvez ajudar a concebê-la, contou com a ajuda de frei Custódio de Campos Oliveira, seu professor de grego. O frade seria próximo do rei d. João VI e se ofereceu para mediar a sua ida a Coimbra. Mas as notícias que chegavam ao Rio de Janeiro trazendo informações sobre o movimento liberal que ocorria em Portugal mudou os rumos do projeto. Em 1808 a família Real havia se transferido para a colônia americana, tomando o Rio de Janeiro como nova Corte do Império Português. Desde 1815 o Brasil havia se tornado um Reino Unido a Portugal e Algarves, redesenhando as relações coloniais. O movimento liberal convocava as Cortes e a elaboração de uma nova Constituição para o Reino.⁷⁵ Na bandeira do movimento iniciado na cidade do Porto estava o retorno do rei e de sua Corte a Lisboa e a recolonização do Brasil. Foi esta a conjuntura enfrentada por Francisco no momento de sua tão esperada ida a Portugal.

Com o retorno de d. João VI a Lisboa os anos seguintes foram marcados por disputas políticas que levaram ao estremecimento das relações entre “portugueses” nascidos nos dois lados do Atlântico. Por um lado as elites de Lisboa reivindicavam a

⁷³ CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, III (3) 425-466, nov.1996/fev.1997, p. 431.

⁷⁴ Segundo Anita Almeida, “Se a possibilidade de frequentar a Universidade de Coimbra abria espaços de sociabilidade para a elite luso-brasileira, o contato com os professores régios, no ensino secundário, dava acesso a uma formação básica indispensável para o ingresso na Universidade”. ALMEIDA, Anita Correia de. *Aulas régias no império colonial português: o global e o local*. Extratos da Tese de Doutorado Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

⁷⁵ A atuação dos deputados brasileiros nos debates parlamentares das Cortes portuguesas é analisada por BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. Editora Hucitec: São Paulo, 2010.

retomada das relações coloniais, procurando recuperar o lugar anterior a 1808. Por outro a elite financeira⁷⁶ e proprietária de terras e escravos do Rio de Janeiro apoiava a permanência do príncipe regente, Pedro de Alcântara, em nome da preservação da autonomia conquistada pelo Brasil em relação a Portugal. Os debates culminaram no processo de ruptura entre os reinos.⁷⁷ Nas narrativas de Freire-Allemão, este acontecimento surge como uma frustração a seus projetos. Impedido de concretizar o desejo de estudar na Universidade de Coimbra o jovem tampouco quis continuar no Seminário de São José, ou voltar para a casa dos pais. A sua decisão foi permanecer na Corte.

Como sugeriu Jacques Le Goff, a caminhada de um indivíduo é uma construção feita de acasos, mas também de escolhas e hesitações.⁷⁸ Os sentimentos lembrados na autobiografia são de tristeza e desamparado, tanto pela decepção quanto pelas dificuldades para sobreviver na Corte. À época, o irmão mais velho Antônio Freire-Allemão cursava a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e trabalhava como enfermeiro no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Dos dez filhos de João e Feliciano Angélica apenas os dois mais velhos deixaram a roça para se dedicar a outros empreendimentos na Corte. Os recursos que Antônio recebia lhe permitiam prestar alguma ajuda financeira a Francisco, que complementava seu orçamento com “lições particulares de latim a alguns moços e de primeiras letras a meninas”. As aulas a filhos de famílias importantes lhe rendiam ainda relações com pessoas influentes.

Segundo um de seus principais biógrafos, Darcy Damasceno, a medicina foi um “acaso” na vida de Freire-Allemão.⁷⁹ Podemos encontrar vários “acasos” em sua vida, mas não sem levar em conta as suas escolhas e decisões diante das circunstâncias que lhe eram possíveis. Segundo Giovanni Levi, toda ação social “é o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.⁸⁰ Se não era tão comum aos filhos de famílias

⁷⁶ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. "Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil". In: *TEMPO*, Vol. 8, nº 15, 2003.

⁷⁷ Ver: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Estado e Política na independência. In: GRINBERG, Keila, e SALES, Ricardo (Org.), 2009, p. 95-136; RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002.

⁷⁸ LE GOFF, Jacques. *São Luís, Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

⁷⁹ Anais da Biblioteca Nacional, v. 81, 1964, p.14.

⁸⁰ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita de história, novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133-161.

empobrecidas seguirem uma formação superior, também não era impossível.⁸¹ Nas memórias do naturalista a grande referência para introdução aos estudos médicos foi o irmão, em suas pesquisas sobre ossos. Estimulado e incentivado por Antônio, que inclusive financiou a sua inscrição para os exames admissionais, Francisco ingressou na Academia Médico-Cirúrgica em 1822. Enquanto os caminhos políticos do império luso-brasileiro com o retorno de d. João VI a Portugal em 1821, o jovem do Mendanha poderia se tornar “cirurgião formado” e “curar em medicina”, como afirmou em seu relato.

A Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro seria para Freire-Allemão o caminho para o mundo científico. O ensino médico no Brasil era incipiente, nem mesmo possuía o reconhecimento para a total habilitação ao exercício da prática e da docência, sendo necessária a complementação dos estudos na Europa. As primeiras gerações de professores eram formadas em Universidades estrangeiras (Coimbra, Paris, Edimburgo), passando pelas leituras universalistas do Iluminismo e seus desdobramentos científicos. Desde o final do século XVIII o ensino médico vinha passando por mudanças significativas, marcadas pelo que Michel Foucault chamou de “nascimento da medicina social”⁸² e “nascimento da clínica”.⁸³ Estas mudanças tiveram como pano de fundo o desenvolvimento de debates e práticas científicas que procuravam ampliar os estudos sobre o homem enquanto ser natural, integrante dos reinos da natureza.

Antes de entender as leituras que Freire-Allemão fazia da história natural é preciso situar o panorama europeu nessa passagem do século XVIII para o XIX, particularmente a Ilustração portuguesa, fundamental na formação de gerações do

⁸¹ Analisando o quadro social da Sociedade de Medicina, quando passou à Academia Imperial de medicina, em 1835, Odaci Luiz Coradini conseguiu encontrar referências sobre nove de 22 associados nascidos entre 1768 e 1802. Destes, dois eram filhos de lavradores. Um deles era Freire-Allemão. CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de formação. *Estudos Históricos*, n. 35, jan.-jul. de 2005, p.3-22.

⁸² O autor considera a medicina uma estratégia bio-política de controle da sociedade capitalista sobre os indivíduos a partir dos seus corpos. Aponta três tipos de medicina social: a de Estado, que consiste na normatização dos saberes e práticas médicas, destinando-se às universidades e às associações as decisões sobre a formação e a concessão de diplomas, habilitação ao exercício; a medicina urbana, na busca de controle sobre a circulação da água e do ar, buscando evitar os miasmas; e a medicina dos pobres, voltada ao controle da força de trabalho, para Foucault o último alvo da medicina social. FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1979.

⁸³ Segundo Foucault, antes do século XVIII o hospital era uma instituição de assistência aos pobres. A preocupação central era com o doente e sua salvação espiritual. Mas com as mudanças operadas no fim do século, aos poucos passa a ser espaço de estudo, observação e pesquisa científica. Com a medicina clínica, os médicos em formação deveriam observar o doente e a doença, buscando suas manifestações e causa. Esta medicina empírica estava na base curricular e regimental das principais Universidades. FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. Idem, 1979.

Império Luso-brasileiro até o início da década de 1820, geração de quem o naturalista herdará parte significativa de suas principais referências.

1.1 O Iluminismo e as ciências da natureza

O século XVIII é reconhecido pela atuação dos filósofos iluministas reivindicando a renovação do humanismo, expressão de uma cultura ocidental moderna. A noção de Iluminismo foi apresentada pelo filósofo alemão Immanuel Kant em 1784 (*Aufklärung*, em Alemão).⁸⁴ Longe de buscar definições sobre estes manifestos, cabe salientar que não há conceitos totalizantes e homogêneos, sendo necessária a análise das particularidades de obras, autores, situações históricas, regionais e nacionais dos debates, tanto na Europa quanto em áreas coloniais, para entender a sua complexidade e polifonia. Mas não podemos deixar de destacar a importância atribuída ao pensamento racional e ao enquadramento de indivíduos e das diversas sociedades humanas a trajetórias e valores homogêneos, absolutos, universais.⁸⁵ Também não se pode negar a influência dos *philosophes* franceses na defesa destes ideais nos campos da organização social e política, da economia, da religião e da produção de conhecimentos sobre a natureza.⁸⁶ O que me interessa é a importância atribuída à ciência e à análise metódica e particularizada da natureza, incluindo o *homem* como elemento de estudo e reflexão.

Desde a Renascença o olhar sobre a natureza deixava de ser apenas uma contemplação da obra divina. No século XVII a Europa vivera a chamada revolução científica, geralmente exemplificada no mecanicismo newtoniano e cartesiano. Ao olhar para a natureza, o observador passava a fracioná-la e reduzi-la em coordenadas, calculando os seus movimentos, cartografando as suas curvas e linhas geográficas. A

⁸⁴ “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo (...) Para este esclarecimento porém nada mais exige senão liberdade (...) de fazer uso público de sua razão em todas as questões. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é “esclarecimento” (“Aufklärung”)? In: *Immanuel Kant – textos seletos*. Vozes: Petrópolis, 1985 (p. 100-116).

⁸⁵ Para Kant, do ponto de vista metafísico, as ações humanas são acontecimentos naturais, determinados por leis universais. A história permite descobrir um curso regular do jogo da liberdade da vontade humana, observando-a em suas linhas gerais. A aparente irregularidade dos sujeitos individuais será, no conjunto da espécie, um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais. KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Brasiliense: São Paulo, 1986, p. 9.

⁸⁶ FORTES, L.R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. Companhia das Letras: São Paulo, 1987; GRESPAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. Contexto: São Paulo, 2003.

natureza poderia ser conhecida em sua física, através da descoberta de leis que regem os seus movimentos, redutíveis a fórmulas e cálculos matemáticos.

O filósofo George Gusdorff afirma que Isaac Newton é o responsável por remover da filosofia natural as leituras milenares de Aristóteles. O autor indica que, para Newton, a filosofia natural “consiste na descoberta da estrutura e das operações da natureza, e na sua redução, tanto quanto seja possível, às regras gerais ou leis; ela estabelece estas regras por meio das observações e das experiências, de onde ela deduz as causas e os efeitos das coisas”.⁸⁷ Essa perspectiva de conhecimento centrado nas descobertas das leis de funcionamento da natureza é o que, para Gusdorff, representa a separação entre a ciência e a filosofia, e foi seguido por muitos filósofos do século XVIII e XIX.

Uma obra importante para o que viria a ser conhecido como história natural foi o *Sistema Naturae* (Sistema Natural) do sueco Carolus Linnaeus (conhecido no Brasil como Carlos Lineu), publicada em 1735, e que propunha um sistema de classificação para todos os vegetais do planeta, tanto os conhecidos quanto os que estariam por conhecer.⁸⁸ A sistematização da natureza se baseava na classificação das plantas e dos seres vivos a partir das características de suas partes reprodutivas, distribuídas de acordo com as letras do alfabeto e complementadas com parâmetros visuais: número, forma, posição e tamanho relativo. As novas matrizes de classificação das plantas faziam surgir a figura do “herborizador”. Em seu livro sobre relatos de viagem Mary Louise Pratt, estudiosa de literatura comparada, descreve os herborizadores como um profissional

“armado com nada mais do que uma bolsa de colecionador, um caderno de notas e alguns frascos de espécimes, não desejando nada mais do que umas poucas pacíficas horas com insetos e as flores.”⁸⁹

Era uma nova maneira de fazer ciência. A disciplina de história natural desenvolvia ainda outros sistemas classificatórios, e o proposto por Linnaeus não foi o único. Em 1749 Buffon publicou sua *Histoire Naturelle*, enquanto Adanson começou a

⁸⁷ GUSDORF, G. Le divorce de la science et de la philosophie: du positivisme au scientisme. In: *Introduction aux Sciences Humaines: Essai critique sur leurs origines et leur développement*. Paris: Ophrys, 1974.

⁸⁸ Segundo Mary Louise Pratt, o trabalho de Lineu, “constituiu um empreendimento europeu de construção do saber numa escala e atrativo sem precedentes”. PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.57

⁸⁹ Idem, p.59.

publicar *Familes des plantes*, em 1763. Mas o sistema de Linnaeus foi o que mais se propagou, na Europa e no mundo, influenciando as instruções e descrições a serem elaboradas pelos viajantes naturalistas. Várias expedições atravessaram mares e exploraram novos territórios. O interesse era a produção de conhecimento sobre a natureza e os tipos humanos, sendo algumas destas expedições responsáveis pela formação de coleções para os museus de história natural. As instruções de viagens em geral propunham o inventário da natureza, inspirados nos modelos classificatórios, além de indicações de coleta de tal modo que preserve ao máximo as condições de análise nos gabinetes. Entre as principais viagens podemos citar as de Charles Marie de La Condamine (1735-1745, expedição francesa ao Peru e à Bacia Amazônica); Bougainville (1766, expedição francesa de circunavegação); James Cook (expedições inglesas: 1768, pelo pacífico; 1772, de circunavegação; 1776, Havaí, costa da América, estreito de Bering, Ártico); Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792, Brasil); Jean Comte de Lapérouse (viagem francesa ao redor do mundo, que partiu em 1786, desaparecendo em 1788). Na passagem para o século XIX, as viagens de Alexander Von Humboldt pela América Central e do Sul (1799-1804) e pela Ásia Central (1829) se tornam importantes referências aos naturalistas viajantes do século XIX.⁹⁰

Até o século XVIII, os sistemas classificatórios se baseavam em aspectos fenotípicos (cor da pele associada à disposição geográfica), linguísticos e religiosos, não havendo ainda o tratamento biológico. Antes do uso de raça outras formas de diferenciação e hierarquização entre indivíduos e grupos humanos eram acionadas, como *bárbaro*, na Antiguidade, designando o outro, o intruso, o estrangeiro; ou *pagão*, em oposição ao cristão, nas sociedades cristãs medievais. No século XVI, o termo bárbaro era aplicado num sentido mais próximo do que entenderíamos por *étnico*, sem o peso da referência fenotípica, designando os não-cristãos e os selvagens, no caso os não europeus. A conquista do Atlântico e da América fomentou a relação entre barbarismo, canibalismo e subumanidade, incentivando clivagens na humanidade baseadas no fenótipo, na cor da pele, levando ao discurso de barbarização daqueles que tanto física quanto culturalmente fossem diferentes dos europeus. Além do não-cristão, o

⁹⁰ Estes empreendimentos revelam os indícios de disputas entre nações europeias, principalmente França e Inglaterra, em conflito por questões de hegemonia colonial, como a guerra dos sete anos (1756-1763) e a guerra de independência das colônias da Nova Inglaterra (1776-1781). Também revelam o lugar importante ocupado pela escola Alemã, com os desdobramentos das viagens de Humboldt e a influência exercida em naturalistas do século XIX como Carl Friedrich Philippe von Martius e August de Saint-Hilaire. KURY, Lorelai, 2001, p, 865.

barbarismo passou a ser associado aos nativos habitantes das terras dominadas, tratados por selvagens, sendo os seus comportamentos descritos por missionários e viajantes como fora dos padrões da fé cristã e de civilização. A dominação e a escravidão eram justificadas e legitimadas pela missão civilizatória, que levaria a salvação para os povos “incultos”, e pode ser tomada importante chave de compreensão. O desenvolvimento dos estudos de geografia, responsável pelo mapeamento destas culturas “exóticas” foi uma importante ferramenta.⁹¹

No século XVIII, o sistema de classificação de Linnaeus, além de dividir o *Systema Naturae* nos reinos *animalia*, *vegetalia* e *mineralia*, colocou o homem num lugar natural, na ordem dos primatas, sendo a espécie *Homo* dividida em *Sapiens* e *Sylvestris* (orangotango). À herborização das plantas, seguiam-se as herborizações de outras espécies, entre elas os seres humanos: a análise taxonômica da natureza chegava ao homem como objeto de estudo. O *Homo sapiens* seria classificado em cinco grupos: *H. europaeus*, *H. asiaticus*, *H. americanos*, *H. ferus* (selvagem) e *H. monstruosus* (anormal).⁹² É uma hierarquia eurocêntrica, sem dúvida. O sistema taxonômico em muito influenciaria os estudos sobre as diferenças entre os homens, sobretudo entre europeus (construtores destes discursos) e não-europeus (objetos dos discursos).

Outro naturalista a pensar o estudo do homem como parte integrante da história natural foi o médico alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840).⁹³ Seus estudos sobre anatomia comparada acabaram por gerar uma classificação para o homem em cinco raças, associadas à localização geográfica e aspectos fenotípicos (cor da pele): a raça caucasiana ou branca; raça mongol ou amarela; a raça malaio, ou marrom; a raça etíope, ou preta; e a raça americana, ou vermelha. Blumenbach teve grande influência na geração etnográfica germânica de meados do século XIX, como o botânico von Martius, com atuação bastante destacada no Brasil.

No que se refere ao homem como parte integrante da história natural, estes debates tiveram como palco privilegiado os museus e associações científicas, como sugeriu o historiador Stocking Jr. Criada em 1799 por Louis François Jauffret (1770-1850), a Société des Observateurs de L’Homme foi extinta em 1804. Apesar da curta duração, é considerada um dos alicerces da antropologia francesa, principalmente por conta dos cientistas envolvidos em seus debates e dos termos apresentados em seus

⁹¹ Idem.

⁹² PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.*, 1990, p. 68; SEYFORTH, Giralda. *Op. Cit.*, 2002b, p. 22.

⁹³ SEYFERTH, Giralda. *Op. cit.*, 2002b.

estatutos e nas instruções para a expedição Baudin a Austrália. Neste sentido, os trabalhos de Georges Cuvier (1769-1832), francês formado no domínio da zoologia alemã e membro do Museu Nacional de História Natural de Paris, tornam-se uma importante referência em termos de anatomia comparada, considerada um dos pontos de partida para o que Paul Broca vai chamar de Antropologia na segunda metade do XIX. Stocking Jr. situa o uso científico da categoria raça, a partir da análise da atuação de Cuvier, Joseph Marie de Gerando (1772-1842) e François Perón (1775-1810) no âmbito da Sociedade de Observadores. Enquanto Cuvier defende que o plano biológico se sobrepõe ao cultural, usando abertamente o termo raça no sentido físico, de Gerando promove uma abordagem mais relacionada à influência do cultural.⁹⁴

Estes e outros estudos foram fundamentais à compreensão do homem como ser inserido na história natural, base para o desenvolvimento dos estudos antropológicos e etnológicos do século XIX. Analiso no tópico seguinte o cenário da ilustração portuguesa ainda marcante na intelectualidade luso-brasileira que formou a geração de Freire-Allemão, entre o final do XVIII e início do XIX.

A ilustração portuguesa: a ciência a serviço do Estado

Os intelectuais lusitanos que na metade do século XVIII passaram temporadas em outros países voltaram apresentando críticas ao modelo de mundo vigente em Portugal, propondo a imersão nas novas ideias discutidas pelos filósofos das luzes de outras nacionalidades. As ideias iluministas chegavam a Portugal através dos chamados “estrangeirados”, intelectuais que retornaram de experiências no exterior propagando acontecimentos do restante da Europa. Afirmavam o atraso cultural e a decadência econômica do Estado português, sendo os alvos principais a escolástica, no campo cultural, e a dependência da Inglaterra, no campo econômico. Intelectuais como d. Luís da Cunha (1662-1749), que na condição de diplomata percorreu as cortes de Londres, Madri, Paris e Haia; Luís Antônio Verney (1713-1792), que seguiu carreira eclesiástica e passou por formação na Itália; e Ribeiro Sanches (1699-1783), cristão-novo que por

⁹⁴ Entender a formação do campo da história natural é importante porque, como mostraremos nos próximos capítulos, é possível inferir que enquanto estudo das raças e dos tipos físicos do homem, as origens da Etnologia e da Antropologia se encontram na história natural do homem. As diferenças que vão marcar estes dois campos científicos no final do século XIX não eram tão claras na primeira metade do século, inclusive nos debates e nas práticas desenvolvidas no Brasil.

essa situação se ausentou de Portugal e viajou pela Europa, principalmente pela Inglaterra, Rússia e França compuseram a geração dos chamados “ilustrados” portugueses. Os escritos desses intelectuais demonstram o confronto entre uma realidade nacional portuguesa e a diversificação cultural da ilustração europeia. Foram estas algumas das reflexões que influenciariam a formação intelectual de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, ministro durante o reinado de José I (1750-1777) e um dos grandes agentes do reformismo português.⁹⁵

Após viver em missão diplomática na Inglaterra (1738-1745) e na Corte de Viena até 1759, Carvalho e Melo retornou a Portugal e assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e no ano seguinte, o de secretário dos Negócios do Reino do recém-iniciado reinado de d José I. A crítica à decadência econômica se dirige aos resultados da aliança anglo-lusitana para Portugal. Pelo Tratado de Methuen (1703), a Inglaterra forneceria lanifícios em troca da diminuição dos direitos cobrados sobre os vinhos do Porto. Era essa a causa apontada por Carvalho e Melo para o aniquilamento das manufaturas reinóis portuguesas.⁹⁶ Já o “atraso cultural” era atribuído à falta das “luzes” na formação dos homens públicos portugueses. A afirmação do nacional passaria pelo desenvolvimento das ciências e das artes, definindo assim o poder político da nação. O empecilho a ser removido seria a hegemonia eclesiástica na formação dos agentes de Estado. Era preciso uma completa reestruturação, a começar pela formação dos homens que estariam habilitados a planejar e executar as reformas. Estes deveriam ser formados com base na Filosofia Moral, presentes nos estudos de Ética – ênfase no estudo sobre o “justo”, o “honesto” e o “decente”; de Política – “utilidades públicas do Estado” – e Economia – análise do interesse particulares do cidadão.

Os jesuítas foram responsabilizados pela decadência educacional. Desde o século XVI a Companhia de Jesus era respondia pelo ensino básico no Império português. No Decreto de 3 de setembro de 1759, foram acusados por crime de lesa-majestade, sendo desnaturalizados e expulsos dos domínios portugueses e tiveram seus bens confiscados no Brasil, nas possessões portuguesas na África, Índia e extremo Oriente.⁹⁷

⁹⁵ Sobre o iluminismo luso-brasileiro ver FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1993. Ver também SILVA, Ana Rosa Cloquet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

⁹⁶ SILVA, Ana Rosa Cloquet. *Op. Cit.*, 2006.

⁹⁷ ALMEIDA, Anita Correia de. *Op. Cit.*, 2001.

As reformas pretendidas pelo ministro teriam que se ampliar aos territórios coloniais. O estabelecimento das aulas régias ainda no ano de 1759 criava um novo regime para o ensino secundário, baseado na formação em humanidades, que a partir de 1772 passou a incluir a filosofia racional. Já os estudos científicos com a criação do curso de Filosofia Natural em 1772 passavam a ser ministrados na universidade.⁹⁸ A laicização do ensino enfrentou dificuldades na metrópole e na colônia. Criticada por Carvalho e Melo, a presença dos eclesiásticos continuaria forte nos caminhos das reformas.⁹⁹ Foram clérigos, por exemplo que, a partir de 23 de dezembro de 1770, compuseram a Junta da Providência Literária para examinar os “velhos estatutos” (de 1598) da Universidade de Coimbra. Esta Junta formulou o Compêndio Histórico do Estado da Universidade, considerado o alicerce da reforma dos novos estatutos, apresentados em 28 de agosto de 1772. Dentre as mudanças operadas, está a ênfase na Filosofia Natural.

A reforma na Faculdade de Medicina procurou estabelecer um caráter teórico e prático ao ofício. A formação em medicina de Portugal até então minimizava as operações práticas, manuais, por intermédio de dissecações, abertura e estudo de corpos. Esta seria uma atividade dos cirurgiões e dos barbeiros. O médico formado em Coimbra estava afastado dos estudos cirúrgicos e anatômicos, da formação nos hospitais, considerados saberes menores. Baseava-se nos compêndios antigos para determinar as causas das enfermidades. Com as reformas, busca-se uma maior aproximação entre medicina e cirurgia, recomendando o desenvolvimento dos estudos anatômicos. Foi estabelecido que só pessoas habilitadas, com cartas de autorização para o exercício, poderiam atuar nestas duas áreas, o que fomentou ações de fiscalização e controle sobre as práticas dos que não tinham cumprissem as determinações.¹⁰⁰

Nos novos estatutos, também foram criadas as Faculdades de Matemática e de Filosofia, esta em substituição à Faculdade de Artes, considerada o típico modelo de instrução dos jesuítas. O curso de filosofia seria dividido em duas partes. No primeiro ano

⁹⁸ Idem, 2001, p. 72, 73.

⁹⁹ SILVA, Ana Rosa Cloquet, *Op. Cit.*, 2006, p. 71. Sobre os conflitos administrativos para implementação das reformas no ultramar, ver ALMEIDA, Anita Correia, *Op. Cit.*, 2001.

¹⁰⁰ FILHO, Lycurgo de Castro dos Santos. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1991; FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio Coelho. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria Amélia M. (Organizadora). *Espaços da Ciência no Brasil – 1800-1930*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001; SILVA, Ana Rosa Cloquet, *Op. Cit.*, 2006.

haveria uma formação em filosofia racional e moral, com as disciplinas de lógica, matemática e ética. Os três anos posteriores seriam dedicados ao curso de Filosofia Natural, formada pela história natural dos três reinos, pela física experimental e pela química filosófica e médica. Para a nova dimensão prática do ensino, foram criadas instituições que atuavam no esteio da Universidade, como o Jardim Botânico, o Laboratório Químico, o Museu Natural, o Dispensatório Farmacêutico, o Hospital e o Observatório Astronômico.¹⁰¹ Estas reformas buscavam a formação de novos homens, preparados tecnicamente para administrar a empresa estatal, baseados em interesses mercantis, com o objetivo de romper com a situação de atraso econômico do Reino. Desde a segunda metade do século XVIII, o reformismo português procurava racionalizar a administração pública, passando pela formação filosófica e científica do agente de Estado.

A morte de d. José I e a saída do Marquês de Pombal da cena ministerial culminaram na forte reação dos opositores aos resultados iniciais do reformismo pombalino. Conhecida como Viradeira, a reação provocou a expulsão de alguns professores da Universidade de Coimbra, acusados de deístas, heréticos, naturalistas, enciclopedistas. José Murilo de Carvalho afirma que na Universidade a ênfase às ciências naturais foi minimizada, retornando o prestígio à formação canônica do direito. Boa parte da geração que dominou o cenário da construção do Estado brasileiro foi formada neste panorama da Viradeira.

Outras instituições foram criadas. Sob o reinado de d. Maria I, ocorreu a criação da Academia Real da Marinha (1779), da Companhia dos Guardas Marinhas (1782) e da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), demonstrando o investimento nos saberes e práticas da navegação. Fundada em dezembro de 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa foi uma instituição fundamental para o fortalecimento da relação entre política e ciência, assim como o Laboratório Químico, o Gabinete e o Museu de História Natural, o Gabinete de Física Experimental, o Observatório Astronômico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete Anatômico, o Real Jardim d'Ajuda e o citado Arco do Cego. Muitos dos cientistas saídos da Universidade de Coimbra passaram a ocupar estes espaços. Interessados na natureza ultramarina, os cientistas tinham a observação e a experimentação como bases de conhecimento. A formação de coleções de história natural também era incentivada, ao

¹⁰¹ SILVA, Ana Rosa Clocllet, 2006.

mesmo tempo em que um novo padrão de exploração colonial era pensado, sempre voltado ao benefício da metrópole.

Nas narrativas de Freire-Allemão há a lembrança de um padre que teria passado nas matas da região em finais do século XVIII, a fazer coleções de plantas. Era o franciscano José Mariano da Conceição Velloso (1741-1811), importante botânico conhecido como frei Velloso, que fazia suas coletas e pesquisas naquelas regiões. Frei Velloso estudou Teologia e Filosofia no Seminário de Santo Antônio do Rio de Janeiro, onde também foi lente de Geometria, Retórica e História Natural.¹⁰² Entre 1782 e 1790, percorreu matas, vales, serras, bosques e praias da província do Rio de Janeiro, numa expedição idealizada pelo vice-rei d Luís de Vasconcelos. Um dos resultados destas incursões foi a elaboração de um *Mapa Botânico para uso do Ilustríssimo Senhor Luis de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei do Estado do Brasil*, contendo 24 classes. Ainda no Mendanha, quando criança, o naturalista ouvia as histórias sobre frei Velloso, e ficava impressionado com a forma como os mais velhos falavam de suas práticas de coleta. No Seminário de São José, quando dizia já ter “alguma inteligência”, começou a fazer aquilo que escutava sobre as práticas de coleta: “apanhavam as borboletas e as comprimiam entre duas folhas, onde ficavam impressas”.¹⁰³

A obra de frei Velloso exerceu grande influência na formação do jovem médico e botânico.¹⁰⁴ Frei Velloso conviveu com naturalistas importantes da ciência como o também brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), o paduano Domenico Vandelli (1735-1816), professor de história natural e química da Universidade de Química, um dos fundadores do Jardim Botânico e mentores da expedição e das instruções da viagem de Alexandre Rodrigues. Fomentando publicações e trocas entre jovens luso-brasileiros, a tipografia Arco do Cego (dirigida por frei Velloso entre 1775-1812) foi um importante espaço de divulgação do iluminismo português, com produções sobre a exploração e o conhecimento sistemático da natureza e o desenvolvimento das ciências e das artes.

¹⁰² BORGMEIER, Thomaz. “Frei Velloso, o pai da botânica brasileira”. Arquivo do IHGB, lata 760, pasta 11. Apud. MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Editora da UNICAMP/Centro de Memória: Campinas, 1999.

¹⁰³ Segundo Le Goff, os homens (individualmente ou em grupo) acumulam parte significativa dos seus conhecimentos e seus hábitos nas primeiras histórias de vida, na infância e na juventude, “quando sofrem a influência dos mais velhos, pais mestres, anciãos, num mundo em que a memória era mais poderosa do que na sociedade em que reina a escrita e em que a velhice representa autoridade”. LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, 1999, p. 28.

¹⁰⁴ Sobre a trajetória de produção, publicação e repercussão da Flora Fluminensis ver MARQUES, Vera Regina Beltrão, 1999, p.130.

A Universidade de Coimbra, a Academia de Ciências e a Tipografia Arco do Cego eram espaços frequentados por intelectuais portugueses nascidos nos dois lados do Atlântico.¹⁰⁵ Era a época do ministério de d. Rodrigo de Souza Coutinho (1775-1812),¹⁰⁶ ministro da Secretaria da Marinha e Ultramar do Império durante o reinado de d. Maria I. Portugal vivia o clima de reformismo, influenciado pelo iluminismo e efetivamente iniciado no reinado anterior, como veremos adiante. Muitos homens nascidos no Brasil conviviam nestes espaços de saber de poder com outros personagens importantes da ilustração lusitana.¹⁰⁷

Contudo, a Europa vivia momentos de instabilidade política.¹⁰⁸ Após a guerra dos sete anos (1756-1764), confrontando França e Inglaterra (e os aliados das duas nações), a Revolução Francesa (1789-1799) e o domínio napoleônico (1799-1815) puseram em xeque as relações de força envolvendo a monarquia outras monarquias, inclusive a lusitana. Também provocaram a reconfiguração das antigas relações coloniais, com diversos movimentos que culminaram no surgimento de novos Estados nas colônias ibéricas. Envoltas nas relações de força que opunham a França napoleônica à Inglaterra, a conhecida opção lusitana pela transferência da família real repercutiu na Europa e nas suas colônias americanas.

Schiavinatto¹⁰⁹ afirma que entre 1780 e 1800 ocorreu uma atualização da utopia do padre Antônio Vieira (1608-1697), inspirada na interpretação do padre sobre as *trovas messiânicas* de Gonçalo Annes Bandarra (1500-1556). Estas trovas eram releituras do Antigo Testamento, onde o autor fazia projeções sobre o futuro do reino

¹⁰⁵ A atuação da Universidade de Coimbra e de outros centros na propagação das ideias ilustradas na formação da elite luso-brasileira na passagem para o século XIX foi estudada por NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais & a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

¹⁰⁶ Os princípios teóricos que fundamentaram o pensamento de d. Rodrigo Souza Coutinho sua trajetória de mais de três décadas como agente público da Coroa portuguesa foram estudados por SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF, Niterói, 2002.

¹⁰⁷ Personagens como os irmãos Bonifácio (José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Carlos de Andrada e Silva, Martim Afonso Ribeiro de Andrada); Hipólito da Costa (1774-1823); Manuel de Arruda Câmara (1752-1810); Elói Ottoni (1764-1851), José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847); Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847); José da Silva Lisboa (1756-1835), Balthasar da Silva Lisboa (1761-1840), padre Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), Manuel Odorico Mendes (1799-1864), para citar alguns exemplos de intelectuais e cientistas nascidos na colônia, alguns contemporâneos a Freire-Allemão, com atuação destacada no reformismo acadêmico lusitano e na criação de espaços literários e científicos no Brasil.

¹⁰⁸ Ver: HOBBSAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰⁹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila, e SALES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial. V. I. 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-94.

português, e acabaram sendo interpretadas posteriormente como profecia ao retorno de d. Sebastião, após o seu desaparecimento na batalha de Alcácer-Quibir. É a imagem literária de uma ação política. Vieira aconselhara o rei d. João IV, durante a Guerra de Restauração (1640-1668) para a fundação de um Império na América. No reinado de d. João V, d. Luis da Cunha propôs a ida do rei para a América com título de Imperador do Ocidente. Mas foi d. João VI que, fugindo de Napoleão, seguiu a rota traçada pelos conselheiros de seus antepassados. Nas disputas entre Inglaterra e França, d. Rodrigo de Souza Coutinho assumiu a simpatia pelos ingleses, mas a posição de neutralidade adotada por Portugal não foi entendida desta forma pelas nações em disputa. Diante da invasão do território português pelo exército francês, a corte lisboeta atravessou o Atlântico e em 1808 se instalou no Rio de Janeiro, capital da colônia desde 1763. No rastro da Corte, grande número de artistas, naturalistas e intelectuais de um modo geral passavam pela cidade do Rio de Janeiro. Para Freire-Allemão, frequentar o ambiente intelectual do Seminário de São José, com professores formados na Europa e vivenciar a nova movimentação intelectual da antiga cidade colonial era, sem dúvida, um grande estímulo à ampliação de sua formação acadêmica.

1.2 A Formação em medicina: introdução aos estudos naturais

Quando Freire-Allemão ingressou na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro esta não tinha o status de Faculdade. A própria concessão do título de doutor, fundamental ao exercício prático da profissão, era restrita à formação em universidades europeias. No Brasil, o primeiro curso de formação na área ocorreu com a criação do Hospital Militar, após a chegada da família Real, onde era oferecida uma cadeira de Anatomia. Em janeiro de 1809 outras disciplinas foram criadas, como a medicina operatória e a de partos. Três meses depois (em 12 de abril), o príncipe regente criou uma nova cadeira, a de Medicina Clínica Teórica, com o objetivo de formação de cirurgiões com princípios de medicina, a fim de que viessem a tratar os doentes a “bordo das naus, e os povos daqueles lugares em que hajam de residir nas distantes povoações do vasto continente do Brasil”.¹¹⁰

¹¹⁰ MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Katia. *A danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 172.

Na Bahia, o príncipe regente d. João determinou que João Pereira de Miranda, nomeado cirurgião-mor agregado do 1º regimento de linha, fosse empregado na instrução teórica e prática dos cirurgiões ajudantes dos regimentos dessa guarnição, pelo decreto de 22 de setembro de 1810.¹¹¹ No mesmo ano, uma ordem régia anunciou que três estudantes da Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro fossem para a Escócia estudar na Universidade de Edimburgo, a fim de se atualizar com os conhecimentos europeus. Habilitar-se-iam para, na volta, ensinar e dirigir as Escolas de Cirurgia do Brasil. Já em 1812, O físico-mor do reino e conselheiro da Real Câmara, Manoel Luiz Álvares de Carvalho, também diretor dos estudos médicos e cirúrgicos da Corte e do Estado do Brasil, planejou a criação de cursos de cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1813 foi decretado o curso do Rio de Janeiro, a ser ministrado no Hospital Militar até a construção de uma casa no Hospital de Misericórdia; em 1815, o de Salvador, que teria lugar no Hospital da Santa Casa de Misericórdia.¹¹²

Freire-Allemão informa que sua entrada na instituição ocorreu quando houve uma “melhora” no ensino. A melhora corresponde à elaboração dos novos estatutos, em 1820,¹¹³ sob a direção de José Maria Bomtempo, com uma distribuição curricular ao longo dos cinco anos de formação.¹¹⁴ Além disso, houve a organização de questões administrativas, como o estabelecimento das atribuições dos diretores, lentes, secretários, arquivos e demais funcionários.¹¹⁵ Para ingressar na Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, Freire-Allemão passou por exames de conhecimento das línguas portuguesa e francesa e de lógica, temas aos quais estava familiarizado. Além da ajuda financeira do irmão e de seus esforços com professor particular, solicitou e conseguiu uma pensão do governo imperial, com o compromisso de prestação de serviços ao Estado depois de formado.

¹¹¹ Idem, p. 173.

¹¹² FERREIRA & outros, 2001, p.64.

¹¹³ 1º anatomia; 2º fisiologia e patologia; 3º matéria médica, higiene geral e particular, terapêutica geral; 4º instituições cirúrgicas e medicina operatória; e 5º medicina clínica e nosografia médica. Os alunos deveriam frequentar paralelamente aulas de química e de botânica. Estatutos que sua Majestade Manda que se Observem Interinamente na Academia Médico-Cirúrgica, 1826. Citado por FERREIRA & outros, 2001, p.23-28.

¹¹⁴ FERREIRA & outros, 2001, p. 65.

¹¹⁵ Verbetes: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ. Pesquisa: Alex Varela e Andréa Lemos Xavier. Redação: Verônica Pimenta Velloso, Andréa Lemos Xavier, Maria Rachel Fróes da Fonseca. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm>.

Em 1826 um decreto Imperial desvinculou os diplomas de cirurgião e médico da Universidade de Coimbra, dando autonomia às escolas médico-cirúrgicas do Brasil para a concessão dos referidos diplomas.¹¹⁶ Tal ato definia mais claramente a autonomia das academias médico-cirúrgicas do Brasil na concessão dos dois diplomas, não sendo mais necessária a subordinação ao físico-mor e ao cirurgião-mor de Portugal nem necessidade do diploma da Universidade de Coimbra para validar a habilitação. Apesar disso, as academias eram criticadas por suas deficiências, o que mantinha a tendência à continuidade dos estudos em Portugal ou na França, o que se tornou um projeto para Freire-Allemão.

Aproximando-se do final do curso, Freire-Allemão começou a ter o seu nome alçado em outras esferas das políticas de Estado, já atrelado ao mundo científico, via formação em medicina. Era o momento de iniciar o pagamento do auxílio Imperial recebido nos anos de formação. A contrapartida quando foi a convocação para acompanhar o Imperador do Brasil d. Pedro I em sua viagem à região da Cisplatina, em guerra entre 1825 e 1828. Diante da convocação o jovem decide se recusar ao cumprimento do chamado:

“Fui avisado para apresentar-me. Eu estava então preparando-me para ir para a França estudar; fiquei muito contrariado e seguindo meu gênio fiz-me de esquecido e não me apresentei. Estava pois criminoso”.¹¹⁷

Concluído o curso, o desejo de Freire-Allemão era tentar o doutoramento pela Faculdade de Medicina de Paris, instituição modelo da formação médico-cirúrgica da época. Mas o “esquecimento” causou um imbróglio, era preciso resolver aquele ato “criminoso”. Contou, mais uma vez, com o apoio de sua rede de convívio social.

“Peguei-me com João Bandeira de Gouveia, cujas filhas ensinava, o qual me desembaraçou. Era empregado de uma secretaria e homem importante”.¹¹⁸

¹¹⁶ Lei de 9 de setembro de 1826. Ver: LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da Medicina no Rio de Janeiro*. V.1. Rio de Janeiro: Departamento Imprensa Nacional, 1964, p. 29-30.

¹¹⁷ “Notícias sobre a minha vida” / “Apontamentos biográficos”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90.

¹¹⁸ Idem.

Com a ajuda de amigos influentes na Corte conseguiu se explicar ao monarca. A viagem de d. Pedro I aconteceu em 1826, sendo o seu regresso precipitado pela notícia da morte da rainha d. Leopoldina, ocorrida em dezembro do mesmo ano.¹¹⁹ O retorno do Imperador pode ter ajudado a minimizar os efeitos da falta do jovem estudante de medicina que com a intervenção do senhor Gouveia, conseguiu se livrar do problema.

Em 26 de abril de 1828, aos 31 anos de idade, Freire-Allemão recebeu sua carta de habilitação em Cirurgia e Medicina.¹²⁰ Segundo afirmou, “nesse tempo o governo francês dava passagem de graça aos moços brasileiros que quisessem ir estudar”. Enquanto os filhos da elite poderiam ir e retornar da Europa por vezes com recursos próprios, os menos abastados necessariamente precisavam de outros financiamentos, outros incentivos. Aproximando-se do dr. José Francisco Xavier Sigaud,¹²¹ conseguiu apoio para embarcar no *L’Aguierre* (navio de guerra francês), que deixou o Rio de Janeiro em outubro de 1828, chegando à em 8 de fevereiro chegava à cidade das luzes.¹²² Na França percorreu várias e importantes cátedras de ensino médico, tomando lições com grandes mestres: química com Mathieu Orfila, um dos fundadores da toxicologia e de física-médica; Philippe Pelletan; George Andral, com quem aprendeu lições de higiene e hematologia; botânica com Jacques Clarion; fisiologia e zoologia com André Marie Dumeril e anatomia de Jean Crouveiller. No Hotel-Dieu fez os estudos clínicos de Guillaune Dupuytren, de Chomel e de outros mestres. Já na Sorbonne, tomou as lições de química dos professores Thenerage e Gay Lussac, e as de física de Puillet. Em outras escolas ouviu “as brilhantes lições do Barão de Cuvier, as de I.B. Say”. Ainda assistiu às lições de química de Dumas, às de fisiologia experimental

¹¹⁹ PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFF: Niterói, 2007. P. 179.

¹²⁰ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,30.

¹²¹ Joseph-François Xavier Sigaud (1796-1856) era um médico francês bonapartista, formado na Faculdade de Medicina de Estrasburgo em 1818. Por motivos políticos veio para o Brasil em 1825. É considerado um dos principais formadores das primeiras gerações de médicos do Brasil. Ver: FERREIRA, Luiz Otávio. José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. *História, Ciência e Saúde. Manguinhos*, v.5, n.1, Rio de Janeiro, março/junho 1998.

¹²² Após oito dias de viagem, houve uma parada na Bahia para o embarque de alguns militares franceses, que já aguardavam. A chegada à Europa ocorreu no porto de Brest, localizado na região da Bretanha, entre o canal da Mancha e o Oceano Atlântico, em janeiro de 1829. Não demorou muito para tomar “logo passagem para Paris, na primeira diligência”. “Notícias sobre a minha vida” / “Apontamentos biográficos”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90.

de Magendie e de outros nomes notáveis do campo da ciência médica francesa que se desenhavam no início do século XIX.¹²³

Após um ano de estudos, solicitou à Faculdade de Medicina de Paris o início dos exames de qualificação para obter o diploma de doutor. A carta de cirurgião formado no Brasil, apesar das reconhecidas limitações, ajudou na decisão da Faculdade de autorizar o início das avaliações, realizadas em cinco etapas: o primeiro exame foi realizado em 19 de janeiro de 1830, sendo a banca formada por Pelletan, Dumeril e Bregnard; seis meses depois, em 20 de junho, fez o segundo exame, com a banca formada por Beyer, Crouveille e Velpeau; em 18 de fevereiro de 1831 houve a terceira avaliação, com os professores Chomel, Reux e Cochon na banca; a quarta, em 03 de junho, sendo Albert, Desjenetes e Sandrás os examinadores; e por fim o de 04 de agosto de 1831, examinado por Leroux, Dupuytren e Watin. Aprovado em todas as fases, em outubro de 1831 obteve a sua carta de Doutor. Faltava apenas uma última tarefa, a apresentação da tese. Em dezembro ele apresentou a *Dissertation sur le gôitre* (Tese sobre o bócio) e recebeu o diploma de doutor em medicina pela Faculdade de Paris.¹²⁴ Tinha finalmente sido reconhecido pela mais influente escola médica de sua época. Doutor Francisco Freire-Allemão voltou ao Brasil no início de 1832.

No período em que esteve em Paris, a Europa vivia um quadro político que o historiador Eric Hobsbawn chamou de “ondas revolucionárias”.¹²⁵ Entre 1815 e 1848, vários movimentos ocorreram em diversas partes do mundo ocidental. Viviam-se os impactos das ondas revolucionárias e do cenário da produção científica e literária no contexto do romantismo, da revolução e do nacionalismo. Na França, a Revolução de 1830 derrubou a dinastia Bourbon e a Coroa passou aos Orleans. As ruas de Paris foram o palco dos “três dias gloriosos”, como ficaram conhecidas as lutas entre 27 e 29 de julho de 1830.¹²⁶ Apesar de estar residindo na França, Freire-Allemão não fez referência a esses episódios em suas memórias.

¹²³ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90. Sobre as relações entre médicos brasileiros e a escola de Paris, ver BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. *A influência da medicina da França na formação da medicina na Bahia, Brasil (século XIX e meados do século XX)*. Salvador: Gazeta Médica da Bahia, 2010. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de História da Medicina, em Manaus-AM, em 2009.

¹²⁴ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28, 5,32.

¹²⁵ HOBSBAWN, Eric J. *Op. Cit.*, 1977.

¹²⁶ Importante episódio das revoluções burguesas. O quadro de Delacroix “A liberdade guiando o povo” mostra o povo nas ruas armado atrás das barricadas em defesa dos ideais liberais. O mesmo clima revolucionário aparece do romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo.

Uma experiência que mereceu registro em suas memórias foi a chegada de d. Pedro à França, em junho de 1831. O ex-imperador do Brasil havia abdicado o trono em nome do filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade. Antes de se dirigir a Portugal, também em grave situação política,¹²⁷ d. Pedro chegou à Normandia (França). Em Paris foi recebido pelo novo rei. Segundo lembra Freire-Allemão era julho de 1831 e “fazia-se a festa de aniversário da Bastilha”. Luís Filipe, um Orleans, sabendo da presença do monarca do Brasil, membro da dinastia de Orleans e Bragança de Portugal, fez-lhe um convite para que assistisse à festa. O médico destacou a curiosidade dos parisienses para com antigo monarca exilado: “o povo corria em grande numero para o ver chegar”. Segundo Mello Moraes, Freire-Allemão dizia que as pessoas davam entusiásticos vivas e diziam: “*comme il est noir!*”¹²⁸

São episódios que surgem como curiosidades em sua narrativa autobiográfica, mais preocupada com a imagem de cientista, mas que permitem vislumbrar de que forma o indivíduo vivia o mundo social ao redor, da roça à Corte, e da Corte à Europa. Sua preocupação era destacar a formação e atuação científica, mais do que assumir envolvimento em questões políticas. O médico retornou ao Brasil com o título de doutor por uma das mais reconhecidas faculdades de medicina. Ao regressar, encontrava uma situação política não menos complexa, após a saída do imperador. Nas décadas seguintes, alguns intelectuais terão papel fundamental na construção da nação vinculada ao projeto de Estado que então se delineava. No campo científico Freire-Allemão será um desses personagens.

O médico encontrou a estrutura jurídica e o ensino de Medicina diferente de quando partiu, três anos antes. Em 30 de agosto de 1828 houvera a extinção dos cargos de físico-mor e cirurgião-mor, responsáveis pela fiscalização e autorização do exercício das práticas de curar e fazer cirurgias do Império do Brasil. Os processos sob a responsabilidade da Fisicatura-mor passaram à incumbência das câmaras municipais, também responsáveis pela inspeção da saúde pública. Os processos de autorização e fiscalização das práticas de cura ficaram sem instância formal para julgamentos até

¹²⁷ Com a morte de d. João VI em 1826, a impossibilidade do herdeiro direto (d. Pedro) de assumir o trono por ser Imperador do Brasil, levaram-no à abdicação em nome de sua filha, dona Isabel, que se casou com o tio, d. Miguel. Este passou a agir como verdadeiro monarca, e o retorno de Pedro a Portugal seria para reestabelecer o trono à sua linhagem hereditária.

¹²⁸ MORAES, José Antônio de Mello. *A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Allemão Cisneiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino F. do Espírito Santo, 1874, p.13.

1832, quando foram criadas as faculdades de medicina.¹²⁹ Este foi o momento no qual se deu o efetivo monopólio legal das atividades de cura que passaram a ser atribuídas ao médico acadêmico, e não mais a uma variedade de ofícios terapêuticos, como sangradores, curandeiros e barbeiros.¹³⁰

A criação da Sociedade de Medicina (1829) foi um passo importante na tentativa de estabelecimento do monopólio ao saber médico científico. Reunindo alguns críticos do modelo médico e cirúrgico então aplicado no Brasil, esta associação propôs o desenvolvimento científico da Medicina em suas diversas áreas, além da aplicação social, voltada à saúde pública e à atuação junto aos projetos de Estado.¹³¹ O lançamento do Plano de Organização das Escolas de Medicina do Império foi a base da lei de 03 de outubro de 1832, transformando em Faculdades as Escolas da Bahia e do Rio de Janeiro.¹³² Acompanhando este debate, Freire-Allemão foi nomeado membro titular da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro,¹³³ então presidida por seu antigo amigo e protetor Xavier Sigaud.¹³⁴

Com a aprovação dos novos estatutos da Faculdade,¹³⁵ relembra o naturalista que “muitos médicos se dispuseram a fazer o concurso e entre eles era eu que propus a

¹²⁹ PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 67-92, 2004, p. 70.

¹³⁰ Segundo Pimenta, “desenhava-se então uma nova forma de se relacionar com os terapeutas populares, bem diferente daquela do tempo da Fisiocultura-mor (1810-1828). Algumas categorias passaram a ser desqualificadas e deslegitimadas, enquanto outras começaram a depender da Faculdade de Medicina.” Idem, p. 71.

¹³¹ Entre os seus criadores estavam Joaquim Cândido Soares de Meireles e José Martins da Cruz Jobim, brasileiros que estudaram na França e participaram ativamente dos debates da criação da Academia de Medicina; além dos franceses Xavier Sigaud, que fora secretário da Sociedade de Medicina de Marseille e João Maurício Faivre. A partir de 1835 a Academia de Medicina foi denominada Academia Imperial de Medicina. Ver: KURY, Lorelai Brilhante. *O Império dos Miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: ICHF-UFF, 1990; FERREIRA, Luiz Otávio, MAIO, M.C. e AZEVEDO, N.: A Sociedade de Medicina e Cirúrgica do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, nov.1997-fev.1998.

¹³² FILHO, Lycurgo de Castro dos Santos, 1991; FERREIRA & Outros, In: DANTEs, Maria Amélia, 2001.

¹³³ Diploma da Sociedade de Medicina de Paris em favor de Francisco Freire-Allemão, nomeado seu membro titular em 24 de maio de 1832. BN, Coleção Freire-Allemão, doc. I-28,5,33.

¹³⁴ Até 1835 as eleições eram trimestrais. Freire-Allemão dirigiu a casa no terceiro trimestre de 1832. Quando passou a ser anual, o próprio foi presidente no período de 1838 e 1839. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Verbete: Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Casa de Osvaldo Cruz / FIOCRUZ. Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

¹³⁵ Os modelos teóricos no ensino médico-cirúrgico do Rio de Janeiro do início do século XIX podem ser analisados em SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. Sobre as disputas e conflitos em torno da construção das ciências médicas no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, ver KURY, Lorelai, 1990.

ser lente de botânica e geologia”.¹³⁶ Em requerimento ao imperador, datado em 01 de março de 1833, o naturalista se apresentou como pretendente à cadeira de Botânica e Zoologia. No requerimento informa:

“Que sendo para a nova organização da Escola de Medicina desta cidade usada a cadeira de Botânica e Zoologia, e tendo o requerente estudado com alguma especialidade este ramos das sciencias médicas, se crê habilitado a apresentar-se como pretendente a esta cadeira”.¹³⁷

Aprovado nos exames, foi nomeado lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro¹³⁸, e o primeiro curso foi inaugurado em março de 1834. Sua jubilação ocorreu em 1853.¹³⁹ Cinco anos depois a antiga Academia Real Militar passou por uma grande reforma regimental, sendo substituída pela Escola Central. A partir de 1858, Freire-Allemão assumiu a cátedra de Botânica e Zoologia nesta instituição de formação de engenheiros.¹⁴⁰

A relação de Freire-Allemão com a medicina clínica foi mínima. A sua maior dedicação foi à docência e à pesquisa em história natural. Após anos de estudos, empreendeu várias incursões pelas matas e florestas do Rio de Janeiro, solicitando licença para herborizar fora da Corte.¹⁴¹ Foram vários estudos botânicos no Mendanha, Tijuca, Jacarepaguá, Gávea, Corcovado, entre outras localidades, iniciando uma série de

¹³⁶ “Notícias sobre a minha vida” / “Apontamentos biográficos”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,90. Na narrativa, aparece geologia, mas certamente o autor quis se referir à zoologia, que incorporava o nome da disciplina.

¹³⁷ Requerimento de Freire-Allemão ao Imperador, apresentando-se como pretendente à cadeira de Botânica e Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, 01 de março de 1833. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28-5-35.

¹³⁸ Carta da Regência, nomeando Francisco Freire-Allemão lente da cadeira de Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. 10 de junho de 1833. BN, Coleção Freire-Allemão, doc. I-28,5, 37.

¹³⁹ Carta de Jubilação de Francisco Freire Alemão da cadeira de Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. 10 de dezembro de 1853. Coleção Freire-Allemão, BN, I-28,5, 66. Neste mesmo ano Freire-Allemão recebeu o honroso título de Conselheiro do Imperador.

¹⁴⁰ Rio de Janeiro, 20 de abril 1858. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5, 74. Tal era o seu prestígio que no final do ano letivo de 1858 uma comissão de alunos de sua primeira turma na Escola Central o presenteou com um microscópio, entregando-lhe em sua casa, junto a um abaixo-assinado, como prova de agradecimento e gratidão. Entre os alunos estavam Antônio Pereira Rebouças Filho e André Pinto Rebouças. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1858. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,75.

¹⁴¹ Solicitou um mês e meio de licença com vencimentos, o que foi deferido. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,45 (requerimento) e doc. I-28,5,46 (autorização).

publicações sobre as espécies novas e desconhecidas,¹⁴² sendo responsável pela descoberta de 15 espécies e 45 gêneros de plantas.¹⁴³ Também iniciou importantes debates com botânicos estrangeiros, enviando-lhes e recebendo artigos, memórias e propostas classificatórias dentro da taxonomia de Linnaeus. Os temas eram relacionados aos estudos botânicos e a diversos outros assuntos da história natural. Seus interlocutores principais foram naturalistas como Karl Friedrich Philip von Martius, Giovanni di Brunnhoff, Ferdinand de Luca, Vincenzo Stellati, Michele Tenore, Achilles Richard, Ludwig von Fischer, August Sain-Hillaire, entre outros.¹⁴⁴

O “acaso” da formação médica lhe permitiu não apenas a entrada no cenário da história natural, mas também a escrita de uma página importante na construção da própria ciência nacional. Na próxima etapa do trabalho analisarei a sua inserção nas redes de associações científicas e a importância desta circulação para o acúmulo do seu capital simbólico.

1.3 Mundo institucional: o indivíduo e os círculos de saber

Na década de 1830 o naturalista iniciou uma trajetória de inserção em diversas instituições científicas nacionais e estrangeiras, tendo especial atuação em algumas delas. Já em 30 de abril de 1833 foi nomeado membro suplente do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.¹⁴⁵ Exposto no artigo II dos estatutos, a entidade foi criada com o objetivo de

“melhorar as prisões, o seu estado penitenciário; e sustentar por todos os meios permitidos, a Liberdade e Independência Nacional: 1º auxiliando a ação das autoridades públicas, todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranquilidade

¹⁴² SOUSA, João Francisco de. *Freire Allemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Ponguetti, 1948; MORAES, José Antônio de Mello, 1874; GAMA, J. Saldanha, RIHGB, t. 38, 1875.

¹⁴³ MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. *Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005.

¹⁴⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 81, 1964.

¹⁴⁵ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,36. A primeira Sociedade Defensora foi criada em São Paulo, em 29 de março de 1831, poucos dias após a conhecida “noite das garrafadas” (13 de março). Em maio foram reunidos os 55 primeiros sócios desta associação no Rio de Janeiro. Ver BASILE, Marcelo. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões (Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da UFES)*. Vitória, 2006.

comum: 2º usando do direito de petição, para as medidas, que não estiverem ao seu alcance”.¹⁴⁶

Por ocasião da abdicação de d. Pedro I as disputas no Rio de Janeiro ocorrem em torno de três grupos políticos principais.¹⁴⁷ A Sociedade Defensora era majoritariamente composta por políticos “moderados”, utilizando as páginas dos jornais *O Republico*, *Aurora Fluminense* e *O Homem e a América*. A Sociedade Federal Fluminense era o órgão do grupo “exaltado”, enquanto a Sociedade Militar representava os “caramurus”, que de uma forma geral defendiam a restauração do poder ao rei Pedro I. Segundo Marcelo Basile, a defesa da Sociedade Defensora foi pela preservação da ordem pública, num momento de grande tensão política, com disputas entre grupos conflitantes e com a eclosão de diversas revoltas em diferentes localidades do território. Defender a “liberdade” e a “independência nacional” significava a manutenção da ordem legal, então representada pela Regência. Para o autor, a nomeação de Freire-Allemão representaria à Sociedade Defensora a tentativa de fixar uma imagem mais aproximada de uma associação filantrópica, objetivando a reforma das prisões e a construção de uma casa de correção.¹⁴⁸

O naturalista foi editor do jornal *O Homem e a América*, palco de grandes discussões políticas. O pedido foi feito pelo amigo da época do Seminário de São José, Freire-Allemão, Evaristo Ferreira da Veiga um dos mais importantes nomes da Sociedade Defensora que aparece nas narrativas do velho naturalista como grande incentivador das questões políticas. A narrativa de Freire-Allemão trás o tom do desgosto por esta iniciativa. Mesmo se dizendo “contrariado”, assumiu a função, mas indica que “o jornal *caiu* em minhas mãos”.¹⁴⁹ Provavelmente a narrativa de contrariedade se dá provavelmente pelo afastamento que o naturalista tentava fazer entre a sua imagem e as questões de ordem política.

¹⁴⁶ Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832, p. 3 e 4.

¹⁴⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. Antes de 1822 predominavam as sociedades secretas, mas após a abdicação surgiram sociedades “mais abertas”, legalizadas, como a Defensora, a Militar. CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1987.

¹⁴⁸ BASILE, Marcelo, *Op. Cit.*, 2006.

¹⁴⁹ Idem.

Homem de Letras, sua passagem por Paris deixou marcas que lhe renderam em 1835 o diploma de membro correspondente do Institut Historique de Paris,¹⁵⁰ criado no mesmo ano. Já em 1839 foi associado ao IHGB, fundado no anterior, inspirado no modelo francês, onde teve forte atuação nos debates etnográficos, tema a ser tratado no próximo capítulo. Em 1836, foi nomeado sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional-SAIN,¹⁵¹ criada em 1825 sob a inspiração das congêneres europeias, principalmente da França. Segundo os seus estatutos, a SAIN tinha o objetivo de “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da indústria no Império do Brasil”. Ao longo do século XIX esta Sociedade Auxiliadora se envolveu em ações políticas e econômicas do Império, inclusive na produção científica.

No início da década de 1840 o capital simbólico de Freire-Allemão foi consideravelmente ampliado. No dia 23 de março de 1840 o príncipe regente Pedro de Alcântara foi acometido de uma “congestão cerebral estranha”, como narrou Freire-Allemão.¹⁵² Segundo ele, “por morar ali perto” do Paço Imperial (na época lecionava na Faculdade de Medicina e morava na Rua da Assembleia)¹⁵³ foi chamado para atender o imperador. Cinco dias depois, o Marquês de Itanhaém, responsável pela nomeação dos empregados da Casa Imperial, informava que, “uma vez prestado um serviço a Pessoa Imperial, por qualquer médico, fica este considerado de Câmara”.¹⁵⁴ Por este ato de nomeação, Freire-Allemão se tornava médico do príncipe, da Câmara e da família real. No dia de sua emancipação (23 de julho de 1840) d. Pedro II ratificou a nomeação, determinando o ordenado anual de 800\$000 (oitocentos mil réis).¹⁵⁵

As aulas na Faculdade de Medicina seriam, a partir de então, paralelas à vivência no seio da família imperial. Mais do que um súdito, Freire-Allemão teria a responsabilidade de cuidar da saúde da maior autoridade do país, gozaria de sua confiança, frequentaria ainda com mais intimidade alguns dos mais altos circuitos do

¹⁵⁰ Em 25 de julho de 1835. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,38.

¹⁵¹ Em 22 de dezembro de 1835. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,40. Ver DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: Dantes, Maria Amélia, *Op. Cit.* 2001.

¹⁵² Na ocasião as disputas políticas no período regencial pela direção dos destinos do Brasil levaram à criação da Sociedade Promotora da Maioridade, proposta pelo Senador cearense José Martiniano Alencar. Logo depois passou a se chamar Clube da Maioridade, presidido por Antônio Carlos de Andrada, apoiando o fim da regência e a ocupação do trono pelo príncipe Pedro de Alcântara.

¹⁵³ Segundo Saldanha da Gama. RIHGB, t. 38, 1875, p. 110.

¹⁵⁴ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,43.

¹⁵⁵ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,44.

poder, tornando-se inclusive um dos professores das princesas.¹⁵⁶ Saldanha da Gama narra uma fala atribuída a Freire-Allemão sobre estas experiências. Durante as semanas que passava no Paço de São Cristóvão, “além do paternal afeto” com o qual era tratado por Sua Majestade, aproveitava o tempo livre para consultar obras raras existentes na Biblioteca Imperial, dentre elas a obra sobre a flora brasileira de Johann Baptiste Emanuel Pohl (1782-1834), médico e botânico que participou da Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822. Tirava proveito ainda de outros livros de “subido merecimento, que só *Ele* possui”.

Não sendo herdeiro de famílias dominantes, seria esta uma convivência importante inclusive para nova oportunidade de ir à Europa, em 1843, quando fez parte da comitiva responsável pela viagem que conduziria a Princesa de Nápoles, d. Teresa Cristina de Bourbon ao Brasil, para se casar com o imperador Pedro II¹⁵⁷. Além de Nápoles foi também a Roma onde teve a oportunidade de conhecer o sumo pontífice e beijar-lhe o anel. Ao contar os episódios do Vaticano diz não ter ido à cerimônia oficial “por não ter trajes convenientes”. Amante das ciências, da arquitetura e da literatura, aproveitou para conhecer “igrejas, palácios, bibliotecas, gabinetes de antiguidades”, além de visitar as ruínas de Herculano e o túmulo de Virgílio.¹⁵⁸

Outras associações e títulos de honraria foram concedidos ao naturalista.¹⁵⁹ Areladas à pesquisa de campo e a publicações de memórias, estas experiências institucionais lhe permitiram refletir sobre história natural em contato com outras redes. Sua bagagem o incentivou no desejo de redigir um compêndio de botânica, não contemplado, mas mencionado por Saldanha da Gama, como veremos a seguir.¹⁶⁰ A

¹⁵⁶ RIHGB. t. 38, 1875, p.105.

¹⁵⁷ Antes disso, em 15 de setembro de 1841 Freire-Allemão havia sido diplomado sócio correspondente da Academia de Ciência da Sociedade Real Bourbônica,, sediada em Nápoles. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,47.

¹⁵⁸ “Notícias sobre minha vida” e “apontamentos biográficas”. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28, 5,90. Na Biblioteca Nacional, existem alguns documentos relativos a estas experiências, como notas referentes à viagem e às cidades de Nápoles e Roma (doc. I-28,9,41) e desenhos do túmulo de Virgílio (doc. I-28,9,42) e da casa do Poeta Torquato Tasso (doc. I-28,9,43). A imperatriz Teresa Cristina levou consigo uma vasta coleção arqueológica de diversas localidades mediterrânicas, incorporadas ao acervo do Museu Nacional.

¹⁵⁹ Para além das honorarias profissionais, após o pagamento de uma joia de vinte mil réis e de apresentar as provas e habilitações requeridas para o recebimento do hábito, foi condecorado Cavaleiro da Ordem de Cristo (docs. I-28,5,48 e I-28,5,49). Em 1843, recebeu o título de Cruz de Cavaleiro da Real Ordem Francisco I, (doc. I-28,5,50) o diploma de membro da Academia Pontaniana (doc. I-28,5,51) e o título de sócio correspondente do Reale Instituto d’Incoraggiamento alle Scienze Naturale (doc. I-28,5,52), com decreto assinado pelo Rei das Duas Sicílias, Ferdinando II e, dois anos depois, o diploma de sócio correspondente estrangeiro do mesmo Instituto (doc. I-28,5,53). BN, Coleção Freire Alemão.

¹⁶⁰ RIHGB, t. 38, 1875, p. 116.

criação de uma associação científica nacional foi um dos projetos a que Freire-Allemão se dedicou desde o final da década de 1840 até a sua morte. Analisarei agora as relações entre a Sociedade Velloziana e as concepções de história natural para este naturalista.

1.4 Os “curiosos da natureza”: história natural e etnografia na Sociedade Velloziana

Em agosto de 1845, Freire-Allemão registrou em seus borrões o desejo de reunir “curiosos da natureza” em uma associação de naturalistas. Sentindo falta de tal empresa no Brasil, imaginava que a formação de um grupo de trabalho composto por pessoas que coligissem, estudassem e entesourassem os objetos naturais do país, “tão preciosos, tão abundantes”, seria a solução para esta lacuna. Começava então a desenhar a sociedade. Em seus alfarrábios rabiscou que os temas seriam as ciências naturais do Brasil em geral, com ênfase nos produtos do solo. Os integrantes deveriam investigar escritos antigos, procurando tudo o que estivesse “perdido e esquecido”. Em cada província haveria correspondentes incumbidos de enviar produtos e memórias à Corte no Rio de Janeiro.¹⁶¹ Os correspondentes deveriam se informar sobre o que se passava nas províncias, recorrendo a jornais e cartas, e também “vocalmente”, através de conversações. Aliás, o registro oral teve grande influência na formação e atuação científica do naturalista. Até mesmo para a organização da Velloziana acreditava que as “conversas familiares” uniriam os cientistas. Através das relações de troca esperava que os curiosos da natureza se “animassem mutuamente”.¹⁶²

A criação desta associação refletia as suas concepções sobre história natural. Como não conseguiu realizar o projeto de redigir um compêndio, o relato Saldanha da Gama se torna uma base importante para esta compreensão.¹⁶³ O conceito científico sobre a palavra “natureza” é apresentado em três vertentes: 1) as “propriedades de

¹⁶¹ BN, Coleção Freire Allemão, doc. I-28, 9,80.

¹⁶² Este conteúdo foi referido por Freire-Allemão no Discurso pronunciado na Sociedade Velloziana em 1870, quando apresentava suas memórias sobre os caminhos da associação científica por ele pensada e fundada. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28-9,80. Sobre a criação e atuação de instituições e associações científicas entre o final do século XVIII e a década de 1840 ver: DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. RIHGB, v. 278, 1968.

¹⁶³ A referência que utilizo foi a homenagem lida e publicada pelo IHGB. Segundo conta, na primeira aula de 1863, na Escola Central, Freire-Allemão fez a leitura de um manuscrito contendo a descrição dos três reinos da natureza e da história natural. Seria o primeiro capítulo do compêndio de Botânica pretendido pelo naturalista. O manuscrito da aula teria ficado com os alunos para que pudessem copiá-lo. Saldanha da Gama transcreveu parte do texto. RIHGB, t. 38, 1875, p. 59.

nascimento de um ser” (“hereditárias”) em oposição à “arte”; 2) a reunião dos seres que constituem o universo; 3) as forças das leis que regem o mundo, por vezes chegando-se à atribuição de uma divindade como a causa das causas, numa clara aproximação do naturalista com a monogenia, da qual era partidário. A natureza seria dividida em substâncias incorpóreas e corpóreas. As primeiras estariam no campo do espírito, não tendo extensão no espaço nem decurso no tempo. É a inteligência ou substância espiritual, campo de estudo da metafísica. Por outro lado, a substância corpórea seria aquela extensiva à natureza, sendo definida pelos sentidos e pertencendo “ao domínio da *physica* ou *sciencias naturaes*”.¹⁶⁴

Ao analisar a força de atração que faz com que os átomos se transformem em matéria, por si só inerte, Freire-Allemão se posiciona contrário aos “filósofos materialistas” por discordar da ideia de que a matéria não teria sido criada e que se governaria por si mesma. Esta concepção os conduziria a “absurdos e extravagâncias”. Os princípios ao qual se alinhava reconheciam a criação divina como “inteligência universal de que criou o mundo e que o rege por onipotência”.¹⁶⁵ A trajetória de formação religiosa tinha presença no argumento final da ciência monogenista pensada pelo naturalista, mas não o impediu de buscar uma leitura pormenorizada e particularizada da natureza, com influência de pensadores como Newton e Linnaeus e suas propostas de compreensão das leis físicas e dos organismos vivos.

Os corpos que formam a natureza (os seres) são desmembrados em “inorgânicos (ou brutos) e orgânicos e viventes”. Os seres vivos estavam em constante luta entre os elementos que compõem a sua matéria. Uma luta onde alguns corpos se aniquilam e outras combinações se formam. Por isso a “matéria estava sempre *em ser*, bem que os corpos tenham na natureza uma existência temporária” (grifo nosso). É esta aparente confusão e desordem que define “a ordem e harmonia no sistema de criação e no governo do universo”. Ao longo do texto apresentado por Saldanha da Gama, Freire-Allemão segue diferenciando os corpos brutos (físicos) e vivos (botânicos, zoológicos), introduzindo as particularidades e a hierarquia no seu próprio sistema de classificação dos campos que se debruçam sobre a natureza e fazem a história natural. Uma das diferenças está na origem. O corpo inorgânico “surge” de forma eventual, resultado de um encontro fortuito entre moléculas convergentes, é produzido por afinidades e

¹⁶⁴ Idem, p. 60.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 60.

combinações químicas. Já o corpo vivo “nasce” de outro corpo a ele semelhante, por meio do que chama de “geração”, algo que o químico nunca conseguirá criar em seu laboratório, segundo pensava.

A comparação entre seres inorgânicos e orgânicos continua, sob os critérios do modo de existência, composição, estado das moléculas, crescimento, volume e forma.¹⁶⁶ Segmentando a escala para o domínio dos seres vivos, reduz à existência de duas séries distintas: animais e vegetais, também comparando suas semelhanças e diferenças. Ambas formam duas séries (ou cadeias), iniciada pelo homem, no caso dos animais, e pela árvore da *dicotyledonea* (magnólia), no caso dos vegetais, com os seus segmentos formando “duas pirâmides que se tocam pelos vértices”. Inspirado nas ideias de Lineu, Freire-Allemão estabelece a divisão dos corpos da natureza em reinos: o mineral, o vegetal (“ser vivente que não tem sentimento nem movimento espontâneo”) e o animal (“ser vivente dotado de sentimento e de movimento espontâneo”). Que por sua vez conformam nos três domínios da história natural, ciência dos seres naturais: a mineralogia, a botânica e a zoologia¹⁶⁷, áreas que teriam espaço na associação científica proposta pelo naturalista.

Em 1850 surgia a Sociedade Vellosiana, destinada a “indagar, coligir, e estudar todos os objetos pertencentes à Historia Natural do Brasil” e ainda “averiguar e interpretar as palavras indígenas com que forem designados”.¹⁶⁸ O objetivo dos estudos sobre as populações indígenas seria a investigação das línguas como ferramenta à história natural. A associação seria composta por sócios efetivos,¹⁶⁹ adjuntos efetivos, correspondentes, adjuntos correspondentes e honorários. A experiência em ciências naturais e línguas indígenas, incluindo a necessidade de publicações de estudos e trabalhos originais era um pré-requisito. No texto final do estatuto, a Seção de Etnografia recebeu o nome de Línguas Indígenas.¹⁷⁰ As reuniões seriam quinzenais e ocorreriam em uma sala do Museu Nacional, cedida pelo governo.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 67-69.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 69.

¹⁶⁸ Estatutos da Sociedade Vellosiana, 6 de setembro de 1850. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 3, doc. 157.

¹⁶⁹ Os primeiros sócios efetivos foram: 1ª Seção de Mineralogia: Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1803-1866), Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), Cândido Teixeira de Azeredo Coutinho (? – 1878), Alexandre Antônio Vandelli (1784-1859); Custódio Alves Serrão (1799-1873); 2ª Seção de Botânica: Francisco Freire Allemão (1797-1874), Luiz Riedel (1791-1861), Bernardo José de Serpa Brandão; 3ª Seção de Zoologia: Emilio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), Joseph Théodore Descourtiz (179?-1855); 4ª Seção de Línguas Indígenas: Antônio Manoel de Mello (1802-1866) e Ignácio José Malta.

¹⁷⁰ Estatutos da Sociedade Vellosiana, 1850. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 3A, doc. 157.

O empenho de Freire-Allemão na criação e nos esforços para dar continuidade a este projeto se aproxima daquilo que Georges Gusdorf chamou de romantismo científico. O autor considera o romantismo um contraponto ao universalismo iluminista, suscitando a consciência de si em várias regiões da Europa e de antigas áreas coloniais, baseada não apenas no campo da literatura, da língua e das artes, mas também das ciências e dos saberes de todas as espécies. Em outro sentido o seu colapso é apontado com o fortalecimento da ciência positivista, na segunda metade do século XIX.¹⁷¹ Portanto, o romantismo estaria entre os universalismos iluminista e positivista, muitas vezes manifestando-se simultaneamente a estes dois referenciais da razão universal.¹⁷²

A geração de Freire-Allemão, herdeira da formação Iluminista, tem a tarefa de afirmar elementos desta universalidade (representada pelos saberes científicos), mas a partir das particularidades nacionais, tentando colocar a ciência brasileira no lugar de produção e condições de debate com cientistas estrangeiros, o que não ocorria sem tensão e disputa para a afirmação de símbolos, métodos e linguagens. A Sociedade Vellosiana não foi a única a protagonizar estas questões, mas é uma importante fonte de estudo. Esta tensão se percebe em situações diversas, como a própria escolha do nome da associação científica. Logo na primeira sessão preparatória, em 27 de julho de 1850, Freire-Allemão sugeriu o nome Vellosiana em homenagem ao frei Velloso. Dos sócios fundadores, apenas um estava ausente, Emílio Joaquim da Silva Maia.¹⁷³ Marcaram presença Guilherme Schüch de Capanema,¹⁷⁴ Frederico Leopoldo César de

¹⁷¹ GUSDORFF, Georges. *Fondements du Savoir Romantique*. Payot: Paris, 1982.

¹⁷² BERLIN, Isaiah. *Op. Cit.* 1976.

¹⁷³ Tesoureiro e arquivista da Sociedade. Era bacharel em filosofia natural (Coimbra, 1828) e doutor em medicina (Paris, 1833). Foi membro da Academia Imperial de Medicina, da SAIN e do IHGB. Professor fundador do Colégio Pedro II; Diretor da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional (1842-1859). Ver: KURY, Lorelai. Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, V(2): 267-91, jul.-out. 1998; GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2004.

¹⁷⁴ Secretário Interino da Sociedade. Filho de Roque Schüch, que acompanhou a Missão Austríaca ao Brasil em 1817, era engenheiro pela Universidade de Viena (1846) e doutor em ciências físicas e matemáticas pela Academia Militar do Rio de Janeiro (1849); foi Diretor adjunto da Seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas no Museu Nacional (1849); sócio do IHGB, SAIN, Sociedade Vellosiana, Sociedade Palestra Científica e Instituto Politécnico; teve atuação em diversas comissões científicas de exploração. Os estudos realizados na Escola Militar com o coronel Polydoro Quintanilha Brandão levaram à construção de um telégrafo elétrico, em 1851, realizando transmissão de uma sala a outra do prédio. Encarregado pelo Império, Capanema inaugurou a primeira linha telegráfica, medindo 4,3 km, em 11 de maio de 1852, no Rio de Janeiro. Até as primeiras décadas do século XX houve grande crescimento das linhas, sobretudo com os trabalhos da Comissão Rondon. A atuação de Capanema entre na chefia de serviço telegráfico entre 1852 e 1889 em muito contribuiu para a sua expansão. Ver FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Op. Cit.* 1998; PINHEIRO, Rachel. *Op. Cit.* 2002.

Burlamaque,¹⁷⁵ Luiz Riedel,¹⁷⁶ Theodoro Descourtiz¹⁷⁷ e Cândido de Azeredo Coutinho.¹⁷⁸ Na ocasião não houve oposição ao nome proposto. Mas na terceira reunião, em 26 de agosto, em sua primeira participação, Silva Maia se manifestou contrário ao nome Velloso, sugerindo Sociedade de História Natural Brasileira. Também Luiz Riedel aproveitou a situação para sugerir outro nome, Sociedade Excrutadora de História Natural.¹⁷⁹

Nas “Atas” está registrado que houve “alguma discussão” entre os sócios, mas no final foi definida a proposta de Freire-Allemão. Na visão do idealizador da associação os críticos não consideravam frei Velloso com prestígio suficiente para ser homenageado. Mas para além das disputas entre os personagens, as três propostas afirmavam a ciência nacional, mas por caminhos diferentes. As sugestões de Silva Maia e de Riedel se aproximavam, chamando a atenção para a “história natural”, sendo a primeira a ciência natural “brasileira” e a segunda a ciência “excrutadora”, a que indaga, questiona. Já Freire-Allemão propôs homenagear alguém importante em suas memórias de infância, e que àquela época (meados do século XIX) estava sendo lido pelos botânicos e naturalistas, com a publicação da Flora Fluminense. Essa homenagem pode ser considerada também a indicação de um fundador da ciência brasileira, localizado na ilustração portuguesa e atualizado na afirmação da ciência nacional de meados do século XIX. Mais uma vez me recorro à análise de George Gusdorff sobre o romantismo, para quem o novo olhar suscitou um novo sentido do passado, ao mesmo tempo em que modificava a percepção do mundo presente graças ao sentimento da natureza.¹⁸⁰ Recuperar um nome da intelectualidade luso-brasileira significaria perpetuar o seu nome à posteridade.

Os critérios de admissão à Sociedade revelam outras questões importantes. Para ser sócio efetivo era necessário ter experiência em estudo de história natural e ter

¹⁷⁵ Doutor em ciências matemáticas e naturais pela Academia Militar do Rio de Janeiro, onde também foi professor. Dirigiu o Jardim Botânico entre 1861 e 1862 e o Museu Nacional entre 1847 até 1866. PAIVA, Melquíades Pinto. *Associativismo científico no Brasil Imperial: a Sociedade Velloso do Rio de Janeiro*. Brasília: Tesaurus, 2005.

¹⁷⁶ Um dos estrangeiros da associação, nasceu em Berlim, chegando ao Brasil em 1821. Entre 1825 e 1830 percorreu a Expedição Langsdorff como Botânico contratado. Era diretor da Seção de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas do Museu Nacional desde 1842 e sócio honorário do IHGB desde 1840. PINTO, Melquíades. *Op. Cit.* 2005.

¹⁷⁷ Médico francês, foi contratado como Naturalista Viajante do Museu Nacional a partir de 1854. Idem.

¹⁷⁸ Cursou filosofia no Seminário de São José, foi engenheiro licenciado em matemática e doutor pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Sócio da SAIN e sócio efetivo do IHGB (1842). Ibidem.

¹⁷⁹ Atas da Sociedade Velloso. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 10, doc. 100.

¹⁸⁰ GUSDORFF, Georges, *Op. Cit.* 1982, p. 53.

publicado ou realizado trabalhos originais e importantes em qualquer dos um dos ramos da zoologia, botânica e mineralogia (3º Art). Abaixo na hierarquia, os sócios adjunto-efetivos deveriam dominar, além dos estudos em história natural, “o conhecimento de Língua selvática americana, principalmente da língua geral das Tribos brasileiras” (Art. 4º).¹⁸¹ Percebe-se que o lugar da etnografia, entendida aqui pela compreensão da língua, estava em função da história natural. Isso se reflete não só na hierarquia entre os campos, alguns em definição de fronteiras e outros em formação, mas também entre a distribuição dos poderes internamente, tomando por critério a trajetória e a produção em determinadas áreas do conhecimento. Os sócios efetivos eram os mais influentes no organograma da instituição. Seus trabalhos, memórias e livros impressos, assim como no caso dos sócios honorários, seriam colocados em discussão nas conferências, mas não poderiam ser censurados pelas comissões (compostas exclusivamente pelos efetivos), privilégio não estendido a outras modalidades de associados. Apenas eles poderiam compor as quatro Seções, consideradas como comissões permanentes. Assim como os adjuntos afetivos, deveriam ter residência “mais ou menos permanente” na cidade do Rio de Janeiro, circunscrevendo a área de atuação na Corte, mas devendo manter relações com os correspondentes nas províncias.¹⁸²

Tais critérios se refletiram na composição do quadro social. Nos primeiros anos de atividade, a Sociedade foi composta por 26 sócios, 13 efetivos e 13 correspondentes. Os dados de atuação profissional indicam maior presença de médicos e cientistas naturais (bacharéis e doutores), atuando profissionalmente em instituições de ensino superior (Faculdade de Medicina e Escola Central).¹⁸³ Os sócios da Velloziana estavam vinculados a várias instituições nacionais e estrangeiras. No caso das nacionais, os maiores vínculos eram com o Museu Nacional (7 sócios efetivos), IHGB (7 efetivos e 6 correspondentes) e SAIN (6 efetivos). E seis efetivos ocupavam ao mesmo tempo o Museu, o IHGB e a SAIN. Muitos deles foram agraciados com títulos de nobreza, comendas e ordens,¹⁸⁴ concedidos pelo governo imperial.

Os primeiros anos de atuação da Velloziana foram marcados por intensa atividade, com grande quantidade de reuniões e publicações. Relatórios anuais foram

¹⁸¹ Estatuto da Sociedade Velloziana, 1850. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 3, doc. 157.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ PAIVA, Melquíades, 2005, *Op. Cit.* p. 52.

¹⁸⁴ Principais Comendas/Ordens: Cristo, Cruzeiro, Rosa, São Bento; títulos: Conselheiro, Palácio, Barão, Visconde. PAIVA, Melquíades. *Op. Cit.* 2005, p. 55.

apresentados por Guilherme Capanema, em 1851, Ignacio José Malta em 1852 e Freire-Allemão em 1853. Os trabalhos foram publicados na revista *O Guanabara*,¹⁸⁵ entre 1851 e 1855. Criada em 1849 e dirigida por Manoel de Araújo Porto-Alegre, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. *O Guanabara* foi uma revista “artística, científica e literária”, considerada importante referência para a afirmação do romantismo literário e da divulgação científica no Brasil. Nela se instituiu uma Seção homônima destinada exclusivamente à publicação dos trabalhos científicos produzidos pela associação científica. Foram publicados ao todo 27 trabalhos, dos quais dois da Seção de Línguas Indígenas. O ano de 1851 foi o mais produtivo, com 17 reuniões e 19 publicações.¹⁸⁶

O fato de destinar uma Seção específica para temas etnográficos, mesmo que não tenha provocado as mesmas repercussões como no Museu Nacional e no IHGB, demonstra a importância atribuída por Freire-Allemão e seus pares ao tema. É mais um indício de que dos significados atribuídos à etnografia neste período, está a sua relação com a história natural. Apesar de ter publicado apenas duas memórias, a Seção se coloca no debate da construção da ciência nacional, criticando a produção de conhecimento sobre o indígena brasileiro por naturalistas estrangeiros. As memórias foram apresentadas pelo sócio Ignácio José Malta:¹⁸⁷ a primeira em dezembro de 1850, sobre o uso da palavra “pitangueira”¹⁸⁸ e a segunda em novembro de 1851, referindo-se ao uso da palavra “maracujá”.¹⁸⁹ Malta era farmacêutico, e sua relação com as línguas indígenas tinha o objetivo de elaborar um dicionário da chamada “língua geral do Brasil”.¹⁹⁰ Para isso recorreu a bibliotecas e arquivos, fazendo pesquisas e compilando dados. Aproveitando-se destas reflexões, elaborou as referidas memórias.

¹⁸⁵ Em 13 de janeiro de 1851, Freire-Allemão envia carta a Emílio Joaquim da Silva Maia informando que os editores da revista tinham oferecido espaço para suas publicações científicas. BN, Coleção Freire Allemão, doc. I-28,1,25.

¹⁸⁶ Trabalhos da Sociedade Velloziana. Biblioteca Guanabarensis. Rio de Janeiro: Typ. Francisco de Paulo Brito, 1851-1855.

¹⁸⁷ Sócio da SAIN, Sociedade Velloziana e da Palestra Scientifica (1856). Foi sócio da Sociedade Farmacêutica do Rio de Janeiro, onde atuou como Diretor entre 1865-1868. Verbetes: Sociedade Farmacêutica Brasileira. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socfarbr.htm>

¹⁸⁸ MALTA, José Ignácio. Seção de Língua Indígena. Trabalhos da Sociedade Velloziana. 20 de dezembro de 1850.

¹⁸⁹ MALTA, José Ignácio. Seção de Língua Indígena. Origem da Palavra Maracujá. Trabalhos da Sociedade Velloziana. 06 de novembro de 1851.

¹⁹⁰ Na *Corografia Historica...* publicada em 1858 pelo médico e historiador Antônio José de Melo Morais (1816-1882), ao tratar sobre línguas indígenas (*Glossologia dos índios do Brasil*, p. 241), informou em

Os objetivos são bem claros: criticar as narrativas estrangeiras sobre o conhecimento de línguas indígenas e afirmar a necessidade de construção de um novo conhecimento, nacional. A principal discussão é com o naturalista francês August de Saint-Hilaire (1779-1853),¹⁹¹ “a quem muito deve o Brasil”, mas responsável, segundo Malta, de alterar os significados destas palavras. Nos dois casos, o autor aponta que o botânico francês teria interpretado de forma equivocada os registros dos holandeses Margrave e Piso, quando estiveram em Pernambuco, no século XVII, gerando variados entendimentos sobre o uso que os próprios indígenas por ventura atribuíam. De forma geral, estava sendo afirmada a grande dificuldade que os filólogos e estudiosos das línguas indígenas tinham na codificação da palavra falada em palavra escrita, argumentando uma “grande e intrincada confusão que existe na orthographia dos nomes brasis”. Cada livro consultado por Malta (dicionários, relatos de viajantes e missionários, documentos de arquivos) tendia a aumentar ainda mais a “densidade das trevas”, como afirmou. Dizia que “falhos nos vemos de autoridades que positivamente firmem uma opinião”. Mas faz uma observação importante, em defesa das línguas indígenas: se as línguas cultas sofriam alterações, não seria estranho se “entre um povo sem letras, e disperso em grupos isolados, n’um país imenso dê-se o facto de aparecerem os nomes (no caso de Murucuíá e Maracuíá) designando o mesmo objeto”.¹⁹²

Diante das dificuldades para dar continuidade às reuniões, as publicações da Seção de Línguas Indígenas se restringiram a estas duas memórias. Após os primeiros momentos de animação, as reuniões foram se tornando mais rarefeitas e esvaziadas. Ainda em 1852 houve a saída de Guilherme Capanema. Em 1853 ocorreram cinco sessões. Neste mesmo ano foi apresentada proposta para transferência da associação

nota de rodapé que o compatriota Ignácio José Malta há anos se dedicava aos estudos sobre o tema, com o objetivo de elaborar um vocabulário para os que quisessem se comunicar com os “nossos selvagens”. MORAIS, Antônio José de Melo. *Corografia Histórica, Cronológica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859. Um ano antes da publicação desta referência na corografia de Melo Moraes, o poeta Antônio Gonçalves Dias publicava o seu *Dicionário da Língua Tupi – chamada Língua geral dos indígenas do Brasil*. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858. Já as referências sobre Ignácio Malta dão conta de sua atuação na Sociedade Farmaceutica na década de 1860.

¹⁹¹ Entre 1816 e 1822 August de Saint-Hilaire esteve em expedição no Brasil, percorrendo o que corresponde atualmente às regiões Sudeste e Sul, além de Goiás e de parte do Uruguai (na época província da Cisplatina). Esta expedição formou uma vasta coleção de história natural para o Museu de História Natural e para a Academia de Ciências de Paris, com mais de 30 mil exemplares. LORENZ, Karl Michael & PEIXOTO, Maria Inês Hamann. Os itinerários de seis grandes expedições científicas realizadas no Brasil. *Ciência e Cultura*. SBPC, novembro de 1980.

¹⁹² MALTA, José Ignácio, 1850 e 1851.

para o IHGB, onde se tornaria uma Seção do Instituto, o que não se concretizou.¹⁹³ Após duas reuniões em 1854 e duas no ano seguinte, a criação de uma nova associação em 1856, a Sociedade Palestra Científica, na Escola Militar. Idealizada por Guilherme Capanema, a Palestra surgia com o objetivo de “ocupar-se do estudo das sciencias physicas e mathematicas, principalmente com aplicação ao Brasil”.¹⁹⁴ Entre os dez sócios fundadores, seis foram ou era sócios da Vellosiana. Além de Capanema (ex-sócio), Leopoldo César Burlamaqui, Freire-Allemão, Antônio Manoel de Mello, Ignácio José Malta, Candido Baptista de Oliveira. Entre 1856 e 1857 foram realizadas dez sessões na Escola Militar.¹⁹⁵

Esta associação recebeu apoio do governo, inclusive com a publicação de artigos na Revista Brasileira e com a participação do Imperador em uma de suas sessões (14 de novembro de 1856).¹⁹⁶ O artigo 27 expressava outro importante objetivo, a formação de biblioteca e a organização de um museu de produtos somente do Brasil.¹⁹⁷ A proposta era a formação de coleção voltada ao campo das ciências físicas e matemáticas.

Freire-Allemão atribuiu a crise da Vellosiana, além da dificuldade orçamentária, ao interesse de Capanema em acabar com a Sociedade, inclusive citando a criação da Palestra como objetivo de esvaziar as reuniões da Vellosiana.¹⁹⁸ Não se pode negar o elemento das disputas individuais por mais prestígio e apoio aos seus projetos. Mas também não é possível ignorar outros níveis de conflito. Os atores sociais lançam mão dos instrumentos que tem ao seu alcance, agem de acordo com suas estratégias. O próprio Freire-Allemão assinou a solicitação de anexação da Sociedade ao IHGB,¹⁹⁹ e participou da Palestra Científica. Tanto o botânico quanto o engenheiro eram próximos ao Imperador (Capanema foi amigo de infância e Freire-Allemão médico da família Imperial). O que teria influenciado o botânico a esta visão, por vezes reiterada acriticamente por parte da historiografia? Os estudos da física estavam associados às questões mineralógicas, e a ideia de encontrar novas riquezas minerais estava na pauta do governo. Havia interesse governamental nas outras áreas de história natural,

¹⁹³ IHGB, Lata 342, pasta 4, 1853.

¹⁹⁴ Decreto n. 1820, de 13 de setembro de 1856. Estatutos da Sociedade Palestra Científica. Coleção Leis do Império.

¹⁹⁵ PAIVA, Melquiades Pinto. Associativismo Científico no Brasil Imperial: A Sociedade Palestra Científica. RIHGB, n. 439, abr/jun 2008, p. 275-311.

¹⁹⁶ Idem, p. 277.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 285.

¹⁹⁸ Chegou a afirmar que só participou da Palestra para que a Vellosiana não ficasse esvaziada. BN, Coleção Freire Alemão, doc. 1,28, 9,80.

¹⁹⁹ IHGB, Lata 342, pasta 4, 1853.

sobretudo pelo conhecimento farmacológico e econômico da botânica e o potencial agrícola do solo. Mas a hipótese de predileção pela mineralogia é bastante considerável, ainda mais quando percebemos o peso que lhe era atribuído em outra instituição importante, o Museu Nacional. Até a gestão de Freire-Allemão (1866) todos os diretores do Museu tinham experiência em ciências físicas e também lecionavam na Escola Central. Pelo Regulamento de 1842, o Diretor Geral teria quer ser o mesmo Diretor da Seção Mineralógica, Geologia e Ciências Físicas. O próprio Freire-Allemão, botânico, assumiu a direção desta Seção, em 1866, quando se tornou Diretor do Museu²⁰⁰ (Ladislau Netto ficou como Diretor da Seção de Botânica). No caso da Palestra, era fundamental o conhecimento nas ciências físicas e matemáticas para ingressar em seus quadros.

A diminuição do ritmo de encontros é notória na documentação da Velloziana. Ainda em 1856 foi apresentada no IHGB uma proposta para a formação de uma Comissão Científica de Exploração formada exclusivamente por cientistas nacionais. Apoiada política e orçamentariamente pelo governo, esta proposta mobilizou o Instituto, responsável pela sua preparação. A organização e execução do projeto ficaram a cargo de pessoas vinculadas ao próprio IHGB, e também ao Museu Nacional, Sociedade Velloziana e Palestra Científica. Vários dos “curiosos” da Velloziana estavam mais envolvidos em outros projetos. Ainda assim ocorriam algumas esporádicas e pouco concorridas reuniões. Em 04 de junho de 1857, com quatro sócios (Riedel, Burlamaque, Ignácio Malta e Freire-Allemão), foi apresentada e aprovada uma proposta de suspensão, até nova ordem, do Artigo 32 do Regulamento que tratava da joia de entrada e da mensalidade dos associados. Na falta de apoio orçamentário do governo, as despesas eram pagas por estas taxas de associação. Mas com a baixa presença e periodicidade, a remoção deste pagamento tentaria atrair novos associados. As despesas indispensáveis seriam feitas por cotização e com o pagamento de publicação de alguma memória. Dos aspectos científicos, um dos pontos significativos foi a leitura que Freire-Allemão fez de parte de suas memórias que culminariam nos Estudos Botânicos, produzidos entre 1834 e 1866.²⁰¹

A sessão seguinte só foi realizada em 22 de dezembro de 1858, com quatro associados presentes. Freire-Allemão informou que havia sido nomeado presidente da

²⁰⁰ Os dois Atos são de 10 de fevereiro de 1866. BN, Coleção Freire-Allemão, I-28,5,82 e I-28,5,83.

²⁰¹ Estudos botânicos (17 volumes). BN, Coleção Freire Alemão, doc. 5, 4, 18-34.

Comissão Científica de Exploração²⁰² e ocuparia uma vaga de professor da Escola Central.²⁰³ O botânico também anunciou o nome de quatro novos sócios efetivos à Sociedade, todos envolvidos com a Comissão Científica: Manuel Ferreira Lagos, Antônio Gonçalves Dias, João Martins da Silva Coutinho e Manuel Freire-Allemão, seu sobrinho, que o acompanharia como adjunto na Seção de Botânica. Por fazerem parte de Comissão, foram dispensados de apresentar memórias e trabalhos científicos, conforme exigia o regulamento. Se as reuniões da Vellosoiana estavam esvaziadas, o naturalista provavelmente enxergou na presidência da Comissão Científica uma possibilidade de atribuir novo sentido, relacionando os projetos. Também nesta sessão foi discutida a solicitação do sócio Antônio Vandelli (mineralogista, filho do dominicano Domenico Vandelli e genro de José Bonifácio, que também era mineralogista)²⁰⁴ que havia doado vários manuscritos à biblioteca da Sociedade e os estava pedindo de volta. Argumentava que se a Sociedade fosse dissolvida, os documentos deveriam ser devolvidos aos doadores. A resposta foi taxativa: “a Sociedade Vellosoiana ainda vive”.²⁰⁵ Se ainda sobrevivia era pelos esforços do seu idealizador e apoio de uns poucos associados.

No próximo capítulo analisarei algumas discussões sobre etnografia e populações indígenas do Brasil através da atuação do Museu Nacional, do IHGB e da inserção de Freire-Allemão nestes debates.

²⁰² BN, Coleção Freire Alemão, doc. I, 28, 5, 72.

²⁰³ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I, 28, 5, 74.

²⁰⁴ MARQUES, Adílio Jorge Marques. *O professor do jovem Imperador. Alexandre Antônio Vandelli (1784-1862): um naturalista luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

²⁰⁵ Atas da Sociedade Vellosoiana. 22 de dezembro de 1858. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 10, doc. 100.

CAPÍTULO 2: MUSEU NACIONAL E IHGB: MEMÓRIAS E ETNOGRAFIAS

“O romantismo reencontra, de um modo mais literário que dogmático, a sedução da memória. Na tradução do tratado de Vico, *De antiquíssima Italarum sapientia* (1710), Michelet pode ler este parágrafo, *Memoria et phantasia*: ‘os Latinos designam a memória por *memoria* quando ela reúne as percepções dos sentidos, e por *reminiscentia* quando os restitui. Mas designavam da mesma forma a faculdade pela qual formamos imagens, a que os Gregos chamavam *phantasia*, e nós *imaginativa*, e os Latinos *meemorare*... Os Gregos contam também na sua mitologia que as Musas, as virtudes da imaginação, são filhas da memória” [1835, ed. 1971, I, pp. 410-11]. Ele encontra aí a ligação entre memória e imaginação, memória e poesia”.

Jacques Le Goff

O argumento do historiador Jacques Le Goff é que o romantismo reencontrou a sedução pela memória. Citando Michelet, que recupera Vico e os sentidos greco-latinos de *memoria et phantasia*, Le Goff sugere que a ligação entre memória, imaginação e poesia ocorreu no início do século XIX, daí resultando o seu caráter mais literário que dogmático.²⁰⁶ O Romantismo está relacionado à ascensão da sociedade burguesa na Europa entre o fim do século XVIII e a primeira metade do XIX. Há autores que o consideram um movimento de contestação a este mundo burguês, sobretudo na literatura.²⁰⁷ Outros afirmam a sua complexidade, para além de um movimento literário, envolvendo ciência, arte, política, religião, história, sociologia; e as suas contradições, manifestando-se por vezes de forma revolucionária e reacionária, realista e fantástica.²⁰⁸ Uma de suas faces é a forte relação com os movimentos nacionalistas: à medida em que um passado e uma língua comuns seriam referenciais para a afirmação dos símbolos nacionais em detrimento do universal, no interior dos limites “nacionais” haveria outras marcas a serem apagadas, as que não satisfizessem os desejos dos construtores das imagens unívocas do nacional.

No Brasil, as gerações de intelectuais responsáveis pela criação dos símbolos de nacionalidade (a partir da década de 1820), no mesmo momento em que se forjava uma identidade de ser brasileiro, também buscaram a sedução no romantismo e na memória.

²⁰⁶ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 463.

²⁰⁷ FISCHER, Ernest. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

²⁰⁸ LOWY, Michael & SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Assumindo o papel de escrever a história do Brasil, criando-lhe um passado, estas gerações elencaram as particularidades da natureza e do indígena como marcas de afirmação na literatura, como sugeriu o historiador francês Ferdinand Dinis (1798-1890), estudioso que viveu no país entre 1816 e 1821, publicando posteriormente vários trabalhos sobre história, geografia e literatura do Brasil.

As seduções da memória remetem ao complexo jogo de lembranças e esquecimentos. Homens de letras e de ciências promoveram debates nos campos literário e científico, atribuindo o lugar do indígena na história nacional que se elaborava. Entre lembranças e esquecimentos, invenções e apagamentos, estas construções imagéticas também foram escritas sob referenciais científicos. No século XIX, o Museu Nacional e o IHGB foram alguns dos lugares de produção de memórias²⁰⁹ e etnografias.

Com reconhecido capital científico nas ciências naturais, Freire-Allemão se inseriu em debates de etnografia indígena. Nas décadas de 1840 e 1850, tanto o Museu Nacional quanto o IHGB se dedicaram a estes temas, elaborando imagens na história natural e na história do Brasil. Em 1842 o Museu criou uma Seção destinada aos objetos fabricados pelos seres humanos, formando o que posteriormente seria reconhecido como coleções etnográficas, arqueológicas e antropológicas. Em 1847 o Instituto criou uma Comissão de Arqueologia e Etnografia, que em 1851, com as reformas em seus estatutos, passou a ser uma Seção Permanente. Muitos dos associados que frequentavam estas e outras importantes instituições se envolveram na Comissão Científica Nacional às províncias do Norte (1859-1861). Além da Seção de Etnografia, outros integrantes da expedição produziram relatos etnográficos, o que nos permite uma compreensão de como lidavam com estes temas.

O objetivo do presente capítulo é analisar alguns usos atribuídos à etnografia e às categorias de raça e nação no Brasil em meados do século XIX. Para isso procuro recuperar a forma como estes temas foram vivenciados no ambiente intelectual brasileiro nas décadas de 1840 e 1850, no qual Freire-Allemão e sua rede social estavam vinculados.

²⁰⁹ NORA, Pierre. “Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares” *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993.

2.1 A etnografia no Museu Nacional: história natural e história do Brasil

Francisco Freire-Allemão foi nomeado Diretor do Museu Nacional em 1866, período posterior ao que estamos abordando. Ainda assim, para refletir sobre etnografia e populações indígenas do Brasil de meados do século XIX se torna imprescindível mergulhar na documentação produzida no âmbito do primeiro museu do país. Se o naturalista não compunha os seus quadros antes da década de 1860, parte significativa de sua rede social, integrantes do IHGB, Sociedade Vellosiana, Palestra Científica e da Comissão Científica faziam parte deste cenário.

Os modernos museus científicos surgiram na Europa no século XVIII e se propagaram no XIX, num movimento de reelaboração de memórias, em meio à própria reformulação do capitalismo industrial e das relações econômicas internacionais.²¹⁰ Práticas de colecionar existiram em diferentes temporalidades e sociedades, não são um fenômeno da modernidade. Entre os séculos XVI e XVII os chamados gabinetes de curiosidades apresentavam coleções diversificadas, desde objetos dos reinos animal, vegetal e mineral e artefatos indígenas trazidos da América, quanto produtos da própria região onde esses estavam instalados. Mas a configuração moderna dos museus surgiu no século XVIII, propagando-se para antigas áreas coloniais no século seguinte.

A expansão dos museus científicos está relacionada ao desenvolvimento da história natural, concomitante à criação de outros espaços de memória, como os arquivos nacionais e bibliotecas, num processo de construção de conhecimento científico e afirmação de identidades nacionais, vinculados às políticas de Estado.²¹¹ Num contexto geral de disputas (revoluções, nacionalismos, definição de fronteiras territoriais, linguísticas, culturais) os museus de ciência resultam de práticas e disputas colonialistas, envolvendo a Europa e as áreas coloniais, desde as mais antigas, como as Américas, às mais recentes, como as “novas” ações imperialistas sobre África e Ásia.²¹² Tais práticas estão no rastro e na afirmação de campos científicos, num jogo de relações de poder que envolvia discursos civilizatórios, exotização da natureza e das populações das áreas coloniais, tratadas pela ciência como objeto de estudo.

A criação deste panorama no Brasil remonta a sua relação colonial com Portugal. A elite intelectual lusitana do século XVIII reclamava do atraso cultural e

²¹⁰ BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

²¹¹ LE GOFF, Jacques. *Memória*. *Op. Cit.* 1980.

²¹² HOBBSAWM, Eric J., *Op. Cit.*, 1977.

científico de seu país em relação aos demais países europeus. O investimento em museus e na formação de coleções científicas era uma questão importante. Nesses museus, objetos “indígenas” do Brasil, África e Ásia ocupavam lugar de destaque como exemplos exóticos.²¹³ No Brasil, o primeiro museu de história natural data de 1818 quando por determinação de d. João VI foi fundado o Museu Real.²¹⁴ Com a transferência da família real de Bragança e da sede do reino português para o Rio de Janeiro em 1808 e a abertura dos portos, ampliaram-se as possibilidades de acesso de estrangeiros. O Brasil despertara o interesse das viagens filosóficas no final do século XVIII e início do XIX, e cada vez mais se tornava alvo de incursões científicas. O Museu do Rio de Janeiro tinha como objetivo a formação de coleções de história natural, a fim de contribuir para a produção de conhecimentos sobre a natureza brasileira, tecendo relações com museus internacionais. Se no século XVIII pensadores como Buffon e De Pawn afirmavam a decadência desta natureza e da raça nativa (degeneração), outros como Domenico Vandelli, Buffon, Geoffroy concordavam que a natureza do Brasil possuía espécies únicas, não encontradas em outras partes do mundo.

Como mencionou João Baptista de Lacerda, no século XIX

“Já era o Brazil paiz assaz conhecido dos naturalistas, e a respeito de suas riquezas e produções naturaes se tinham extensamente occupado revistas e publicações estrangeiras. Eram sobretudo as suas riquezas mineraes que attrahiam a attenção do mundo”.²¹⁵

Os produtos naturais já conhecidos e a convicção de que haveria muito por conhecer atraíam a atenção. Na ideia de inventariar a natureza, a busca por espécimes da flora e da fauna e por riquezas minerais atraía os olhares dos impérios e os interesses dos naturalistas e dos campos científicos que se formavam em torno da história natural e reluziam nas intenções econômicas e políticas dos governos. A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) percorreu a rede fluvial amazônica, passando pelos rios Branco, Negro, Uaupés, Içana (Grão-Pará), Aripuanã, Mamoré, Guaporé (Mato

²¹³ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²¹⁴ A partir de 1822 o nome Museu Real começa a entrar em desuso na documentação, passando a variar entre Museu Imperial e Nacional e Museu Nacional, ou simplesmente “Museo”, até o Regulamento de 1842. A partir de então passa a ser chamado apenas Museu Nacional, expressão que será utilizada daqui em diante.

²¹⁵ LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p.26.

Grosso), trajetos que seriam seguidos por várias outras expedições posteriores. No momento em que a Europa vivia sob os impactos do Império de Napoleão, a transferência da Corte levou à montagem de uma estrutura de Estado português no Rio de Janeiro. Novas relações diplomáticas foram negociadas com as nações europeias, tanto pelo reino luso-brasileiro quanto pelo Império do Brasil, a partir de 1822. À abertura dos portos e das fronteiras às nações amigas (1810) e ao contexto do Congresso de Viena (1815) e das redefinições das políticas nacionais europeias e suas relações coloniais, seguiram-se várias outros empreendimentos exploratório-científicos. Naturalistas-viajantes percorrerem regiões do interior do Brasil, formando coleções, produzindo material empírico para novos conhecimentos e publicações.²¹⁶

As primeiras experiências foram com os reinos germânicos, austríaco e russo, protagonistas no contexto do Congresso de Viena e do estabelecimento de novas relações de força entre as nações europeias. Seria uma alternativa às tensas relações de Portugal com a Inglaterra e a França. Entre 1815 e 1817 os zoólogos germânicos Georg Freyeiss e Friedrich von Sellow fizeram uma expedição com o príncipe da Renânia Maximilian von Wied-Neuwied. Partindo do Rio de Janeiro se dirigiram ao Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.²¹⁷

O local de encontros e discussões era a Fazenda da Mandioca, onde residia o cônsul-geral do Império Russo no Brasil, Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852). Nascido no Grão Ducado de Mainz, atual Alemanha, Langsdorff se formou em medicina pela Universidade de Göttingen. A relação com Johann Blumenbach o aproximou de temas fundantes da Antropologia, como as raças e tipos físicos humanos. Em 1803 se tornou sócio correspondente da Academia de Ciências da Rússia, de onde foi convocado a participar da primeira viagem de circunavegação do Império Russo. Sua primeira experiência no Brasil foi nesta viagem, entre 1803 e 1804. Em 1812 foi nomeado cônsul-geral do Brasil, conciliando as atividades diplomáticas e científicas,

²¹⁶Ver OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os atalhos da magia: notas para uma etnografia dos naturalistas viajantes”. In: *Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi*, v.3, n.2, p. 155-188, 1987; KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (Suplemento), 853-80, 2001. LORENZ, Karl Michael & PEIXOTO, Maria Inês Hamann. Os itinerários de seis grandes expedições científicas realizadas no Brasil. *Ciência e Cultura*. SBPC, novembro de 1980.

²¹⁷ COSTA, Christina Rostworowisk de. *O Príncipe Maximilian zu Wied-neuwied e sua viagem ao Brasil (1815-1817)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.; JUNGHANS, Miriam. O Príncipe e o filho do jardineiro: Maximilian zu Wied-neuwied e Friedrich Sellow e a Viagem ao Espírito Santo e Bahia (1815-1817). *Anais Eletrônicos da I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*. COC/FIOCRUZ, 2011.

recepcionando naturalistas estrangeiros, planejando e executando expedições científicas. Após fazer incursões nos arredores da Corte, em 1816 excursionou pela província de Minas Gerais. Entre 1821 e 1836 o naturalista fez várias expedições. A equipe foi formada pelo botânico alemão Ludwig Riedel, pelo astrônomo e cartógrafo russo Nester Rubtsov, pelo médico e zoólogo alemão Christian Hasse, pelo pintor alemão Johann Mortiz Rugendas, (que saiu da expedição em 1824, percorrendo outros caminhos, e após retornar à Europa, faz nova incursão pela América Latina, na década de 1830), além dos franceses Amadei Taunay e Hercules Florence. A expedição percorreu áreas correspondentes ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Serra do Norte (Rondônia) e Grã-Pará. De São Paulo, seguiram pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, chegando a Corumbá e de depois a Cuiabá. Depois a expedição seguiu dois caminhos: uma parte seguiu pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira e outra pelos rios Arinos, Juruena e Tapajós. Do rio Amazonas, seguiu até o porto de Belém, chegando em 1828.²¹⁸

A viagem da Arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina para o Brasil em 1817 para se casar com príncipe d. Pedro de Alcântara, além da relação diplomática, levou um grande número de naturalistas para explorar o território. Um deles foi o botânico Johan Natterer, que permaneceu 18 anos (1817-1835) percorrendo a atual região Sudeste, além do Paraná, Goiás e Mato Grosso, e posteriormente se destinando à exploração dos rios Branco e Negro, no Grão-Pará.²¹⁹ Também viajaram os bávaros Karl Philip von Martius (botânico) e Johanann Spix (zoólogo), incumbidos de estudar a flora e a fauna das regiões oeste e norte do território.²²⁰

O reestabelecimento das conversas diplomáticas com a França pós-napoleônica, no contexto da Restauração, levou à expedição de August de Saint-Hilaire entre 1816 e 1822. O naturalista percorreu áreas que correspondem às regiões atuais do Sudeste e Sul

²¹⁸ BECHER, Hans. *O Barão Georg Henrich von Langsdorff: pesquisas de um alemão no século XIX*. São Paulo: Edições Diá, 1990. Cópia do acervo da Expedição Científica de Langsdorff, organizada pela Associação Internacional de Estudos Langsdorff está disponível na FIOCRUZ, no Rio de Janeiro.

²¹⁹ RIEDEL-DORN, Christina. *John Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil*. Petrópolis: Editora Index, 1999.

²²⁰ A expedição durou três anos, saindo do Rio de Janeiro em 1817. Passando por São Paulo e Minas Gerais e atravessando a Bahia, o Piauí e o Maranhão, dirigiram-se ao Grão-Pará. Exploraram os rios Amazonas e Solimões até a fronteira com o Peru. Depois Martius explorou o rio Japurá e Spix seguiu pelos rios Negro e Branco. Juntos voltaram pelo rio Madeira e depois pelo Amazonas até Belém. LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Dissertação de Mestrado em História Social/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

do Brasil, passando pelo Rio da Prata e fazendo incursões nos rios adjacentes.²²¹ Ainda em 1816 chegava a Missão Artística Francesa, com o objetivo de incentivar o estudo, a produção e o ensino da arte.²²²

Estas expedições formaram coleções para museus estrangeiros, mas ajudaram a colocar o Brasil, através do Museu Nacional, na rota da ciência internacional. Além dos produtos naturais, eram formadas coleções de objetos indígenas, levadas para os museus de história natural e etnográficos dos países envolvidos, e também para o Museu da Corte do Rio de Janeiro. Muitos destes naturalistas permaneceram por anos e décadas no Brasil, mantendo relações de troca com cientistas e naturalistas nacionais após o processo de Independência, influenciando sobremaneira as primeiras gerações de intelectuais brasileiros. A criação de um museu de história natural na nova sede da Corte era uma tentativa de garantir o lugar institucional no campo dos museus científicos, projeto que teve continuidade no Império do Brasil. Um prédio situado no então Campo de Santana, Rio de Janeiro, foi comprado para sediar o Museu e armazenar as suas primeiras coleções, entre elas:

- coleção de mineralogia (coleção Werner) comprada na Alemanha ao próprio mineralogista que a nomeia e que estava guardada na Real Academia Militar;
- coleção de “instrumentos, artefactos indígenas e produtos naturaes que se achavam em diferentes estabelecimentos da cidade”.²²³
- coleção de “África inculta”.²²⁴

²²¹ Auguste de Saint-Hilaire acompanhou a missão do Grão-Ducado de Luxemburgo, que até 1815 estava sob o jugo do Império francês e pelo Congresso de Viena foi vinculado aos Países Baixos. O objetivo era resolver o conflito entre Portugal e França quanto à posse da Guiana. Esta expedição formou grandes coleções para o Museu de História Natural de Paris. KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus Revista Eletrônica da UERJ*, Ano 2, n. 1, 2003; KURY, Lorelai. "La politique des voyages en France au début du XIXe siècle et la culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire", em Y. Laissus (org.) *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe-XIX siècles*. Paris: C.T.H.S., 1995

²²² O pintor francês Jean Baptiste Debret foi um dos fundadores da Real Academia de Bellas Artes, formando e influenciando na formação de vários jovens da Corte. BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3. São Paulo: Difel, 1982. p. 409-424.

²²³ NETTO, Ladislau. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870, p. 21.

²²⁴ Sobre a coleção de objetos sob a categoria “África” no Museu Nacional ver SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Correa. “A coleção *Africana do Museu Nacional*: história e museologia”. In Camilla Agostini (org.) *Objetos da escravidão. Abordagens da cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: Sette Letras. 2013.

Também foi incentivada a formação de coleções de objetos considerados exteriores à categoria de história natural, produzidos pela engenhosidade humana, representando usos e costumes de sociedades em diversas situações históricas e geográficas. O decreto de criação do Museu aponta para esta direção, além do seu objetivo econômico:

“Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do Comercio, da Industria e das Artes que muito desejo favorecer, como grande mananciais de riqueza. Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real para onde passem quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear”.²²⁵ (grifos nosso).

Entre os objetos de fabricação humana há significativa e progressiva entrada de materiais de indígenas do Brasil, demonstrando o crescente interesse pelo acúmulo de artefatos. Por estarem, aos olhos do império, fora do universo da civilização, os indígenas deveriam ser objeto de estudo de modo a gerar informações para o futuro. Eram tidos como uma população fadada ao desaparecimento, por isso o registro e a exposição de objetos que mostravam seus hábitos e costumes tinha como objetivo perpetuar e cristalizar na memória marcas que seriam do passado do Brasil e da humanidade. Ao mesmo tempo em que era tratado como símbolo do nacional pela geração romântica de meados do século XIX, o indígena genérico também era o *outro*, supostamente distante na esfera do tempo por ter os seus momentos de glória situados em tempos pretéritos, distantes, quase imemoriais. Seria a fixação da memória, com suas lembranças e esquecimentos.

Incorporado ao discurso do “nacional” pelo viés simbólico da literatura romântica, o indígena era assim também vinculado ao discurso científico. A ciência (o cientista), ao situá-lo no campo de análise, atribuía-lhe imagens envoltas por categorias de degeneração, extinção, catequese e civilização. Tanto a literatura romântica quanto a história do Brasil formulada no IHGB e o colecionismo do Museu Nacional reservavam

²²⁵ Decreto de Criação do Museu Real. 06 de junho de 1818. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 2,

um lugar de glória e heroísmo ao indígena, mas não para os índios do presente. O olhar etnográfico direcionado a estas populações visava registrar traços linguísticos, seus hábitos e costumes e os produtos de suas técnicas materiais. Além disso, se ainda não haviam sido encontrados no Brasil vestígios de grandes civilizações como na América Andina e no México, podiam ainda ser encontrados. O ideal dos estudos etnográficos, arqueológicos, arqueológicos e linguísticos era de registrar os sinais do que se acreditava serem os últimos exemplares vivos de antigas civilizações, considerados em processo de decadência e extinção.

Desde a fundação do Museu foram incentivadas relações com instituições brasileiras, principalmente aquelas situadas no Rio de Janeiro. O primeiro exemplo ocorreu logo em 1819, com a anexação do Jardim Botânico. Os primeiros diretores eram também professores da Real Academia Militar, onde as primeiras coleções estiveram abrigadas, destacando o peso simbólico atribuído à Mineralogia.²²⁶ O Museu emprestava coleções, instrumentos e aparelhos à Academia Militar (futura Escola Central),²²⁷ à Sociedade e à Faculdade de Medicina²²⁸ e outras instituições da Corte. Ao mesmo tempo em que fazia um movimento para dentro, buscando centralizar coleções formadas e enviadas pelas províncias para que na Corte fosse realizado o inventário geral das coleções, o colecionismo era a chave para um movimento exterior. O Museu foi se tornando o espaço que apresentava ao mundo as coleções de produtos naturais e dos índios do Brasil. Também era receptor de produtos e artefatos de outras regiões, ilhas, continentes, tornando-se um Museu Nacional de pretensões e práticas universais.

Os diferentes cenários políticos do Brasil na primeira metade do século em muito interferiram nas condições de atuação da instituição. Foram anos de instabilidade política e econômica, de tentativas de afirmação do projeto de Estado monárquico e disputas. Nos primeiros anos, o Museu teve um quadro de pessoal bem reduzido. Além do diretor, havia o porteiro e o guarda, um auxiliar de preparações de história natural, um escrivão de receita e despesa, um escriturário e um tesoureiro. Desde a década de

²²⁶ Frei José da Costa Azevedo (1818-1822), João da Silveira Caldeira (1823-1827) e Frei Custódio Alves Serrão (1827 -1847). Todos foram professores de história natural, mineralogia e química na Academia Militar. João de Deus e Mattos foi interino por duas vezes, entre 1822 e 1823, e posteriormente entre 1835 e 1837.

²²⁷ Pedido de material mineralógico para Academia Militar. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 92, de 1 de abril de 1828.

²²⁸ Franqueia à Sociedade de Medicina o Laboratório e instrumentos físicos, químicos que precisarem para análise. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 149, de 04 de janeiro de 1831. Disponibiliza à Escola de Medicina o uso dos instrumentos e objetos constantes no Museu. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2, doc. 42, de 15 de março de 1835.

1820, por influência de José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do Império de Pedro I, solicitava-se aos viajantes estrangeiros em viagens de exploração científica e formação de coleções para os museus de outros países que remetessem cópias dos produtos e objetos coletados ao Museu.²²⁹ Se bem que não totalmente fiscalizados, os viajantes estrangeiros foram uma alternativa complementar às doações e permutas, que permitiram o aumento das coleções. Como exemplos podem ser citados materiais enviados pelas expedições de von Sellow,²³⁰ Natterer²³¹ e Roque Schüch,²³² naturalista bibliotecário da comitiva de d. Leopoldina. Antes disso, em 1821, o comandante de uma corveta russa foi encarregado de entregar ao Museu diversos objetos das ilhas da costa da América do Norte voltada para o Pacífico, então colônias do Império Russo.²³³ Das negociações entre o Brasil e o Império do Czar Alexandre I, ocorreu a expedição Langsdorff, nos primeiros anos o governo de Pedro I.

Destas relações se formaram redes de negociação e busca de apoio ao processo de independência. Em 1823 o casal real das Ilhas Sandwich, Kamekameha II e Kamamalu, fez uma viagem em direção a Londres, passando antes pelo Brasil. Recebidos no Rio de Janeiro por Pedro I, foi esta a primeira visita oficial de um monarca após a convocação da assembleia constituinte e um das primeiras ações de reconhecimento de independência do Brasil. O rei das Ilhas Sandwich também buscava apoio para a independência de seu país. Na ocasião, o anfitrião recebeu uma coleção de objetos de usos e costumes das populações das Ilhas Sandwich, e o Museu foi o

²²⁹ NETTO, Ladislau. *Op. Cit.* 1871; LACERDA, João Baptista. *Op. Cit.* 1905.

²³⁰ Entre 1823 e 1831 foram registrados 21 “caixões de produtos naturais”, enviados de Porto Alegre, contendo material coligido em suas viagens pelo Rio da Prata, Montevideo, Colônia de Sacramento, Rio Uruguai, Rio Grande do Sul, área de conflito político e de interesse do Império do Brasil. MN/UFRJ-SEMEAR: pasta 1: doc. 24, de 6 de novembro de 1823; doc. 42, de 22 de novembro de 1825; doc. 45, de 18 de abril de 1826; doc. 52, de 31 de agosto de 1826; doc. 53A, de 11 de setembro de 1826; doc. 127, de 4 de fevereiro de 1830; e de São Paulo (MN/UFRJ-SEMEAR doc. 145, de 25 de junho de 1831).

²³¹ Entrada de 2 caixotes, um contendo uma coleção de pássaros enviadas por Natterer e outro com plantas indígenas do Mato Grosso, colhidos por Antônio Luiz Patrício da Silva Manço, enviados ao Museu Imperial e Nacional por José Saturnino da Costa Pereira. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 103, de 27 de agosto de 1828.

²³² Amostras de ouro, prata, ferro, aço e outros metais, enviados por Roque Schüch, vindo da província de Minas Gerais. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 81, de 10 de setembro de 1827; indicação que se coliga e se remeta ao Museu Imperial produtos de história natural da província de Minas Gerais, da comissão liderada por Roque Schüch. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 116, de 29 de abril de 1829.

²³³ Lista de vários objectos das ilhas e contracosta da América do Norte, que ao Real Museu do Rio de Janeiro ofereceu o Capitão de Panafidin da Corveta Russa Borodina. Material das Ilhas Alleutas. Entre os objetos foram enviados capacetes, vestuários de homem e de mulher das Ilhas Aleutas, canoa, arcos e flechas, colheres das Ilhas do Rei George ou das Rainhas Carlota. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 6, 1821. No Livro de Registro das coleções etnográficas esses objetos aparecem como coleção Vila Nova Portugal, então Ministro dos Negócios do Império de d João VI.

depositário.²³⁴ Entre os objetos está um antigo manto de penas de pássaros usados pelos chefes havaianos, doado a Pedro I em retribuição a uma espada que recebera em troca.

Em 1824, foi criado o laboratório químico que tinha como principal função identificar e classificar os materiais recebidos, principalmente os minerais.²³⁵ O Museu foi extremamente importante no desenvolvimento da mineralogia do país, uma das áreas de maior interesse por parte do governo. Como atestou Ladislau Netto:

“O Museu Nacional, desde a direção do Dr. Caldeira, não cessava de ser consultado sobre a qualidade e valor de quanto combustível, mineral aparecia no paiz”.²³⁶

Se a eficácia de um museu científico é aferida pelo tamanho e importância das suas coleções e por suas relações com as instituições congêneres, o Museu Nacional seguiu este caminho. O intercâmbio mais antigo que consta nos arquivos do museu foi feito em 1827, com o Museu Real de Berlim,²³⁷ também sob a mediação Frederico de von Sellow, um dos mais influentes naturalista em atividades no Brasil dos anos vinte. Em 1829 o Museu Nacional enviou material mineralógico para a Dinamarca,²³⁸ e em 1837 recebeu caixas de produtos naturais e 30 objetos mineralógicos do Museu da Cidade de Roma.²³⁹

Internamente, os presidentes de província foram instados a enviar materiais através de expedições com participação do governo imperial. O maior volume de coleções de artefatos indígenas era enviado do Grão-Pará, na rota do sistema fluvial

²³⁴ Remessa ao Museu por Pedro I do Manto Owhyee e do colar de plumas, doados pelo Rei Tamehameha II e pela Rainha Tamehamalu, quando visitaram a Corte em 1823. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 30, de 15 de março de 1824.

²³⁵ Portaria de criação do Laboratório Químico. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 35, de 15 de dezembro de 1824.

²³⁶ LADISLAU NETTO, 1871, p. 61. Por exemplo: “análise de material mineralógico enviado pelo Metalúrgico André Augustin e uma amostra de ferro encontrada na Serra da Piedade, província de Minas Gerais”, MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 55, de 7 de outubro de 1826; ou “remessa pequena barra de cobre de uma mina descoberta em Mato Grosso, acompanhando uma porção de pedra da referida mina, para que se proceda respectiva análise. Envia também amostras de minerais de Santa Catarina, coligida pelo Sr. Sellow”, MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 93, de 1 de abril de 1828.

²³⁷ Relação de aves remetidas pelo Museu Real de Berlim ao Museu Imperial e Nacional, por via de Frederico Sellow. A portaria ordena que se organize uma coleção de produtos que houverem duplicatas para ser remetida ao Museu de Berlim. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 79, de 30 de agosto de 1827.

²³⁸ Ordem para enviar duplicatas das coleções mineralógicas para a Dinamarca. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 108, de 15 de janeiro de 1829. Envio de coleção de produtos naturais ao Museu da Dinamarca (mineralógicos). MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 114, de 27 de março de 1829.

²³⁹ Recebimento de uma caixa e dois caixões com produtos naturais, 30 objetos mineralógicos enviados pelo Museu da Cidade de Roma, autorizando dar em troca outros produtos do Brasil. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2, doc. 62, de 30 de agosto de 1837.

amazônico. O médico Antônio Correia de Lacerda, formado pela Universidade de Coimbra, participou de uma expedição ao Pará em 1826, quando fez a classificação de animais e a aves do Rio Negro segundo sistema natural de Cuvier.²⁴⁰ Em 1829 enviou 10 caixotes de produtos naturais, incluindo alguns de “arte dos *cabouclos*, para que no Rio se examine e com eles se enriqueça o Museu Imperial e Nacional da Corte”.²⁴¹ No mesmo ano o Museu contratou o naturalista italiano Francisco Ricardo Zani que, acompanhado do preparador Estanislau Joaquim dos Santos Barreto, organizou uma expedição para coleta de produtos naturais e indígenas no Grã-Pará, entre 1829 e 1831.²⁴²

Os exemplos anteriores mostram que desde sua fundação o Museu Nacional teve que conciliar as coleções naturais com as coleções das produções humanas. Por mais que os campos científicos não estivessem separados desta forma, estando em função da história natural, aos poucos uma nova valorização e significação vão sendo elaboradas. É importante compreender de que forma as coleções humanas foram pensadas na estrutura organizacional e política da instituição, destacando os materiais indígenas do Brasil, com as reformas regimentais.

O Regulamento de 1842 e a 4ª Seção do Museu Nacional

A gestão do frei Custódio Alves Serrão na diretoria do Museu (entre 1828 e 1847) atravessou muitos desafios políticos. Foram diferentes cenários, como os anos que se sucederam à abdicação de Pedro I, onde a monarquia esteve comandada por governos regenciais (1831-1840) e os primeiros anos do governo de Pedro II, caracterizado pelo avanço na centralização em torno do poder monárquico. Por todo o período, como diretor, criticou a burocracia e a falta de investimentos do governo para com a ciência em geral e para o Museu em particular. Suas críticas apontavam a escassez de recursos, a falta de compra de equipamentos, e a dificuldade quanto ao

²⁴⁰ A pedido do presidente da província do Grão-Pará José Felício Pereira de Burgos. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1, doc. 53 B, de 29 de setembro de 1826.

²⁴¹ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 109, de 16 de janeiro de 1829.

²⁴² Criação da Comissão ao Grão-Pará; MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 113, de 18 de março de 1829; o presidente da província do Pará comunica o envio de dois caixotes de produtos naturais coletados por Francisco Ricardo Zani, MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 121, de 11 de janeiro de 1830; Ordena a entrada de quatro caixotes com produtos naturais recolhidos por Francisco Zani e enviados pelo Presidente da província do Pará, MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 1A, doc. 152, de 07 de novembro de 1831.

manejo das coleções e à utilização inapropriada do espaço físico, demandando a ampliação das salas.

Após dois anos de afastamento da função (1835-1837), ao retomar ao cargo de diretor, Custódio Serrão estava imbuído no projeto de redesenhar a estrutura regimental da instituição, o que implicava na definição das particularidades das áreas da história natural e a reordenação das coleções e reforma física do prédio. Tal reforma incluiria a destinação dos objetos das artes e indústrias humanas, com a criação de uma seção específica para essas coleções. Um exemplo de como esta questão era importante pode ser visto no documento a seguir. Em 1836, o governo pedia ao Museu informações sobre objetos duplicados, prevendo permutas com outros museus. No documento vem a solicitação:

“O regente, em nome do Imperador o senhor d Pedro II, há por bem que vossa mercê informe quais são os productos em qualquer dos reinos da natureza, que existam em duplicata no Museu Nacional; assim como quais as produções da arte, ou invenção humana, de que haja mais de um modelo, enviando tal relação circunstancial.”²⁴³

O governo também pedia relatórios anuais, como atestam a documentação.²⁴⁴ Dar conta das demandas de um museu com grande crescimento de suas coleções e um quadro reduzido de pessoal era uma tarefa difícil. Custódio Serrão se dedicou à elaboração dos pontos centrais do que viria a ser o primeiro Regulamento do Museu Nacional, de 1842. É neste momento que as coleções de objetos humanos são situadas numa Seção específica. O Regulamento foi aprovado com o objetivo de dar ao Museu Nacional “uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objectos”. As coleções passavam a ser distribuídas em quatro seções:

- 1^a. Seção - Anatomia Comparada e Zoologia;
- 2^a. Seção - Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas;
- 3^a. Seção - Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; e

²⁴³ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2, doc. 43, de 15 de março de 1836.

²⁴⁴ Pedido de relatório dos trabalhos do ano anterior: “O regente interino, em nome do Imperador solicita o envio da relação de objectos que existem depositados no Museu para ser levado ao conhecimento da Assembleia geral”. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 71, de 10 de fevereiro de 1838. Ordem para fosse remetida à Secretaria do Estado uma circunstanciada informação dos objetos existentes no Museu Nacional e Imperial, MN/UFRJ- SEMEAR, pasta 2A, doc. 73, de 9 de abril de 1838.

4ª. Seção - Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas.²⁴⁵

A reunião dos presidentes das quatro Seções formaria o Conselho Administrativo, responsável em auxiliar na administração da instituição. Cada uma teria o direito de contratar um ou mais adjuntos. Na nova organização foi estabelecido os vencimentos dos empregados. Os diretores receberiam 800\$000 réis. Ao responsável da 4ª Seção caberia apenas 200\$000 (duzentos mil réis). O diretor geral do Museu recebia o salário da Seção sob a sua responsabilidade, acrescido de um adicional de 200\$000. Em 11 de fevereiro foram decretadas as nomeações de Frei Custódio Alves Serrão diretor da Seção de Mineralogia (acumulado com o de Diretor Geral); Emílio Joaquim da Silva Maia diretor da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia e Luiz Riedel diretor da Seção de Botânica. A direção da 4ª Seção ficou inicialmente a cargo do diretor do Museu, até que em 9 de agosto foi decretada a nomeação de Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879).²⁴⁶ Tanto o Regimento quanto os nomes foram indicados e aprovados pelo governo Imperial.

Estas mudanças regimentais não se deram sem conflitos. O assunto foi tratado na pauta da sessão de 26 de agosto de 1843 do Senado na ocasião em que foi discutido o orçamento do Ministério dos Negócios do Império. O ponto inicial era o orçamento do Museu, com críticas à quantidade de diretores e adjuntos e aos valores estipulados para os seus respectivos vencimentos. Segundo alegavam os senadores não era da competência do Museu a fixação dos valores dos vencimentos, sendo esta uma prerrogativa do governo. A quebra de braço era, para o Senado, econômica e política, mas os argumentos apresentados entraram no campo da competência científica. Os senadores questionaram a falta de informações sobre as coleções, a ausência de inventários ou catálogos, chegando a contestar a necessidade da 4ª Seção. O senador José Saturnino Pereira sugeriu o corte de “coisas menos úteis” e sem tanta urgência, propondo a dispensa do “gabinete de Numismática”, que segundo ele era uma ciência “que só tem sido cultivada por nações adiantadas, pouco utilizada por hora dar ao Brasil”.²⁴⁷

²⁴⁵ Regulamento n. 123 de 03 de fevereiro de 1842. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 124.

²⁴⁶ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 134, de 22 de agosto de 1842.

²⁴⁷ Apud: NETTO, Ladislau, *Op. Cit.*, 1871, p. 77-78.

A resposta do diretor do Museu, em nome do Conselho, foi enviada ao ministro José Antônio da Silva Maia em 9 de setembro. O ofício apresentava o argumento de que as críticas feitas aos diretores eram injustas e tendiam a “deslustrar o governo de Sua Majestade”. Informava que o Conselho Administrativo vinha cumprindo todas as determinações, e que o trabalho de classificação não seria fácil e rápido. A própria necessidade de reorganização estrutural teria levado à criação das diferentes seções, tudo autorizado pela Assembleia Geral. Em tom crítico e incisivo em relação ao Senado afirmava que:

“Uma falta não pode o Conselho deixar de reconhecer que existe no Museu Nacional assim como em muitos outros estabelecimentos científicos, particularmente se não há confiança n’aquelles que os devem dirigir, e é ella a competência de autoridade convenientemente habilitada que possa verificar se os trabalhos ali feitos tem sido desempenhados com a necessária exacção”.²⁴⁸

Além de cobrar pela falta de confiança nos dirigentes das instituições científicas Custódio Serrão alegava faltar competência à autoridade política (no caso os senadores do Império) na avaliação do trabalho realizado. Como, por lei, competia ao Senado o escalonamento dos salários das instituições públicas, foi votado que passariam de 800\$000 para 200\$000 réis.²⁴⁹ Sob esta nova organização regimental, vamos analisar o tratamento dado aos objetos de produção humana, particularmente aos artefatos indígenas do Museu Nacional.

Artefatos indígenas como documento histórico

A 4ª Seção correspondia àquela que “não compreendia objetos de Historia Natural”.²⁵⁰ Segundo a historiadora Maria Heloísa Bertol Domingues, a criação da 4ª

²⁴⁸ Apud. LADISLAU NETTO, 1871, p. 79.

²⁴⁹ Avisos do Museu Nacional, 31 de outubro de 1843. SEMEAR-MN/UFRJ. Decreto n. 331 de 5 de novembro de 1843. Em 4 de outubro de 1845 o salário da Seção de Mineralogia voltou ao valor anterior. Coleção Leis do Império, 1845. Apenas em 1855 as outras Seções voltam a ser remuneradas.

²⁵⁰ Assim se referiu o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, que também em 1842 assumiu o lugar de diretor da Seção de Zoologia. Essa referência foi citada no primeiro trabalho sobre a história do Museu Nacional, publicado pela Sociedade Vellosiana no chamado *Esboço Histórico do Museu Nacional, servindo de*

Seção em 1842 e as reformas do IHGB no final das décadas de 1840 são o marco institucional do surgimento da etnografia no Brasil.²⁵¹ O antropólogo Luiz de Castro Faria destacou que a ausência do uso do termo Antropologia indicava o então “predomínio quase absoluto dos estudos etnográficos”, em detrimento dos estudos antropológicos.²⁵² A 4ª Seção emergiu dos debates sobre a história natural no Museu, contendo uma grande variedade tanto de objetos quanto de sentidos. A Seção reunia materiais de numismática, artes liberais (belas artes) e usos e costumes dos povos modernos e antigos (arqueologia e etnografia). Para os objetivos desta dissertação interessam os sentidos atribuídos aos objetos indígenas.

Para assumir a 4ª Seção foi nomeado o professor da Academia Real de Belas Artes e sócio do IHGB, Manoel de Araújo Porto-Alegre. Entre 1842 e 1859 procurou intercalar o trabalho no Museu com atividades de professor, historiador, editor de revistas literárias. Reconhecido por sua relação com as artes plásticas e a poesia, é considerado um grande expoente do romantismo brasileiro. Porto-Alegre se envolveu em temas de história, etnografia e línguas indígenas do Brasil. Aluno-fundador da Academia de Belas Artes, acompanhou o seu mentor Jean-Baptist Debret quando de seu retorno a Paris, em 1831. Na Europa, estudou Artes e Arqueologia. Ao lado de Francisco Torres Homem e José Gonçalves de Magalhães foi editor da revista *Nitheroy*, importante referência do romantismo produzido por intelectuais brasileiros radicados em Paris. Voltando ao Rio de Janeiro em 1837, exerceu atividades de poeta, professor de desenho e historiador da arte, ocupando cargos importantes, como professor e depois diretor da Academia de Belas Artes. No IHGB foi primeiro secretário, orador e membro honorário. Também foi um dos editores da revista literária *O Guanabara*, ao lado do amigo Gonçalves Dias, onde uma seção foi destinada aos trabalhos da Sociedade Vellosiana. Com essa experiência, foi também redator das instruções da Seção Etnográfica da Comissão Científica.²⁵³

Quando chegou ao Museu Nacional, já possuía, portanto, prestígio no mundo das letras e das artes. E o Museu se tornava um lugar estratégico na formação de

introdução a trabalhos sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento. Trabalhos da Sociedade Vellosiana, Biblioteca Guanabarensis, 1853. p. 96.

²⁵¹ BERTOL, Maria Heloísa Domingues, *Op. Cit.*, 1995.

²⁵² O autor se refere à antropologia como estudos físicos e etnografia como estudos dos usos e costumes. FARIA, Luiz de Castro. 1999, p. 22.

²⁵³ NASCIMENTO, Fátima Regina. *Op. Cit.*, 2009; DOYLE, Plínio. “Introdução” & AMORA, Antônio Soares. “Apresentação crítica”. In: *Nitheroy, revista brasiliense*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1978.

coleções indígenas. Um documento de 1842 mostra a leitura da instituição sobre a necessidade e as condições de coleta dos produtos dos indígenas. O coronel Adolfo Antônio Frederico Seweloh estava em missão na província do Pará. Em ofício encaminhado ao diretor Custódio Serrão solicitava informações sobre o que deveria ser observado em campo, durante as expedições que realizaria sob os auspícios do Museu:

“Vs. se digne dar-me as suas ordens e apontar-me os objectos que talvez mereçam particular atenção, para que com o desejo de ser útil possa dedicar-me á elles, quanto me permitirão as obrigações e deveres da comissão de que sou encarregado”.²⁵⁴

Registrado no mesmo documento, a resposta de Custódio Serrão apresenta a seguinte sugestão:

“declaro que serão de subida importância para o nosso museu todos os produtos naturaes da província do Pará; pois se alguns possuímos são raros e despidos de esclarecimentos a que deveriam maior parte de seu valor: (...) desses objectos apontamos os seguintes: esqueletos de quadrúpedes (...), pelo menos o crânio e as patas acompanhados do sistema dentário e das unhas, os peixes, répteis e moluscos que por sua dimensões possa ser conservado, mostras de madeira de construção, lâminas transversas, contendo a casca (...) espécies mineralógicos e de rochas que possam indicar a natureza do terreno (...) objectos de uso dos indígenas que esclarecerão seus costumes, sua industria, sua nacionalidade ou diferenças como tribos distintas”.²⁵⁵ (Grifo nosso)

Na indicação dos produtos dos três reinos, além da indicação de produtos naturais e objetos indígenas, é importante atentar às motivações da coleta dos artefatos dos índios do Pará. A ideia é o esclarecimento sobre os seus “costumes” e sua “industria”. Estas observações e coletas levariam à compreensão da diversidade entre as populações, sendo as suas diferenças e distinções tratadas como “nacionalidades”. A ideia de nação está sendo utilizada para simbolizar as diferenças entre as “tribos”. A

²⁵⁴ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 136 de 16 de setembro de 1842.

²⁵⁵ Idem.

coleção etnográfica esclareceria e preservaria estas informações. Pela crença no desaparecimento destas populações a intensão era a constituição de coleções que exemplificassem a sua existência, características e distinções.

Em 1844, o Museu Nacional apresentou um Relatório com o Inventário de suas coleções.²⁵⁶ O diretor Custódio Serrão expôs a sua insatisfação com as condições da instituição. Para ele, o Museu estava entre os mais ricos em objetos de história natural, justificando esta informação pela comparação com catálogos de outros museus pela e “autoridade de príncipes e sábios que o tem visitado”. Caso tivesse coletores e preparadores distribuídos nas províncias, poderia se tornar “o primeiro Museu da América e um dos mais completos do mundo civilizado.”²⁵⁷

Havia um projeto de reforma, de construção de novas galerias no prédio, a fim de recomodar as coleções. Ainda na gestão anterior, de João da Silveira Caldeira (1823-1827), foram encaminhados pedidos de regimento interno, reforma e ampliação do Museu, de divisão das Seções e de fundação de cursos públicos, mas nada ocorrera até então, conforme indica Baptista de Lacerda.²⁵⁸ Custódio Serrão apresentou argumentos específicos a cada Seção. Sobre os problemas da “Numismática...” afirmou que as coleções se localizavam numa sala “cujo teto ameaça ruína” por conta de fendas que continuamente se alargavam. Seria necessário o deslocamento dos numerosos objetos para evitar o “desastre irremediável”.²⁵⁹

Um documento importante para entender o significado deste colecionismo de artefatos indígenas é o Relatório da 4ª Seção.²⁶⁰ Porto-Alegre fornecera um panorama das coleções de produtos humanos, formadas nas quase três décadas anteriores. Antes de apresentar o inventário, afirma que tais coleções formam por si um próprio “Museu de objetos plásticos”, dando a entender o potencial de formação de um novo museu. As antiguidades egípcias, seja por sua raridade, dificuldade de aquisição e legitimidade, fariam do Museu Nacional “único em toda a América” e equiparado a qualquer museu europeu. Mas o que talvez ganhe mais força de análise para a esta investigação seja o comentário sobre as coleções indígenas, “de uma importância tão grande quanto a da

²⁵⁶ Rascunho do Inventário de 1844 das Coleções do Museu Nacional. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 195.

²⁵⁷ Apud. LADISLAU NETTO, 1871, *Op. Cit.*, p. 82.

²⁵⁸ LACERDA, João Baptista, *Op. Cit.*, 1905, p. 14.

²⁵⁹ Apud. LADISLAU NETTO, 1871, p. 82.

²⁶⁰ Rascunho do Relatório da 4ª Seção. MN/UFRJ-SEMEAR s/d, pasta 5, classe 146.4. Em seus relatórios, Porto-Alegre apresentava-se como Diretor da “Secção de Archeologia, Numismatica, Bellas Artes e Usos e Costumes das Nações Modernas”.

coleção de minerais deste mesmo país”. Se a busca por minerais valiosos era uma meta de governo, com destaque a este tipo de material e aos campos científicos que se formam na área da Mineralogia, Porto-Alegre estava colocando o acervo indígena no mesmo patamar. Para ele, a coleção indígena do Museu Nacional “formará no futuro um documento e se tornará de dia em dia mais preciosa, à proporção que a civilização penetre no interior do nosso país”. E endossa:

“Se podem conseguir uma coleção tal qual marque o estado da civilização, industria e caracteres peculiares de todas as tribus deste continente, o Museu do Império do Brasil seria único no mundo e contaria um archivo precioso de documentos originaes sobre o estado dos aborígenes desta parte d’America Meridional.”²⁶¹ (Grifo nosso. Ver ANEXO A)

Percebe-se em sua fala que a civilização é o caminho inevitável, o que não foge às imagens de sua geração (e das seguintes). Na medida em que a marcha civilizatória avança pelo interior, conseqüentemente encontrando populações indígenas pelo caminho, o recolhimento de artefatos faria do Museu Nacional único na América e o colocaria no mesmo patamar das nações europeias. Por um lado, o Brasil estaria acima das vizinhas repúblicas; por outro, estaria sendo equiparado à Europa. Como se sabe, diversos museus estrangeiros foram grandes depositários de coleções de índios do Brasil, formadas pelas expedições filosóficas e científicas, inclusive com mediação do Museu Nacional. Então a ideia era colocar o museu do Rio de Janeiro em condições de destaque, transformando suas coleções de objetos indígenas num arquivo de documentos originaes. Se pensarmos que para a historiografia do século XIX o termo “documento” faz eco com a ideia de “testemunho histórico”, como sugere Jacques Le Goff,²⁶² a afirmação de Porto-Alegre está atribuindo aos objetos indígenas o caráter de testemunho histórico da existência das tribos, arquivando-se no Museu as informações referentes à natureza e aos “caracteres peculiares” de cada uma.

A nossa hipótese é de que Porto-Alegre, ao atribuir um significado de documento original, não estava valorizando a produção material e os saberes indígenas em função das populações vivas, contemporâneas, que habitavam o território. Mas

²⁶¹ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 5, classe 146.4. s/d.

²⁶² LE GOFF, Jacques. Documento e Monumento. In: *Op. Cit.*, 1990, p. 535.

propondo a preservação do que considerava serem os últimos sinais dos exemplares vivos de populações pretéritas que habitavam estas terras do Novo Mundo. É a colonização dos objetos em função da criação de imagens para o nacional. A observação do presente (a coleta de artefatos) conduziria o olhar ao passado e produziria informação para o futuro. Era então uma perspectiva etnográfica marcada pela visão de história que vinha sendo construída no IHGB, onde Porto-Alegre tinha importante participação. Os artefatos eram documentos históricos originais, e o Museu Nacional, o lugar do arquivo. O comentário final do de seus comentários foi a indicação de que “para que esta bela coleção brilhe, nada mais lhe falta do que um local conveniente”.²⁶³

No inventário, são apresentados materiais europeus (Antiguidades Egípcias, Greco-Romanas e Idade Média). Em seguida vem as Antiguidades Mexicana e Brasileira. Depois as sociedades tidas como não civilizadas: “África Inculta”, “Ázia”, “Nova Zelândia”, “Sandwich” e “Ilhas Aleutas”. Por fim, os “indígenas do Brasil”, uma coleção formada por vestimentas, carapuças, capacetes, cetros, ornatos, armas de caça, flechas, zarabatanas, enfim, mais “220 peças” que serviriam como documento histórico da existência destas populações.²⁶⁴

O Conselho Administrativo do Museu levava ao conhecimento do governo a necessidade de reformar e ampliação das estruturas físicas. Em 1845 Porto-Alegre apontava algumas dificuldades, dizendo que por conta do deslocamento de “todos os objectos da sala arruinada em que estavam” se achavam “amontoados em armários e gavetas sem ordem conveniente”. Para ele, apenas uma ampla reforma salvaria os

“objectos tão preciosos e importantíssimos para os estudos históricos, não só dos outros povos, como particularmente do Brasil, desde os aborígenes até a invasão do homem civilizado e seus progressos”.²⁶⁵ (Grifo nosso)

Mais uma vez se percebe a relação entre história, etnografia, museu e objetos. O Museu Nacional contaria através de suas coleções histórias de povos estrangeiros e dos povos do Brasil, numa leitura de tempo linear e progressiva, através dos materiais dos “aborígenes” (coleções “arqueológicas” e de “usos e costumes”), do invasor e os seus progressos (coleções de Artes e Numismática). Mas era preciso agilizar as reformas. A

²⁶³ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 2A, doc. 195.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Rascunho do Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional desta Corte no ano de 1844 (apresentado em 1845). MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 3, doc. 34, s/d.

necessidade de mais espaços para a melhor acomodação das coleções era uma constante, diretamente proporcional ao aumento da quantidade, sobretudo do material indígena. No “Relatório” dos trabalhos de 1845, Porto-Alegre não apresentou a classificação dos objetos da Seção, atribuindo aos “reparos e novas construções” que impediram os trabalhos.²⁶⁶

Em 1847 o Museu passou por nova mudança na Direção. Após anos à frente da instituição, Custódio Serrão foi exonerado, após pedido apresentado no ano anterior.²⁶⁷ O novo diretor, Frederico Leopoldo Cézar Burlamaque dirigiu o Museu Nacional entre 1847 e 1866.²⁶⁸ No Relatório das atividades de 1846, apresentado ao novo Diretor no início do ano seguinte, Porto-Alegre informa que além da mudança na “colocação e nova ordem” dos objetos, ocupando nova sala, houve “aquisições plásticas de muito merecimento”, que vinham concorrendo ao “brilho e interesse histórico” do Museu. Os objetos, além do “valor real” (financeiro), carregavam o valor da “estimativa e a primazia artística de serem originais”. Com o tempo, duplicariam de valor e apreço. Além da entrada dos quadros, bustos, medalhas, moedas de prata e bronze, o diretor citou que a “preciosa colleção de trajes” dos índios do Brasil “foi aumentada por riquíssima vestimenta de um cacique Boopé ou Tuchanassu que habita um braço do Rio Negro na província do Pará”.²⁶⁹

Segundo o Relatório, a exposição pública destas preciosas e riquíssimas coleções foi apresentada “convenientemente”. Contribuiu para esta opinião a separação das vestes dos indígenas brasileiros das de outras regiões, passando a ser exibidas “em forma de Tropheos e com um arranjo artístico, mais conveniente e harmonioso para sua Exposição ao público”. Mas também há uma crítica à “péssima luz que oferece o edifício”. Até mesmo a parte nova não foi beneficiada por um meio “eficaz e profícuo para realçar todos os objetos que ahi se devião colocar”. E critica a escassez de investimento do governo, indicando que o local de colocação dos objetos era “impróprio”. Ao final, dirigindo-se ao novo diretor e desejando o “progresso” da

²⁶⁶ Rascunho do Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional desta Corte no ano de 1845 (apresentado em 1846), MN/UFRJ- SEMEAR, pasta 3, doc. 65, s/d.

²⁶⁷ Pedido de demissão de Frei Custódio Serrão (1846), MN/UFRJ- SEMEAR, pasta 3, doc. 62.

²⁶⁸ “Tendo sido por decreto de 16 de junho nomeado o Doutor Frederico Leopoldo Bulamarque para os lugares de Director deste estabelecimento, e da secção de mineralogia, geologia e sciencias phisicas do dito estabelecimento”. 10 de julho de 1847. MN/UFRJ- SEMEAR, pasta 3A, doc. 82.

²⁶⁹ Relatório da 4ª Seção. MN/UFRJ- SEMEAR, pasta 3, doc. 69, de 26 de janeiro de 1847.

instituição, enfatizou que o Museu Nacional era um “monumento de preciosos depósitos do que pertence às sciencias naturais, historia e artes do Brasil”.²⁷⁰

Em 1849, já sob o título de visconde de Monte Alegre, Porto-Alegre, ofereceu no Museu Nacional um curso de química aplicada às Artes.²⁷¹ Em 1854 foi nomeado diretor da Academia de Belas Artes, cargo que ocupou até 1857. Aos poucos foi se afastando do Museu, mas não dos temas etnográficos, elaborando as instruções para a Seção Etnográfica da Comissão Científica do Império, como veremos no próximo capítulo. Em 1858 adentrou na carreira diplomática, servindo como Consul na Prússia (Berlim, Saxônia e Dresden, onde permaneceu entre 1860 e 1866). Em Lisboa ficou como Consul até 1879, ano de sua morte.

Em 1857 José Thomaz de Oliveira Barbosa foi nomeado, sem vencimentos, para o cargo de adjunto da 4ª Seção.²⁷² No mesmo ano, Carlos Burlamaque, preparador das seções de Mineralogia e de Numismática atuou como substituto de Porto-Alegre na direção da seção. Só em 1872 foi nomeado um novo diretor efetivo, Pedro Américo de Figueiredo Melo, o pintor oficial do Império, ligado ao mundo das Belas Artes. Neste intervalo as coleções etnográficas foram ainda mais ampliadas, com novas comissões científicas e militares e a participação nas grandes exposições nacionais e internacionais.

O colecionismo do Museu Nacional ao longo do século XIX, voltado para a história natural, desde sua origem incluía objetos não extraídos diretamente dos três reinos da natureza, já transformados pela ação de indivíduos e grupos humanos. Se havia hierarquias entre os produtos da natureza e os artefatos humanos, entre estes últimos também havia diferenciações. No que diz respeito à relação entre capacidade de produção técnica e capacidade espiritual e intelectual do homem, o romantismo brasileiro seguiu o universalismo tecnicista da Europa ocidental. O grau de evolução de indivíduos e grupos sociais poderia ser aferido pelo nível de sua produção técnica, situando-se entre o bárbaro e o civilizado. Quem estabelecia estes critérios se colocava no lugar do civilizado, ou no mínimo almejava construir uma nação dita civilizada. Neste sentido, os artefatos classificados como “África inculta” e de grupos não-

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Curso de chimyca applicada às Artes por Visconde de Monte Alegre. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 3A, doc. 129, de 22 de maio de 1849.

²⁷² Secretária d’Estado Dos Negócios do Império em 9 de julho de 1857. MN/UFRJ-SEMEAR pasta 5A, doc. 126.

européus estariam na última escala da hierarquia. Na outra ponta, as coleções de Belas Artes (quadros, moedas) e os produtos das “civilizações” (incluindo os objetos arqueológicos do México na mesma escala dos greco-romanos e egípcios, como “Antiguidades”). Numa posição entre a barbárie e a civilização estavam os artefatos indígenas. Barbárie pelos seus produtores, por serem considerados representação do primitivo. Civilização pelos seus significados para o nacional, por ser uma chave de compreensão das origens do Brasil, que se pretendia nação civilizada, nos termos europeus, mas que contava em seu território com populações tidas por incivilizadas. Enquanto eram produtos de povos vistos pela ciência como em processo de degeneração e extinção, receberam atenção simbólica enquanto documento histórico do passado das populações indígenas e do próprio Brasil. O Museu seria um artefato da memória, espaço para o estudo destas populações, através da produção material lá arquivada. Se a colonização dos objetos serviu para compor um importante arquivo para estudo posterior das populações indígenas, a contínua e crescente introdução de novas coleções ao longo das décadas seguintes (e por todo o século XX) mostrou o equívoco quanto à ideia de extinção destas populações.

Atuante no Museu Nacional, Porto-Álegre teve presença protagonista também no IHGB, onde Freire-Allemão dialogava com diversas questões referentes às histórias e destinos das populações indígenas do Brasil. É este o tema do próximo tópico da dissertação.

2.2 Freire-Allemão e o IHGB: nação, história e etnografia

O papel exercido pelo IHGB na produção da escrita da história do Brasil²⁷³ e no processo de construção de uma nacionalidade e de um determinado projeto de nação em meados do século XIX vem sendo cada vez mais discutido pela historiografia. Nos últimos anos, historiadores vêm revisitando a documentação produzida no âmbito do

²⁷³ Sobre a escrita de história no Brasil do século XIX, ver: DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco. Southey, o historiador do Brasil*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1974; CÉZAR, Temístocles. *Em nome do pai, mas não do Patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen*. Revista de História: São Paulo, v. 24, p. 207-240, 2005; CÉZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Op. cit.*, 2006; CEZAR, Temístocles. As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na História geral do Brasil de Varnhagen. In: CATROGA, Fernando & Outros. *Memória, escrita de história e cultura política no mundo luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

Instituto, bem como as suas articulações com outras instituições, às quais vários de seus associados estavam vinculados.²⁷⁴ A criação de uma Comissão de Arqueologia e Etnografia é um importante movimento. Freire-Allemão fez parte desta e teve atuação em alguns momentos importantes dos debates etnográficos. A importância da etnografia foi tal que o título de sua revista trimestral passou a perfilar com o título de *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico Brasileiro* entre 1859 e 1886. Para uma melhor compreensão sobre a imersão e presença de Freire-Allemão nos temas da etnografia é necessário acompanhar alguns questões discutidas na instituição entre as décadas de 1840 e 1850.

A leitura da carta de aceite de Freire-Allemão como sócio do IHGB ocorreu na 5ª Sessão, em 16 de fevereiro de 1839.²⁷⁵ A escrita da *História* oficial do Brasil e o lugar dos indígenas nesta história estavam norteando as discussões. Já na 1ª Sessão, em 01 de dezembro de 1838, um dos sócios efetivos e fundadores, professor de filosofia e cronista do Império, cômego Januário da Cunha Barbosa,²⁷⁶ lançou um tema a ser discutido na sessão seguinte, um dos propósitos da associação: “determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões”.²⁷⁷

Na 4ª Sessão, a 04 de fevereiro de 1839, o cômego apresentou as primeiras questões. Destacando a presença do indígena como tema de análise e reflexão mencionou “as causas da espantosa extinção das famílias indígenas que ocupavam as províncias do litoral do Brasil” e questionou sobre o melhor sistema de colonizar os índios do Brasil “entranhados em nossos sertões” e se a escravidão de africanos “servia de embaraço à civilização dos índios”.²⁷⁸

O tema da “espantosa extinção” era recorrente entre os intelectuais do romantismo. Januário da Cunha Barbosa atribuiu a responsabilidade aos próprios indígenas, pelas guerras entre si, pelas diferenças entre seus costumes e línguas, ou ainda pelo fato de serem nômades. Ainda apontava o questionamento de se eram

²⁷⁴ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Op. Cit.*, 2011; DOMINGUES, Maria Heloísa Bertol. *Op. Cit.*, 1989; KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, 2009; TURIN, Rodrigo. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.), 2006.

²⁷⁵ RIHGB, t.1, 1839, p. 48.

²⁷⁶ A atuação de Januário da Cunha Barbosa no processo de redefinição de liberdade e independência através das páginas do Revérbero Constitucional Fluminense nos anos de 1821 e 1822 foi analisada no trabalho de RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.*, 2002.

²⁷⁷ RIHGB, t.1, 1839, p. 45.

²⁷⁸ Idem, p. 47.

vestígios de civilização das grandes nações antigas da América. Se assim o fosse, dizia, era preciso encontrar estes vestígios. Já nas primeiras experiências do IHGB, o índio a ser valorizado e buscado como tema de observação era o do pretérito, de uma possível antiga grande civilização, que pudesse demonstrar a grandiosidade da antiguidade brasileira, através dos vestígios de monumentos jamais encontrados. A resposta era para o presente (século XIX), se não para os próprios indígenas, mas para a nação.

A presença de africanos como embaraço à civilização dos “nossos indígenas”, referido na memória de 16 de fevereiro, foi um dos itens em pauta. Já então fica clara a motivação para o debate: o prejuízo à lavoura brasileira provocada pela dispensa dos indígenas em relação aos africanos. No programa, Cunha Barbosa iniciou a leitura declarando não ser “patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros”, dizendo-se defensor da “liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos”. E afirmou que a escravidão lançada pelos portugueses desde a descoberta foi a principal causa do retardo da civilização dos indígenas. A caça empregada pela “bárbara cobiça” lusitana teria feito com que os índios fossem tratados como “feras”, obrigados a realizar “trabalhos duros” nas missões, onde ao mesmo tempo lhes eram pregada a “religião d’um Deus de paz, de liberdade e de doçura”.²⁷⁹

Como sugeriu o historiador Manoel Salgado Guimarães, no século XIX o historiador deixou de ser um homem de letras e adquiriu o *status* de cientista.²⁸⁰ O método de pesquisa, no caso do IHGB, passava pela coleta e arquivamento de documentação sobre o Brasil, tanto na Europa quanto nas várias províncias, a ser concentrada no próprio Instituto. Além de documentos de Estado, as narrativas produzidas por missionários e cronistas que estiveram na colônia portuguesa da América entre os séculos XVI e XVIII se tornaram fontes importantes aos historiadores do século XIX. No caso deste programa elaborado por Januário da Cunha Barbosa, o Padre Antônio Vieira era uma importante referência, tendo sido citado pelo cônego, em trecho no qual argumenta sobre as causas para destruição e miséria dos índios. Esta causa única era a:

“insaciável cobiça e impiedade d’aquelles moradores, e dos que lá os vão governar; e ainda de muitos eclesiásticos, que sem sciencia, nem consciência, julgavam licitas estas tyrannias, ou as

²⁷⁹ RIHGB, t.1, 1839, p. 123.

²⁸⁰ GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1: 5-27, 1988.

executavam, como se o fossem, não valendo a muitos dos tristes índios o serem já christãos, ou vassallos do mesmo Rei, para não lhes assaltarem em suas aldêas, e os trazerem inteiramente captivos, sem mais direito.”²⁸¹

Para responder à questão central, baseando-se também nas narrativas de Vieira, Barbosa afirmou que:

“resulta de tudo isto que a escravidão foi um forte embaraço à civilização dos índios; pois que elles, segundo testemunho do mesmo Padre Vieira, só fugiam da catechese por medo da escravidão (...) a experiência nos mostra que os índios são aptos a todos os trabalhos, a que se apliquem, ou em terra, ou nos rios ou mares”.²⁸²

Inspirado em Antônio Vieira e Manoel da Nóbrega o cónego defendia a catequese como melhor sistema de colonização dos índios que habitavam os sertões dos Brasis, visto como o único capaz de trazê-los “da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade”.²⁸³ Dizia que era preciso criar escolas missionárias, catequisando novos índios e doutrinando os que foram catequisados. Também afirmava que o “casamento das índias com homens de nossa associação (refere-se aos brancos colonizadores) tem produzido vantagens preciosíssimas à civilização dos indígenas”.²⁸⁴ Salvo (e vivo!) o índio poderia ocupar o lugar do escravo africano como mão de obra. Naquela geração de intelectuais²⁸⁵ a temática da mão de obra era um elemento de preocupação, tendo em vista as legislações de repressão ao comércio internacional de africanos que se iniciaram em 1830 e se estenderam até a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Já a partir de 1824, Pedro I começou a incentivar a imigração alemã para áreas de fronteiras no sul do país, marcadas por diversos conflitos.²⁸⁶ Na década de 1840 empresas particulares passaram a investir na imigração com propósitos de

²⁸¹ RIHGB, t.1, 1839, p. 124.

²⁸² Idem, p. 126.

²⁸³ RHIGB, t.2, 1840, p. 3.

²⁸⁴ Idem, p. 17.

²⁸⁵ Segundo Manuel Luis Salgado, a maioria dos 27 fundadores era de uma geração nascida em Portugal, educada na tradição jurídica de Coimbra, avessa ao ideário e práticas da Revolução Francesa, adepta da casa de Bragança e exercia funções no aparelho de Estado. *Op. Cit.*, 2011.

²⁸⁶ As primeiras famílias germânicas começaram a colonizar São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, em 1828. Ver: SEYFORTH, Giralda, *Op. Cit.*, 2002a e 2002b.

colonização. Mas foi a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 (regulamentada pelo decreto n. 1318, em 30/01/1854) que começou a legislar de forma direcionada à política de imigração. Chama a atenção o fato de que esta política fora aplicada na mesma lei que regulamentava a propriedade das terras no Brasil, desde as doadas e adquiridas no período colonial, além da tentativa de legalizar as áreas ocupadas sem autorização, reconhecendo, posteriormente, as chamadas terras devolutas, que pertenceriam ao Estado.

A colonização dos índios, travestida de prática civilizatória, revelava tentativas de eliminação dos elementos étnicos e imposição de categorias de fronteiras, como caboclos, a fim de legitimar o possível uso como mão de obra e a apropriação das terras aldeadas. A escravidão não foi problematizada pelos males provocados aos africanos, mas pelo embaraço à civilização dos índios, que por medo, teriam renegado a catequese, e, por conseguinte, a civilização. Estes e outros debates²⁸⁷ iniciais exemplificam os modos como setores da inteligência brasileira se colocavam diante da presença de populações indígenas, tanto no território quanto na memória. É importante, assim, analisar mais de perto o envolvimento do naturalista Freire-Allemão com os assuntos etnográficos no IHGB.

Freire-Allemão e a escrita da História do Brasil

Os debates do IHGB sobre a escrita de uma história para o Brasil aproximou o campo historiográfico da etnografia, duas áreas em formação. Um dos principais itens da pauta do Instituto foi estimulado na sessão de 08 de fevereiro de 1840. Naquela ocasião, o sócio efetivo José Justiniano da Rocha informou que havia sido nomeado pelo governo Imperial para lecionar no curso de história do Colégio Pedro II,²⁸⁸ criado dois anos antes, e que sentia falta de um compêndio sobre história do Brasil que tomar por orientação. Foi criada uma comissão para avaliar a proposta do sócio Alexandre

²⁸⁷ Outras duas questões apresentadas na sessão de 6 de abril de 1839 pelo Desembargador Pontes e que estavam no bojo dos debates etnográficos do IHGB foram a origem da raça dos ciganos que se encontra no Brasil e a existência no Brasil de vestígios de uma civilização anterior à chegada dos portugueses, o que provaria o argumento da degeneração e extinção destas populações. RIHGB, t1, 1839, p. 111.

²⁸⁸ ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória*. Tese Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

Mariz Sarmiento, que sugeriu um prêmio a quem apresentasse o melhor compêndio ao Instituto.²⁸⁹ O IHGB ofertou a conhecida premiação:

“uma medalha de ouro no valor de 200\$000 a quem apresentar o mais acertado plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizada com tal systema que n’ella se compreendam as suas partes política, civil, eclesiástica e litteraria”.²⁹⁰

As memórias deveriam ser apresentadas até o fim de setembro de 1842, e a vencedora seria publicada na *Revista do IHGB*. Pelas regras, a autoria da memória seria desconhecida pela Comissão Julgadora, sendo o nome do autor apresentado em carta fechada.²⁹¹ Freire-Allemão foi membro desta Comissão, ao lado dos sócios Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos.²⁹²

Nos dois anos seguintes não houve menção ao concurso na *Revista do IHGB*. Na edição do último trimestre de 1844 dois fatos chamam a atenção. Primeiro foi a repetição do anúncio da premiação, desta vez deslocada para o ano de 1845. O segundo foi a publicação de uma memória enviada para concorrer ao prêmio, com o nome do autor no início do texto: o naturalista Karl Friedrich von Martius, sócio honorário do Instituto, com o título de “Como se deve escrever a história do Brazil”. A publicação precedeu a divulgação do parecer e o resultado final da premiação.

Vimos que entre 1817 e 1820, o botânico havia percorrido diversas regiões do Brasil, integrando a Missão Científica Austríaca,²⁹³ e sua produção exerceu bastante influência. Na sessão de 18 de julho de 1844, Januário da Cunha Barbosa lera uma carta de Martius, datada de 7 de março, onde agradecia o recebimento de uma missiva do Instituto, elogiosa à sua memória sobre a escrita da história do Brasil. O botânico dava a entender que o IHGB já havia feito a sua escolha: “muito me regozijo que vossa ilustrada associação julgasse conveniente escrever uma história do Brasil fundada sobre bases tão amplas como as indicadas em minha dissertação”. Contudo, informava: “não

²⁸⁹ RIHGB, t2, 1840, p. 150.

²⁹⁰ Idem, p. 642.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Em carta, Manuel Ferreira Lagos lhe comunica a nomeação em 27 de março de 1847. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,2-60.

²⁹³ Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Para, Amazonas, Goiás e Mato Grosso.

ousarei aspirar eu mesmo à gloria de empresa tão árdua”, e argumentava sua inadequação para a tarefa:

“(…) esse grande mistério de uma história em que tudo se tem apagado, em que tudo é abismo e ruína – esse grande mistério demanda outras forças que não as minhas, um espírito profundo, caráter firme e laborioso, juízo vasto, imaginação viva, e uma faculdade de combinação rara; e além disto idade madura, mas ainda não decadente, como a minha, que em breve tocará seu décimo lustro”.²⁹⁴

Mesmo que a publicação da memória e as missivas sugiram que o resultado já fosse conhecido, a comissão apresentou apenas em 1847 as avaliações de duas memórias inscritas.²⁹⁵ A primeira, derrotada, não teve o nome do autor revelado. Foi considerado um texto “puramente fictício ou artificial, que poderá ser commodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no gênero philosophico, como se deve exigir actualmente”.²⁹⁶ As “épocas” estavam divididas em décadas: a primeira de 1500 com a “descoberta de Cabral” a 1510, “tempo do naufrágio de Diogo Alvares, o Caramuru”; a segunda, até 1521, com a morte do rei d Manoel, e daí por diante. Seria baseado no “methodo das decadas” encontrado em “Tito Lívio, Barros e Couto”.²⁹⁷ Haveria uma introdução contendo uma “descrição das nações indígenas que na época do descobrimento habitavam as costas do Brasil”. O texto seria destinado à história política, enquanto as partes “civil, ecclesiastica e litteraria” viriam em artigo separado, ao final de cada década, seguindo o trabalho do “abbade Millot na Historia de França”. Mas não era este o ideal do IHGB. Segundo o parecer, o autor da proposta não compreendeu o pensamento do programa.

Ao avaliar a segunda memória, a Comissão justificou a publicação antecipada “há muito tempo” ao “descuido” da Redação, informando que a memoria era na verdade “dirigida para o concurso”. O “descuido” teria ao menos duas razões de ser, pelo que pode ser aferido no parecer: o fato deste tema “tão transcendente para o Brasil” ter sido

²⁹⁴ Carta datada em 4 de março de 1844. RIHGB, t.6, 1844, p. 381.

²⁹⁵ O parecer do concurso foi lido na Sala de Sessões do IHGB em 20 de maio de 1847. O parecer foi redigido por Freire-Allemão, como indica uma carta que lhe foi enviada pelo integrante da Comissão Joaquim da Silveira, em 29 de abril de 1847, dizendo que lera os termos e se conformara, podendo contar com a sua assinatura. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,2-61.

²⁹⁶ RIHGB, t.9, 1847, p. 279.

²⁹⁷ Tito Lívio (história de Roma) João de Barros e Diogo do Couto (história de Portugal).

“tão sabiamente explanado” e o próprio “nome do autor”, que daria “ainda maior realce e ainda maior peso para as nossas convicções”. Ter uma proposta de escrita de história elaborada pelo reconhecido naturalista daria mais legitimidade aos discursos proferidos pela historiografia desejada pela elite representada no Instituto.²⁹⁸

O parecer apresenta “em abreviado quadro os pontos mais importantes de sua doutrina”, sempre elogiando a escrita e as propostas. O Instituto estaria preenchendo “um dos seus mais imperiosos deveres”, fazendo “grande serviço a seu paiz provocando o aparecimento d’esta memoria”. E o resto (a sua escrita) seria “obra do tempo”. A tarefa de escrever esta história, como se sabe, não foi levada adiante por Martius. Coube a Francisco de Adolfo Varnhagen, entre 1854 e 1857, a publicação da obra *História Geral do Brasil*.²⁹⁹

Para Martius, a história do Brasil teria um elemento “muito particular”, formador da “actual população”. Era o fato de resultar “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças”: “a cor cobre ou americana; a branca ou caucasiana, e a preta ou ethiopica”.³⁰⁰ Este movimento obedeceria à “lei particular das forças diagonaes”, determinante do lugar que cada um dos três elementos ocuparia no novo cenário: “quanto maior a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma d’essas raças”, maior a sua influência. Daí resultaria a necessidade de estudos das particularidades de cada raça, focadas nos aspectos físicos e morais que as distinguem. O branco português seria o “conquistador”, ao qual caberia o papel “mais poderoso e essencial motor”. Era o ilustrado, representante da civilização europeia, capaz de conduzir o Brasil ao *status* de nação unida. A história do Brasil seria a de um ramo da de Portugal. Mas para que fosse completa e merecesse o status de “história pragmática”, não poderiam ser ignoradas as relações dos lusitanos com as raças “Ethiopica e India”.³⁰¹ O “historiador reflexivo”, o “verdadeiro historiador”, o “autor philosophico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um christianismo esclarecido”, deveria considerar que a superioridade do sangue português levaria à absorção dos “elementos inferiores” (o índio e o negro). Indígenas e africanos tinham um lugar bem

²⁹⁸ Ao oferecer as suas memórias, Martius fez também a doação de uma “lista das obras pertencentes à História do Brasil”. RIHGB, t.6, 1844, p. 381.

²⁹⁹ Historiador e diplomata, Varnhagen foi Secretário do IHGB em 1851. Na Revista Trimestral publicou textos como *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil* (1841); *O Caramuru perante a história* (1848) e *Línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobrimentos* (1858).

³⁰⁰ RIHGB, t.6, 1844, p. 381-382.

³⁰¹ Idem, p. 399

definido na mistura pensada por Martius: “o sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”.³⁰² Por isso, seria um “erro para com todos os princípios da Historiographia-pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados”, como disse Martius, “forças que igualmente concorreram para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população”. A “actual população” seria resultado do apagamento das fronteiras étnicas de africanos e indígenas.

Dos temas narrados por Martius em suas publicações sobre o Brasil, há um chamado “*Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*”, publicado em 1844,³⁰³ onde apresenta um estudo etnográfico sobre medicina e produção de remédios pelos indígenas. Neste tratado o naturalista também apresenta interpretações sobre as experiências etnográficas, que nos permite compreender o seu lugar de fala. Inicia criticando os primeiros historiadores da América, em sua maioria espanhóis e portugueses, por terem produzido narrativas ressaltando o “extravagante, maravilhoso, destoando dos typos da organização humana”. Seriam escritas baseadas em “conceitos isentos das influencias antropologhicas e sociais” sobre “raça ameríndia”. Para Martius, o “conceito antropologhico de qualquer raça humana” sempre reflete o espírito da época dos observadores. Por isso os estudos sobre os índios do Brasil teriam que ser tomar por base uma “descrição antropologhica”, baseada na “ampla observação sem preconceitos, como o fizeram Von Humboldt, Rush, G.S Morton, d’Orbigny, etc”. O interesse aumenta ainda mais porque os “primitivos brasilíncolas” estariam perdendo as suas características próprias. Sendo “lançados no grande remoinho social e civil” onde “mais cedo ou mais tarde surgirão uma população remodelada e quase nova – a do Império de Brasil” – os índios seriam completamente extintos “como membros independentes da grande família humana, conforme parece ter determinado o Espírito Universal”.³⁰⁴

Martius apresentou uma série de problemas aos historiadores, desde como se achavam os índios na época de Cabral e de onde vieram, até “as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que n’elles não reconhecemos senão ruínas de povos”. Criticava a visão de que os índios eram uma criação divina no estado “primitivo

³⁰² Ibidem, p. 383.

³⁰³ MARTIUS, Karl Friedrich Philipe von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios Brasileiros*. Edição Ilustrada. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/natureza-doencas-medicina-e-remedios-dos-indios-brasileiros-1844/preambulo/2>.

³⁰⁴ Idem, p. 3.

do homem” e que viveriam unicamente com a “razão instintiva.” Os que defendiam este ponto de vista praticavam uma “philantropia e philosophia enganadora”.³⁰⁵ Sua defesa era por investigações mais profundas para chegar a um ponto central: os indígenas seriam o “residuum de uma muito antiga, posto que perdida história”.³⁰⁶ O rigor científico para afirmar a extinção dos índios do Brasil.

O primeiro passo ao historiador seria o reconhecimento dos indígenas brasileiros como ente físico “em suas manifestações exteriores”, devendo ser comparados aos povos vizinhos “da mesma raça”. Caber-lhe-ia, além da experiência de arquivo, a experiência etnográfica, a fim de ter condições de observar e fazer a análise comparativa. Através da observação etnográfica, chegaria à esfera da “alma e da inteligência”, e por extensão à “atividade espiritual e como ella se manifesta por documentos históricos”. A forma como a “atividade espiritual” dos índios se manifestaria ao observador (historiador etnógrafo, filósofo, pragmático, como diz o próprio Martius) seria através de suas línguas, entendidas como documento histórico. A língua seria o ponto de partida para os estudos etnográficos. A proposta de Martius era que os linguistas pudessem fazer “observações gramaticais”, em vista da elaboração de dicionários. Para tal, indicava ao Instituto que ajudasse a que os viajantes fossem “ter com os mesmos Índios”. Esta expressão indica o trabalho de observação direta e de registro do objetivo destas incursões: “todos os vocábulos referentes aos objectos naturaes, determinações legais (de direito) ou vestígios de relações sociaes”.

Os estudos da língua deveriam estar relacionados aos de Mitologia, Teogonia e das Geogonias das raças brasileiras, cabendo ao historiador filósofo observar nos “restos actuaes de ideias e cerimonias religiosas” (...) “noções anteriores mais puras”.³⁰⁷ Outro passo importante é o estudo sobre as suas “relações sociais e jurídicas”, tanto entre os membros de “uma só tribu” quanto entre “tribos diversas”, encerrando assim o ciclo de “investigações ethnographicas que o historiador deverá fazer”.

³⁰⁵ Segundo Lorelai Kury, a palavra filantropia foi um neologismo criado na França do século XVIII para designar o sentimento de amor ao próximo, elemento norteador do europeu civilizado na passagem para o século XIX. Entre os viajantes naturalistas, estaria relacionado ao sentimento de missão civilizatória. KURY, Lorelai. 2003, p. 2. Kaori Kodama assinalou que as categorias de decadência e filantropia eram bastabte utilizadas pelos letrados brasileiros da metade do século XIX para se referir aos índios. KODAMA, Kaori, *Op. Cit.*, 2009, p. 273.

³⁰⁶ RIHGB, t. 6, 1944, p. 385.

³⁰⁷ A identificação de práticas indígenas com noções de “pureza”, cristalizando-os no tempo, em muito influenciou os intelectuais brasileiros, não apenas do século XIX.

O tema dos possíveis monumentos, “que ultimamente excitaram tão vivo interesse” também foi destacado por Martius. O historiador etnógrafo da história do Brasil não poderia deixar de estudar e compreender as ruínas “de Paupatla, Mexico, Uxmal, Copan, Quito, Tiaquanaro”, caso quisesse formar um juízo geral sobre o passado dos Povos Americanos”. O fato de até então não terem sido encontrados vestígios de construções semelhantes no Brasil não permitia, a seu ver, a conclusão de que não houve uma civilização superior em tempo muito remoto. A experiência mostrava que tais vestígios foram encontrados em “países elevados”, mas isso não permitia “duvidar da sua possibilidade no Brasil”. Daí mais uma sugestão: o Instituto também deveria prestar auxílio a viajantes para fazerem “investigações archeologicas” em busca de monumentos.³⁰⁸

O espaço da memória de Martius dedicado aos africanos foi muito menor. Um pequeno texto de dois parágrafos iniciava afirmando que o Brasil teria um desenvolvimento diferente sem a introdução dos escravos negros, mas “para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador”. Cabia ao historiador questionar “a condição do negro importado, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias a sua raça em geral”. Também deviam ser analisadas as colônias portuguesas na África e seu estado primitivo, tanto no litoral quanto no interior, além da “organização do tráfico de negros”, elementos “quase que desconhecidos na Europa”. E encerrava suas considerações sobre os escravos africanos.

A história do Brasil deveria fundamentalmente incentivar no leitor “o amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Recorrer ao discurso do amor cívico e patriótico tinha endereço. Segundo Martius,

“O Brazil esta affecto em muitos membros de sua população de ideas políticas immaturas. Alli vemos Republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu paiz natal; para elles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencel-os por uma maneira destra da inexiquibilidade de seus projetos utopicos, por uma imprensa

³⁰⁸ RIHGB, t. 6, 1944, p. 387-388.

desenfreada, e da necessidade de uma Monarchia em um paiz onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brazil a sentir-se como um Todo Unido”.³⁰⁹

Esta oferta calculada aos republicanos de todas as cores e ideólogos de todas as qualidades, interessados nas particularidades da história de seu país natal (província) aproxima o autor de um tipo de nacionalismo segundo um princípio político que defende a correspondência entre a unidade nacional, política e territorial, conforme definição apresentada por Ernest Gellner.³¹⁰ Martius propõe o rompimento das fronteiras étnicas em vários momentos de sua memória, mas neste caso apresenta também a defesa de apagamento das diferenças políticas locais, em contraponto a uma pretensa política nacional. A homogeneidade étnica não podia ocorrer sem a territorial. O sentimento de “todo unido” recém iniciado se refere às ações de preservação da Monarquia, como o combate militar às diversas revoltas, sobretudo das iniciadas na década de 1830, e o Golpe da Maioridade, levando d. Pedro II a assumir o trono com 15 anos de idade (1840). Diante da busca de autonomia provincial, genericamente chamada de princípios republicanos, com disputas entre famílias pelo domínio local em algumas regiões, e do temor de possíveis outras revoltas (tanto de “ideólogos de todas as qualidades” quanto de “escravos”) e da perda da comunidade imaginada pela elite situada no círculo do poder central, o papel do historiador do Brasil era justamente o de promover o apagamento das questões locais, vistas como particularistas e perigosas. Esta ideia de nação como esquecimento das diferenças e vinculação a um sentimento comum de pertença é um sentimento que se percebe em outras situações históricas e políticas,³¹¹ e encontrou bastante eco nas elites brasileiras que se alinhou em torno da unidade, mesmo que não se possa negar a existência de várias ordens de conflito.

³⁰⁹ Idem, p. 401-402.

³¹⁰ Para o autor, a violação deste princípio político leva ao estado de cólera aqueles que são incitados por este tipo de sentimento nacionalista e defendem a sua realização, implicando na tentativa de apagamento das fronteiras étnicas dentro do mesmo Estado, na busca de homogeneidade. GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

³¹¹ Num texto clássico lido na Sorbonne em 1882, em que tentava responder à pergunta “o que é uma nação?”, o historiador e político francês Ernest Renan afirmou que os critérios fundantes do direito nacional não deveriam se vincular à raça, língua, religião, comunidades de interesses, geografia ou necessidades militares. Posicionando-se contrariamente à tradição dos estudos etnográficos da Alemanha e envolvido com a recente guerra franco-prussiana, afirmou que nação era um princípio consensual e espiritual, uma grande solidariedade construída pelo sentimento de sacrifícios e devoções, numa espécie de plebiscito cotidiano que reafirmava o único critério legítimo: a “vontade de nações”. RENAN, Ernest. *O que é uma nação? Plural, Sociologia*; USP. São Paulo: 1997, p. 154-175.

Quase 15 anos após reiterar e legitimar a proposta de Martius, com quem aliás já trocara correspondências científicas, Freire-Allemão teve a oportunidade de se deparar com alguns destes “ideólogos de todas as qualidades”, quando esteve no Ceará. No IHGB, referendar as palavras do reconhecido botânico austríaco não foi tarefa difícil. Mas em campo, em ambientes completamente diferentes da Corte e diante de críticos ao governo central, o naturalista brasileiro viveu experiências em que estas visões sobre nação foram acionadas e questionadas, conforme analisarei no próximo capítulo.

Disputas por um campo em formação

Enquanto dava aulas de botânica médica e fazia suas herborizações, Freire-Allemão ocupou um pouco do seu tempo e interesse por assuntos relacionados aos que se discutia sobre os indígenas. Um dos pontos mais discutidos era o linguístico, tanto pelo uso pragmático a serviço das ciências naturais quanto pela importância atribuída às pesquisas linguísticas e suas relações com o romantismo.³¹²

Em 1847, Freire-Allemão integrou a recém-criada Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB ao lado de José Joaquim Machado de Oliveira e Joaquim Caetano da Silva. Com a reforma nos estatutos do Instituto, em 1851, tornou-se uma comissão permanente (Arqueologia, Etnografia e Línguas Indígenas). A historiadora Kaori Kodama destaca a importância da criação desta Comissão:

“Ela (a etnografia) se formaria por um conjunto de textos de natureza diversa, como os relatos de viajantes, os relatórios de presidentes de província, as crônicas coloniais, os escritos dos jesuítas e os vocabulários indígenas”³¹³.

A própria trajetória de sua criação demonstra o grau de disputa em jogo. A primeira proposta para uma Seção de Etnografia foi apresentada pelo historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, lida na sessão de 1 de agosto de 1840.³¹⁴ Como o próprio título sugere, a proposta central era a defesa dos estudos das línguas

³¹² Um documento mostra que em 1844 Freire-Allemão fazia pesquisas sobre etimologia indígenas e medicina popular, “colhidas em conversa com o Dr. Barros e Faro”. Petrópolis, 5 de março de 1844. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,9,45.

³¹³ KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*, 2009, p. 90.

³¹⁴ Memória sobre a necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brazil. RIHGB, t.3, 1841, p. 53-61.

indígenas em virtude de sua catequese e civilização. Nessa proposta o historiador afirma que “tempo virá em que se não há de conhecer que cor tinham os índios, muito menos (...) se conhecerão as suas línguas, usos e costumes, se disso não se cuidar antes”. Por isso, era necessário o estudo das línguas através dos vocábulos, mais do que da sintaxe, o que favoreceria o conhecimento dos nomes, “tanto de sciencias naturaes como geographicas” em cada uma delas. Também defendia a criação de um glossário especial dos vocábulos indígenas.³¹⁵

Entre as vantagens apresentadas estavam a chance de acabar com o “caos” que existia sobre o assunto as línguas indígenas e o fato de poder gerar o conhecimento do verdadeiro número de nações e tribos no território brasileiro. Além da criação de escolas de línguas indígenas, Varnhagen sugeriu ao Instituto a criação da seção que chamou de “Ethnographia indígena”, encarregada “dos nomes das nações, suas línguas e dialectos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, os meios de as civilizar e tudo o mais tocando aos indígenas do Brasil e seus circunvizinhos”.³¹⁶ Seria esta uma Seção composta por dez sócios efetivos vinculados às seções de História e Geografia, devendo se apresentar cinco de cada, espontaneamente. Os sócios se dedicariam aos estudos das nações indígenas, e em cada província haveria um sócio correspondente vinculado à Seção de Etnografia.

A resposta da Comissão de História foi lida na sessão de 27 de fevereiro de 1841. Sobre o ensino de línguas indígenas a Comissão concordou com sua importância, mas não concordava “exacta e rigorosamente” com “muitas das opiniões do Sr. Varnhagen”. Sobre a criação da Seção Etnográfica, a Comissão se considera dispensada de expor o seu pensamento sobre o mérito, pois isso implicaria na reforma do Estatuto, e só poderia ser apresentada em Assembleia Geral, por ocasião do Aniversário do IHGB.³¹⁷

Anos depois, já com a Comissão criada, na sessão de 14 de outubro de 1847 Freire-Allemão propôs que o Instituto solicitasse aos presidentes de província informações sobre “quaes eram as tribus indígenas que habitavam a respectiva província no tempo em que o paiz foi conquistado; que extensão do terreno occupavam; quaes foram extinctas; quaes emigraram, e para onde; e emfim quaes existem ainda, e em que

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Ibidem. Percebe-se aqui uma semelhança em relação a Von Martius, no que se refere à comparação com os índios dos países vizinhos latino-americanos.

³¹⁷ RIHGB, t. 3, SUPLEMENTO, 1841, p. 62

estado”. Estas indagações se davam na tentativa de compor uma “carta geral do estado primitivo do paiz”, ao lado de informações sobre as matas, campos nativos, florestas virgens, tipos de madeira mais encontrados e qualidades de animais que as povoavam.³¹⁸ Nesta época, Freire-Allemão já era bastante reconhecido por seu trabalho na botânica. Se havia conflitos e divergências entre os seus pares naturalistas, o mesmo acontecia em relação à etnografia.

Luís de Castro Faria afirmou que “os domínios de saber possuem fronteiras aparentemente bem definidas e percorrem caminhos de permanentes tensões”, sendo muito forte a competição nas disciplinas situadas nos lugares “mais elevados da hierarquia das ciências”. Por isso, quem detém um “alto capital científico” pode transferi-lo a outro campo “socialmente inferior”, pois a menor competição pode gerar um lucro maior:

“engenheiros que se tornam geólogos, médicos que se tornam botânicos, zoólogos e antropólogos, são esses os profissionais que acabam por criar condições para o aparecimento de novos domínios de saber”.³¹⁹

Não se trata de uma transferência automática, ou percebida desta forma pelos atores sociais envolvidos. Mas há disputas em jogo. O tema da proposta não era uma questão nova. Entretanto, inquirir os presidentes de província a coletarem dados era algo mais direcionado, iniciando um curto, porém importante debate metodológico sobre a forma de coletar informações etnográficas. O envolvimento do botânico com estas questões a atenção de Varnhagen. Assim que leu a proposta, enviou uma carta ao Instituto, colocando-se e assumindo um lugar no debate.³²⁰

Varnhagen se apresentava como autoridade, usando sua experiência para reivindicar a legitimidade das colocações apresentadas: “já que estudo o assunto, necessário à história da colonização e civilização do Brasil, que ora redijo, e para que trabalho (...) vai para 15 annos”. Para ele, muitos escritores antigos e modernos têm se

³¹⁸ RIHGB, t. 9, 1847, p. 563.

³¹⁹ FARIA, Luís de Castro. “Domínios e Fronteiras do Saber: a identidade da arqueologia”. In: *Antropologia Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. Artigo, apresentado originalmente na IV Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia, em 22 de setembro de 1987, p. 33-34.

³²⁰ A carta é de 01 de abril de 1849. Na ocasião estava em Madrid, trabalhando na escrita de uma história do Brasil. A publicação foi da carta foi na RIHGB, t. 21, 1858, sob o título *Etnographia Indígena. Línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobrimentos*.

ocupado e dedicado páginas aos “desgraçados indígenas”.³²¹ Contudo, “a sciencia ethnographica, a historia das raças, não adiantou com ellas um passo”. Alguns textos faziam registro de “usos, costumes, indústria e armas que são quase geraes a todas as raças dos Andes e da Patagônia”. Outros se dedicavam apenas ao registro dos nomes, que sofriam muitas alterações e apareciam em diversas formas “dissonantes”. Quanto aos caracteres que poderiam indicar a divisão dessas mesmas raças, os escritos “passam em claro”.³²²

Varnhagen criticava o método de construção dessas narrativas, afirmando serem baseadas em visões generalistas. Como exemplo citou o uso dos termos *tupi* e *tapuia*, variantes de acordo com quem os utilizava. O autor afirmava que os tupis usavam a palavra *tapuia* para designar os seus inimigos, uma “alcunha ultrajante”, correspondente a “bárbaro”. Mas a maior prova para o seu argumento era o fato dos franceses também chamarem os seus inimigos (tupis) de *tapuias*.³²³ Já no caso do *tapuia*, afirmava que ainda “insiste a ignorância que haja sido o nome de uma grande nação”³²⁴. O método por ele proposto, como observou Kodama, propunha a “caracterização e a distinção entre os indígenas da América, particularizando-os em relação aos outros povos do mundo”.³²⁵

Na visão de Varnhagen, a proposta lançada por Freire-Allemão não contemplava esta forma de fazer etnográfico, restringindo-se à análise geral, gerando resultados equivocados. Defendeu então a necessidade de um método de investigação que observasse as particularidades das “raças” indígenas, através do registro e do estudo das línguas. Este registro deveria ser pautado em questionários simples, para evitar que as análises dos dados fossem prejudicadas, fomentando combinações erradas. Por isso, fez sugestões ao programa apresentado pelo botânico, como a inclusão de uma série de palavras, para que fossem verificadas as formas como se expressavam em cada “tribo”: “sol, lua, fogo, agua, terra, peixe, mel, branco, preto, pé, mão, rir, chorar e finalmente os numeraes até onde saibão ou soubessem contar”.³²⁶

Além da averiguação dessas palavras, Varnhagen incluiu três perguntas para o registro dos usos dos indígenas:

³²¹ RIHGB, t.21, 1858, p. 389.

³²² Idem.

³²³ Para isso cita “pág. 42 do Diccionario Brasil, impr. em Lisboa em 1795”. Idem, p. 390.

³²⁴ Ibidem, p.390.

³²⁵ KODAMA, Kaori. 2009, p.86.

³²⁶ RIHGB, t.21, 1858, p.391

“1º Se tem ou tinham os beiços, ventas e orelhas furadas? De que forma, de que substância era o bodoque que nesses furos usavão?

2º Como trazem ou traziam o cabelo?

3º Se dormem ou dormiam no em redes ou no chão, e em que posição, se de lado ou de ressupino?”³²⁷

Outra proposta apresentada na carta era que o Instituto pedisse aos presidentes de províncias organizarem estabelecimentos próprios, fossem museus provinciais ou jardins botânicos, dedicados à guarda de “instrumentos e armas dos indígenas, mas principalmente os monumentos sepulcraes”; e também tivessem o cuidado de “enriquecer o estabelecimento por meio de trocas”. Se Varnhagen acreditava como premissa a degeneração e extinção dos indígenas, garantia-lhes um lugar simbólico que “interessará tanto mais outras nações civilizadas e instruídas”, quando o Império se tornar passado.

Impulsionado pela necessidade de justificar sua hipótese de que os índios do Brasil estavam num processo de degeneração e extinção, Varnhagen foi mais um intelectual a apontar o estudo e a investigação sobre monumentos. O historiador sustentava a ideia de que, à época de Cabral, os tupis e guaranis aqui encontrados não eram autóctones, mas conquistadores vindos do norte:

“aproveitando-se da grande vantagem de suas canoas ou marinha de guerra, foram os antigos normandos desse território, os Jasões e argonautas da sua mythologia. E a invasão não só a fizeram pelo mar seguindo pelo Maranhão, mas pelos rios Madeira, Tapajós, etc.”.³²⁸

O interesse central desta etnografia era pelos índios do passado, uma “raça anterior” ao índio contemporâneo, uma “geração mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocudo e canibal”. Esta reflexão sobre os monumentos do passado era forte no âmbito do IHGB.³²⁹ Desde as primeiras reuniões do Instituto, questões referentes à existência de uma antiga civilização marcavam os debates, e a existência de

³²⁷ Idem.

³²⁸ RIHGB, t.21, 1858, p.392.

³²⁹ Segundo Le Goff, a história científica, ao se debruçar sobre a memória coletiva, o faz sobre dois tipos de materiais: os documentos, escolha do historiador, e os monumentos, herança do passado, tendo o poder voluntário ou involuntário de perpetuar sociedades históricas. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Op. Cit., 1990.

vestígios de monumentos, assim como encontrados em vários países vizinhos do Brasil, seria uma prova irrefutável da existência pretérita de uma sociedade superior. Já nos primórdios do Instituto, o sócio Manuel de Araújo Porto-Allegre apresentara uma memória com o relatório de uma comissão formada para analisar e copiar a inscrição existente na Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro.³³⁰ Na ocasião foi levantada a hipótese de que seria uma inscrição deixada por alguma antiga civilização, europeia ou americana. Afirmando que os caracteres “não se assemelham aos dos povos do velho continente”, nem a uma inscrição “phenicia, Cannanea, Carthagineza ou Grega”, Porto-Allegre sugeriu que mais pareciam “sulcos gravados pelo tempo”.³³¹ Ainda assim concluiu que estava “longe de protestar solemnemente contra a ideia de ser, ou não, uma inscrição aquelles sulcos ou traços”.

A memória é encerrada renovando o desejo de que o IHGB terá a

“glória (...) que (o) aguarda na descoberta de iguaes monumentos, nem da esperança de ver aparecer em seu seio um Champoleom brasileiro, esse Newton da Antiguidade Egypcia ou Cuvier do Nilo, para o facho de seu gênio indagador iluminar esta parte tão obscura da história primeira do nosso Brazil”.³³²

Assim como Martius, Varnhagen também entrou no debate sobre os monumentos, destacando a importância dos conhecimentos arqueológicos para a busca das marcas do “obscuro” passado do Brasil, tema que motivava grande ebulição no IHGB. As sugestões de Varnhagen não foram incorporadas à proposta de Freire-Allemão. Em 1849 o coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, então presidente da província da Bahia e sócio correspondente do Instituto enviou uma memória que respondia à proposta. Publicada na Revista do IHGB,³³³ o autor argumentava a

“difficuldade, senão impossibilidade, em que ver-se-hão taes presidentes, ou a maior parte d’elles, de satisfazerem as

³³⁰ Publicada no segundo trimestre de 1839.

³³¹ RIHGB, t. 1, 1839, p. 79.

³³² Idem.

³³³ A memória foi publicada na RIHGB, t.5, 1849, sob o título “Dissertação história, ethnográfica e política sobre as tribos aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brasil foi conquistado; que extensão do terreno occupavam; que emigraram e para onde; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da província que era já a esse tempo desprovida de matas; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruídas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam e que qualidades de animaes as povoavam?”.

informações exigidas, querendo apenas recorrer aos arquivos públicos respectivos”.³³⁴

Recorrendo à literatura colonial, Cerqueira e Silva apresentou como argumento aquilo que Varnhagen havia se referido aos usos da etnografia com resultados generalizantes. Iniciou a apresentação dos índios da província da Bahia tomando por referência o padre jesuíta Simão de Vasconcellos (1596-1671). Segundo ele os indígenas do Brasil colonial estavam reduzidos a duas “nações”. A primeira estava subdividida em “tribus mais tratáveis”, das quais a principal “corria a costa e falava o mesmo idioma” (seriam os “Tobayarás, Tupis, Tupinambás, Tupinaes, Tamoyos, Carijós, e quasquer outras tribos que tambem falavam aquelle idioma”). Todos formavam “uma só nação específica”, mesmo que “acidentalmente” houvesse outras “espécies”, como os “Goayanás, habitavam para as partes do sul, fronteiros aos Carijós seus contrários”, e utilizavam língua diferente; bem como os que povoaram o interior, especialmente o rio Amazonas. A segunda nação era “a dos Tapuias”. Teriam em torno de cem línguas, representadas pelos “Aymorés, Potentús, Guaitacás, Guaramonis, Guaregore’s, Jeçarussús, Amanipaqués, Payeiás e outros muitos”. Os tapuias também designariam os índios de qualquer tribo no Pará e em grande parte do litoral do Brasil.³³⁵ De todas as “nações antigas” citadas a partir da literatura dos tempos coloniais e dos relatos de naturalistas, como August de Saint-Hilaire, (Tobayáras, Tupinambás, Tupiniquins, Aymorés), esta última era a única “que ainda se conserva poderosa e pela maior parte selvagem, conhecida agora geralmente pela denominação de Botocudos, que lhe deram os Portugueses em virtude do cylindro de madeira ou batoque que trazem por enfeite nas orelhas e no queixo inferior”. Segundo o autor da memória, os grupos que ainda existiam na província a Bahia eram os Botocudos, os Machacalis, os Patachós e os Comonochós.³³⁶

Outra intervenção de Freire-Allemão no debate etnográfico foi elaborada em 1850 e publicada na *Revista do IHGB* em 1882 com o título “Questões propostas sobre alguns vocábulos da lingua geral brasiliana”.³³⁷ No texto Freire-Allemão respondia dúvidas apresentadas à Comissão sobre etimologia e ortografia. A comissão começava

³³⁴ Em 01 de dezembro de 1842, Freire-Allemão escreveu uma carta de agradecimento ao coronel pelo exemplar da Memória que recebera. BN, Coleção Freire Alemão, 13,2,15 n. 15.

³³⁵ RIHGB, t. 12, 1849, p.152.

³³⁶ Idem, p.158.

³³⁷ RIHGB, t. 51, 1888, p.151.

alertando sobre a dificuldade (posteriormente atestada por etnógrafos e estudiosos de línguas indígenas) de escrever uma língua falada (“que passou a ser morta”, como aconteceu com a língua geral). Apresenta como argumento a diversidade de tribos, a distância entre elas, mesmo que falassem o mesmo dialeto, a dificuldade em “definir um som para o qual não seria fácil achar valores no seu alfabeto” e uma série de outras dificuldades. Em seguida dava seu parecer sobre 21 palavras, entre elas Abaité, Araxá, Baependy, Bertioga, Camanducaia, Itaberaba, Itambé, Mantiqueira, Paraopeba.

Na metade do século XIX a etnografia não era uma disciplina acadêmica, não havia espaços de formação. Varnhagen, ao reivindicar autoridade no assunto devido a experiências de 15 anos de dedicação aos temas de história do Brasil, baseando-se nas leituras de textos coloniais e de autores contemporâneos. A sua proposta se pautava no que lia. Também era esta a etnografia de Freire-Allemão, no âmbito do IHGB, a despeito das divergências metodológicas sobre os critérios de observação. Quando o naturalista se dirigiu ao Ceará carregou na bagagem além da vasta experiência na história natural uma série de elementos sobre o que se discutia à época em termos de etnográficos. As práticas etnográficas no âmbito desta expedição é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: O BRASIL ENTRE A EUROPA E O CEARÁ: ETNOGRAFIAS NA COMISSÃO CIENTÍFICA NACIONAL

A ideia de que os outros viam em mim alguém que não era tal como eu me conhecia, alguém que só eles podiam conhecer olhando-me de fora, com olhos que não eram os meus e que me davam um aspecto fadado a ser estranho a mim, mesmo estando em mim o meu para eles (um “meu” que, portanto, não era para mim!), uma vida na qual, mesmo sendo a minha para eles, eu não podia penetrar, essa ideia não me deu mais descanso.

Vitangelo Moscarda

O desconforto sentido por Vitangelo Moscarda, personagem criado pelo dramaturgo italiano Luigi Pirandello, ao perceber que a forma como as pessoas o enxergavam era diferente das imagens que até então projetava para si, remete à crise do sujeito diante de seu mundo social.³³⁸ O ser abstrato genericamente tratado como “outro” é tudo aquilo que o próprio personagem enxerga como não sendo ele mesmo.

Em outra escala, identidades coletivas muitas vezes são acionadas quando se veem diante do que se considera ser o “outro”. No Brasil, as viagens estrangeiras incentivaram a formação das primeiras gerações de cientistas nacionais, mas nem todos os relatos produzidos por naturalistas de outras nações foram aceitos, servindo de elemento argumentativo para a defesa de que empreendimentos deste porte fossem planejados e executados por mentes e mãos de cientistas brasileiros. A aversão de Manuel Ferreira Lagos³³⁹ no âmbito do IHGB, em 1856, refutando os relatos de viagem de Francis de Castelnau³⁴⁰ é um exemplo, a partir do qual foi iniciada a organização da Comissão Científica Nacional. Entre 1843 e 1847 o naturalista francês estivera em expedição na América do Sul, saindo do Rio de Janeiro a Lima, no Peru, passando por regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Bolívia, seguindo pelas bacias dos rios de La Plata e Amazonas. Publicados em 1852, seus relatos começaram a ganhar repercussão, no momento em que associações científicas

³³⁸ PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum, cem mil*. São Paulo: Cosac Naify, 2001, p. 36.

³³⁹ Manoel Ferreira Lagos (1817-1871) se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1839), no mesmo ano em que se tornou sócio efetivo do IHGB. Ocupou o cargo de Adjunto da Seção de Zoologia e Anatomia Comparada do Museu Nacional (1854) e Diretor desta Seção a partir de 1866. Chefiou a Seção de Zoologia da Comissão Científica Nacional (1859-1861). PAIVA, Melquíades Pinto. Op. Cit. 2008, p. 295.

³⁴⁰ CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul* (tomos I e II). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1949.

nacionais buscavam se afirmar, como a Sociedade Velloziana e a Palestra Scientifica. Castelnau afirmou que a nação era marcada por uma “extrema indolência”, disfarçada na Corte por conta da agitação de uma grande cidade em que todos os serviços eram controlados pelo governo, mas escancarada no interior e em “muitas cidades da costa”. Para ele, no Brasil tudo é cercado de dificuldade, coisas simples se tornam quase impossíveis, não se dá valor ao tempo. O motivo do atraso da civilização é atribuído à falta de educação das mulheres e a sua exclusão da sociedade, sendo quase impossível vê-las na rua e construir convívio social. Porém, o traço que o naturalista aponta como o mais “sombrio do caráter dos brasileiros” é o ódio em relação aos estrangeiros estabelecidos no país. Afirma que os nacionais não compreendem os benefícios que devem aos volumosos capitais usados em troca de um metal que os filhos do Brasil seriam incapazes de extrair, não tendo competência para indústria e outras atividades.³⁴¹

O relatório apresenta a leitura que Castelnau fez da história natural das regiões por onde passou. Para Manoel Ferreira Lagos, os dados apresentavam erros que precisavam ser corrigidos, e caberia aos brasileiros fazê-lo. O objetivo era desfazer o que fosse considerado errado e construir uma nova história sobre a natureza do Brasil, escrita por nacionais.³⁴² Para esta nova escrita, Lagos defendeu a realização de uma comissão a fim de explorar províncias mais desconhecidas da Corte, fazendo estudos e formando coleções científicas dos três reinos da natureza.³⁴³ A proposta foi aceita e financiada pelo governo imperial e sua organização ocorreu no âmbito do IHGB. Os indicados para elaboração e execução dos planos eram pessoas ligadas aos circuitos científicos da Corte, notadamente vinculadas ao IHGB e ao Museu Nacional. Coube a Freire-Allemão a presidência da Comissão e a sua experiência certamente influenciou na escolha. Um novo time de curiosos da natureza foi formado. As sessões foram divididas e presididas da seguinte forma: Botânica, Freire-Allemão; Geologia e Mineralogia, Guilherme Schüch Capanema (1824-1910); Zoologia, Manoel Ferreira Lagos (1817-1871);³⁴⁴ Astronomia e Geografia, Giacomo Raja Gabaglia (1826-

³⁴¹ Idem, p. 80.

³⁴² RIHGB, t. 19, 1856.

³⁴³ Sobre a Comissão Científica, ver: BRAGA, Renato. *Op. Cit.*, 1962; KURY, Lorelai (org.). *Op. Cit.*, 2009.

³⁴⁴ Foi quem leu a proposta da Comissão. Era sócio do IHGB (1839) e chefe da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional (1854).

1872),³⁴⁵ e *Etnografia e Narrativa da Viagem*, Gonçalves Dias (1823-1864).³⁴⁶ Como pintor da Comissão foi designado José dos Reis Carvalho, um dos alunos fundadores do curso de Pintura da Academia Imperial de Belas Artes, aluno de Jean-Baptiste Debret.

Renato Braga indica que a escolha do Ceará ocorreu por conta da ideia de que poderiam existir de riquezas minerais na região. Dois artigos das Instruções Gerais apontam para esta possibilidade. No artigo VI, recomenda-se a exploração minuciosa das Serras da Ibiapaba e do Araripe, “onde a tradição coloca ricas minas de metais e são fecundíssimas nos reinos vegetal e animal”. No XX, informa que se houver a descoberta de alguma mina vantajosa ao Estado, imediatamente deve ser enviado um portador à Corte, “com maior segredo”, para informar a boa nova. Também havia diálogos entre os cientistas da Corte e a produção de narrativas sobre o Ceará. Em 1855, por exemplo, o Juiz de Direito da comarca do Crato, Marcos Antônio de Macedo, publicou uma memória nos *Trabalhos da Sociedade Vellosiana*, intitulado “Descrição dos terrenos carboníferos da comarca do Crato”. O autor relata as “anotações sobre as formações *geognosticas*” da Serra do Araripe, apresentando algumas de suas observações. Para evitar o erro, “que tem cometido todos os geographos”, o Juiz fez o levantamento de uma “pequena carta topográfica deste lugar”, também publicada na *Sociedade Vellosiana* (ver ANEXO B). O autor afirma que os estudos sobre a região se acham “entre nós em estado de começo”. E conclui: “eu quizera dar impulso a quaisquer descobrimentos desta ordem”.³⁴⁷

A organização da expedição da coube a Freire-Allemão, Guilherme Capanema e Manuel Ferreira Lagos. Gabaglia e Gonçalves Dias, que no período de organização (1856-1858) estavam na Europa, foram responsáveis pela compra dos livros, instrumentos e equipamentos. A proposta, os debates e a organização ocorreram no IHGB. Mas seria o Museu Nacional o principal depositário das coleções formadas.³⁴⁸

A Comissão partiu do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1859, chegando a Fortaleza em 4 de fevereiro. Apenas Guilherme Capanema, envolvido no projeto da Estrada de Ferro entre Niterói e Campos, chegou a Fortaleza em junho. A comitiva tinha

³⁴⁵ Filhos de italianos, aos 16 conclui o curso naval. Em 1844 se tornou lente substituto na Academia da Marinha, primeiro tenente em 1852 e no ano seguinte bacharelou-se em matemática pela Escola Militar da Corte. Entre 1854 e 1859 esteve na Europa, em missão do governo imperial, para se dedicar aos estudos hidráulicos aplicados a portos e canais. BRAGA, Renato, *Op. Cit.*, 1961, p. 30.

³⁴⁶ Adiante analisaremos alguns aspectos da etnografia de Gonçalves Dias.

³⁴⁷ *Trabalhos da Sociedade Vellosiana*. Biblioteca Guanabarensis. Rio de Janeiro, 1851-1855, p. 23-27.

³⁴⁸ Lei n. 884, de 1 de outubro de 1856. Coleção Leis do Império.

a marca do governo imperial, era uma agência pública, com respaldo do Imperador. Esse apoio foi importante na recepção do presidente da província e das autoridades locais. Tratava-se de um grupo estranho àquela paisagem, com bagagem repleta de equipamentos, que passaria no mínimo dois anos na região. Uma ordem imperial determinava:

“Manda o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império aos Presidentes de província, Chefes de Polícia, Juizes de Direito e Municipais, Delegados e Subdelegados de Polícia, Comandantes de Armas ou de Fortalezas ou destacamentos e outras autoridades quaisquer, civis ou militares por cujos distritos tenha de passar ou se demorar para execuções de seus trabalhos a comissão científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias brasileiras do Norte... que não se imponham impedimento aos seus trabalhos.”³⁴⁹

Entre 1859 e 1861, os *científicos* (como eram chamados em algumas vilas e cidades por onde passaram) estiveram nas províncias do Ceará, e alguns integrantes foram a regiões do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Gonçalves Dias conseguiu autorização para se dirigir à província do Amazonas, em 1861. Nos seis primeiros meses a Comissão permaneceu na capital, fazendo incursões nos arredores: Vila Velha, Maranguape, Pacatuba, Acarapé, Baturité, Manguba, além de subirem a Serra do Aratanha em diversas ocasiões.³⁵⁰ A partir de agosto começaram as viagens ao interior, e as seções decidiram fazer uma divisão de roteiros. Seguiriam juntas as de Botânica (Freire-Allemão) e Zoologia (Manuel Ferreira Lagos); as de Geologia (Capanema) e Etnográfica (Gonçalves Dias); já a Astronômica (Gabaglia), por ter mais componentes, seguiria sozinha.³⁵¹ Em intervalos diferentes, com alguns cruzamentos de caminho e reencontros periódicos em Fortaleza, as seções seguiram na direção leste e sul da província, passando pelas vilas de Aracati, Russas, Icó, Crato; seguindo ao oeste e ao norte passaram por Itapagé, Uruburetama, Itapipoca, Amontada, Sobra, Ipu, Crateús, Vila Viçosa. Exploraram, além da Serra do Aratanha, a Serra Grande, a Serra

³⁴⁹ Determinação de Sérgio Teixeira de Macedo. 25 de janeiro de 1859. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,3 A.

³⁵⁰ Carta de Freire-Allemão ao Ministro dos Negócios do Império detalhando os primeiros trabalhos da Seção de Botânica. Fortaleza, 31 de julho de 1859. BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,1,70A.

³⁵¹ Idem.

da Ibiapaba, a Serra do Baturité, a Serra Azul, a Serra de Uruburetama. Apenas para citar alguns lugares visitados. A Seção de Botânica ainda esteve em Exu (Pernambuco), São José dos Pinhais e Souza (Paraíba) e Pau dos Ferros (Rio Grande do Norte).³⁵² (Ver mapa dos itinerários no ANEXO C).³⁵³

As instruções estabeleceram o período de dois anos para a expedição. A saída de Fortaleza ocorreu em 13 de julho de 1861, com a chegada ao Rio de Janeiro em 24 do mesmo mês.³⁵⁴ Não pretendo aqui adentrar nos pormenores da Comissão. O propósito deste capítulo é analisar o uso de categorias relativas à etnografia na Comissão. Inicialmente farei a análise das “Instruções” e da atuação da Seção Etnográfica, em seguida de narrativas produzidas por outros integrantes.

3.1 As instruções para a “sciencia da ethnologia”

Como indicaram os estudos realizados por Margareth Lopes e Rachel Pinheiro,³⁵⁵ as Instruções da Comissão Científica compõem um capítulo especial deste empreendimento. Na sessão de 14 de novembro de 1856 do IHGB foram apresentadas as propostas para as Instruções de cada Seção, a serem elaboradas pelo responsável de cada uma.³⁵⁶ Nas instruções de Botânica e Zoologia, percebe-se a atenção dada às línguas indígenas para observar os nomes dos produtos a serem observados e coletados. Na de Botânica, elaborada por Freire-Allemão, há a instrução de que se “indagará dos homens práticos no lugar o nome indígena e vulgar de cada vegetal, e seus usos populares”.³⁵⁷ Também na Zoologia, elaborada por Manuel Ferreira Lagos, há a preocupação com os nomes indígenas: “terá, portanto, a obrigação de descrever exatamente todas as espécies de animais que encontrar, vertebrados ou invertebrados, com os seus nomes vulgares e sinonímia dos científicos, discriminando os exóticos dos indígenas”.³⁵⁸

Mas há uma instrução para a Zoologia que nos chama ainda mais a atenção. Ao se referir aos conhecimentos sobre os mamíferos, indica que à frente deste primeiro

³⁵² KURY, Lorelai (Org.) *Op. Cit.*, 2009.

³⁵³ Publicado em: KURY, Lorelai (org.). *Op. Cit.* 2009, p. 82 e 83.

³⁵⁴ BRAGA, Renato, *Op. Cit.*, 1961.

³⁵⁵ LOPES, Maria Margareth. *Op. cit.*, 1995; PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schiich de Capanema*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Instituto de Geociências da UNICAMP, 2002.

³⁵⁶ Instrução de Viagem para da Comissão Científica Nacional. RIHGB, t. 19, Suplemento, 1856.

³⁵⁷ Idem, p. 43.

³⁵⁸ Ibidem, p. 50.

grande grupo de vertebrados está o homem, semelhante fisicamente aos outros mamíferos, mas superior por sua inteligência, “que lhe faz contemplar orgulhosamente a cadeia sucessiva da criação animal estendida abaixo dele até confundir-se na matéria inorgânica”. Contudo, mesmo estando no topo da hierarquia evolutiva dos animais, Lagos afirma que está “dispensado de tratar da Anthropologia, visto estar privativamente sob a responsabilidade de outro membro da parte ethnographica dos trabalhos da Comissão Científica”.³⁵⁹

Na ausência de Gonçalves Dias, em atividades na Europa, coube a Manuel de Araújo Porto-Alegre a elaboração das instruções etnográficas. O texto afirma que faltam estudos sobre os indígenas do Brasil assentados nas “verdadeiras bases da sciencia da ethnologia”. Esta ciência, responsável pelo estudo das distinções entre as raças humanas, “estudo do homem físico”, deve analisar a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas e as tradições históricas. A justificativa que apresentou reiterava o lugar de primitivo, de passado, de desaparecimento gradual das populações indígenas:

“Como é provável que daqui a duzentos anos poucos selvagens existam no seu estado primitivo, torna-se muito preciso que desde já se comece a recolher a respeito deles tudo quanto for possível. Até hoje isto se tem feito superficialmente”.³⁶⁰

Os métodos indicados para o conhecimento do “homem físico, o conhecimento do typo”, que considera “o ponto mais importante da ethnologia”, começam pela elaboração de desenhos de face, perfil e outras posições para marcar os caracteres de um tipo humano particular. A sugestão é pela técnica do ângulo facial do médico e naturalista holandês Petrus Camper (1722-1789), segundo a qual as diferenças das raças podem ser estabelecidas pelos diferentes ângulos observados na face do indivíduo. Além da cranioscopia do alemão Franz Joseph Gall (1758-1828), através do qual as funções mentais do cérebro eram identificadas pela observação da anatomia externa do crânio, base da frenologia.³⁶¹ Porto-Alegre acredita ser possível verificar pela cranioscopia as modificações entre as “diversas protuberâncias do crânio do índio selvagem e as do índio civilizado, ou do mestiço, conforme a raça predominante”.³⁶² O

³⁵⁹ Ibidem, p. 51.

³⁶⁰ Ibidem, p. 68.

³⁶¹ CALDAS, Alexandre Castro. *A herança de Franz Joseph Gall: o cérebro ao serviço do comportamento humano*. Lisboa: Editora McGraw-Hill, 2000.

³⁶² Instrução de Viagem para da Comissão Científica Nacional. RIHGB, t. 19, Suplemento, 1856, p. 69.

objetivo não era estabelecer apenas as diferenças entre as raças indígena e branca, mas perceber as distinções entre índios selvagens (visto como estado primitivo) e os contatados pela sociedade colonial (civilizados ou mestiços). As medidas do corpo deveriam ser tomadas com o uso de dinamômetro, ou outros instrumentos semelhantes, na falta deste. O que inclui a observação da posição da cabeça, braços e pernas, tanto em repouso quanto se locomovendo ou no trabalho. O melhor processo para registrar as imagens a heliografia, que permite comparar “o aspecto geral da cabeça e das extremidades, onde reside quase sempre o tipo de uma raça”.³⁶³

Os tipos físicos deveriam ser as primeiras observações registradas. Segundo Luiz de Castro Faria, naquele momento a frenologia era uma orientação antropológica tardia (a craniometria começara a despontar como método), mas sua inclusão nas Instruções foi o suficiente para que considerasse um marco para o início da pesquisa antropológica do Brasil.³⁶⁴ Neste caso a etnografia se aproximaria do que começava a se entender por Antropologia, o estudo das raças humanas e suas distinções. A etapa seguinte de observação era o estudo da língua, “um complemento necessário ao estudo dos caracteres físicos”.³⁶⁵ E aí começa a apresentação da outra nuance da etnografia, que a aproxima dos aspectos morais, dos usos e costumes relativos “ao indivíduo e à família em geral”, observados e registrados em todas as etapas da vida: a infância, a adolescência, a virilidade e a velhice. Era preciso acompanhar os passos de um indivíduo, observá-lo nas festas, caça, pesca, guerra, agricultura e trabalho industrial. Os cantos precisavam ser observados, assim como os lamentos fúnebres e as canções de vitória; e a forma de todos os seus artefatos e dos ornatos festivos.³⁶⁶

Outros dados importantes a serem capturados seriam os conhecimentos indígenas sobre medicina, cirurgia, meteorologia; a observação dos elementos sociais, como a planta e o formato das habitações particulares e dos aldeamentos, o sistema de segurança, o comércio e a agricultura. Neste ponto, a sugestão é conhecer como os indígenas fazem e se utilizam de técnicas de plantio de suas plantas mais comuns e como produzem farinhas e bebidas, “segundo as estações e as festas em que são usadas”.³⁶⁷ Outra indicação é o registro de tudo o que se souber sobre religião, crenças

³⁶³ Idem, p. 70.

³⁶⁴ FÁRIA, Luiz de Castro. Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, n. 13. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1952, p. 6.

³⁶⁵ RIHGB, t. 19, Suplemento, 1856, p. 70.

³⁶⁶ Idem, p. 71.

³⁶⁷ Ibidem, p. 71.

e superstições, relações das pessoas com os pajés. Bem como indagá-lo sobre “a opinião em que eles nos tem”, a fim de, a partir da escuta das queixas de seus principais receios. Tudo para tentar diminuir os obstáculos entre os indígenas e a “civilização”, a fim de empregar na “indústria tantos braços perdidos e diminuir o número de inimigos internos”. A última sugestão foi destinada à formação de coleções dos artefatos indígenas, lembrando a importância documental que os objetos indígenas possuem, na visão do autor das Instruções. Sua experiência no Museu Nacional sem dúvida influenciou nas propostas de observação e coleta. Todos os enfeites, utensílios, instrumentos de música, armas, e tudo que pudesse servir de prova da indústria, usos e costumes dos indígenas. Incluía-se suas múmias e sepulturas, devendo se reparar na posição que elas ocupavam em relação aos pontos cardeais.³⁶⁸

A proposta para a Etnografia foi bastante heterogênea. Sua ideia central era o estudo físico das raças, a história natural do homem. Em função da busca dos elementos que distinguem as raças no Brasil, caberia também o estudo dos vestígios materiais do passado (arqueológicos) e usos e costumes dos indígenas contatados. Quanto a estes, tanto as análises físicas quanto dos usos e costumes serviriam para ratificar a visão do observador. A seguir passo a analisar algumas experiências etnográficas no empreendimento da Comissão Científica.

3.2 Experiências etnográficas do poeta-historiador

A imagem de Gonçalves Dias é inevitavelmente relacionada à produção literária, dada a sua relevância na produção romântica. A literatura indianista, acrescida do envolvimento em debates e práticas sobre a história, a etnografia e as línguas indígenas do Brasil, além de aguçar a sua escrita poética, foi fundamental para que lhe fosse atribuída a imagem de historiador e de etnógrafo,³⁶⁹ dois campos em formação naquele período.³⁷⁰

³⁶⁸ Ibidem, p. 73.

³⁶⁹ Antropólogos do Museu Nacional na primeira metade do século XX, como Alípio de Miranda, Roquette-Pinto, Raimundo Lopes e Castro Faria ressaltaram a importância de Gonçalves Dias para os estudos etnográficos. Sobre a etnografia gonçalviana, ver: RIBEIRO, Alípio de Miranda. Gonçalves Dias e a etnografia brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, vol. 7, n. 3, setembro. Rio de Janeiro, 1931; LOPES, Raimundo. Gonçalves Dias e a raça americana. *RHIGB*, vol. 2, p. 573-618, 1934; ROQUETTE-PINTO, Edgard. Gonçalves Dias e os índios. In: *Gonçalves Dias. Conferências realizadas na Academia Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, 1948. p. 83-93; AZEVEDO, Fernando, *As Ciências no Brasil*. Melhoramentos: São Paulo, 1955; FARIA, Luiz de Castro. *Antropologia Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993; TREECE, David. *Op. Cit.*, 2008; KODAMA, Kaori. 2009. *Os índios no*

Antônio Gonçalves Dias³⁷¹ nasceu no Maranhão em 1823, filho de uma relação considerada ilegítima entre um comerciante português e uma mestiça. Após fazer estudos particulares de primeiras letras, aos 15 anos foi para a Europa, lá concluindo o secundário. Ingressou no Curso de Direito da Faculdade de Coimbra em, 1840, retornando ao Brasil em 1845. Passando a residir na Corte, em 1847 ingressou no IHGB, por influência de Manuel de Araújo Porto-Alegre. Em 1850 foi nomeado professor de História do Brasil do Colégio Pedro II, mas pediu licença sem vencimentos para retornar ao Maranhão. A decisão do governo foi criar uma Comissão para que estudasse a instrução pública e coligisse documentos históricos nos Arquivos provinciais do Norte, o que aconteceu a partir de 1851. Em 1854 foi para a Europa, como oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros, executar os mesmos trabalhos de estudos sobre instrução pública e recolhimento de documentos sobre o Brasil.

Raimundo Lopes divide a vida intelectual de Gonçalves em três ciclos: o da poesia, iniciada em sua primeira experiência na Europa (década de 1840), o da história, acentuada em sua chegada ao Rio de Janeiro e o da Etnologia, marcadamente na década de 1850. Concordo que estas são as três grandes marcas de sua erudição, mas não podemos vê-las como ciclos, pois o historiador e o poeta não estavam afastados do etnógrafo. Entre as características do historiador do século XIX estavam a coleta e a compilação dos documentos,³⁷² e Gonçalves Dias o fez em algumas províncias do Norte do Brasil e na Europa. Sua etnografia está associada aos debates em que se envolveu e às publicações histórico-etnográfica, como *Amazonas* (1841) e *Brasil e Oceania* (1852), além de *Vocabulo da língua geral usada hoje em dia no Alto Amazonas* (1855). Fora do IHGB publicou o *Dicionário da Língua Tupi* (1858), em Leipzig, Alemanha. A marca

Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; São Paulo, EDUSP, 2009.

³⁷⁰ Vale lembrar que, apesar de a história e a geografia serem as áreas privilegiadas no IGHB e da etnografia e arqueologia muitas vezes aparecerem como áreas auxiliares, não havia cátedras e cursos de formação em nenhuma destas áreas.

³⁷¹ OLIVEIRA, João Pacheco, *Op. Cit.*, 2009. Neste artigo, o antropólogo analisa como narrativas e imagens produzidas pelo romantismo brasileiro se apropriaram do tema da morte para marcar o lugar do indígena na imagem simbólica da nação, problematizando a positividade atribuída aos indígenas em várias destas obras. Sobre a atuação de Gonçalves Dias nos debates etnográficos do IHGB e na Comissão Científica, ver KODAMA, Kaori. *Op. Cit.* 2009; KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.* V.5, n.2 Belém Maio/Agosto 2010.

³⁷² SANTOS, Pedro José dos. Coleção, Compilação e Erudição na Corografia Histórica de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas.* Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

de etnógrafo está relacionada à presidência da Seção Etnográfica que lhe fora atribuída e principalmente ao período em que se dirigiu à província do Amazonas (1861), quando formou uma coleção etnográfica para a primeira exposição da Industria Nacional, no mesmo ano. Foi justamente neste período de experiência etnográfica que a sua poesia voltou a aflorar.

O poeta estava na Europa pesquisando sobre o Brasil em arquivos, bibliotecas e museus, a mando do governo imperial, quando recebeu a notícia de sua nomeação, no início de 1857. Também investia em sua carreira literária, buscando apoio e conseguindo publicações etnográficas e poéticas. Além do dicionário, publicou os Cantos, primeiro dos quatro que compuseram os poemas de Os Timbiras. Ao ser notificado, demonstrou obediência ao imperador, como indica em carta de 04 de janeiro de 1857, escrita de Dresde. Relatando suas incursões em arquivos alemães, afirma a necessidade da conclusão dos trabalhos para que:

“(...) esteja em posição de obedecer sem demora às ordens do Governo de Vossa Majestade, quando se tratar da Comissão do Instituto Histórico para que tive a honra de ser indigitado. Não me iludo sobre os incômodos que teremos de passar nessa excursão: não serão poucos nem de pouca monta, mas nela descortino tanta vantagem para a minha carreira literária, que essa escolha ao passo que sobremodo me honra, vem a ser também a realização dos meus melhores desejos”.³⁷³

Mesmo diante do infortúnio do que lhe parecia ser uma dispendiosa missão, a excursão estimularia os seus desejos literários. Em plena atividade de compilador de documentos históricos na Europa, ao ser informado sobre a atividade científico-etnográfica que aparentemente não lhe agradara, a poesia fala mais alto, e a Comissão serviria de incentivo. Mais do que o interesse etnográfico, nesta correspondência o que é destacado é a possibilidade da aventura se transformar em mote para os versos de sua poesia, aproximando as práticas científicas e literárias.

Na mesma data o poeta enviou carta ao o Visconde de Sapucaí, então presidente do IHGB, dizendo que não lhe faltava boa vontade, mas que desconfiava de suas forças, deixando o peso da responsabilidade para os colegas das outras seções: “felizmente os

³⁷³ Carta de Gonçalves Dias ao Imperador. Dresde, 4 de janeiro de 1857. Correspondências Ativas de Gonçalves Dias. Anais da BN, vol. 84, 1964, p. 207.

ilustres membros desse Instituto a que coube igual honra, mas mais merecidamente que a mim, saberão dar as matérias de que se encarregam brilho tal, como de seus conhecidos talentos se espera”.³⁷⁴ Apesar de prever o desconforto da empreitada, Gonçalves Dias colaborou com a organização da Comissão, intermediando a compra dos materiais necessários. Em carta enviada a Capanema de 5 de fevereiro de 1857, informava sobre as necessidades para a sua Seção, expressando o que esperava dos indígenas:

“Esquecia-me dizer-te que é preciso para a minha Comissão um Fotógrafo, um amanuense, e que um dos pintores que deve acompanhar o Freire (Allemão), saiba moldar em gesso, se os caboclos não desconfiarem que se lhes ponham cataplasmas, do que eu duvido. Essa gente, que tem mais juízo que nós, empresta com mais facilidade a filha, e mulher, do que a cabeça para experiências, ou do que confiam o pescoço à navalha de barbeiros. É por isso, e outras que tais razões que os chamam – Selvagens”.³⁷⁵

Dos instrumentos a serem adquiridos indicados por Capanema estava o cefalômetro, sugerindo Dias que Ferdinand Denis poderia ajudá-lo a encontrar o que desejava.³⁷⁶ Seria um instrumento para análise física dos indígenas, seguindo as Instruções. Neste período o poeta estava em Paris, de onde enviou a seguinte resposta: “Um cefalômetro, que vem na relação de compras, é para a minha comissão (Seção)? Comprei um craniômetro e creio que tudo vem a dar no mesmo, pois que se nada pode medir o cérebro senão por dedução. A capacidade do crânio deve estar em relação com a quantidade de matéria cerebral, nos indivíduos da mesma espécie, e ainda que há nisso muito que se lhe diga (...) Não tenho achado o diabo do goniômetro facial, que Lagos me indicou. Também se o não achar, não é grande a perda, pois que não creio muito no sistema. Seria preferível um dinamômetro para ver que o caboclo tem mais *guzo*”.³⁷⁷

³⁷⁴ Carta de Gonçalves Dias ao Visconde de Sapucaí, Dresde, 4 de janeiro de 1857. *Idem*, p. 208.

³⁷⁵ Carta de Gonçalves Dias a Capanema, 5 de fevereiro de 1857. *Ibidem*, p. 211.

³⁷⁶ Carta de Capanema a Gonçalves Dias, Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 1857. Correspondência Passiva de Gonçalves Dias. Anais da BN, vol. 91, 1971.

³⁷⁷ Carta de Gonçalves Dias a Capanema. Paris, 3 de dezembro de 1857. *Op. Cit.*, 1964, p.225-228.

Como previsto, estavam sendo comprados equipamentos para as técnicas de cranioscopia e ângulo facial dos indígenas. Gonçalves Dias demonstrava conhecimento no assunto, inclusive já havia feito a compra de um craniômetro. Mas não vai ser o caminho da etnografia física das raças que ele vai adotar em suas situações de campo. Enquanto as demais Seções retornaram ao Rio de Janeiro em meados de 1861, a de Etnografia permaneceu no Ceará somente até agosto de 1860. Gonçalves Dias demonstrava insatisfação, e já em 17 de março de 1859 pediu demissão,³⁷⁸ o que não foi aceito de imediato, continuando na função, mesmo que insatisfeito. Em carta ao amigo Antônio Henriques Leal, de 01 de outubro de 1859, indicou os trajetos que ainda tinham a seguir:

“Eu e Capanema aqui nos achamos nestas soberbas Serras de Baturité, hoje o celeiro da província, e que algum dia se tornará tão pouco fértil como as planícies (...) Daqui, dentro em pouco seguiremos para Quixeramobim, Icó, Crato, voltando à Capital pelas Serras do Araripe e Serra Grande”.³⁷⁹

A intenção de Gonçalves Dias era partir para o Maranhão, rever os amigos e familiares, e seguir para o Pará e Amazonas. O modelo de indígena que o poeta romântico procurava não seria encontrado no Ceará. No texto publicado no *Jornal do Commercio* em 30 de maio de 1859 sobre a Comissão Científica, observava:

“É notável que o Ceará, das nossas províncias aquela em que se contam menos escravos e onde se encontram menos indivíduos da raça indígena pura, seja ao mesmo tempo a que apresenta os tipos mais belos e mais caracterizados da mistura das duas raças”.³⁸⁰

Por um lado, o índio “puro” que o interessava não saltava aos seus olhos. Por outro, o resultado da mistura, ao menos no campo estético, seria o tipo mais belo e mais característico. Ainda assim, não seria suficiente para o exercício da sua etnografia. Um incidente ocorrido em Icó, em março de 1860, envolvendo autoridades locais, alcançando os jornais e se propagando na Corte, pode ter concorrido para que o

³⁷⁸ Carta de Gonçalves Dias a José Maria da Silva Paranhos. Ceará, 17 de março de 1859. *Op. Cit.*, 1964, p. 249-252.

³⁷⁹ Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques. Ceará, 1 de outubro de 1859. *Op. Cit.*, 1964, p. 260-61.

³⁸⁰ Gonçalves Dias. A Comissão Científica. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1859.

Imperador autorizasse a sua saída da província.³⁸¹ Desgastado, o poeta enviou uma carta ao Imperador, explicando a sua versão sobre o episódio e solicitando autorização para deixar o Ceará e seguir para o Grão-Pará e o Amazonas.³⁸²

Autorizado, foi ao Maranhão, permanecendo até o final de 1859. A estadia na terra natal o reaproximou de suas paixões do passado, mobilizando os seus sentimentos e incentivando a retomada da escrita poética. Em 1851 o poeta vivera uma grande paixão pela Sra. Ana Amélia, cunhada de seu grande amigo Alexandre Teófilo de Carvalho Leal. O seu pedido de casamento foi negado pela mãe da jovem, o que o deixou bastante abalado.³⁸³ Voltar ao ambiente desta grande paixão provocou o poeta, e isso se refletiu na produção literária durante o período de campo na Amazônia.³⁸⁴

Em janeiro de 1861 ainda estava em São Luiz, de onde partiu para Belém, finalmente chegando a Manaus em fevereiro. Dali seguiu numa viagem de um mês pelo rio Solimões até Mariná, no Peru, onde fez uma avaliação da instrução pública, a serviço do Presidente da província. Oficialmente ainda não estava desligado da Comissão Científica, por isso solicitou a Freire-Allemão que levasse ao conhecimento do governo imperial que preferia ter “as mãos desatadas, e ficar ao menos de junho em diante como o ‘Feliz Independente’ da Comissão e dos Ministros”.³⁸⁵ Esta solicitação era para participar de outras expedições, percorrendo os rios amazônicos, para

³⁸¹ Por decreto provincial, o porte de armas estava proibido no Ceará. O adjunto da Seção Geológica, João Martins da Silva Coutinho, no retorno de uma excursão, deixou um facão com um dos seus ajudantes locais, chamado Abel. Pelo porte o ajudante recebeu voz de prisão, escondendo-se na casa dos membros da Comissão. Gonçalves Dias foi um dos que o defendeu junto às autoridades policiais. O Presidente da província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, considerou este fato um sinal de que os científicos não aceitavam as leis locais, iniciando grande discussão. Cartas do Presidente foram enviadas ao Ministério dos Negócios do Império, fazendo queixa da atitude de Dias, que por sua vez o respondeu com vários questionamentos. As cartas foram publicadas no jornal *O Cearense*. BRAGA, Renato. *Op. Cit.*, 1961, p. 76-79.

³⁸² Carta de Gonçalves Dias a Pedro II. 25 de março de 1860. Correspondências Ativas de Gonçalves Dias. *Anais da BN*, vol. 84, 1964, p. 270-273.

³⁸³ Em carta ao amigo Teófilo, escrita logo que recebeu a resposta negativa, informava que “felizmente não soube nem saberá nunca A.A. com quanto extremo era amada. Os acentos da paixão que ela me inspirou, mas que não me ouviu nunca ficaram na minha alma e eu não terei que os repetir a mulher alguma”. Pernambuco, 6 de fevereiro de 1852. Correspondências Ativas de Gonçalves Dias. *Anais da BN*, vol. 84, 1964, p. 136. Em outra ao mesmo destinatário, datada de 10 de julho de 1853, do Rio de Janeiro, o poeta afirma: “pergunta-me que desejos são os que eu tenho de morrer (...). É uma *cousa* assim como pressentimento: não admira, sabes que é e foi sempre a minha cisma que morrerei antes de velho”. Correspondência Ativa de Gonçalves Dias. *Anais da BN*, vol. 84, 1964, p. 144.

³⁸⁴ MONTELLO, Josué. Introdução. In: *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatórios e Diário da Viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 24-25. O autor indica que “no Amazonas, o poeta se encontrou com a poesia, escritas em Manaus entre maio e junho de 1861”, quando se preparava para excursionar.

³⁸⁵ Carta de Gonçalves Dias a Freire Alemão. Manaus, 25 de maio de 1861. Correspondência Ativa de Gonçalves Dias. *Anais da BN*, vol. 84, 1964, p. 293.

acompanhar as pesquisas geológicas de João Martins da Silva Coutinho (que havia sido seu parceiro na Comissão Científica – Seção de Geologia e Mineralogia). Uma nova viagem foi iniciada em agosto, desta vez em direção ao rio Negro, até as fronteiras com a Venezuela. Diferente do Ceará, a excursão pelo rio Negro produziu um diário, importante peça para entender a sua prática etnográfica.³⁸⁶ A viagem ocorreu entre 15 de agosto e 9 de outubro.

As notas apresentam detalhes em forma de tópicos, por dia de viagem, e com indicação de horas e minutos. Houve o registro de nomes de lugares e pessoas, referências geográficas, comunicação dos rios, igarapés, descrição de diversas áreas, a experiência com indígenas. Logo nos primeiros dias, em 18 de agosto, após ter seguido pelo rio Branco, chegou a região de Barcelos, no rio Negro. Informava que na Diretoria ainda não havia índios aldeados, e que estes seriam descidos dos rios Araçá e Demini. No seu registro dizia que:

“Há duas malocas de línguas que se supõe diferentes. Juntas chegarão a 350, a 400, os conhecidos. Xirianá e Bafuaná. Homens robustos, fortes, têm alguma lavoura de mandioca (...) Estão em briga com os Uaicás”.³⁸⁷

No mesmo dia registrou que o subdelegado havia destinado quatro homens para “tripular a canoa.” Pelo que deixa entender na sequência do diário estes homens eram indígenas, que foram fundamentais para a realização da viagem. A excursão seguiu pelos rios Negro e Uaupés, passando por Santa Isabel, São Pedro e São Gabriel. Nesta localidade Gonçalves Dias informa sobre a festa do Jurupari, onde os indígenas fazem uso do instrumento de “taboca de vara, em forma de buzina, donde tiram um som rouco e medonho”. Um “caboclo” fica escondido no mato, e de lá começa a tocar: “os que estão na dança recebem-no no seu meio e dançam todos”.³⁸⁸

Na passagem pelo rio Içana, onde identifica as línguas Baré e Baniwa, relata em seu diário a presença de Venâncio, que por suas pregações era chamado de “Christo”.

³⁸⁶ O manuscrito do diário está localizado na Academia Brasileira de Letras e foi transcrito em 1943 pela professora Lúcia Miguel Pereira, uma das importantes biógrafas do poeta. A versão que utilizo foi publicada em Gonçalves Dias na Amazônia, *Op. Cit.* 2002.

³⁸⁷ Diário de viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro. Registrado em 31 de agosto de 1861. *Idem*, p. 141.

³⁸⁸ Diário de viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro. Registrado em 31 de agosto de 1861. *Op. Cit.* 2002, p. 162. Na relação de objetos etnográficos coletados por Gonçalves Dias aparece a indicação “N. 19 – Uma flauta pequena usada nas festas do Jurupari (Rio Negro)”. *In*: Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1861, p. 55.

Segundo Dias, “os índios da Espanha acreditam nele. Em maio deste ano ainda se encontraram canoas que iam dos Uaupés com caixas de presentes a ver o Christo”.³⁸⁹ Trata-se de Venâncio Kamiko, indígena que liderou o primeiro grande movimento messiânico da região. As primeiras incursões coloniais na área do rio Negro datam do início do século XVIII, com a presença de comerciantes escravistas portugueses e espanhóis e constantes guerras para captura de indígenas. Alguns migravam para outras áreas, e os que ficavam enfrentavam a escravidão e a luta pela sobrevivência. Na passagem para o século XIX a exploração se intensifica. Além das guerras e do trabalho forçado, a distribuição de mercadorias e cachaça era uma estratégia comum aos colonizadores. Neste ambiente em que os indígenas se veem pressionados por vários agentes coloniais (militares, econômicos e missionários), há relatos de movimentos milenaristas entre os baniwa, tukano e warekena. De forma geral defendiam a autonomia dos indígenas em relação aos brancos como única estratégia de sobrevivência. Kamiko, por exemplo, defendia que o paraíso seria alcançado pelos baniwa apenas se evitassem os contatos sociais, militares e econômicos com os brancos, vivendo rigorosamente o jejum e as rezas cerimoniais.³⁹⁰

Kamiko não era o único indígena a assumir o lugar de profeta. Um dos integrantes da Comissão do Amazonas, Davi Vasconcellos Canavarro, em seu relatório, fala sobre uma “vestimenta de tururi” por ele enviado à exposição nacional foi usada pelo indígena Alexandre, da tribo tukano Piratapuca, conhecido como “christo dos rios Uaupés e Içana”.³⁹¹ Alexandre defendia a inversão das relações étnicas, onde os brancos deveriam servir aos índios em compensação para o tempo em que ficaram subjugados.

Não era estranha à geração de Gonçalves Dias a ideia de que a presença do cristianismo seria o caminho à “civilização” dos indígenas, afastando-os de seus estados mais “puros” de “barbárie”. Mas a leitura a contrapelo da documentação, numa apropriação do conceito usado por Walter Benjamin³⁹², indica outra ordem de sentido.

³⁸⁹ Idem, p. 177.

³⁹⁰ Ver: WRIGHT, Robin M. Ialanwinai. O branco na história e mito Baniwa. In: ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.p 431-468.

³⁹¹ Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. *Op. Cit.*, 1861, p. 118.

³⁹² Benjamin faz uma crítica ao historicismo ao afirmar que a leitura dos documentos pelo método da “empatia” sempre aproximaria o historiador dos “vencedores”. Propondo uma releitura do materialismo histórico, indica que compete ao historiador, para recuperar o ponto de vista dos “vencidos”, “escovar a história a contrapelo”. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas. Magia e*

A ação missionária nestas regiões era muito forte. A proliferação de indígenas se passando por Cristo é uma heresia para Igreja Católica. A representação de novos “salvadores” sugere a apropriação pelos indígenas dos códigos e símbolos levados pelo universo dito civilizado dos brancos. Outro exemplo de reelaboração foi registrado no dia 14 de setembro:

“Não há pároco em São Carlos nem em São Fernando há muitíssimos anos. Há pessoas casaduras pagãs; também casam-se sem licença. Há igreja. O sacristão velho índio, ensina de manhã e de noite doutrina às índias; os meninos em casa do delegado, onde aprendem castelhano”.³⁹³

Percebem-se os usos que os indígenas estavam fazendo dos costumes missionários dos brancos. Na situação narrada é possível identificar que o controle da igreja era dos índios: os casamentos eram realizados por “pagãos”, o sacristão, professor e doutrinador era um “velho índio” e as crianças aprendiam a língua hispânica. Enquanto os discursos românticos construía imagens de apagamento dos índios vivos, estes relatos apontam, numa outra perspectiva de interpretação dos documentos, o protagonismo destas populações. Em condições de dificuldade diante da brutal violência que lhes reservava a imposição do mundo colonial, mas longe do desaparecimento cantado em verso, prosa e ciência.

Em 7 de outubro de 1861, Gonçalves Dias registrou em Tauapeçu (Roraima, próximo a Boa Vista) o uso de uma erva chamada Capié pelos índios. Retirada a raiz, o sumo era consumido em pequenas quantidades, suficiente para produzir “sonhos acordados, visões”. O padre da localidade (Pe. Salgado) afirmou ter tomado uma dessas pequenas quantidades, dizendo que “lhe aumentara consideravelmente o vulto dos objetos”. Também registrou uma comparação entre os índios dos rios Içana e Uaupés, que segundo conta seriam inimigos: os do Içana “dançam desarmados” e são “mais leais”, enquanto os do Uaupés dançam “armados com suas flechas” e são um pouco mais “atraiçoados”.³⁹⁴

Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura (7ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 225.

³⁹³ Diário de viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro. Registrado em 14 de setembro de 1861. *Op. Cit.*, p. 184.

³⁹⁴ Diário de viagem de Gonçalves Dias ao rio Negro. *Op. Cit.*, p. 202.

Ao regressar a Manaus, Gonçalves descreveu algumas impressões de sua viagem, em carta ao amigo Antônio Henriques, dizendo que gostou muito do que viu, apesar de que “não estava muito em disposição de espírito para gostar de coisa alguma”. Após indicar a qualidade das terras para o plantio (algodão, café, anil, madeiras), disse que “não há melhor que o caboclo do (Grão) Pará, e dentre todos sobressaem os do (rio) Uaupés: gente para tudo, sempre alegre, sempre pronta para o trabalho, contente e satisfeita com qualquer coisa”,³⁹⁵ imagem diferente do que registou no diário.

Pouco tempo após ter chegado da expedição, Gonçalves Dias recebeu a incumbência de presidir uma nova comissão, a de organização da província do Amazonas para a Exposição Industrial do Rio de Janeiro, com abertura prevista para 2 de dezembro de 1861, na Escola Central. Seria esta a primeira grande exposição nacional, com produtos da Comissão Científica e outros a serem enviados pelas províncias, no que seria a preparação para a Exposição Internacional de Londres, em 1862. Cada província solicitada pelo governo imperial deveria formar coleções de produtos naturais e de indústria humana para serem exibidos em exposições provinciais. Em seguida, deveriam enviá-las para a Corte.³⁹⁶ Os produtos da Amazônia deveriam ser remetidos à exposição no Pará e posteriormente ao Rio de Janeiro.

A Comissão da província do Amazonas foi presidida por Gonçalves Dias e composta pelo Engenheiro João Martins da Silva Coutinho, responsável pela coleção de mineralogia e pelo Dr. Antônio José Moreira, responsável pelos produtos com emprego na medicina. Também havia uma comissão externa responsável por agenciar donativos para a Exposição, formada pelo Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, pelo Dr. Cavalcanti Pessoa, pelo Coronel Leonardo Ferreira Marques e por Henrique Antony, “pessoas consideradas e respeitáveis a quem nada era possível recusar”.³⁹⁷ Nomeada em 11 de outubro, iniciou os trabalhos no dia seguinte. Em 11 dias as coleções estavam formadas. No Relatório da comissão, Gonçalves Dias aponta as dificuldades de “escolher, recolher, catalogar e acondicionar” os objetos numa província tão vasta e tão rica em produtos no intervalo de menos de 15 dias. Diversos grupos ficaram sem a expedição, como os “Maués”. Um dado não apontado nos relatórios, mas que pode ser inferido pela experiência da excursão é que os contatos com os indígenas e Diretores de Aldeias foi importante para a rápida formação desta coleção.

³⁹⁵ Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques. Manaus, 10 de outubro de 1861. *Op. Cit.*, 1964, p. 203.

³⁹⁶ Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861, *Op. Cit.*, 1862, p. 21.

³⁹⁷ Relatório da Comissão da província do Amazonas. *Idem*, p. 62-63.

No Regulamento para a Exposição Nacional de 1861 os produtos que comporiam a exibição estariam divididos em cinco grupos:

- 1º - Indústria agrícola;
- 2º - Indústria fabril e manual;
- 3º - Indústria metalúrgica, artes e produtos químicos;
- 4º - Artes mecânicas e liberais;
- 5º - Belas-Artes.³⁹⁸

Os artigos e produtos estavam agrupados em mais de quarenta classes, com categorias variadas, no geral vinculadas ao tipo de material ou utilização do produto (minerais, metais, vidros, couro, algodão, linho, produtos da agricultura, tecido, gravura, pintura, máquinas de engenharia militar, naval, entre outras). O foco central era a apresentação do estado atual da indústria do Brasil. No relatório da província do Amazonas, os produtos coletados foram classificados em sete categorias: tipos de madeiras (construção, naval, navegação, marcenaria); óleos, leites, resinas; matérias médicas; matérias do comércio e indústria. Uma delas foi apresentada no Relatório dos “objetos ethnographicos, armas, ornatos, artefactos indígenas e curiosidades naturaes, do Dr. Antônio Gonçalves Dias”. Cada tipo de coleção estava representada por uma letra, e a Etnográfica veio representada com a letra “E”.³⁹⁹ Este documento é a segunda peça chave para compreender a etnografia gonçalviana nos desdobramentos da Comissão Científica.

No relatório, afirma que os índios “vestem os nossos tecidos, é certo, mas convidados pelo clima, obrigado pelo habito, voltam com prazer aos seus ornatos e costumes”. É através dos artefatos que etnógrafo conduz a sua narrativa, apresentando os objetos, seus usos, área geográfica (geralmente hidrográfica), em alguns casos o nome do grupo. As plumárias dos Mundurucús, principalmente do Tapajós, foram apresentadas como as que primam “na combinação das cores, na elegância das formas e ainda mesmo na perfeição dos tecidos”. Já os Araras do Madeira, usando artefatos de plumas em suas guerras e festas, eram “aqueles que reputamos de índole mais intectavel

³⁹⁸ Ibidem, p. 38.

³⁹⁹ Ibidem, p. 64.

e rebelde”, por estarem mais “aferrados a seus costumes”.⁴⁰⁰ Ou seja, quanto mais próximo do estado de “pureza”, maior o estado de barbárie.

O “Relatório...” segue uma narrativa conduzida pelos objetos,⁴⁰¹ indicando os lugares de coleta⁴⁰² e em alguns casos o grupo de origem.⁴⁰³ Foi produzida uma coleção com 103 itens, alguns em forma de caixas ou maços, sem quantidade indicada, principalmente de armas (flechas, arcos, zarabatanas). Segundo informa o Relatório, os artefatos deveriam ser destinados ao IHGB. Se Gonçalves Dias fez um relato etnográfico a partir da coleção formada e indicou o destino para o Instituto, há um debate sobre a guarda deste material após a exposição de 1861. Raimundo Lopes indica que parte da coleção esteve na Exposição Universal de Antropologia, em 1882, no Museu Nacional, então dirigido por Ladislau Netto.⁴⁰⁴ Para tal recorre ao relatório de Gonçalves Dias e sua descrição dos artefatos, às estampas elaboradas por Henrique Fleiuss do material exposto em 1861, a pedido do Imperador Pedro II (há versões das estampas também na Biblioteca Nacional) e à documentação do Museu Nacional produzida por Ladislau Netto, no contexto da exposição antropológica. Netto iniciou a produção de um *Álbum Etnográfico*,⁴⁰⁵ fazendo anotações a partir da avaliação das estampas etnográficas, comparando-as aos objetos guardados no Museu. As estampas apresentam utensílios, armas, ornatos e vários outros artefatos indígenas. O próprio Fleiuss coloriu algumas delas à mão. Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes, incentivados pelas iniciativas de Roquette-Pinto de reorganização do *Álbum*, entre as décadas de 1920 e 1930 retomaram estes estudos comparativos, identificando alguns objetos, como o Cristo da Venezuela. Em estudo recente, Fátima Nascimento afirma que a coleção gonçalviana foi incorporada e dissolvida no todo das coleções de etnografia do Museu, com o apagamento das informações de tombamento.⁴⁰⁶

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 89.

⁴⁰¹ Acangatares (tangas), arcos, flechas, cetro de plumas, zarabatanas, maracás, flauta, insígnias, colares, pulseiras, vestes, machado, escudos, leque de plumas, urary – curare, veneno usado em flechas – imagens de Santo “Christo de Venezuela”. Ibidem.

⁴⁰² Baseado nos rios: Negro, Solimões, Tapajós, Uaupés, Purús, Madeira, Japurá. Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. Ibidem.

⁴⁰³ Plumaz dos Mundurucús do rio Tapajós; acangatar do Aráras do rio Madeira; Cetro de plumas do tuxauas do Uaupés; acangatar do Jauás; leque de plumas da “nação cucama”). Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. Ibidem.

⁴⁰⁴ Relatório da Divisão de Antropologia e Etnografia, exercício de 1931. MN/UFRJ-SEMPEAR, pasta 5, classe 146.4, 1931; LOPES, Raimundo. *Dois estudos resgatados* (org. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues). Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

⁴⁰⁵ *Álbum Etnográfico* (rascunhos). s/d. MN/UFRJ-SEMPEAR, caixa 6, doc. n. 5.

⁴⁰⁶ NASCIMENTO, Fátima. Op. cit. 2009. P. 68.

Dois desses objetos identificados podem ser vistos nos anexos D e E. São duas estatuetas representando o “Cristo da Venezuela”, presentes numa prancha etnográfica (ANEXO D), guardadas no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (ANEXO E).⁴⁰⁷ Se a representação de um cristo indica processos de reelaboração cultural, a representação de estátuas para realização de cultos também não foge a estas ações de novas leituras do passado diante das questões do presente.

Para o nosso objetivo, cabe analisar as etnografias praticadas por Gonçalves Dias no Ceará e no Amazonas. Do Ceará, as fontes disponíveis são as correspondências e o silêncio, visto que não foi encontrado o Relatório da Seção Etnográfica. O material sugere a invisibilidade dos povos indígenas diante do seu olhar. Já do Amazonas, atendendo a novas demandas do governo, produziu documentos que se tornaram importantes fontes para a compreensão do que entendia por etnografia e a visão que desenvolveu sobre os indígenas das regiões percorridas, incluindo uma coleção com mais de 100 objetos. Se lembrarmos que os Relatórios do Museu na década de 1840 citavam 220 peças indígenas, é um número expressivo. Contudo, nas duas situações etnográficas a ideia de morte (sua e dos indígenas) o acompanhava. A morte de Gonçalves Dias num naufrágio próximo ao Maranhão, quando voltava da Europa em 1864 levou consigo qualquer possibilidade de elaboração de um relatório sobre suas incursões no Ceará. As mortes e o desaparecimento do indígena, proclamada na literatura e na ciência, não se concretizaram nas experiências históricas de homens e mulheres que continuaram a se organizar em termos étnicos, mesmo com o apagamento da presença indígena em vários discursos oficiais.

Na documentação produzida pela Comissão ao Ceará, é possível identificar outras experiências etnográficas, como as de Francisco Freire-Allemão. Antes de chegar à análise da etnografia da Seção de Botânica, é importante compreender uma visão diferente em relação aos índios do Ceará, realizada por Guilherme Schütz Capanema.

⁴⁰⁷ Na relação da coleção feita por Gonçalves Dias para a exposição nacional de 1861 aparecem dois objetos com as descrições “N. 85 – Santo – do intitulado Cristo da Venezuela, pertencente ao Instituto Historico e Geographico” e “N. 86 – Um maior”. In: *Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861*, 1861, p. 57. No acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional estes dois objetos são tombados respectivamente com os números 3198 e 8242.

3.3 *Transfigurações e transmigrações: a etnografia de Guilherme Schüch Capanema*

Antes de partir ao rio Negro, Gonçalves Dias recebeu uma carta de Capanema, enviada desde a vila de Pacatuba, no Ceará, datada em 28 de maio de 1861. Era uma carta longa, e Capanema procurava incentivar o amigo, enredado em dramas existenciais, decepções amorosas e diálogos com a morte. Os dois eram muito íntimos, vivendo inclusive uma relação de compadrio: o poeta era padrinho da filha do engenheiro. Num determinado trecho da carta, Capanema declarava que na Comissão, durante todo o tempo procurou fazer observações das outras Seções, mas até então não havia observado questões etnográficas. Aproveitando-se da ausência do chefe da Seção, começou a perceber alguns detalhes que o levaram a dizer amigo que “em etnografia não achavas nada por aqui. Não é tanto assim”.⁴⁰⁸ Algo que não saltou aos olhos do poeta tocou a sensibilidade etnográfica do engenheiro. O que o faz discordar do etnógrafo oficial da expedição foi a observação de um *samba* na vila de Santo Antônio:

“A meia noite formou-se roda, chocalhou o maracá e foi ecoar pela Aratanha, Pitaguari o *turi turi* *dize a quê* que só os primeiros raios do sol fizeram emudecer, como se fosse uma nevoenta sombra de um não mui remoto passado que se dissipou. Asseverote que um *torém*⁴⁰⁹ desses tem infinitamente mais poesia do que um genuíno, surgem figuras, há transfigurações inteiramente inesperadas”.⁴¹⁰ (Grifo nosso).

A imagem do som Pitaguari ecoando na serra do Aratanha provocado pelos cantos e chocalhos indígenas demonstra o que a roda provocou no imaginário de Capanema. É possível extrair deste fragmento os ecos das vozes indígenas. Esta passagem indica que os cantos continuaram até o amanhecer, quando o silêncio se sobrepôs e os levou como a sombra de um passado há pouco dissipado, em sua opinião.

⁴⁰⁸ Carta de Capanema a Gonçalves Dias. Pacatuba, 28 de maio de 1861. *Op. Cit.*, 1971, p. 235.

⁴⁰⁹ Capanema está se referindo aos pitaguariys. Dos indígenas do Ceará contemporâneo são os Tremembé que simbolizam o *torém* um dos seus elementos de afirmação étnica. Outras coletividades fazem uso do *toré*. Ver: VALLE, Carlos Guilherme Octaviano. *Torém/Toré: tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará Contemporâneo*. In: GRÜNEWALD, GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo (org.). *Toré. Regime encantado do Índio do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2005, pp. 221-256.

⁴¹⁰ Carta de Capanema a Gonçalves Dias. Pacatuba, 28 de maio de 1861. *Op. Cit.*, 1971, p. 235.

Porém, o ritual teria mais poesia do que um “genuíno”, por contra de novas figuras que surgem nas “transfigurações” inesperadas pelo observador. A palavra transfiguração indica uma ação para além da figura, neste caso as “figuras” são os indígenas. O uso, nesta situação, remete a contextos coletivos, materializados nos momentos ritualísticos. Talvez de forma não tão clara, Capanema está dizendo que a “mistura” (vista pelos não indígenas como perda de identidade étnica) não o impedia de observar nestas populações as imagens que ele e sua geração carregavam do que deveria ser o índio. Outra situação parecida é relatada a partir de uma festa na Serra Grande, quando uma velha índia “feia coisa que nada prestava para nada, em saia e lençol sujo” tomou o lugar do chefe:

“à medida que ia se embecendo nas cantigas de sua infância maquinalmente recordava-se de uma dignidade d’outrora, maquinalmente aquelas mãos descarnadas iam despregando o lençol, ora dobrando ora torcendo, e afinal se achava ela de facha a tiracolo, que desmanchou muito depressa, logo que não soaram mais os cantos do tatu, do tapir da onça, cobra, jacaré da palmeira e do mar etc. algumas delas são de infinita melancolia”.⁴¹¹

A Serra Grande se localiza próxima à divisa com o Piauí, e Capanema informou a Gonçalves Dias que nesta região “os pajés ainda fazem suas soturnas, que são concorridas e cridas”. Através dos cantos a mulher recupera a dignidade de outrora, sugerindo a indignidade nos outros momentos. Foi no ritual que a mulher “endireitou-se como eletrizada”.⁴¹² O que chamava a atenção de Capanema nestas festas eram os efeitos da jurema nas transfigurações. Dizendo ainda não ter descoberto os segredos e efeitos da jurema, avisa ao amigo Gonçalves Dias que chamou os “irmãos” (membros da Comissão) para irem a uma festa em Santo Antônio: “quero ver se pilho nessa ocasião alguma coisa”.⁴¹³

A experiência etnográfica de Capanema pode ser averiguada em outra produção realizada nas terras do Ceará. Entre março e novembro de 1860, período em que viajou pelo sul da província, o engenheiro produziu crônicas que foram publicadas em 32 artigos no Diário do Rio de Janeiro (setembro de 1860 a junho de 1862), numa coluna

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Ibidem.

chamada “ZIG ZAG da seção geológica da comissão científica do norte”.⁴¹⁴ Nas crônicas, Capanema assume a identidade de Manoel Francisco de Carvalho, em referência a três integrantes da Comissão (os dois Freire-Allemão, Manoel e Francisco e João Reis de Carvalho). Já no primeiro texto o personagem se apresenta como “cearense dos quatro costados, vaqueano dos sertões e dos tabuleiros com seus gados, e das serras com seus cafezais”. O engenheiro se transveste do personagem para apresentar leituras satíricas de situações vividas na expedição, por ele e outros integrantes, variando em temas de política, economia, costumes, sociedade. Dentre as experiências aparecem algumas observações sobre os indígenas do Ceará. Quando passou pela região do Araripe, afirmou que “poucos descendentes de índios” habitavam aquele “pequeno paraíso”. Haveria entre eles “um ou outro tipo puro, porém em maior número prevalecem os que tem mistura”.⁴¹⁵ O destino destas populações seria a venda e perda de suas terras, reduzindo-se à condição de “miséria”.⁴¹⁶ Por outro lado, o personagem de Capanema afirma o respeito às tradições e às indústrias dos que seria os

“senhores primitivos da terra, dessa gente inteligente que nos ensinou a nós, intrusos, usurpadores e ladrões, a cultivar a terra, a fabricar os produtos de primeira necessidade, até a fazenda que vestimos.”⁴¹⁷

A ideia de decadência (“miséria”) do “tipo puro” estava presente numa narrativa, enquanto a inteligência pretérita era ressaltada na outra. O autor critica o destino atribuído por Varnhagen aos indígenas, em sua História Geral do Brasil: “(...) quer que sejam escravos, que sejam aniquilados, pois nem quer que sejam parte integrante da

⁴¹⁴ PORTO-ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do Dr. Capanema. Ciência, Cultura e política no século XIX*. Museu do Ceará: Fortaleza, 2006. Neste trabalho a autora publicou a transcrição dos artigos. Os originais estão depositados no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que digitalizou e disponibilizou o acesso via internet, através da página <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>.

⁴¹⁵ Cabe recuperar a ideia de que na segunda metade do século XIX as expressões “povos” e “culturas” indígenas já não eram utilizadas para se referir aos índios do Nordeste, como afirmou João Pacheco de Oliveira: “Destituídos de seus antigos territórios, não são mais reconhecidos como coletividades, mas referidos individualmente como ‘remanescentes’ ou ‘descendentes’. São os ‘índios misturados’ de que falam as autoridades, a população regional e eles próprios, os registros de suas festas e crenças sendo realizados sob o título de ‘tradições populares’”. OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*, v. 4, n.1. Rio de Janeiro, 1998.

⁴¹⁶ ZIG ZAG da seção geológica. In: PORTO-ALEGRE, *Op. Cit.*, 2006, p. 311.

⁴¹⁷ Idem, p. 168.

humanidade”.⁴¹⁸ Neste caso estava afirmando que não concordava com a escravidão e com o aniquilamento dos indígenas, bem como reconhecia o seu status de humanidade.

Enquanto fazia incursões mineralógicas, Guilherme Capanema continuou a observar os indígenas do Ceará, na ausência de Gonçalves Dias. Ao retornar ao Rio de Janeiro, fez a leitura no IHGB de alguns apontamentos sobre os índios que viu em sua expedição. A referência a estes apontamentos está no rascunho⁴¹⁹ e no Relatório anual do Instituto, elaborados pelo Primeiro Secretário à época, o cônego Fernandes Pinheiro, e publicado na Revista trimestral.⁴²⁰

Pelo relatório, as observações do engenheiro fizeram com que os consócios travassem relações “com as relíquias de uma raça que tende a desaparecer ao contrato da civilização”. Estas relações eram conduzidas por suas narrativas, que teriam levado os ouvintes a “assistir aos folguedos dos selvagens, instruindo-nos de seus usos e costumes, bem como de respeitosa homenagem que rendem aos seus pajés”,⁴²¹ numa clara alusão à legitimação da autoridade do cientista-observador-narrador. As principais situações narradas seriam as “danças do torém, as cantigas que cantavam” e o valor atribuído aos pajés, bastante admirados pelos habitantes locais, “mesmo por negros astutos em outras partes”.⁴²² Um dos pontos que mais chamou a atenção foi o processo indígena de fermentação do cauim ao dos povos da antiguidade, estando em conformidade “com os rigorosos princípios da sciencia”.⁴²³

Ainda que se referisse a “restos de uma tribo” que encontrara na Serra do Salgadinho, entre Ceará e Paraíba, “reduzidos a uma diminuta fração” por conta das “perseguições de toda espécie”, o Relatório sugere o que Capanema entendia sobre o poder de reelaboração dos indígenas, no mesmo patamar dos brancos. O engenheiro estaria procurando os “vestígios das sucessivas transmigrações das tribos indígenas”, que seriam comprovadas pela “diversidade de utensílios que em diferentes lugares se encontram.” (grifo nosso). Este é um ponto fundamental de sua etnografia. Primeiro porque (apesar de falar em “restos” e “vestígios”) o observador estaria interessado não necessariamente no “tipo puro”, mas nas características das transformações (presentes

⁴¹⁸ Ibidem, p. 311.

⁴¹⁹ Observações orais sobre os índios do Ceará e seus descendentes. Manuscrito de rascunho da leitura dos apontamentos de Capanema. IHGB, Lata 563, Pasta 3.

⁴²⁰ RIHGB, t. 25, 1862, p. 708.

⁴²¹ Idem.

⁴²² IHGB, Lata 563, Pasta 3.

⁴²³ RIHGB, t. 25, 1862, p. 708.

no uso de categorias como transfigurações e transmigrações). Outra questão é a valorização à diversidade de usos de objetos, com a incorporação de utensílios, numa indicação de como enxergava aquelas relações e reelaborações de fronteiras interétnicas.⁴²⁴ Por esses argumentos de troca, usos de materiais diversificados e capacidade de transfiguração e transmigração, conclui afirmando que:

“Os autochtones brasilienses tem bastante inteligência, grande propensão para as artes mecânicas, governam-se por princípios philosophicos, regulam-se por preceitos ditados pelas necessidades práticas e finalmente são menos bárbaros e cruéis do que os eslavos, celtas, godos e outras hordas de quem se ufanam de descender as modernas nações da Europa.”⁴²⁵

Estes conceitos atribuídos aos indígenas sugerem uma visão diferente dos seus pares, apesar da semelhança de que todos enxergam com os olhos da civilização. Se, de modo geral, entre os seus colegas prevalecia a ideia das perdas culturais, Capanema enxergava a capacidade de adaptação, reelaboração de suas histórias e existências, aproximando-se da transculturação, categoria analítica utilizada no século XX para se referir ao modo como “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana”.⁴²⁶

Por isso julga que em vez de “exterminação systematica”, dever-se-ia procurar civilizá-los lentamente, para que pudessem contribuir para o engrandecimento e a prosperidade do Império. O engenheiro se alinhava à ideia de que o indígena (civilizado) seria um dos construtores do Império, construtores da nação.

⁴²⁴ Ver BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

⁴²⁵ RIHGB, t. 25, 1862, p. 708.

⁴²⁶ PRATT, Mary Louise. *Op. Cit.*, 1999, p. 30. A autora recupera o termo utilizado nos anos 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, referindo-se à cultura afro-cubana, sugerindo que esta noção substituísse os conceitos de aculturação e deculturação. Nenhuma dessas palavras eram usadas neste sentido no período analisado, mas as ideias de “tipos puros”, “misturados”, “perda racial”, “degeneração”, “desaparecimento” estão no mesmo sentido das perdas culturais da aculturação e deculturação. Da mesma forma, a valorização das transformações sob a ótica do colonizado (transmigração e transfiguração) estão muito próximos do sentido atribuído à transculturação no século XX.

3.4 Raça e nação nas anotações de Freire-Allemão na expedição ao Ceará

A prática de campo de Francisco Freire-Allemão foi pautada nos processos de herborização, aos quais já estava bastante familiarizado: colheita, exame, descrição e desenho. Mas suas observações não se restringiram aos limites da Seção de Botânica. As notas de viagem revelam a diversidade de temas a que se dedicou. Se nos Relatórios oficiais atém-se à burocracia da prestação de contas dos assuntos botânicos, em seus diários estas anotações se misturam a outras, bem diversificadas: clima, relevo, hidrografia, topografia, zoologia, mineralogia, história dos lugares, usos e costumes, hábitos, vestimentas, alimentação, tipos e formas de construção, relatos do cotidiano, trabalho, indústria, conflitos, intrigas, disputas, informações sobre tipos humanos, mistura racial, política, entre outros. O que me atraiu nesta documentação foram os temas relacionados à etnografia, como raça e nação.

Apesar de sua clara dedicação ao projeto, em diferentes ocasiões Freire-Allemão demonstrou o desejo de sair do Ceará. Em carta ao Imperador, datada em 11 de setembro de 1859, escrita de Aracati, o naturalista pede exoneração das funções ocupadas, indicando que não mais poderia acompanhar as outras Seções, devido à idade avançada e ao cansaço. Outro motivo apontado era o interesse de fazer uma viagem ao Maranhão e à Amazônia.⁴²⁷ Caso o pedido de exoneração não fosse aceito, uma licença já lhe seria de bom grado. Inclusive indicou que o sobrinho, Manuel Freire-Allemão, teria “a capacidade para bem desempenhar esta tarefa”, que ficaria subordinado à Seção de Zoologia, dirigida por Manuel Ferreira Lagos.

Como resposta, recebeu carta em nome da majestade, em 12 de setembro. Inicialmente há o reconhecimento dos incômodos da viagem à Comissão. Mas evoca que “não haverá, porém, quem não reconheça no patriotismo o caráter de tão distintos brasileiros a resignação e dedicação necessária”. A carta indica que a exoneração traria problemas não só à Comissão, mas ao próprio governo. Discursos proferidos nas câmaras legislativas, onde a “Comissão não tem sido considerada como cumpria”, apontavam desconfianças e críticas ao seu orçamento. Aliás, o orçamento era criticado tanto pelos opositores da expedição quanto pelos cientistas envolvidos, mas com visões opostas. Ao final da resposta, vem o questionamento:

⁴²⁷ Carta de Freire Alemão ao Imperador Pedro II. Aracati, 11 de setembro de 1859 (rascunho de 8 de agosto). BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,1,71.

“O que não dirá – e com aparência de verdade – se ela se for desmanchada, e não nos esmerarmos em levar ao cabo a empresa começada? Lá se irão as esperanças do Instituto e as d’aquelles brasileiros interessados na glória da Nação”.⁴²⁸

Quanto à licença para a visita das províncias do Pará (Amazonas) e do Maranhão, a carta afirma que o Imperador responderia em momento oportuno. Em nome da nação, o naturalista permaneceu no Ceará. Mas o desejo do Amazonas não havia se dissipado. Já em 1861, em carta a Gonçalves Dias (19 de março), que estava na província do Amazonas, afirma:

“Tenho também o grande desejo de, achando-me livre, fazer uma viagem ao Amazonas. E vou mandar pedir licença para isso. Quem sabe se não nos encontraremos por aí! Estimaria bem que assim sucedesse.”⁴²⁹

A Amazônia era o lugar de interesse de muitos intelectuais, naturalistas, engenheiros e etnógrafos, e não era diferente com Freire-Allemão. Mas a única licença que conseguiu foi para ir ao Rio de Janeiro, por dois meses.⁴³⁰ Fora isso, ficou no Ceará, herborizando, formando coleções de botânica e registrando essas experiências de campo. Além da observação direta, o naturalista recorreu a informantes para tratar de assuntos que lhe fugiam aos limites dos olhares. As conversações geralmente eram com pessoas ligadas a famílias mais abastadas, mais poderosas dos lugares por onde passava. Além disso, buscava apoios em arquivos e igrejas, sobre assuntos diversos, principalmente sobre as histórias dos lugares.

Um desses senhores locais foi o Sr. José Antônio da Costa e Silva, dono do sítio da Boa Vista e de um engenho de açúcar em Pacatuba, no “pé” da serra do Aratanha. Em anotação de 10 de abril de 1859, Freire-Allemão diz que a comitiva foi muito bem recebida, tratada com fartura:

“Tratou-nos ele e sua senhora o melhor que podíamos desejar; mesa farta e variada, leite coalhado, requeijão, queijos mui bons feitos no seu sítio de criar, arroz de leite excelente. Tivemos

⁴²⁸ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,3,25.

⁴²⁹ Carta de Freire Alemão a Gonçalves Dias. *Op. Cit.*, 1971, p. 224.

⁴³⁰ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,5,76.

cuscus ao almoço, excelente café com leite, vaca, carneiro, galinhas, etc.”⁴³¹

O Senhor Costa tinha 54 anos e é apresentado como um “homem grande, gordo, comilão, falador, bem que sem instrução”. Não usa o nome Senhor de Engenho porque “não é aqui usado, nem distintivo como entre nós do Sul”.⁴³² No início do século XIX o seu pai foi “possuidor de toda a Serra do Aratanha”, dividindo-se a propriedade entre oito herdeiros. No momento da Comissão, havia apenas dois deles vivos: José Antônio da Costa e Silva e Domingos da Costa e Silva.

Algo neste proprietário chamou a atenção do naturalista: apesar de não ter instrução, “é inteligente, curioso, e conhecedor do seu *país*”.⁴³³ A inteligência do cearense, aliás, é um dos pontos observados, e comparativamente ao Rio de Janeiro, Freire-Allemão afirma o seguinte:

“É coisa que aqui tenho reparado, os homens quase todos com quem tenho conversado conhecem mais ou menos a sua província, e às vezes dão notícia das vizinhas; todos têm visitado esta ou aquela parte longínqua dos sertões. Falam dum lugar, pergunta-se-lhes a que distância está: 60-100 léguas e mais. São ainda mui curiosos, e o que não viram sabem por notícias. Isto é coisa rara lá no Rio, cada um sabe apenas da sua freguesia.”⁴³⁴

Outro importante nome local que prestou valiosa ajuda a Freire-Allemão e à Comissão foi o Tenente-Coronel João Franklin Alencar de Lima, proprietário do Engenho de São João da Munguba. O sobrenome Alencar revela o parentesco com o Senador e literato do romantismo. Logo em 28 de fevereiro, parte da Comissão foi recebida na fazenda pelo Sr. Franklin e sua família, e foram logo “servidos de mui farto e excelente almoço”. As conversas com o Sr. Franklin e outros nomes importantes da Província lhe geraram muitas informações.

A Seção de Botânica, entre março e julho de 1859 fez incursões pela cidade de Fortaleza e vilas mais próximas, como Pacatuba. Entre agosto de 1859 e junho de 1860 percorreu longas áreas no sentido leste, passando por Aracati e pelos vales do rio

⁴³¹ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição. Anais da BN, v. 81, 1961, p. 199.

⁴³² Idem.

⁴³³ “País” está sendo utilizado em referência à província.

⁴³⁴ Os Manuscritos de Freire Alemão, *Op. Cit.*, 1961, p. 199.

Jaguaribe e Salgado em direção ao sul da Província. Nessa excursão fez viagem a Icó, Crato, sertão do Cariri, Exu (PE), retornando novamente por Icó, dessa vez em direção ao sertão central do Ceará, passando por Quixeramobim e Quixabá, até passar novamente Pacatuba e retornar a Fortaleza.

Depois fez novas viagens entre setembro de 1860 e julho de 1861, desta vez em direção ao norte da Província, passando pelas serras de Uruburetama e do Ibiapaba, além de vilas e cidades como Sobral, Viçosa, São Benedito, Ipu, entre outras. Quase todos os lugares visitados por Freire-Allemão e pela Comissão eram ou foram vilas de índios.⁴³⁵ No Ceará as primeiras vilas de índios foram criadas em 1758:

Vila Viçosa Real	– antiga Aldeia da Ibiapaba
Vila Soure	– antiga Caucaia
Vila Arronches	– antiga Parangaba
Vila Messejana	– antiga Paupina
Vila Monte-Mor Novo	– antigas Paiacú, Baturité)
Vila Almofala	– antiga Aracati-Mirim
Vila Monte-Mor Velho	
Vila São Pedro Ibiapina	

Para as populações indígenas aldeadas do Ceará, os desdobramentos da Lei de Terras (1850) e sua regulamentação (1854) provocaram a expropriação e discussão sobre a extinção das aldeias e sobre o futuro das terras indígenas. Documentos oficiais questionavam a existência ou não de índios nos territórios ocupados, e a ameaça de extinção recaía, entre outras, sobre as aldeias de Mecejana, Soure e Arronches. Por outro lado, havia sugestões para o aldeamento dos índios de São Benedito, São Pedro do Ibiapina e Vila Viçosa.⁴³⁶ A Comissão Científica passou por estas e outras terras

⁴³⁵ As vilas foram criadas no século XVIII, em substituição às antigas missões e aldeias jesuítas. O chamado Diretório dos Índios (1757-1798) fez parte da política de reformas pombalinas. Inicialmente para legislar sobre as questões indígenas na Amazônia e do Pará, em 1758 foi ampliado para a Colônia do Brasil. Tomou decisões de impor “o uso exclusivo da língua portuguesa, o casamento entre índios e brancos, assim como um convívio social e comunitário nas novas povoações e antigas missões que então se elevavam a vila”, além de permitir a fixação de grupos de não-índios nas áreas limítrofes dos aldeamentos. ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UNB, 1997.

⁴³⁶ VALLE, Carlos Guilherme Otaviano. Aldeamentos Indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimentos étnico. In: PALITOT, Estevão Pinto (org.) *Na Mata do Sabiá. Contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECUT/Museu do Ceará, 2009. Enquanto declarava a extinção de alguns aldeamentos, na província do Ceará ocorria a criação de uma nova vila de índios no Ceará (Cachorra da Mata), para aldear os índios xocó. VALLE, Carlos Guilherme

índigenas, em processo de esbulho e pressão da sociedade nacional. A prática etnográfica de Freire-Allemão e dos outros integrantes foi construída entre as imagens de índio elaboradas nos circuitos intelectuais do romantismo literário-científico e as questões reais de coletividades indígenas das províncias do Nordeste, particularmente localizadas no Ceará, que viviam em fronteiras diferentes das pretendidas pela situação colonial.⁴³⁷

Para acompanhá-lo em sua viagem, início com um relato em que apresenta observações sobre os saberes indígenas na produção do cauim. Em seguida passo a analisar algumas passagens em que raça e nação são utilizados como referenciais à explanação dos argumentos do naturalista sobre a “gente do Ceará” e a relação desta província com o projeto de nacionalidade da Corte do Rio de Janeiro.

A Seção de Botânica e os saberes indígenas: herborizando a química dos “caboclos”

Nos arredores de São Benedito, localizada na Serra do Ibiapaba, membros da Comissão Científica tiveram contato com populações indígenas. Várias de suas experiências aguçaram a curiosidade dos cientistas. Não foi diferente com Freire-Allemão e sua Seção de Botânica. A Serra do Ibiapaba era uma área de antiga ocupação indígena, com a presença de grandes aldeias desde o século XVII, transformadas em vila pelo diretório pombalino, como a Vila Viçosa Real.⁴³⁸ Algumas das informações obtidas por Freire-Allemão foram extraídas dos arquivos das paróquias locais, e outras foram recolhidas nas conversações com pessoas da localidade, como Antônio Marques da Silva, que aparece como autor de um relatório sobre “costumes e algumas seitas mais

Ocataviano. Terras, índios e caboclos em foco: o destino dos aldeamentos indígenas no Ceará (século XIX). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Contracapa: 2011.

⁴³⁷ Outra categoria trabalhada por João Pacheco de Oliveira em sua etnologia sobre os índios do Nordeste é a de territorialização, “movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a ‘etnia’, na América espanhola as ‘reducciones’ e ‘resguardos’, no Brasil as ‘comunidades indígenas’ — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (...) As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções”. OLIVEIRA, João Pacheco. *Op. Cit.*, 1998.

⁴³⁸ MAIA, Lúcio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De Aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). PPGH / Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

notáveis que ainda existem entre os nossos indígenas do Termo de Vila Viçosa”, elaborado a pedido do chefe da Comissão.⁴³⁹ Outras foram observadas em campo, mas como declara, de forma dispersa e fragmentada “que só muito superficialmente pudemos colher atenta a rapidez com que viajamos”.⁴⁴⁰ Entre os registros das herborizações, é possível identificar práticas e saberes de indígenas contatados no Ceará.

Se a experiência etnográfica do engenheiro Guilherme Schüch Capanema com os toréns o fez mergulhar na poesia da transfiguração indígena através dos cantos e das bebidas fermentadas, Freire-Allemão também se interessou pelo processo de fabricação do cauim, utilizada em rituais. A técnica de preparação é apresentada como uma prática “segundo os preceitos tradicionais dos tempos passados”. Seria um caso que “daria dissertação”, caso algum filósofo quisesse escrever sobre o instinto do homem: “ver gente bruta praticar aquilo que a ciência só descobriu após profunda peleja, tendo por campeões os Berzedins, os Liebig, os Wöhler, e muitos outros que tais”. A “beberagem fermentada” tem propriedades embriagantes, assim como a garapa azeda, a cerveja, o vinho, a aguardente. O uso entre os “selvagens”, afirma, ocorre em ocasiões diversas, seja para os “dias festivos”, para as “*locubrações* e mistificações dos pajés, os mais dos refinados charlatães” ou ainda durante o serviço da roça.

A fermentação é feita a partir da mandioca, em geral cultivadas especialmente para este fim. Escolhidas e arrancadas, ficam em repouso até o dia seguinte, quando começam a pubar (fermentar), obtendo-se um cauim “amarelento”, segundo os índios “mais saboroso do que o branco”, que resulta da raiz fresca, conforme apontado por Freire-Allemão. A fabricação continua com a raspagem e a lavagem das raízes, em seguida cortadas em pequenas rodela, colocadas para cozinhar em um grande caldeirão ou pote, por aproximadamente 24 horas. Em seguida era iniciado um processo que o autor afirma ser tachado de “asqueroso e nojento” por algum “ignóbil ignorante”, mas aplaudidos e admirados pelos “descendentes dos adeptos” e pelos “alquimistas”. As mulheres se sentam em círculos, ao redor dos potes, já esfriados. Cada uma retira do fundo uma pequena porção de massa, mastigando-a bem, cuidando para não chegar ao ponto de dividi-la e misturando à saliva, continuando o procedimento até que não houvesse mais porções sólidas. Então é adicionada água quente para obter temperatura

⁴³⁹ BN, Coleção Freire Alemão, doc. I-28,10,34.

⁴⁴⁰ O Cauim. In: Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição. *Op. Cit.*, 1961, p. 347-350.

de 36 ° a 40°. A substância é levada a grandes potes, “realmente colossais, com 6 palmos de altura, às vezes mais”, localizados em grandes quartos especiais (depósitos). O tempo de fermentação varia segundo o estado da vasilha: quanto mais usadas, mais “espantosa a rapidez” da transformação. Iniciado o momento da bebida, o consumo tem que ser em até 12 horas, do contrário o cauim “frecha, isto é, passa a álcool e vinagre”.

Freire-Allemão compara o procedimento indígena ao procedimento científico da química, aproximando as duas técnicas. “Escutemos um pouco o químico”, conclama, “que justificará uma rotina de gente bárbara”. A mandioca é composta por grande porção de amilo (“goma ou polvilho, como lhe chama o povo”), que na sua composição química contem os mesmos elementos que o açúcar, ou isómeros. Para fazer o álcool, é necessário decompô-lo, bastando a “ação dos ácidos diluídos, ou a torrefação”. Mas a própria química, à força da prática, descobriu que a saliva era um agente poderoso para esta alteração. E fazendo uma comparação entre os saberes químicos e indígenas afirma:

“Muito homem de borla e capelo, douto a ponto de exsudar sabença por todos os poros, e que à força da erudição escarnece de tudo quanto não entra na esfera de seus conhecimentos e inteligência, considera a química com a arte de fazer emplastos e dogmatizando declara que o corpo humano não é retorta (vaso utilizado para destilação). Coitados! Justamente aí que as leis da química são respeitadas e cumpridas com um rigor sem exemplo. O caboclo, que nada tem de erudição, prepara o seu açúcar do modo mais simples como a natureza primitivamente o faria: se quisessem extrair o amilo e torr-lo seria isso muito mais longo”.⁴⁴¹

Ao lado dos “descendentes dos adeptos” (os índios), os químicos teriam a sensibilidade para observar, aplaudir e admirar este fenômeno. Esta aproximação entre o fazer indígena e o fazer da ciência química não se dá pelo valor do uso, no caso de grande valor para os indígenas, mas tratado como feitiçaria e charlatanismo pela ciência. Mas sim pelo processo de fabricação. Freire-Allemão chama a atenção para o fato de que este tipo de conhecimento (“as usanças dos Pitiguares de Filipe Camarão”) estava

⁴⁴¹ Idem.

se perdendo. Estas perdas estariam por conta de “outro embrutecimento maior, a que a administração cega quer dar o nome de civilização”.

Enquanto a sensibilidade do químico o aproximaria dos saberes indígenas, “historiadores e etnographos de perfumado salão, para incumbir a sua própria ignorância, vilipendiam os epítetos de nojenta, imunda, repugnante”. Mas admitiriam outras práticas “verdadeiramente repugnantes”, “talvez unicamente porque não são praticados por povos a quem se faz uma guerra injusta e sistemática”.⁴⁴² Na afirmação da sensibilidade do químico para adentrar no universo de saber indígena, Freire-Allemão está fazendo uma clara crítica a historiadores e etnógrafos. Também apontou uma crítica à violência das práticas da civilização em relação aos índios. Mas não deixa de trabalhar com as categorias de perda de usos e costumes, de desaparecimento em relação a estas populações.

Outras experiências etnográficas da Seção de Botânica merecem destaque. No periódico *O Progresso Médico*, especializado em assuntos de medicina que circulou na Corte em 1876, foram publicados três artigos inéditos baseados nas anotações de campo do médico Manuel Freire-Allemão.⁴⁴³ O texto que vou analisar versa sobre a medicina indígena e também utiliza da observação do *torém*, do uso da jurema e do cauim como referências.⁴⁴⁴ No artigo, o autor afirma que os “feiticeiros” prestam assistência não só aos índios, mas também “aos de nossa raça que não tem lá muito bem posta a cabeça”. Os métodos de cura são apontados como situações fabulosas “sobre a imaginação dos doentes, por ilusão e assombramento”. Para acionar a “imaginação”, os pajés usam “de aspersões e beberagens (de) ervas selvagens”, utilizadas para “fechar o corpo” do paciente.

A descrição do processo dá a ideia do cenário e dos personagens envolvidos. O enfermo fica numa sala vasta, local onde adentrava o responsável pela cura, acompanhado por seus assistentes, bebendo o cauim e entoando uma dança, o “torém”. O ritmo do torém é marcado pelo “iguari” ou “maracá”, que se diferencia dos usados comumente, por estar cheio de sementes de “juquiriti-été”, produzindo um som quando sacudido. A música entoada pelo mestre é narrada como “suave e maviosa, imitando ele

⁴⁴² Ibidem. Não há a indicação de quais seriam os historiadores e etnógrafos a quem destinava estas críticas. Mas pelo debate entre Varnhagen e a elite romântica brasileira, inclusive com o próprio Freire-Allemão, não seria estranho que o historiador fosse considerado um desses de “perfumado salão”.

⁴⁴³ “Mesmerismos entre os indígenas americanos” (p. 54-55), “Médicos Indígenas” (p. 81-82) e “O Cauim” (p. 494-497) *O Progresso Médico* Typografia Acadêmica: Rio de Janeiro, 1876.

⁴⁴⁴ “Médicos Indígenas”.

os modos de uma voz saudosa cujos acentos calam na alma, produzindo uma impressão de quebramento bem própria para afrouxar as rédeas à razão, exaltando a imaginação e afetividade”. Para a melhora do paciente, são utilizadas “as juremadas e outras beberagens”. Após recolher informações a partir de “perguntas arteiramente arranjadas”, o pajé cria um “romance de feitiçaria”, que é tomado como “expressão de verdade” por apresentar alguns “tópicos reais”. A comoção e o temor dos presentes e principalmente do doente, o “enfeitiçado”, pelas “coisas sobrenaturais, esforços do espírito maligno”, seriam então acionados pelos “trejeitos, carantonhas, convulsões do mestre, a dança, o canto”. Tudo isso, conclui o texto, resulta de uma “operação nevrotênica forte, que pode ser considerada medicação substitutiva em muitos casos de nevroses”.⁴⁴⁵

Tipos humanos: “a gente do Ceará”

Em uma anotação de 13 de maio de 1859, Freire-Allemão dedicou várias linhas ao que enxerga e interpreta sobre os tipos humanos do Ceará. Estava em Pacatuba e eram suas primeiras anotações sobre o tema. Raça e mistura racial aparecem com frequência:

“Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequencia também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceará é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano”.⁴⁴⁶

A categoria caboclo (“gente acaboclada ou do povo”) surge na documentação como principal componente racial do Ceará e são apresentadas algumas características fenotípicas:

“A cor baça, trigueira tem um tom particular de cobrado escuro, como a dos *chins* (chineses?) ou dos nossos *cabras*. O cabelo preto, corredio; o corpo esbelto e proporcionado; pernas bem feitas; ombros largos, pescoço curto, olhos um pouco oblíquos,

⁴⁴⁵ FREIRE-ALLEMÃO, Manuel. Medicina Indígena. In: *O Progresso Médico*. Typografia Acadêmica: Rio de Janeiro, 1876.

⁴⁴⁶ Idem.

dentes aguçados artificialmente. Ainda não vi nesta gente uma mulher, nem um homem demasiadamente gordos”.⁴⁴⁷

A inteligência dos caboclos é ressaltada pelo naturalista, sendo apresentados como desembaraçados e de boa fala. O sotaque, também comum aos brancos, é caracterizado com a abertura e certa demora para pronunciar algumas sílabas:

“Todas as palavras são pronunciadas com um sotaque ou acento particular, que é agradável nas crianças e senhoras, abrindo e demorando certas sílabas, por exemplo: Canaana, Caamará, assobiio, passaarinho, Maaria, mulatinha.”⁴⁴⁸

Os homens caboclos são apresentados como “em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho”. As mulheres estão sempre ocupadas, sempre cheias de crianças, enquanto os homens se balançam nas redes. Já os meninos são apresentados como “fortes, bem feitos, e quando há mistura de raça branca são claros, e de cabelos louros e anelados, o que muito me admira”.⁴⁴⁹ A observação dos fenótipos vai se misturando aos hábitos e costumes, e o estranhamento, acompanhado de admiração vai se manifestando. No mesmo dia em que fez o relato sobre a gente do Ceará, 13 de abril, havia chovido em Pacatuba. Freire-Allemão presenciou uma cena de dar “gosto ver-se” que, como soube depois, era comum na região: crianças nuas, brincando umas com as outras, correndo, se atirando nas poças d’água das ruas. Esta cena o levou a descrever aquela população e a construir uma representação sobre ela:

“Então se me representa ao espírito uma aldeia de selvagens, as cabeças largas, pescoço curtíssimo, espáduas amplas, pernas bem carnudas e bem feitas, às vezes com os cabelos corridos, tudo nos dá o verdadeiro tipo americano.”⁴⁵⁰

A cena das crianças nuas, correndo e brincando na chuva, levava a imagem de uma aldeia de selvagens ao espírito do observador. Por mais que o romantismo literário-científico enxergasse a “mistura” como elemento de perda do “tipo puro”, em vários momentos os documentos mostram o quanto esta questão era contraditória, como na

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição. *Op. Cit.*, 1961, p. 202.

⁴⁴⁹ Idem, p. 199.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 210.

passagem anterior. A imagem das crianças projetou uma “aldeia de selvagem” no espírito do observador. Mas ao mesmo tempo, sua visão era do “verdadeiro tipo americano”.

No Ceará e diversas outras províncias do Brasil estava sendo gradativamente decretada a extinção dos aldeamentos, como visto anteriormente, o que não ocorreu sem conflitos. Se estes conflitos estão longe dos comentários de Freire-Allemão, a presença destas populações se configura no resultado da mistura racial, voltando aos elogios à beleza resultante da mistura do branco com a raça americana:

“A beleza das formas dessa gente, e que em meninos, são alguns tão claros como ingleses, e que fazem contraste com os da nossa gente de lá do Rio, mal conformados e doentios em geral, pode ser devida em parte a influencia do clima, em geral saudável e ameno. Mas creio tem grande parte nisso a mistura com o sangue americano, quando no Rio predomina a mistura do sangue africano”.⁴⁵¹

Essa comparação expressa bem o valor da mistura de raças para o naturalista. Na Corte, a mistura entre o sangue branco e o sangue africano gerou uma gente mal conformada e doentia, sendo a responsabilidade atribuída ao africano. No caso, esta consequência se aproximaria da categoria de degeneração. Já no Ceará, além do clima mais saudável e ameno a mescla com a raça americana foi responsável pela “clareza de inteligência, a viveza, e desembaraço que mostra o povo, e que os assemelham um pouco com os da raça espanhola do sul da América”.

O tipo branco cearense, ainda no escrito de 13 de abril de 1859, registrado em Pacatuba, também é apresentado sob a esfera da mistura, indicando que o branco também “parece ser mais ou menos mesclada da raça americana”. Uma das observações que fez dava conta da busca de algumas particularidades dos homens da gente do Norte:

“Não tenho observado esse achatamento da cabeça senão em alguns casos. Alguns são bem apessoados, principalmente os filhos do sertão. Há no oval do rosto alguma diferença, aqui e mais curto, e no sul mais longo”.⁴⁵²

⁴⁵¹ Ibidem, p. 213.

⁴⁵² Ibidem, p. 213.

Sobre a presença de negros, as primeiras observações de Freire-Allemão pareciam confirmar aquilo que se afirmava no seio da elite cearense na primeira metade do século XIX: a dificuldade com a mão-de-obra. Numa observação em Pacatuba, o naturalista indica que:

“Parece ter poucos escravos, e de necessidade aluga trabalhadores (...) Atualmente um trabalhador de enxada custa 320, mas querem já 400, o de foice, 640, o de machado 1000, dando-se a comida. A comida consiste em feijão (almoço) ou carne com pirão (jantar), e de noite inhame, ou coisa semelhante.”⁴⁵³

Se a maioria da população era tida por cabocla, não é estranho inferir que boa parte desta mão de obra era ocupada pela população livre: “a gente livre por aqui, que constitui o povo é tôda mestiça, mamelucos, cabras, etc.” Se havia poucos escravos, era esta população livre, “povo”, responsável pelo trabalho braçal, em troca de aluguel da mão de obra e de comida. Seria uma mão de obra indígena, mas para a situação colonial o aspecto étnico estaria diluído e invisibilizado⁴⁵⁴ na categoria caboclo.

A despeito dos poucos africanos ou negros, um relato de Freire-Allemão nos apresenta outros aspectos repletos de significados. Em 28 de junho de 1859, novamente em Pacatuba, os membros das Seções de Botânica e de Zoologia foram convidados a assistir a um *samba* na casa do Sr. Crisanto, cunhado do Sr. Antero, outro informante da elite local. O naturalista pensava que iria presenciar uma “dança de negros em alguma palhoça ou senzala”. Mas para sua surpresa, chegando ao local, ainda fora da casa, estranhou a grande presença de “gente da principal de Pacatuba”: o subdelegado de Polícia Dr. Vitoriano, o Antero, Juvenal (filho do Sr. Costa), dois deputados provinciais filhos do barão de Icó e muito outros senhores. Todos estavam acompanhados de suas famílias, senhoras e outros parentes. Passando pela sala, viu a casa de jantar bem servida, com “pratos de papas (canjicas), de arroz de leite, aletria, vários bolos, e muitos outros doces secos e de calda, vinhos, cerveja, etc.”. No quintal há uma grande roda de negros e negras, que Freire-Allemão calculava em mais de 100, todos escravos das famílias presentes. A música era tocada com tambores e cavaquinhos, que “atormentavam os ouvidos” do naturalista, “além dos cantos, algazarras e vivas”. As

⁴⁵³ Ibidem, p. 200.

⁴⁵⁴ Sobre práticas e regimes de invisibilidade relacionados ao indígenas do Nordeste ver: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). 2011.

senhoras muitas vezes se aproximavam da roda, assistindo com prazer, “assim como os homens”, a dança “lúbricas das pretas e os saltos grotescos dos negros”. Uma delas, d Maria Teófilo chamou ainda mais a atenção do botânico, pois fazia os seus escravos entrarem na dança, chamando-os pelos nomes, e por muito tempo segurando uma vela para melhor iluminar a cena.⁴⁵⁵

Como vários lugares do Ceará, a povoação de Pacatuba era recente, formada por núcleos imigratórios, fluxos de colonos que migravam e ocupavam as terras indígenas. Em conversação com o Sr. Juvenal Costa e Silva sobre a origem de Pacatuba, Freire-Allemão registrou que:

“Esta povoação de Pacatuba começou em 1845,⁴⁵⁶ e foram os sertanejos que acoçados pela grande seca desse ano aqui chegaram, tendo morrido muitos durante a viagem, e procurando lugares frescos se estabeleceram aqui em grande número e em palhoças, sendo estas terras pertencentes ao patrimônio dos índios.”⁴⁵⁷

Em direção ao Sertão sul do Ceará, com destino a Icó, a paisagem humana começa a ganhar novos personagens, novas categorias para além do branco, índio, negro ou caboclo. Em 2 de outubro de 1859, registra o cenário das pessoas, quando estava no Vale do Rio Jaguaribe:

“A gente toda que tenho visto, os homens são, ou foram vaqueiros; quase todos trazem chapéu e gibão de couro, outros em vestimenta completa. São afáveis, obsequiosos, francos, e me parecem de boa índole. Curiosos, falam bem, e tem uma fraseologia pitoresca. Os meninos são bonitos, e espertos, quase todos tem a cor morena, e vermelha, bons dentes, bonitos olhos; alguns são claros, loiros. Em geral são indolentes, imprevidentes, não conhecem os cômodos da vida; vive-se à primitiva.”⁴⁵⁸

Ao registrar as gentes de Icó, a beleza narrada nas primeiras experiências já não se repetia da mesma forma. Tal qual observara em Aracati, dizia que em Icó “há mais

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 200.

⁴⁵⁶ Mesmo ano do Regimento acerca das missões.

⁴⁵⁷ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição. *Op. Cit.*, 1961, p. 246.

⁴⁵⁸ Idem, p. 280.

escravos que indígenas”. O povo desta cidade é “composto de brancos, pretos, mulatos – cabras – e poucos indígenas e mamelucos”. O naturalista já não percebe a formosura das pessoas da mesma forma que viu na Capital e seus arredores. Prevenidos de que encontrariam “gente bela, alva, corada”, o que tinha visto até então era “tudo ao contrário: os homens são em geral feios, e as mulheres também em geral não são bonitas”.⁴⁵⁹

Outras localidades percorridas pela Comissão também se formaram em terras indígenas. No dia 13 de julho de 1859, Freire-Allemão narra uma visita feita no dia anterior à Vila de Soure, atual município de Caucaia, acompanhado por Borja Castro, adjunto da Seção de Botânica. Sobre o lugar, Freire-Allemão diz que:

“Soure é uma povoação em ruína, já foi vila, e antes aldeia de índios, conservando a cadeia, que tem sobrado (sala livre, ou Casa da Câmara). A Igreja está ameaçando cair. A parede dos fundos está com várias e largas rachaduras, e em verdadeiro abandono. Há na frente grande praça, mas coberta de mato”.⁴⁶⁰

O mesmo aconteceu em relação ao Crato, “pequena cidade à qual convinha o título de vila: antiga povoação começada com o aldeamento dos índios Cariris, e estabelecimento das Missões”.⁴⁶¹ ou ainda em relação à Vila Viçosa, na Serra do Ibiapaba, onde dizia que:

“A vila, que não há muitos anos era quase toda de palhoças e habitada por caboclos, é hoje toda de casas de telha e habitada por gente branca; os caboclos habitam nos arredores em palhoças.”⁴⁶²

A Vila Viçosa foi uma das que mais enfrentou conflitos nos anos de 1840 e 1850, com vários indígenas abandonando as suas casas, por conta da violência que sofriam e do esbulho de suas terras.⁴⁶³ Freire-Allemão afirma que à época da sua estadia, nesta vila existiam “proporcionalmente menos descendentes dos índios, do que em São Pedro e São Benedito”. Interessante é acompanhar a justificativa apresentada:

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 285.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 231.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 231.

⁴⁶² Ibidem, p. 327.

⁴⁶³ VALLE, Carlos Guilherme Octaviano. In: PALITOT, Estevão Pinto (Org), *Op. Cit.*, 2009, p. 117.

“provavelmente pela maior afluência de brancos para aqui, e retirada dos índios, que não suportam de bom grado a concorrência dos brancos”.⁴⁶⁴

A narrativa de Freire-Allemão sobre o povoamento da Vila de Baturité ilustra a situação conflituosa. Em tempos remotos o lugar era uma “vila de índios”, dirigida por missionários, mas não sabe ao certo qual era a nação, sua procedência e quando chegaram à Serra de Baturité. Num dos poucos momentos em que indica um informante indígena, o naturalista cita a índia Rita Maria da Conceição. A “velha índia” teria dito que quando o seu povo foi conduzido de outras aldeias, por volta de 1810, a maior parte era *caboclo*, e ela mesma os chamava de *tapuia*⁴⁶⁵ (grifos nossos). O historiador Edson Silva, ao analisar a trajetória dos índios xucurus da Serra de Ororubá, em Pesqueira, Pernambuco, afirma que o uso da categoria caboclo pelos próprios indígenas pode ser visto como estratégia de sobrevivência, dado o grau de violência acionado contra as coletividades indígenas do Nordeste do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX.⁴⁶⁶

Seguindo o relato, o naturalista diz que a extinção da Companhia de Jesus levou à criação de vilas. Só não diz que eram vilas de índios. Nos documentos pesquisados por Freire-Allemão, consta que logo na criação da vila, existiam três casas, uma do Vigário, outra que ficou para a Casa da Câmara e a terceira que foi destinada a ser uma escola. Recorrendo à “tradição” e aos “documentos que existem”, o naturalista reconhece que as informações sobre a passagem de aldeias para vilas são incompletas e inteiramente falhas. No início do século XIX, com a decretação do fim das Diretorias de Índios, “a governança da vila se compunha de gente branca e de índios, que eram praticamente governados pelos seus capitães”. Mas a causa central da diminuição da população indígena desta vila, afirma, foi a “grande seca de 1825”, que causou grande dispersão e mortandade nos índios. Dos que sobreviveram à seca, muitos foram devorados por uma peste de bexigas. E aí vem a ordem sequencial dos fatos, na leitura do cientista:

“Com a destruição dos índios foi a vila e lugares adjacentes se povoando de maior número de brancos, que hoje constituem a maioria dos habitantes do lugar.”⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição, *Op. Cit.*, 1961, p. 239.

⁴⁶⁵ Idem, p. 338.

⁴⁶⁶ SILVA, Edson Helly. *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra de Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Campinas, UNICAMP, 2008. Tese de Doutorado em História.

⁴⁶⁷ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição, *Op. Cit.*, 1961, p. 339.

A causa da morte dos indígenas, neste caso, foi atribuída à seca. Apenas com a dispersão dos índios é que os brancos teriam ampliado a ocupação da vila. Estas narrativas, ao versarem sobre a inexistência, decadência, desaparecimento, ao mesmo tempo afirmam a presença destas populações.

“Tudo o que não é cearense é estrangeiro”

Em algumas oportunidades a narrativa autobiográfica de Freire-Allemão aponta a sua aversão a temas políticos. Em 1833, logo após o retorno da França, teve uma rápida experiência legislativa, no período de inserção na Sociedade Defensora e na Faculdade de Medicina. Dizendo-se influenciado pelos amigos se candidatou às eleições para deputado da Assembleia Provincial. Vitorioso, o naturalista afirma que foi um “deputado desgostoso” e que não fez nada, apenas serviu um mês como secretário. Sua atenção se voltava à ciência.

Nos manuscritos arquivados na Biblioteca Nacional há uma carta endereçada a um amigo cuja identificação não é indicada, em que faz referência a um artigo publicado sobre a sua pessoa no jornal *A Nação*, na edição de 27 de agosto de 1853. A correspondência transcreve parte do texto publicado, tecendo em seguida os seus comentários. O manuscrito microfilmado apresenta manchas e rasgos, prejudicando a leitura do texto em sua totalidade, mas é possível perceber que o naturalista elogiava o artigo jornalístico, considerando-o “muito bem escrito”, fazendo-lhe “elogios gerais pequenos e bem merecidos”, não disfarçando a modéstia. Mas algo o incomodou profundamente, levando-o a criticar o autor: o envolvimento do seu “nome com a política, de uma maneira a mais injusta”.⁴⁶⁸

É através do próprio nome, segundo Pierre Bourdieu, que um indivíduo inaugura o seu acesso ao mundo social. Por meio de uma “formidável abstração”, a identidade de uma personagem é reconhecida como individualidade “socialmente constituída”. O nome é o primeiro passo da sua inscrição em todos os outros “sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social”. São certidões, geralmente públicas e solenes, quase sempre produzidas sob o controle e com a garantia do Estado.⁴⁶⁹ Neste sentido, em 1853 o nome de Freire-Allemão estava

⁴⁶⁸ Carta endereçada a um amigo (3 de setembro de 1853) e transcrição do artigo Dr. Francisco Freire Allemão publicado no Jornal *A Nação* (27 de agosto de 1853). Coleção Freire Alemão, BN, I-28,5,64.

⁴⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* 1998.

inserido em vários círculos importantes do mundo social. Interessado em saber o que o incomodava na vinculação do seu nome à política, fui à Seção de Periódicos da BN, em busca do *A Nação*⁴⁷⁰, jornal voltado a assuntos políticos, ligado ao Partido Liberal que circulou na Corte entre 1852 e 1854, sendo Joaquim Manuel de Macedo um dos fundadores e principais expoentes. Foi curioso encontrar um texto em homenagem ao médico-botânico num jornal político. Logo ele que não queria o nome envolvido com estes temas, sobretudo de uma linha contrária ao governo. Poucos meses antes, Freire-Allemão havia requerido ao Imperador sua jubilação da cadeira de Botânica Médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que ocupara por vinte anos desde que assumira a primeira turma da Faculdade⁴⁷¹. É este o assunto tratado no artigo.

O anúncio da sua solicitação é iniciado com elogios a um dos “mais hábeis lentes da Escola de Medicina da Corte”, aquele que reúne “qualidades que raras vezes se encontram em um só indivíduo”. E vai tecendo elogios:

“Ilustrado, imensamente estudioso, o mais constante frequentador e aproveitador das nossas bibliotecas, muito lido em todos os ramos das *sciencias* médicas, amenizando seus áridos estudos com a literatura, era e é tão profundo na sua especialidade, a botânica, que poderia ser lente em qualquer das primeiras academias da Europa sem recear comparar-se com as grandes reputações do mundo civilizado”.

O artigo destaca a sua “modesta verdadeiramente encantadora, uma elocução fácil, um estilo claro, conciso e castigado, uma delicadeza nunca desmentida”, características que seriam “apenas o conhecimento de algumas das muito brilhantes qualidades”. Não é de se estranhar que ele tenha considerado o texto muito bem escrito. Mas qual seria a causa da indignação? O que o preocupava em relação ao próprio nome?

O texto afirmava que o governo não poderia deixá-lo sair sem lhe prestar uma “distinção, que provasse por um lado a gratidão do Estado e, por outro, o apreço que o governo deve fazer de um sábio da (sua) ordem”. E aproveita para fazer duras críticas ao atual ministério, então sob a responsabilidade do Sr. Joaquim José Rodrigues Torres,

⁴⁷⁰ *A Nação* (1852-1854). BN, PR-SOR 02293.

⁴⁷¹ Requerimento de Freire Alemão ao Imperador. Coleção Freire Alemão, BN, I-28,5,63.

o futuro Visconde de Itaboraí, do Partido Conservador. O artigo defendia que se o governo era capaz de distinguir “qualquer capanga eleitoral”, não poderia se esquecer desse “respeitável e ilustre professor”. A distinção de Freire-Allemão já era algo por si mesmo, sendo inclusive “mais distinto do que todo o ministério junto”. E mesmo que este continuasse “na sua obra de ruínas, de corrupção e de ingratidão”, o reconhecido professor “continuará também a sua (obra), abrilhantando a *sciencia*, de que se ocupa com novas descobertas”. E numa declaração profética, dispara:

“Quando se tiverem volvido os anos, e chegar a vez de falar a história, a história dirá: ‘O Dr. Francisco Freire Alemão foi um sábio que adiantou a *sciencia*, e honrou a sua pátria’. E aquele que estiver lendo a história voltará a folha do livro, e se horrorizará diante de uma página manchada de sangue, cheia de vergonhas, e de horrores. Essa página conterà a história do ministério atual”.

Era um ataque ao ministério. Ter o seu nome associado às críticas do Partido Liberal ao ministério conservador não foi bem recebido. Foi esta a motivação do incômodo registrado na citada carta.

Anos depois, no âmbito da Comissão Científica, Freire-Allemão registrou outra situação em que se viu envolvido em assuntos políticos de crítica ao governo. A província do Ceará esteve envolvida em diversas disputas políticas desde o processo de construção do Estado nacional, a partir da Corte do Rio de Janeiro. Várias delas envolvendo famílias locais, algumas em apoio ao centralismo, outras em busca de autonomia. A elite política cearense, nos relatos de Freire-Allemão, é formada pelos brancos da província. Os participantes de partidos políticos e ocupantes de lugares de chefia são apontados como os que têm “alguma instrução”. A política local é vista como “toda pessoal, odienta e interesseira”. Isso talvez porque “os ódios políticos, se bem que arrefecidos, ainda domina muito”.⁴⁷²

Por ter escutado diversas opiniões contrárias ao governo central na Corte do Rio de Janeiro, inferiu que:

“Em geral todos têm grandes queixas da centralização do governo. Há prejuízos arreigados, muitos apreciam o falso das coisas, e uma certa tendência pueril para o que chamam liberdade.”

⁴⁷² Idem, p. 229.

Deixam mesmo entrever o desejo de independência, e os sonhos de republica. Isto o temos notado mesmo no sexo feminino. Há, sobretudo um sentimento de inveja para com o Rio de Janeiro, que se manifesta a seu pesar.”⁴⁷³ (Grifo nosso)

O posicionamento crítico encontrado no Ceará em relação ao poder central provocou reação de estranhamento em Freire-Allemão. Numa sociedade que se pretendia nacional, monárquica e centralizadora, cujo papel das discussões políticas era exclusivamente dos homens, ideias de “liberdade” e “independência” sob a égide da “república” seriam defendidas pelos que apreciam o falso das coisas, percebido também entre as mulheres. E seriam repudiadas pelos agentes construtores desta unidade político-territorial. O período analisado corresponde ao que, em seu clássico trabalho sobre as disputas políticas do Império do Brasil, Ilmar Mattos chamou de *tempo saquarema*, em que o projeto político centralizador baseado na afirmação da monarquia e do poder do imperador se manifestava fortemente, configurado na sequência de ministérios que ficaram conhecidos como *conciliação*. A maioria do monarca (1840) e a repressão aos movimentos considerados sediciosos que assolaram o território entre as décadas de 1830 e 1840 faziam parte de um projeto inspirado na defesa do “sentimento aristocrático” e no combate a projetos que não se articulassem com a direção que então se firmava. Em nome da preservação do controle do “governo da casa e do Estado”, do “mundo do trabalho” (escravo) e do “mundo da desordem”, um tipo de direção aristocrática articulou uma política em que as rivalidades entre as elites locais deveriam ser suprimidas em nome do poder centralizado, para garantir a preservação da herança colonial (propriedade e escravidão), reprimindo os movimentos revoltosos, tanto das elites quanto de indígenas, africanos, mestiços e camadas livres pobres, vistos como ameaças à construção da unidade.⁴⁷⁴ Então qualquer tendência pueril de liberdade era sempre um perigo a ser combatido por estes projetos centralizadores.

É importante lembrar a preocupação de von Martius de que entre os “republicanos de todas as cores” pudessem existir aqueles interessados pela “história do seu país natal”. Para eles é que o naturalista alemão ofertou a proposta de história do Brasil, para convencê-los da “inexigibilidade de seus projetos utópicos”, como vimos, em defesa do projeto da unidade monárquica. Há uma passagem registrada em seu

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

diário no Ceará que sugere a dimensão do seu envolvimento com o ideal de centralização que então se constituía. Qualquer proposta oposta à da centralização seria vista como indício de inveja em relação ao Rio de Janeiro. Tendo sido o Ceará palco de vários conflitos políticos, os comentários de Freire-Allemão sobre as concepções de nação e nacional, sua e de seus informantes, é bastante rica para esta discussão.

No dia 23 de maio de 1860, o botânico anotou uma situação de constrangimento ao seu posicionamento político. Na verdade, diante de uma cobrança de posição que lhe foi lançada sobre o governo central. Estava em Fortaleza, na casa do Senhor Franklin. Reunidos à mesa do chá encontravam-se a família do anfitrião e alguns membros da Comissão. Um dos presentes era Manuel Ferreira Lagos, presidente da Seção Zoológica, que, pelo relato, “falava com soltura e indiscrição dos ministros e gente da Corte”. O anfitrião, demonstrando-se simpático aos comentários de Lagos, voltou-se “mui contente” às senhoras presentes e comentou: “este é um dos nossos!”.⁴⁷⁵

Para Freire-Allemão, no Ceará “as ideias republicanas tem muita aceitação entre estes sábios de meia tigela; a família do Franklin, que é dos Alencares tem ideias muito exageradas a este respeito”. Mas ainda estava por vir o momento de maior tensão para o narrador. Após se familiarizar com as do Dr. Lagos, o Sr. Franklin teria se dirigido para o médico e disparado a pergunta se ele não era um monarquista. Acompanhem os o desfecho do relato:

“Um sentimento de indignação se apoderou de mim, e mal me pude conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato”.⁴⁷⁶

Gratidão, neste caso, é um tipo de sentimento resultante de vinculações pessoais e sociais baseadas na troca de favores. Cansado, desejando ir para a Amazônia, Freire-Allemão continuou em sua trajetória “patriótica” para o fortalecimento da *nação* porque tinha uma dívida social. O seu nome estava inscrito na história da ciência médica e botânica, e a proximidade com o governo. Por anos tinha sido um dos médicos Imperiais e preceptor das princesas. Por muitas vezes recebeu apoio de d. Pedro II, inclusive para a criação de uma associação científica (mesmo sem apoio orçamentário),

⁴⁷⁵ Anais da Biblioteca Nacional, 1961, p.316.

⁴⁷⁶ Idem.

além da atribuição de honrarias e condecorações nobiliárquicas. Freire-Allemão precisava do governo e o governo precisava da sua ciência e prestígio acumulados. Afirma-se, assim, num lugar de neutralidade do cientista (se não eram as questões políticas que o ocupava por omissão está afirmando as atividades científicas). Seria impossível a unanimidade desta gratidão. Nem todos tinham motivos tão irrevogáveis para este sentimento.

A unidade político-territorial pretendida também promovia a criação do ser brasileiro. Gladys Sabina Ribeiro mostra a polifonia dos significados atribuídos à “liberdade” e a “brasileiro” na passagem do Reino Lusitano para o Império do Brasil, principalmente na Corte do Rio de Janeiro.⁴⁷⁷ Mas na passagem da década de 1850 para 1860, em plena política de *conciliação*, um representante do governo, da nação e do Imperador, ao se deparar com outros projetos, outras perspectivas, é provocado pelo estranhamento. Vejamos o que diz Freire-Allemão:

“O povo do Ceará, e talvez de mais outras províncias, tem ideias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não (é) cearense é estrangeiro. Tem eles para si que o Ceará é superior a tudo o mais, e só conhecem superioridade em outros povos pelos artefatos que eles admiram, e não concebem como se fazem. O seu país está todo minado de metais preciosos; e cheios de tesouros escondidos pelos Flamengos, Jesuítas etc, etc. O país está cheio de tradições em que acreditam religiosamente”.⁴⁷⁸
(Grifo nosso).

A ciência que se dizia nacional criticava imagens construídas por naturalistas estrangeiros. E atribuíva valores aos que internamente não pactuavam com o corpus de ideias carregado pelos agentes do Império. As tradições inventadas⁴⁷⁹ no *país* do Ceará ou qualquer outro *país* do Brasil tinham que se alinhar ao sentido de pertença à comunidade imaginada⁴⁸⁰ pelos que se colocavam no lugar central de construtores do nacional. Tudo o mais seria tratado como falsidade, seria periférico, em função da causa maior, a homogeneidade da nação.

⁴⁷⁷ Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002.

⁴⁷⁸ Os Manuscritos de Freire Alemão, Catálogo e Transcrição, *Op. Cit.*, 1961, p.311.

⁴⁷⁹ HOBBSAWN, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.

⁴⁸⁰ ANDERSEN, Benedict. *Op. Cit.*, 2008.

CONCLUSÃO

O incentivo às pesquisas científicas interessava à política imperial. O modelo de civilização desejado pelas elites políticas e intelectuais tinha como palco um território extenso, ocupado por diversos grupos desconsiderados do status de cidadania (ou com reconhecimento limitado). Os “sertões” e as “matas” eram habitados por diferentes grupos étnicos e sociais, diante dos projetos dos dirigentes do Império, ora como ameaça, ora como alvo das políticas de Estado, através da assimilação, ou do avanço colonial, esbulhando terras e ocupando territórios, sempre em nome da civilização. Ao mesmo tempo, tal incentivo ajudou a constituir um quadro social ligado a redes nacionais e internacionais de especialistas em diversas áreas do conhecimento científico, baseado em saberes, métodos e instruções de observação, coleta e análise dos materiais pesquisados. Explorar, mapear e estabelecer os limites do território; observar, coletar e estudar espécies dos “três reinos”; aprender as línguas e os saberes indígenas; formar, preservar e aumentar as coleções; documentar e publicar os resultados dos estudos, divulgando-as entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros; escrever uma história para o país. Estas ações, enquanto fundamentais para gerar conhecimentos específicos que poderiam influenciar na elaboração de políticas de Estado, acabaram por intensificar as redes de práticas e estudos científicos, de produção, troca e circulação de saberes, fundamental na constituição de novos campos, como a etnografia e a antropologia.

No Brasil, até a década de 1860 a etnografia foi mais referenciada do que Antropologia, ocupando lugares institucionais e seção de expedição científica nacional. Era uma prática que começava a reivindicar o estatuto de ciência (“sciencia da etnologia”), com propostas metodológicas, rivalidades e divergências. Estava relacionada à história natural e ao estudo físico das raças e tipos humanos, concentrando-se notadamente nos indígenas. Propunha também o estudo das línguas, da origem, do impacto das misturas raciais, da busca de vestígios do passado, da observação dos usos e costumes, da formação de coleções, tanto para entender a causa de sua “extinção”, dada como certa, quanto para coletar informações e artefatos, formando prova material da existência de nações que pelo discurso civilizatório estavam fadadas à morte. Era uma proposta de ciência colonialista, voltada para hierarquizar as populações do interior do território que se pretendia por unidade. Se havia críticas a

imagens exóticas sobre a América e o Brasil elaboradas por narrativas elaboradas por estrangeiros, internamente as práticas etnográficas estavam a serviço da exotização e barbarização das coletividades étnicas, invisibilizando os indígenas e praticamente ignorando os africanos, a não ser quando se tratava de assuntos de mão de obra. Mesmo que sugestões como a de Martius para escrita de história do Brasil tenham ressaltado o elemento da mistura, a ideia era de superioridade do branco colonizador e o apagamento dos elementos das raças africanas e indígenas.

Foi a partir da década de 1860 que a Antropologia física, sob a influência da Sociedade de Paris criada por Paul Broca, passou a ser praticada e estudada de forma mais efetiva e sistemática no Brasil, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, e em instituições como o Museu Nacional.⁴⁸¹ Com o Regulamento de 1876,⁴⁸² levado a cabo por Ladislau Netto⁴⁸³, foi criada a *Seção de Anthropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal*. A Antropologia teria um lugar expressamente referido, ao lado das ciências biológicas. Suas particularidades seriam o estudo dos aspectos físicos do homem, buscando compreender as diferenças entre os tipos raciais através dos métodos da craniometria e antropometria. Redefinem-se os campos científicos, mas se mantinham os objetivos de hierarquias étnicas. A unidade desejada não conseguia se livrar das marcas variadas da presença étnica, não apenas das populações indígenas, africanas e mestiças, mas também com o avanço da imigração europeia.

O Regulamento também procurou retomar a oferta dos Cursos Públicos (ensino científico) anuais e gratuitos. O primeiro curso de formação em Antropologia foi ministrado em 1877, pelo médico João Baptista de Lacerda. O curso foi dividido em dois anos, dos quais o primeiro seria voltado ao “estudo de anatomia e fisiologia do homem” e o segundo ao estudo das raças humanas, em especial a americana, “abrangendo em parte as questões de herança, mestiçagem e aclimatação”⁴⁸⁴, ressaltando o aspecto biológico. A influência de autores franceses e alemães e das

⁴⁸¹ SEYFORTH, Giralda. A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: a tese de João Baptista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, v. 30, 1985, p. 81-98; FARIA, Luiz de Casto. *Antropologia Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

⁴⁸² Regulamento 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Apud: LACERDA, João Baptista. *Op. Cit.*, 1905.

⁴⁸³ Ladislau de Sousa e Mello Netto (1838-1894) estudou matemática e história natural. Fez parte da Comissão Hidrográfica e Astronômica que explorou o litoral de Pernambuco entre 1860 e 1861. Também participou da Comissão de Exploração do Vale do São Francisco, em 1863. No ano seguinte foi para a França, onde foi titulado Doutor em ciências naturais e participou da Sociedade Botânica de Paris. No Brasil, em 1865 assumiu a direção da Seção de Botânica e se tornou diretor geral entre 1875 e 1893.

⁴⁸⁴ Apud. FARIA, Luiz de Castro. *Op. Cit.*, 1999, p. 23.

chamadas escolas e teorias raciais deterministas, como o darwinismo social, a antropossociologia e a antropogeografia teve grande repercussão entre as gerações do final do século XIX e início do XX no Brasil. A Antropologia se tornava uma disciplina acadêmica.

Já a etnografia, a arqueologia e a numismática formariam uma Seção anexa, enquanto não fosse criado “um estabelecimento especial para o estudo” destas áreas.⁴⁸⁵ Se até a década de 1860 os significados atribuídos à etnografia se aproximavam em parte daquilo que viria a ser referido à antropologia, como exemplificado nas Instruções de viagem da Comissão Científica, no final do século XIX o Museu Nacional começava a viver uma maior diferenciação entre o estudo fisiológico/anatômico e o estudo do homem através de sua cultura material, ainda não tratado nestes termos, mas que continuaria a valorizar a formação e os estudos destas coleções. Em 1876 a reforma dizia ainda não haver um estabelecimento para estes estudos. Ladislau Netto não chegou a construir um novo museu etnográfico, mas foi decisivo na construção de um Museu Nacional. Além das reformas regimentais, teve grande prestígio político para negociar mudanças nas vinculações ministeriais da instituição, sistematizar os cursos de formação, consolidar a presença no cenário científico internacional, com a publicação dos *Archivos do Museu Nacional* e a extensiva atuação em exposições, ainda sobreviveu às mudanças no cenário político após o golpe que derrubou Pedro II, conseguindo mudar o endereço do Museu do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista, instalando-se numa das antigas casas da família imperial.

Pelo Regimento de 1876, as disputas de campo levaram à interpretação de que naquele momento o Museu seria o estabelecimento para o estudo antropológico, mas não para os estudos etnográficos e arqueológicos. Contudo, os estudos arqueológicos sobre sambaquis, os trabalhos de identificação dos objetos indígenas coletados por Gonçalves Dias iniciados por Ladislau Netto a partir dos artefatos, das pranchas e do relatório de viagem, além da considerável incorporação de novas coleções indígenas com a exposição de 1882 e as suas repercussões indicam que estas áreas continuaram em atuação. Mesmo sem um campo definido, etnografia e arqueologia continuaram a ser praticadas. Em 1899, na administração de Baptista de Lacerda, foi criada uma nova

⁴⁸⁵ Regulamento 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Apud: LACERDA, João Baptista. *Op. Cit.*, 1905.

composição para as Seções,⁴⁸⁶ ficando divididas em 1ª Zoologia, 2ª Botânica, 3ª Mineralogia-Geologia-Paleontologia e 4ª Anthropologia, Etnographia e Arqueologia, áreas que continuariam a se dedicar ao estudo das raças indígenas, mas constituindo caminhos que conformariam os seus próprios limites.

Se os debates científicos provocavam variações no que se entendia por estas áreas, as relações entre a ciência e o seu “objeto” de estudo continuariam a estabelecer a inferioridade do indígena na hierarquia das raças, seja pelas respostas antropométricas, seja pela “inferioridade” cultural atribuída, pois a imagem evolutiva das raças e a crença na superioridade do branco “civilizado” reservava ao indígena o lugar de tutelado pelo Estado, como serão as políticas republicanas por grande parte do século XX.

Um dos exemplos da mudança na configuração de campo e permanência nas interpretações sobre os indígenas é um estudo craniométrico publicado na primeira edição da revista *Archivos do Museu Nacional*. No artigo produzido por Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto⁴⁸⁷ foram avaliados nove crânios e uma calota craniana, coletada por Guilherme Capanema em escavação mineralógica na Serra do Urubetama, no Ceará. Vale a pena registrar a conclusão apontada pelo estudo, após a realização das medidas antropométricas: “a um craneo assim constituído deve ter correspondido um grau de inferioridade intelectual, muito próximo dos macacos anthropomorfos”. Este fragmento (ANEXO G) se encontra sob a guarda do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional, atual responsável pela guarda das coleções de Antropologia Física.⁴⁸⁸

No caso do Museu, foram os trabalhos de Roquette-Pinto, no início do século XX, e os desdobramentos da formação de uma nova equipe nas décadas de 1930 (por exemplo, Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes) que elevaram o lugar da etnografia na instituição, mas sob outros referenciais teórico-metodológicos.⁴⁸⁹ Em 1931, a 4ª. Seção passou a ser dividida em duas Divisões: Divisão de Antropologia

⁴⁸⁶ Decreto n. 13.211, de 11/2/1899. Apud: SANTOS, Rita de Cássia Melo. *“No coração do Brasil”*: *Roquette-Pinto e a excursão a Serra do Norte, 1912*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 2011, p. 48.

⁴⁸⁷ Contribuições para o estudo anthropologico das raças indígenas do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*, v.1, 1876.

⁴⁸⁸ Registrado no livro de tombo sob o número 00113.

⁴⁸⁹ Sobre o papel de Roquette-Pinto e sua importância aos estudos antropológicos e etnográficos no Brasil do início do século XX e suas repercussões internacionais ver SANTOS, Rita de Cássia Melo, *Op. Cit.*, 2011.

Física, chefiada por Froes da Fonseca, e Divisão de Etnografia (incluindo a Arqueologia Clássica), chefiada por Heloisa Alberto Torres.⁴⁹⁰

No IHGB, os estudos etnográficos propostos nas décadas de 1840 e 1860 voltavam-se ao compromisso da escrita de uma história para o Brasil, tentando equacionar a presença de populações indesejadas para compor o corpo da nação. No final do século as publicações enfatizam as memórias históricas, geográficas, corográficas, além da continuidade de publicação de documentos oficiais. A retirada do termo “etnographico” da capa da Revista do Instituto, em 1887 (como vimos, circulou como *Revista do Instituto Historico, Geographico e Etnographico Brasileiro* entre 1859 e 1886) é um indício da diminuição dos temas etnográficos do Instituto.

Em 1873 foi publicado o Ensaio de Antropologia, memória apresentada por José Vieira de Couto Magalhães, um estudo das “raças selvagens”.⁴⁹¹ O texto alinha a Antropologia às “sciencias positivas”, referência ao positivismo de August Comte, o que exigiria antes de tudo um laboratório. No Brasil, “os sertões” seriam o “laboratório ou museu” para estes estudos. Na década de 1860 o autor fez várias incursões bacias hidrográficas do Rio do Prata, Amazonas, Araguaya e o Madeira, durante o período em que presidiu três províncias, Goiás, Pará e Mato Grosso. Os dados de população indígena que habitavam estas áreas variavam, segundo o autor, entre 400 mil e 2 milhões de pessoas, um número bastante significativo, se considerarmos que a população total do Brasil pelo censo de 1872 não chegava a 10 milhões de pessoas. A população indígena era tal que Couto Magalhães chegou a afirmar que os “únicos sons que por hora tem repercutido os ecos desse vasto paiz” vinham da “busina dos selvagens ou seus cantos de amor e gritos de guerra”.⁴⁹²

Após apresentar a geografia das áreas percorridas (por ele calculada em mais de 4 mil léguas), faz referência à ocupação do “grande sertão interior”, versando sobre “o aparecimento”, os “cruzamentos” e as etapas evolutivas do “homem americano” e do “homem no Brasil”. Na sequencia apresenta uma narrativa sobre as línguas indígenas e outra propriamente sobre as “raças selvagens”: a “primitiva”, as “mestiças (gaúcho, caipira, caburé, tapuio) como elemento de trabalho”. Por fim faz uma análise sobre

⁴⁹⁰ Pelo decreto n. 19801, de 27 de março de 1931. Citado no Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia de 1931. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 5, classe 146.4, 1931, de 10 de Janeiro de 1932

⁴⁹¹ Ensaio de Antropologia: Região e Raças Selvagens. RIHGB, t. 36, 1873.

⁴⁹² Idem, p. 360.

“família e religião”, os “elementos morais” das raças.⁴⁹³ Não vou aqui entrar nos pormenores de suas narrativas, mas indicar que na década de 1870 a antropologia começa a ser consolidar como as ciências das raças, enquanto a etnografia continua nesta relação entre a história das raças e os aspectos morais, espirituais e intelectuais do homem, aquilo que seria no século XX genericamente conhecido por cultura.

No retorno à Corte, os integrantes da Comissão Científica se dedicaram à elaboração de seus relatórios seccionais, lidos em diferentes reuniões do IHGB entre 1862 e 1863. O Museu Nacional foi o principal depositário das coleções formadas. Ao herbário foram incorporadas 14 mil amostras e às coleções geológicas, 4 mil exemplares de aves, mais de 80 espécies de répteis e 12 mil insetos.⁴⁹⁴ Além disso, os instrumentos e os livros foram incorporados ao Museu Nacional. Aliás, data de 11 de julho de 1863 a fundação da biblioteca, com mais de 3000 obras, sendo mais da metade da Comissão.⁴⁹⁵ Na verdade trata-se da formalização regimental e talvez a destinação de um espaço e indicação de um responsável, no caso Manuel Ferreira Lagos. Documentos anteriores mostram que havia biblioteca no Museu, com a introdução de novas obras.⁴⁹⁶

Além de iniciar a organização da grande coleção zoológica, Lagos produziu uma exposição dos produtos do Ceará, exibida na Corte em setembro de 1861, antes da primeira exposição da Indústria Nacional, inaugurada em dezembro do mesmo ano. Enquanto centralizavam na Corte o lugar de síntese da unidade nacional, estas exposições funcionaram como preparativos à participação do Brasil nas mostras internacionais. As experiências anteriores (Londres, 1851 e Paris, 1855) teriam sido mínimas, com “quase nada” do país sendo exposto, levando alguns países estrangeiros ao juízo “de que o Império nada por assim dizer possuía”, como informado num relatório de Comissão Provincial.⁴⁹⁷ O deslocamento dos produtos dos seus lugares de origem (os naturais) e produção (os industriais) para vitrines, prateleiras e espaços

⁴⁹³ RIHGB, t. 36, 1873

⁴⁹⁴ LOPES, Maria Margareth. *Op. Cit.*, 1997.

⁴⁹⁵ NETTO, Ladislau. *Op. Cit.*, 1871; LACERDA, João Baptista. *Op. Cit.*, 1905.

⁴⁹⁶ Para exemplificar, doc. 135, transferindo livros de história natural para a Biblioteca (11 de fevereiro de 1832); doc. 89, remetia relatório da Repartição do Império (28 de maio de 1839). SEMEAR-MN/UFRJ.

⁴⁹⁷ Segundo o Relatório da Comissão da província do Pará. In: Documentos oficiais relativos à exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro, 1862.

expositivos apagava várias informações, enquanto incorporava outras. A ressaltada riqueza da natureza brasileira e a heterogeneidade étnica e social eram homogeneizadas em função da nação, representada pela figura da monarquia e do imperador. Internamente, a Corte era colocada como lugar central na síntese desta equação. Externamente, os conflitos simbólicos, étnicos, sociais e políticos eram diluídos na imagem da nação civilizada, que tenta se apresentar de maneira unívoca, a despeito dos apagamentos, invisibilidades e esquecimentos que envolvem a construção de identidades nacionais. (ANEXO H)

Gonçalves Dias elaborou o relato histórico da Comissão, mas não se conheceu a produção da relatoria dos trabalhos etnográficos no Ceará (ou mesmo se foi produzida).⁴⁹⁸ Sua declarada vontade era a ida ao Maranhão e ao complexo fluvial amazônico. Além do indianismo literário e dos escritos históricos, o reconhecimento como etnográfico está nestas experiências, como a coleção que figurou na exposição nacional de 1861. Destinada ao IHGB, parte significativa dos artefatos se diluiu nas coleções do Museu Nacional. Henrique Fleiuss (1823-1882) produziu pranchas a partir deste material, apresentadas na exposição antropológica universal em 1882. Os estudos realizados no Museu Nacional procuraram atribuir novos sentidos aos objetos, a começar pelos desafios de sua identificação, chamando a atenção para o caráter etnográfico do poeta. Ladislau Netto deu início à identificação de alguns destes objetos, comparando-os às pranchas e à descrição elaborada pelo coletor (ANEXO F). Sob a influência de Roquette-Pinto, Raimundo Lopes tentou dar continuidade a estes levantamentos.

O silêncio de Gonçalves Dias em relação aos índios do Ceará deve ser objeto de reflexão tal qual a etnografia produzida no Amazonas. Chama ainda mais a atenção quando se percorre a documentação produzida por outros integrantes da Comissão, cujos conteúdos são extremamente valiosos para o trabalho do historiador interessado em compreender as práticas etnográficas de meados do século XIX. Para além das demandas pessoais-sentimentais, a produção do silêncio está para a sua fala assim como a produção da invisibilidade está para o seu olhar, e isso o leva para o seu mundo social.

⁴⁹⁸ Kodama recupera o relato de Antônio Henrique Leal, amigo íntimo e biógrafo de Gonçalves Dias, mencionando a possibilidade de desvio de uma mala que teria sido salva do naufrágio que culminou na sua morte. Nela estaria o relatório da Seção Etnográfica no Ceará. Também lembra a resposta de Renato Braga, ao indicar que se tratava do relato da parte histórica, e, portanto o relatório da Seção não teria sido elaborado. KODAMA, Kaori. Em busca da gênese do Brasil nas províncias do Norte: Gonçalves Dias e os trabalhos etnográficos da Comissão Científica de Exploração. In: KURY, Lorelai (org). *Op. Cit.* 2009.

Sem negar a sua importância para a etnografia que se pensava e praticava, é importante pensar a formação de uma rede de discussão composta por pessoas de diferentes áreas de atuação e formação acadêmica (literatos, cientistas, médicos, botânicos, engenheiros, advogados, historiadores), intelectuais que de alguma forma se envolveram em temas etnográficos.

Não se pode negar, por exemplo, a importância de Manuel de Araújo Porto-Alegre, tanto por sua ação no Museu Nacional e IHGB quanto pela elaboração das instruções de viagem para a Seção de Etnografia. No Museu assumiu uma estratégia de cobrança por melhores condições de guarda das coleções da 4^a Seção. Os artefatos indígenas foram tratados como documentos históricos originais, por simbolizar a prova material da existência de tipos raciais em desaparecimento, de acordo com as concepções civilizatórias de seu tempo. Estas instruções compõem um importante instrumento sistematizador do que entendia por etnografia, estabelecendo os pontos centrais a serem registrados nas experiências de observação de campo. Porto-Alegre trata a etnografia como uma ciência das raças, ressaltando os registros físicos, craniométricos, utilizando-se de equipamentos e metodologias específicas. Ao mesmo tempo era uma ciência dos “usos e costumes”. Propunha a observação e registro das características morais e do estado atual das sociedades indígenas, observando indivíduos e famílias e sua participação no cotidiano da coletividade. Também sugeria a observação de rituais, práticas, simbologias e indústria, sugerindo inclusive a observação atenta das técnicas de produção, além da coleta de artefatos indicativos do estado atual de sua indústria. Para que tais observações fossem possíveis seria necessário um tempo de permanência em campo minimamente razoável para que o pretense cientista da etnografia pudesse compreender a língua e adentrar naquele universo considerado exótico, mas que precisava ser familiarizado ao discurso de unidade nacional. O responsável pela Seção Etnográfica não chegou a executar estas instruções, ao menos em relatos, na viagem ao Ceará. Por trás da imagem do etnográfico que lhe foi atribuída, há a imagem que a sua etnografia (e sua rede social) projeta aos indígenas: o desaparecimento, no Ceará ou no Amazonas.

A correspondência de Capanema em que dizia ao poeta as suas experiências etnográficas também lhe informava que estava enganado sobre a ausência de dados para este tipo de observação. O engenheiro utilizou as ideias de transfiguração e transmigração, acionadas pelos efeitos da jurema, do caium e do maracá, para analisar

as práticas ritualísticas dos indígenas observados, seus envolvimento com os saberes sagrados, o respeito que tinham pelo pajé, e a forma como envolviam outros grupos étnicos. A diversidade de artefatos, antes de indicar perdas culturais, representaria a capacidade de reelaboração, recriação de condições de vivência e afirmação de pertença a uma determinada ancestralidade. O resultado da mistura seria a inteligência e capacidade inventiva e filosófica. Na sua etnografia, estes indígenas não deveriam ser extintos, apesar de indicar um caminho que leva ao desaparecimento: deveriam ser civilizados para ajudar a construir o Império, vivendo (e certamente trabalhando na lavoura) para a construção da homogeneidade da nação.⁴⁹⁹

Francisco Freire-Allemão e Manuel Freire-Allemão, de volta a Corte iniciaram os trabalhos de organização do material botânico da flora cearense e na publicação dos relatórios, mas o falecimento do jovem médico interrompeu a sua atuação.⁵⁰⁰ Mesmo abalado com a morte do sobrinho, Freire-Allemão continuou vivendo o prestígio simbólico do seu capital científico, sendo inserido em novos círculos, como o Instituto Fluminense de Agricultura⁵⁰¹ e o Museu Nacional

A prática de Francisco Freire-Allemão é bastante significativa para entender este panorama etnográfico do Brasil. Naturalista, a formação em medicina, as pesquisas botânicas e as aulas de botânica-médica foram fundamentais para construir sua visão sobre a história natural. A etnografia também começa a ser gestada no seio da história natural, procurando entender o estudo das raças, no sentido biológico do termo (zoológico, anatômico). Também vivenciou e protagonizou debates historiográficos e etnográficos no IHGB, protagonizando situações de embates metodológicos com Varnahagen e sendo decisivo na comissão que avaliou o projeto de escrita de história do Brasil de von Martius. A presença na Comissão de Arqueologia e Etnografia também sinaliza que, para a sua rede, estava dotado de autoridade para tratar dos assuntos correlatos.

⁴⁹⁹ Ao retornar da expedição, Capanema continuou a exercer as atividades mineralógicas e de ensino no Museu Nacional e na Escola Central. Também atuou no projeto de expansão das linhas telegráficas no Brasil. Paralelamente produziu e publicou trabalhos sobre o Ceará, como “Apontamentos sobre as secas do Ceará”, “Decomposição dos penedos no Brasil” e “A seca do Norte”. Já Giacomo Raja Gabaglia produziu os “Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará”.

⁵⁰⁰ Nota de falecimento do Dr. Manuel Freire Alemão de Cisneiros, publicada no Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1863. BN, Coleção Freire Alemão, I-28,5,81.

⁵⁰¹ Ato do Imperador D. Pedro II nomeando Francisco Freire Alemão membro da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1862. BN, Coleção Freire Alemão, I-28,5,78.

A própria associação científica por ele criada, a Sociedade Velloziana, por mais que tenha produzido poucas memórias sobre o assunto, criou um espaço destinado à etnografia, entendida como estudo das línguas indígenas. Nas “Atas...” está registrada a partida da Comissão Científica para o Norte, em 26 de janeiro de 1859, “na qual iam alguns dos sócios da Velloziana, que por isso pararam seus trabalhos”.⁵⁰² Após a crise na segunda metade da década de 1850, a Comissão Científica e os trabalhos posteriores, Freire-Allemão participou das tentativas de retomada da associação, lideradas por Ladislau Netto, a partir de 1869. Foram cinco sessões preparatórias e depois mais 22 reuniões (a última foi registrada em 28 de novembro de 1871),⁵⁰³ um número bastante expressivo, se considerarmos as dificuldades enfrentadas no final da década de 1850. Na revisão dos estatutos, a divisão entre as Seções ficou em 1ª Zoológica, 2ª Botânica, 3ª Geológica e Ciências Físicas e 4ª Ethnographia e Archeologia.⁵⁰⁴ Porém, mais uma vez a falta de estrutura orçamentária foi apontada como grande dificuldade para realização dos trabalhos. Um documento de 1872, em nome da Sociedade Velloziana, encaminhava pedido aos Deputados, solicitando a concessão de duas loterias para cobrir as despesas com a publicação de um periódico acompanhado de desenhos, aquisição de livros especiais e a formação de uma coleção de produtos naturais.⁵⁰⁵ A falta de referências sobre a realização de novas reuniões pode ser justificada pela não concessão destes e de outras fontes de recursos, pelo agravamento do estado de saúde do criador da Sociedade e os outros projetos que alguns dos jovens naturalistas, médicos e antropólogos estavam assumindo, naquele novo cenário político e social.

Em campo, no Ceará, produziu uma vasta documentação, entre diários, rascunhos e anotações de campo, onde narrou suas impressões sobre temas diversos, entre eles questões de raça, nação, governo, escravidão, linguagem, e outros vários. Destes relatos, emergem falas por vezes contraditórias, lacunosas, mas que deixam pistas sobre outras possibilidades interpretativas, para além do que se apresenta num

⁵⁰² Atas da Sociedade Velloziana, 26 de janeiro de 1859. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 10, doc. 100.

⁵⁰³ Idem.

⁵⁰⁴ Novos Estatutos da Sociedade Velloziana. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 9, doc. 48, 24 de setembro de 1870.

⁵⁰⁵ Com exceção de Henrique de Beaurepaire-Rohan, físico, matemático e militar, e Ladislau Netto, botânico, todos os outros cientistas que assinaram a petição tiveram formação em medicina: Benjamin Franklin Ramiz Galvão (também foi professor de literatura), José Pereira Rego Filho (Barão de Lavradio), Nicolau Joaquim Moreira, Agostinho de Souza Lima e João Joaquim Pizarro. MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 11, doc. 36, de 01 de maio de 1872.

primeiro olhar. Destas pistas, podem ser recuperadas algumas das vozes e faces indígenas pretensamente silenciadas e invisibilizadas pelos agentes coloniais.

As narrativas analisadas afirmavam a diminuição populacional, a mistura e o desaparecimento dos índios do Ceará, por caminhos às vezes diferentes: algumas falavam em degeneração e miséria (extinção com imagem negativa do resultado da mistura), outras em inteligência e beleza (extinção com imagem positiva do resultado da mistura). As explicações sobre as origens dos povoados, vilas e cidades geralmente se referiam aos indígenas aldeados, ou como minoria ou como inexistentes. Eram apontados em situação de mistura à massa da população regional, apagando-se os elementos de coletividade étnica, que lhe garantiriam a permanência nas aldeias e nas terras.

No século XIX, as constituições elaboradas nos novos Estados latino-americanos se basearam em princípios iluministas de cidadania para tentar a conformação da homogeneidade de suas nações, simbolizada na soberania do povo. No Brasil, este povo “novo” deveria incorporar elementos étnicos distintos, evitando afirmações de particularismos, de ordem racial ou regional. As práticas etnográficas de uma forma geral atuavam a serviço de uma ciência colonial. O IHGB foi o lugar de colonização dos debates e das narrativas históricas. O Museu Nacional foi o lugar de colonização de objetos etnográficos, com a civilizatória justificativa de salvar a história do Brasil e das populações que os produziu.

Numa leitura a contrapelo da documentação, vimos que as narrativas produzidas no Ceará, por mais que estivessem envolvidas de leituras civilizatórias de mundo, por mais que tentassem falar de desaparecimento, afirmavam a presença. Foi assim com os toréns, a medicina, os processos químicos, o uso do caium, da jurema, as origens das vilas e povoados, as feições raciais dos tipos humanos. Quando os relatos se referiam a estes temas, por cartas, relatórios, rascunhos, publicações, diários, deixavam indícios de incongruência entre o narrado e o que estava de fato ocorrendo nos territórios.

Três mapas recentemente publicados apontam nesta direção, e nos ajudam a visualizar espacialmente o equívoco desta equação. O primeiro, já citado (ANEXO C),

apresenta os itinerários aproximados das excursões da Comissão Científica.⁵⁰⁶ O segundo (ANEXO H) é um mapa da presença indígena no Ceará no censo de 1890.⁵⁰⁷ E o terceiro (ANEXO J) é o mapa dos povos indígenas no Ceará contemporâneo.⁵⁰⁸ Sobrepondo os dois primeiros mapas, é possível perceber que de acordo com o censo, as áreas visitadas pelos integrantes da Comissão Científica eram povoadas por populações indígenas. No primeiro censo nacional, apresentado em 1872, e no de 1890, primeiro da era republicana, foram utilizados a categoria *caboclo*, no lugar de indígena. Compreendendo os limites da observação na expedição científica e da elaboração dos primeiros censos populacionais, não se pode negar a falta de correspondência entre as informações do mapa e as narrativas de desaparecimento e extinção. Por outro lado, das mesmas narrativas podem ser extraídas leituras que ressalvam a presença das populações indígenas, seja pela apresentação de saberes e práticas tradicionais, pela indicação de ocupação territorial ou pela presença racial/étnica, por mais que estivesse sendo negada.

Confrontando os dois primeiros mapas com ao terceiro, chega-se a outra imagem: as áreas atravessadas pela Comissão continuam sendo territórios ocupados por populações indígenas, em situações de conflito diferentes das do século XIX, sob outros parâmetros jurídicos, históricos e políticos, mas girando em torno do mesmo problema: a terra. Segundo Coordenação Regional da FUNAI, em 2012 a população indígena do Ceará era de 22 mil pessoas, organizadas em 14 etnias: Tapeba, Potiguara, Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Gavião, Tabajara, Tuaponambá, Anacé, Tubiba Tapuia, Kariri, Tapuia Kariri e Kalabassa.⁵⁰⁹ Já os dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em bases preliminares do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, reconhecia 9 etnias: Jenipapo, Kalabassa, Kanindé, Kariri, Pitiguari, Potiguara, Tabalara, Tapeba e Tremembé, com uma população aproximada de 20 mil pessoas.⁵¹⁰

Desde a década de 1970 o movimento indígena vem crescendo no Ceará, acompanhando um movimento que também ocorre em outras áreas do Nordeste.⁵¹¹

⁵⁰⁶ Publicado em: KURY, Lorelai (org.). *Op. Cit.* 2009, p. 82 e 83.

⁵⁰⁷ Publicado em: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Op. Cit.* 2011.

⁵⁰⁸ Publicado em: PALITOT, Estevão Martins (org.). *Op. Cit.*, 2009, p. 35.

⁵⁰⁹ Disponível em: <http://funaiceara.blogspot.com.br/2012/01/populacao-indigena-no-ceara.html>

⁵¹⁰ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/portal>

⁵¹¹ OLIVEIRA, João Pacheco. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004.

Após os atos de extinção dos aldeamentos no século XIX, a criação de um posto do Serviço de Proteção ao Índigena no município pernambucano de Águas Belas, na década de 1920, reivindicado pela etnia Fulni-ô, foi um marco fundamental nas relações contraditórias entre os discursos oficiais do Estado e as demandas indígenas, que continuaram a viver o esbulho de suas terras, atos de violência, criminalização e assassinatos de suas lideranças. Em diferentes situações, coletividades praticavam relações de pertencimento étnico, algumas mais afastadas das cidades, nas serras e lugares mais distantes, outros convivendo de forma mais aproximada do contexto dos moradores das localidades. Reelaboravam suas histórias, seu passado e suas estratégias.

O crescimento da população (ver ANEXO L, mapa da população indígena do Nordeste, censo de 2000) e das mobilizações políticas nas últimas décadas do século XX, impulsionadas pelo fim da tutela e direito à autoafirmação identitária pela Constituição de 1988 passou a fomentar ainda mais as mobilizações. Por outro lado, da mesma forma que a Lei de 1850 (que garantia terra aos aldeados) não conteve as ações de violência, a Constituição brasileira de 1988 (que também garante a posse das terras de ocupação tradicional), não minimiza a violência sofrida pelos indígenas. Um século e meio após a Comissão Científica Nacional, coletividades étnicas continuam a reelaborar as suas culturas históricas, reivindicando que relações de ancestralidade legitimem a regulamentação de terras tradicionalmente ocupadas, conforme versa o texto constitucional. Os processos demarcatórios, quando concretizados, são geralmente marcados por muita violência, devido ao jogo de interesses políticos e econômicos, que envolve muitos personagens, diluídos na homogeneidade do capital. No caminho das solicitações indígenas pelo direito de pertença étnica, pela demarcação de terras e pela melhoria das condições de saúde, educação e cultura, há uma série de interesses contrários, sejam de ordem econômica (grandes projetos desenvolvimentistas, construções de usinas hidrelétricas, avanço da agroindústria e da pecuária extensiva), políticas (acordos sem transparência, em nome de governabilidade e de apoio político-eleitoral) e morais, com a constante atualização de discursos preconceituosos, cristalizados no senso comum pelas imagens do índio colonial e do romantismo, entre a exaltação simbólica e a extinção. Imagens que procuram deslegitimar as narrativas reivindicatórias, acionando visões de primitividade e barbarismo. As relações que a trajetória política do Brasil vem mantendo com as populações indígenas são por vezes

contraditórias, reconhecendo direitos, mas com ações limitadas para o seu efetivo exercício.

Nas últimas décadas do século XX, várias etnias foram se organizando politicamente em forma de conselhos, associações, articulações e outras formas de mobilização coletiva. Assim como o Brasil do século XIX criou símbolos para combater o colonialismo europeu, as populações indígenas brasileiras vêm reinventando as suas estratégias para combater o colonialismo do nacional, assumindo o protagonismo na escrita de suas próprias histórias, narrativas e etnografias. A inauguração do Museu Magüta, primeiro museu indígena do Brasil em 1991, em parceria com o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, foi um movimento importante de revisão nas relações entre os povos indígenas e os museus etnográficos. Saindo das prateleiras, armários, estantes e vitrines que o apresentavam como o outro, os objetos passaram a ocupar lugares nas narrativas que os próprios indígenas poderiam se atribuir. Também alguns indígenas têm ocupado lugares de formação acadêmica, escrevendo etnografias sobre o seu próprio povo, escrevendo histórias de si.⁵¹²

Não cessa a criação de novas formas reivindicatórias, adaptadas às novas tecnologias, desafiando não apenas os que se colocam em oposição às suas demandas, mas também os analistas sociais, etnógrafos, antropólogos e historiadores. E os museus etnográficos, sobretudo o que se constituiu como nacional e arquivo de documentos originais. No cenário pós-colonialista, os objetos não podem ser tratados como *trophées* ou documentos históricos de desaparecimentos étnicos, mas precisam ter as suas próprias histórias recuperadas através de intensas pesquisas documentais.⁵¹³ Reveladas, estas histórias precisam ser devolvidas aos povos indígenas e aos demais integrantes da sociedade nacional.

⁵¹² Um exemplo recente é Tonico Benites, mestre e doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. BENITES, Tonico. *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2009. Também há uma grande quantidade de associações de professores, cursos de licenciatura interculturais, expansão dos *campus* universitários, estabelecimento de sistemas de cotas.

⁵¹³ OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. In: *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007, p. 85-111.

FONTES E REFERÊNCIAS

1. FONTES MANUSCRITAS

BIBLIOTECA NACIONAL

Coleção Freire Alemão

- Carta de Freire Alemão a Emílio Joaquim da Silva Maia, sobre a oferta dos editores de O Guanabara para publicação dos trabalhos da Velloziana, 13 de janeiro de 1851, doc. I-28,1,25.
- Carta de Freire Alemão ao Ministro dos Negócios do Império detalhando os primeiros trabalhos da Seção de Botânica. Fortaleza, 31 de julho de 1859, doc. I-28,1,70A.
- Carta de Freire Alemão ao Imperador Pedro II. Aracati, 11 de setembro de 1859 (rascunho de 8 de agosto), doc. I-28,1,71.
- Carta de Freire Alemão aos consócios do IHGB, janeiro de 1874, doc. I-28,2,20.
- Carta de Freire Alemão a Manuel de Araújo Porto-Alegre, s/d, doc. I-28,2,22.
- Carta de Manuel Ferreira Lagos comunicando a Freire Alemão nomeação em uma Comissão do IHGB. 27 de março de 1847, doc. I-28,2,60.
- Carta de Joaquim da Silveira a Freire Alemão, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1847, doc. I-28,2-61.
- Carta endereçada a Freire Alemão (remetente não informado) ponderando sobre pedido de demissão da Comissão Científica. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1859, doc. I-28,3,25.
- Determinação de Sérgio Teixeira de Macedo às autoridades das áreas percorridas pela Comissão Científica, 25 de janeiro de 1859, doc. I-28,5,3 A.
- Carta de habilitação de Francisco Freire Alemão pela Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro, doc. I-28,5,30.
- Diploma de Doutor em Medicina conferido a Freire Alemão pela Faculdade de Medicina de Paris, doc. I-28,5,32.
- Diploma da Sociedade de Medicina de Paris em favor de Francisco Freire Alemão, nomeado seu membro titular em 24 de maio de 1832. doc. I-28,5,33.
- Requerimento de Freire Alemão ao Imperador, apresentando-se como pretendente à cadeira de Botânica e Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, 01 de março de 1833, doc. I-28,5,35.
- Nomeação de Freire Alemão como membro suplente do Conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, doc. I-28,5,36.
- Nomeação de Freire Alemão lente da cadeira de Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. 10 de junho de 1833, doc. I-28,5,37.
- Nomeação de Freire Alemão como membro correspondente do Institut Historique de Paris, 25 de julho de 1835, doc. I-28,5,38.

- Nomeação de Freire Alemão sócio efetivo da SAIN, em 22 de dezembro de 1835, doc. I-28,5,40.
- Nomeação de Freire Alemão como médico da Câmara Imperial, 23 de março de 1840, doc. I-28,5,43.
- Determinação de ordenado anual de 800\$000 (oitocentos mil réis) para Freire Alemão pelos serviços de médico da família real, doc. I-28,5,44.
- Solicitação de Freire Alemão de um mês e meio de licença com vencimentos, doc. I-28,5,45 (requerimento) e doc. I-28,5,46 (autorização).
- Diplomação de Freire Alemão sócio correspondente da Academia de Ciência da Sociedade Real Bourbonica,, em Nápoles, doc. I-28,5,47.
- Pagamento de joia e Condecoração de Freire Alemão Cavaleiro da Ordem de Cristo, docs. I-28,5,48 e I-28,5,49.
- Condecoração de Freire Alemão com Cruz de Cavaleiro da Real Ordem Francisco I, doc. I-28,5,50.
- Diploma de membro da Academia Pontaniana, doc. I-28,5,51.
- Título de sócio correspondente do Reale Istituto d’Incoraggiamento alle Scienze Naturale, doc. I-28,5,52.
- Diploma de sócio correspondente estrangeiro do mesmo Istituto d’Incoraggiamento alle Scienze Naturale, doc. I-28,5,53.
- Carta endereçada a um amigo (3 de setembro de 1853) e transcrição do artigo Dr. Francisco Freire Allemão publicado no Jornal A Nação (27 de agosto de 1853). Coleção Freire Alemão, BN, I-28,5,64.
- Carta de Jubilação de Freire Alemão da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. 10 de dezembro de 1853, doc. I-28,5,66.
- Nomeação de Freire Alemão como presidente da Comissão Científica Nacional, doc. I, 28, 5, 72.
- Nomeação de Freire Alemão lente de Botânica médica na Escola Central. Rio de Janeiro, 20 de abril 1858, doc. I-28,5,74.
- Homenagem de alunos da Escola Central a Freire Alemão. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1858, doc. I-28,5,75.
- Concessão dois meses de licença a Freire Alemão da Presidência da Comissão Científica. 23 de maio de 1860, doc. I-28,5,76.
- Nomeação de Freire Alemão Diretor da Seção de Mineralogia e Diretor do Museu Nacional, 10 de fevereiro de 1866, docs. I-28,5,82 e I-28,5,83.
- Notícias sobre a minha vida / apontamentos biográficos, s/d, doc. I-28,5,90.
- Apontamento de Maria Freire de Vasconcelos sobre a obra de Francisco Freire Alemão e de Manuel Freire Alemão, s/d, doc. I-28,5,93.
- Notas referentes à viagem e às cidades de Nápoles e Roma, doc. I-28,9,41.
- Desenhos do túmulo de Virgílio, doc. I-28,9,42.
- Desenhos da do Poeta Torquato Tasso, doc. I-28,9,43.
- Notas sobre etimologia indígenas e medicina popular colhidas em conversa com o Dr. Barros e Faro. Petrópolis, 5 de março de 1844, doc. I-28,9,45.
- Notícias sobre o Padre Coito, Mendanha, 1849-1853, doc. I-28,9,55.

- Discurso de Freire Alemão pronunciado na Sociedade Velloziana, 1870, doc. I-28-9,80.
- Manuscritos dos Estudos Botânicos, doc. 5,4,18-34.

MUSEU NACIONAL/UFRJ

SEÇÃO DE MEMÓRIA E ARQUIVO (SEMEAR)

- Decreto de Criação do Museu Real, 6 de junho de 1818, pasta 1, doc. 2.
- Lista de objetos das Ilhas e Contra costa da América do Norte, 1821, pasta 1, doc. 6.
- “Caixões de produtos naturais”: 6 de novembro de 1823, pasta 1: doc. 24; 22 de novembro de 1825, doc. 42; 18 de abril de 1826, doc. 45; de 31 de agosto de 1826, doc. 52; 11 de setembro de 1826, doc. 53A; 4 de fevereiro de 1830, doc. 127; e de São Paulo, 25 de junho de 1831, doc. 145.
- Remessa ao Museu por Pedro I do Manto Owhyeeen e do colar de plumas, 15 de março de 1824, pasta 1, doc. 30.
- Portaria de criação do Laboratório Químico, 15 de dezembro de 1824, pasta 1, doc. 35.
- Entrada de minerais para análise, 7 de outubro de 1826, pasta 1, doc. 55.
- Relação de aves remetidas pelo Museu Real de Berlim ao Museu Imperial e Nacional, por via de Frederico Sellow, 30 de agosto de 1827, pasta 1, doc. 79.
- Pedido de material mineralógico para Academia Militar, de 1 de abril de 1828, pasta 1, doc. 92.
- Entrada de pequena barra de cobre de uma mina descoberta em Mato Grosso, 1 de abril de 1828, pasta 1, doc. 93.
- Entrada de 2 caixotes com produtos naturais enviados por Natterer e por Antônio Luiz Patrício da Silva Manço, 27 de agosto de 1828, pasta 1, doc. 103.
- Classificação de produtos naturais do Rio Negro, 29 de setembro de 1826, pasta 1, doc. 53 B.
- Amostras de minerais enviados por Roque Schüch, 10 de setembro de 1827, pasta 1A, doc. 81.
- Ordem para enviar duplicatas das coleções mineralógicas para a Dinamarca, 15 de janeiro de 1829, pasta 1A, doc. 108.
- Entrada de 10 caixotes de produtos naturais, 16 de janeiro de 1829, pasta 1A, doc. 109.
- Entrada de coleção de produtos naturais ao Museu da Dinamarca, 27 de março de 1829, pasta 1A, doc. 114.
- Criação da Expedição ao Grão-Pará (1829-1831), 18 de março de 1829, pasta 1A, doc. 113.
- Indicação que se coliga e se remeta ao Museu Imperial produtos de História Natural da província de Minas Gerais, pela comissão liderada por Roque Schüch, de 29 de abril de 1829, pasta 1A, doc. 116.
- Comunicação do envio de dois caixotes de produtos naturais coletados por Francisco Ricardo Zani no Pará, 11 de janeiro de 1830, pasta 1A, doc. 121.

- Franqueia à Sociedade de Medicina o Laboratório e instrumentos físicos e químicos, 04 de janeiro de 1831, pasta 1A, doc. 149.
- Ordena a entrada de quatro caixotes com produtos naturais, 07 de novembro de 1831, pasta 1A, doc. 152.
- Disponibiliza à Escola de Medicina o uso dos instrumentos e objetos constantes no Museu, de 15 de março de 1835, pasta 2, doc. 42.
- Pedido de lista com material em duplicata, 15 de março de 1836, pasta 2, doc. 43.
- Entrada de uma caixa e dois caixões com produtos naturais, 30 de agosto de 1837, pasta 2, doc. 62.
- Pedido de relatório dos trabalhos do ano anterior, 10 de fevereiro de 1838, pasta 2A, doc. 71.
- Ordem para que fosse remetida à Secretaria do Estado informações sobre os objetos existentes no Museu Nacional e Imperial, 9 de abril de 1838, pasta 2A, doc. 73.
- Regulamento n. 123, 03 de fevereiro de 1842, pasta 2A, doc. 124.
- Nomeação de Manuel de Araújo Porto Alegre como diretor da 4^s Seção, 22 de agosto de 1842, pasta 2A, doc. 134.
- Pedido de instruções de coleta por Adolfo Antônio Frederico Seweloh, em missão na província do Pará, 16 de setembro de 1842, pasta 2A, doc. 136.
- Rascunho do Inventário de 1844 das Coleções do Museu Nacional, s/d, pasta 2A, doc. 195.
- Rascunho do Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional desta Corte no ano de 1844 (apresentado em 1845), pasta 3, doc. 34.
- Relatório da 4^a Seção, pasta 3, doc. 69, de 26 de janeiro de 1847.
- Pedido de demissão de Frei Custódio Serrão (1846), pasta 3, doc. 62.
- Rascunho do Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional desta Corte no ano de 1845, pasta 3, doc. 65.
- Estatutos da Sociedade Velloziana, pasta 3, doc. 157.
- Nomeação de Frederico Leopoldo Burlamaque para Diretor do Museu e da Seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas. 10 de julho de 1847, pasta 3A, doc. 82.
- Curso de química aplicada às Artes por Visconde de Monte Alegre (Araújo Porto-Alegre), 22 de maio de 1849, pasta 3A, doc. 129.
- Rascunho do Relatório da 4^a Seção, s/d, pasta 5, classe 146.4.
- Álbum Etnográfico (rascunhos). s/d, caixa 6, doc. n. 5.
- Relatório da Divisão de Antropologia e Etnografia, exercício de 1931, pasta 5, classe 146.4.
- Nomeação de José Thomaz de Oliveira Barbosa, sem vencimentos, para o cargo de adjunto da 4^a Seção, 9 de julho de 1857, pasta 5A, doc. 126.
- Atas da Sociedade Velloziana, pasta 10, doc. 100.

IHGB / BIBLIOTECA

- Documentos sobre o pedido de transferência da Sociedade Velloziana para o IHGB, Lata 342, pasta 4, 1853.

– Observações orais sobre os índios do Ceará e seus descendentes. Manuscrito de rascunho da leitura dos apontamentos de Capanema. IHGB, Lata 563, Pasta 3, 1863.

2. FONTES IMPRESSAS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL

<disponível em: www.objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais/htm>

Anais da Biblioteca Nacional (v. 09). *Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881.* (I e II). Divisão de Publicações e Divulgação, 1881-1882.

Anais da Biblioteca Nacional (v. 81). *Os Manuscritos do botânico Freire Alemão – Catálogo e Transcrição.* Darcy Damasceno & Waldir Cunha. Divisão de Publicações e Divulgação, 1964.

Anais da Biblioteca Nacional (v. 84). *Correspondências Ativas de Antônio Gonçalves Dias.* Divisão de publicações e divulgação, Rio de Janeiro, 1964.

– Carta de Gonçalves Dias ao Imperador Pedro II. Dresde, 4 de janeiro de 1857, p. 207.

– Carta de Gonçalves Dias ao Visconde de Sapucaí, Dresde, 4 de janeiro de 1857, p. 208.

– Carta de Gonçalves Dias a Capanema, 5 de fevereiro de 1857, p. 211.

– Carta de Gonçalves Dias a Capanema. Paris, 3 de dezembro de 1857, p.225-228.

– Carta de Gonçalves Dias a José Maria da Silva Paranhos. Ceará, 17 de março de 1859, p. 249-252.

– Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques. Ceará, 1 de outubro de 1859, p. 260-61.

– Carta de Gonçalves Dias a Pedro II. 25 de março de 1860, p. 270-273.

– Carta de Gonçalves Dias a Teófilo, Pernambuco, 6 de fevereiro de 1852, p. 136.

– Carta de Gonçalves Dias ao amigo Teófilo, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1853, p. 144.

– Carta de Gonçalves Dias a Freire Alemão. Manaus, 25 de maio de 1861, p. 293.

– Carta de Gonçalves Dias a Antônio Henriques. Manaus, 10 de outubro de 1861, p. 203.

Anais da Biblioteca Nacional (v. 91). *Correspondências Passivas de Antônio Gonçalves Dias,* Divisão de publicações e divulgação, Rio de Janeiro, 1971.

– Carta de Capanema a Gonçalves Dias, Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 1857.

– Carta de Capanema a Gonçalves Dias. Pacatuba, 28 de maio de 1861, p. 235.

– Carta de Freire Alemão a Gonçalves Dias. 18 de março de 1861, p. 224.

MUSEU NACIONAL/UFRJ

BIBLIOTECA GERAL

– Trabalhos da Sociedade Vellosiana. Biblioteca Guanabarensis. Rio de Janeiro: Typ. Francisco de Paulo Brito, 1851-1855.

– Documentos oficiais relativos à Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1861

OUTRAS FONTES IMPRESSAS

BRASIL. Decreto n. 1820, de 13 de setembro de 1856. Estatutos da Sociedade Palestra Científica. Coleção Leis do Império.

CAPANEMA, Guilherme Schucz de. Apontamentos sobre secas do Ceará. In: *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

_____. A seca do Norte. In: *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

_____. Ziguezagues da Seção Geológica da Expedição Científica (Diário do Rio de Janeiro). In: ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

DIAS, Gonçalves. Diário de viagem de ao rio Negro. In: *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatórios e Diário da Viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832

FREIRE-ALLEMÃO, Francisco. *Diário de Viagem de Francisco Freire Allemão: Fortaleza-Crato/1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. *Diário de viagem: Crato-Rio de Janeiro, 1859-1860*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2007.

GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará. In: *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

GAMA, J. de Saldanha. *Biografia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Francisco Freire Allemão*. Revista do IHGB, 1875.

MORAIS, Antônio José de Melo. *Corografia Histórica, Cronológica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859.

SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para a civilização dos índios Bravos do Império do Brasil. In: CALDEIRA, Jorge (org.). *Coleção Formadores do Brasil: José Bonifácio de Andrade e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.

3. PERIÓDICOS

BIBLIOTECA NACIONAL SEÇÃO DE MANUSCRITOS

– Jornal A Nação (1852-1854), PR-SOR 02293.

RIHGB (REVISTA DO IHGB)

- RIHGB, t.1, 1839
- RIHGB, t.2, 1840
- RIHGB, t.3, 1841
- RIHGB, t.4, 1842
- RIHGB, t.5, 1843
- RIHGB, t.6, 1844
- RIHGB, t.9, 1847
- RIHGB, t.18, 1855
- RIHGB, t.19, 1856
- RIHGB, t.21, 1858
- RIHGB, t.22, 1859
- RIHGB, t.25, 1862
- RIHGB, t.36, 1873
- RIHGB, t.38, 1875
- RIHGB, t.49, 1886
- RIHGB, t.51, 1888
- RIHGB, v. 278, 1968

OUTROS PERIÓDICOS

DIAS, G. A Comissão Científica. In: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1859. Biblioteca Nacional (Seção de Periódicos).

CAPANEMA, G.S. Os zig zags da seção geológica. *Diário do Rio de Janeiro, 1860-1862*. Acervo: Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>.

FREIRE-ALLEMÃO, Manuel. Mesmerismo entre os indígenas americanos. In: *O progresso médico*, 1º vol., Rio de Janeiro, 1876, p. 494-194.

_____. Médicos Indígenas. In: *O progresso médico*, 1º vol., Rio de Janeiro, 1876, p. 494-194.

_____. O Cauim. In: *O progresso médico*, 1º vol., Rio de Janeiro, 1876, p. 494-194.

LACERDA, João Baptista & PEIXOTO, Rodrigues. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indígenas do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, v.1, 1876.

4. OUTRAS FONTES DISPONÍVEIS NA INTERNET**CASA DE OSWALDO CRUZ / FIOCRUZ**

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).

- Verbetes: Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm>.

Acesso em junho de 2012

- Verbetes: Sociedade Farmacêutica Brasileira.

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socfarbr.htm>

Acessado em junho de 2012

- Verbetes: Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socmedrj.htm>

Acessado em junho de 2012

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORA, Antônio Soares. “Apresentação crítica”. In: *Nitheroy, revista brasiliense*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1978.
- DOYLE, Plínio. “Introdução”. In: *Nitheroy, revista brasiliense*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1978.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória*: Tese Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALMEIDA, Anita Correia de. *Aulas régias no império colonial português: o global e o local*. Extratos da Tese de Doutorado Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007, p. 189-212.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UNB, 1997.
- AZEVEDO, Fernando, *As Ciências no Brasil*. Melhoramentos: São Paulo, 1955
- BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3*. São Paulo: Difel, 1982. p. 409-424.
- BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BASILE, Marcelo. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões (Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da UFES)*. Vitória, 2006.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- BECHER, Hans. *O Barão Georg Henrich von Langsdorff: pesquisas de um alemão no século XIX*. São Paulo: Edições Diá, 1990.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (7ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BENITES, Tonico. *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2009.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. Editora Hucitec: São Paulo, 2010.

- BERLIN, Isaiah. *Coleção Pensamento Político – Vico e Herder*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003.
- _____. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. A influência da medicina da França na formação da medicina na Bahia, Brasil (século XIX e meados do século XX). Salvador: Gazeta Médica da Bahia, 2010.
- CALDAS, Alexandre Castro. *A herança de Franz Joseph Gall: o cérebro ao serviço do comportamento humano*. Lisboa: Editora McGraw-Hill, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1987.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul* (tomos I e II). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1949.
- CÉZAR, Temístocles. *Em nome do pai, mas não do Patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen*. Revista de História: São Paulo, v. 24, p. 207-240, 2005.
- _____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Op. cit.*, 2006;
- _____. As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na História geral do Brasil de Varnhagen. In: CATROGA, Fernando & Outros. *Memória, escrita de história e cultura política no mundo luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- CORADINI, Odaci Luiz. Grandes Famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3) 425-466, nov.1996’fev.1997.
- _____. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de formação. *Estudos Históricos*, n. 35, jan.-jul. de 2005, p.3-22.
- COSTA, Christina Rostworowisk de. *O Príncipe Maximilian zu Wied-neuwied e sua viagem ao Brasil (1815-1817)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- DANTAS, Maria Albuquerque. *Dinâmica Social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). PPGH/UFF, Niterói, 2010.
- DANTES, Maria Amélia. Institutos de pesquisa científica no Brasil. IN: FERRI, M.G & MOTOYAMA, S. (Org.). *História das Ciências no Brasil*. v.2. São Paulo: EDUSP/EPU, 1980.

- DANTES, Maria Amélia. Fases de implementação da ciência no Brasil. *Quipu*, 5(267), 1988.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *RIHGB*, v. 278, 1968.
- _____. *O fardo do homem branco. Southey, o historiador do Brasil*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1974.
- DIAS, Nélia. *Le Musée d'Ethnographie du Trocadero (1878-1908). Anthropologie et muséologie en France*. Paris: Editiona du CNRS, 1991.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *A noção de civilização na visão dos construtores do Império. A revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro: 1838 – 1850/60*. 1989. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, 1989.
- _____. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História). 1995. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império*. In: Dantes, Maria Amélia, *Op. Cit.* 2001.
- FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.
- FARIA, Luiz de Castro. Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*, n. 13. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1952
- _____. *Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris*. Publicações avulsas do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1973.
- _____. “Domínios e Fronteiras do Saber: a identidade da arqueologia”. In: *Antropologia Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993. Artigo, apresentado originalmente na IV Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia, em 22 de setembro de 1987.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- _____. José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. *História, Ciência e Saúde*. Manguinhos, v.5, n.1, Rio de Janeiro, março/junho 1998.
- _____; MAIO, M.C. e AZEVEDO, N.: *A Sociedade de Medicina e Cirúrgica do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, nov.1997-fev.1998.
- _____; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio Coelho. *A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino*. In: DANTES, Maria Amélia M.

- (Orga.). *Espaços da Ciência no Brasil – 1800-1930*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001
- FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonca. *Na busca do eldorado: a Institucionalização das Ciências Geológicas no Brasil (1800-1907)*. 1992. Tese (Doutorado em História Social). Universidade De São Paulo, São Paulo, 1992.
- FILHO, Lycurgo de Castro dos Santos. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- FISCHER, Ernest. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FORTES, L.R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1979.
- _____. O nascimento do hospital. In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1979.
- GARCIA, Elisa Frühlalf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*. Paris, Firmin Didot, 1853.
- GOMES, Alexandre Oliveira & NETO, João Paulo Vieira. *Museus e memórias indígenas no Ceará. Uma proposta em construção*. Fortaleza: SECUT, 2009.
- GOMES, Ângela de Casto (org.). *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2007): “Colonialismo interno (uma redefinição)”, en Borón, Atilio A.; Amadeo, Javier y González, Sabrina (eds.): *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, In: www.clacso.org/ar/biblioteca
- GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. Contexto: São Paulo, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GUSDORF, G. Le divorce de la science et de la philosophie: du positivisme au scientisme. In: *Introduction aux Sciences Humaines: Essai critique sur leurs origins et leur développement*. Paris: Ophrys, 1974.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.
- JUNGHANS, Miriam. O Príncipe e o filho do jardineiro: Maximilian zu Wied-neuwied e Friedrich Sellow e a Viagem ao Espírito Santo e Bahia (1815-1817). *Anais Eletrônicos da I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*. COC/FIOCRUZ, 2011.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita de história, novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 133-161.

- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- _____. Jacques. *São Luís, Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da Medicina no Rio de Janeiro*. V.1. Rio de Janeiro: Departamento Imprensa Nacional, 1964.
- LOPES, Maria Margaret. *Ciências Naturais e os Museus no Brasil do século XIX*. 1993. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- LOWY, Michael & SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LUZ, José Luís Brandão da. A etnologia e a questão das identidades nacionais. In: *História do Pensamento Filosófico Português – O século XIX*, v. IV, t. 1. Lisboa: Editorial Caminho S/A, 2004.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é “esclarecimento” (“Aufklärung”)? In: *Immanuel Kant – textos seletos*. Vozes: Petrópolis, 1985 (p. 100-116).
- _____. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Brasiliense: São Paulo, 1986, p. 9.
- KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. 2008. Tese (Doutorado em História). *Os estudos físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; São Paulo, EDUSP, 2009.
- _____. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. V.5, n.2 Belém Maio/Agosto 2010.
- KURY, Lorelai Brilhante. *O Império dos Miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: ICHF-UFF, 1990.
- _____. "La politique des voyages en France au début du XIXe siècle et la culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire", em Y. Laissus (org.) *Les naturalistes français en Amérique du Sud. XVIe-XIX siècles*. Paris: C.T.H.S., 1995
- _____. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. *Intellectus Revista Eletrônica da UERJ*, Ano 2, n. 1, 2003.
- _____. (Org.) Comissão Científica do Império. 1859-1861. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2009.
- LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 1995.

- Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- LORENZ, Karl Michael & PEIXOTO, Maria Inês Hamann. Os itinerários de seis grandes expedições científicas realizadas no Brasil. *Ciência e Cultura*. SBPC, novembro de 1980.
- LOPES, Raimundo. Gonçalves Dias e a raça americana. In: *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da antropologia do Brasil* (org. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues). CNPq/MAST: Rio de Janeiro, 2006.
- _____. *Dois estudos resgatados* (org. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues). Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- MACHADO, Roberto, LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Katia. *A danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De Aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). PPGH / Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- MAIO, Marcos Chor e VENTURA, Ricardo Santos (Org.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010;
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MARQUES, Adílio Jorge Marques. *O professor do jovem Imperador. Alexandre Antônio Vandelli (1784-1862): um naturalista luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Editora da UNICAMP/Centro de Memória: Campinas, 1999.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipe von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios Brasileiros*. Edição Ilustrada. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/natureza-doencas-medicina-e-remedios-dos-indios-brasileiros-1844/preambulo/2>
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.
- MONTELLLO, Josué. Introdução. In: *Gonçalves Dias na Amazônia. Relatórios e Diário da Viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- MORAES, José Antônio de Mello. *A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Allemão Cisneiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino F. do Espírito Santo, 1874

- MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. *Nos verdes campos da ciência: a trajetória acadêmica do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemao (1797-1874)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005.
- MOREIRA, Heloi. José Fernandes. Saldanha da Gama: Botânica e Engenharia na Escola Central. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* (2ª. Edição). Niterói: EdUFF, 2008.
- NASCIMENTO, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 2009.
- NETTO, Ladislau. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais & a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.
- _____. Estado e Política na independência. In: GRINBERG, Keila, e SALES, Ricardo (Org.), 2009, p. 95-136.
- NORA, Pierre. “Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares” *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*, v. 4, n.1. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. “Os atalhos da magia: notas para uma etnografia dos naturalistas viajantes”. In: *Boletim do Museu paranaense Emílio Goeldi*, v.3, n.2, p. 155-188, 1987; KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (Suplemento), 853-80, 2001.
- _____. (Org.) *A viagem da volta. etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. 2ª edição. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- _____. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. In: *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007, p. 85-111.
- _____. As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. In: *Cultura política, memória e historiografia*. AZEVEDO, Cecília & outros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A noção de “colonialismo interno” na etnologia. In: A Sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora UnB, 1978.
- PAIVA, Melquíades Pinto. *Associativismo científico no Brasil Imperial: a Sociedade Vellosiana do Rio de Janeiro*. Brasília: Tesaurus, 2005.
- _____. Associativismo Científico no Brasil Imperial: A Sociedade Palestra Científica. RIHGB, n. 439, abr/jun 2008, p. 275-311.
- PALITOT, Estevão Pinto (org.) *Na Mata do Sabiá. Contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECUT/Museu do Ceará, 2009.
- PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). PPGH-UFF: Niterói, 2007.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 67-92, 2004
- PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. "Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil". In: *TEMPO*, Vol. 8, nº 15, 2003.
- PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Instituto de Geociências da UNICAMP, 2002.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999
- QUIJADA, Mônica. *La caja de Pandora. El sujeto político indígena em la constucción del orden liberal*. Madrid: CSIC, Departamento de História Contemporânea, 2006.
- QUIJADA, Mônica; BERNARD, Carmen & SCHNEIDER, Arnd. *Homogeneidad y Nación com um estúdio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSIC. Departamento de Historia de América, 2000.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? *Plural, Sociologia*; USP. São Paulo: 1997, p. 154-175.
- REVEL, Jaques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21
- RIBEIRO, Alípio de Miranda. Gonçalves Dias e a etnografia brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, vol. 7, n. 3, setembro. Rio de Janeiro, 1931
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002.
- RIEDEL-DORN, Christina. *John Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil*. Petrópolis: Editora Index, 1999.

- ROQUETTE-PINTO, Edgard. Gonçalves Dias e os índios. In: *Gonçalves Dias. Conferências realizadas na Academia Brasileira*. Rio de Janeiro: ABL, 1948. p. 83-93
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do Iluminismo*. Companhia das Letras: São Paulo, 1987;
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo. *Coleção o Brasil Imperial*, vol.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF, Niterói, 2002.
- SANTOS, Pedro José dos. Coleção, Compilação e Erudição na Corografia Histórica de Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.
- SANTOS, Rita de Cássia Melo. “No coração do Brasil”: *Roquette-Pinto e a excursão a Serra do Norte, 1912*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 2011.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila, e SALES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial. v. I. 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-94.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SEYFORTH, Giralda. A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: a tese de João Baptista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, v. 30, 1985
- _____. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março-maio 2002a.
- _____. O beneplácido da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil* (vários autores). São Paulo, Perirópolis, ABONG, 2002b.
- SILVA, Ana Rosa Clochet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SILVA, Edson Helly. *O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). UFPE, Recife, 1995.
- _____. *Xucuru: memórias e história dos índios da Serra de Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. 2008. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. Sobre as disputas e conflitos em

torno da construção das ciências médicas no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, ver KURY, Lorelai, 1990.

- SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Correa. “A coleção *Africana do Museu Nacional: história e museologia*”. In Camilla Agostini (org.) *Objetos da escravidão. Abordagens da cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: Sette Letras. 2013.
- SOUSA, João Francisco de. *Freire Allemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongueti, 1948.
- STOCKING Jr., G.W. *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes. O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial*. São Paulo: Nankin/EDUSP, 2008.
- TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico do IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita de História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- VALLE, Carlos Guilherme Octaviano. Torém/Toré: tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará Contemporâneo. In: GRÜNEWALD, GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo (org.). *Toré. Regime encantado do Índio do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2005, pp. 221-256.
-
- _____. Aldeamentos Indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimentos étnico. In: PALITOT, Estevão Pinto (org.) *Na Mata do Sabiá. Contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECUT/Museu do Ceará, 2009.
-
- _____. Terras, índios e caboclos em foco: o destino dos aldeamentos indígenas no Ceará (século XIX). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Contracapa: 2011.
- WRIGHT, Robin M. Ialanwinai. O branco na história e mito Baniwa. In: ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.p 431-468.

ANEXOS

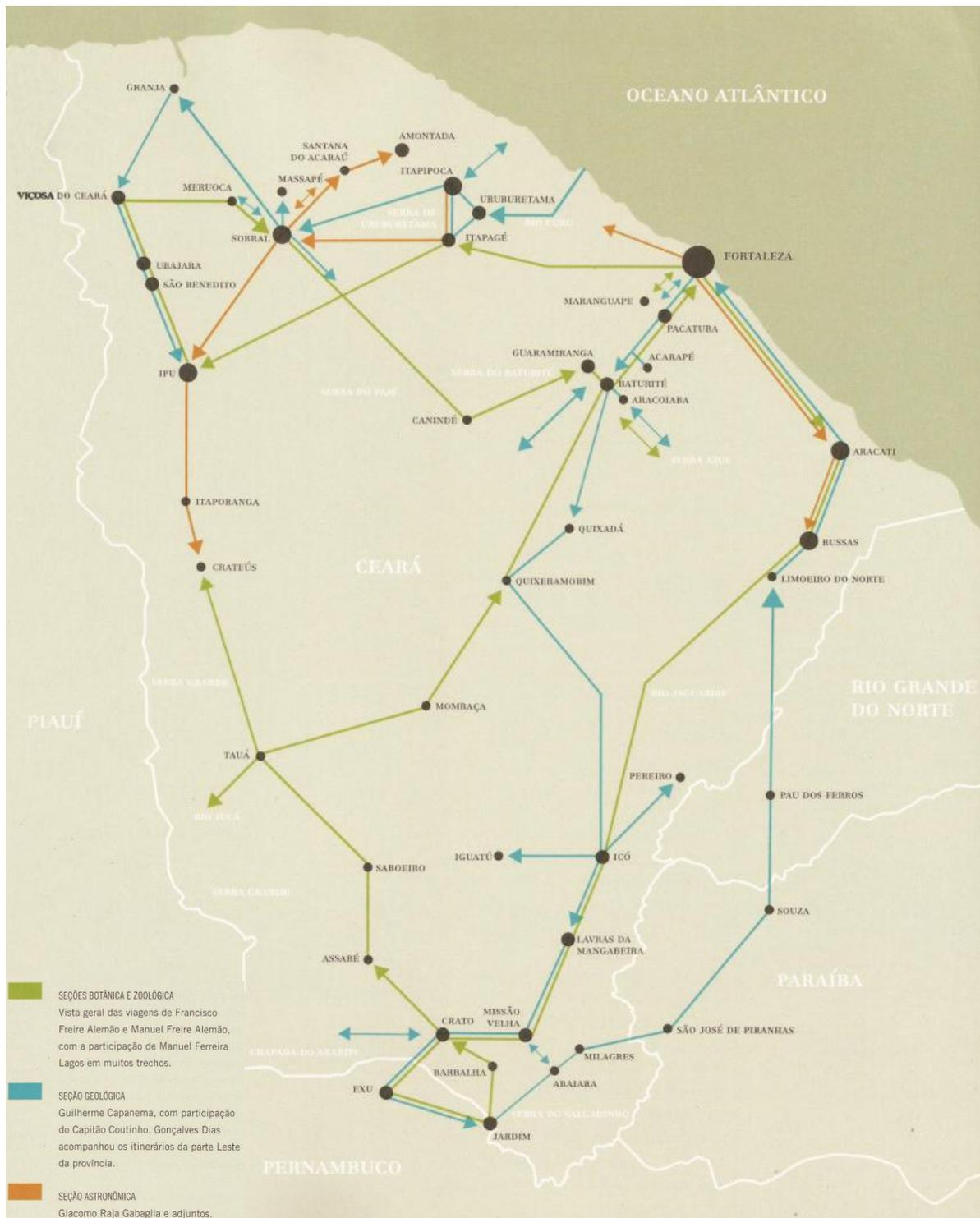
ANEXO A: RASCUNHO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA 4ª SEÇÃO DO MUSEU NACIONAL REFERENTE AO ANO DE 1844 ⁵¹⁴

do Museu em virtude de não haver sido feita a
 ordem de fazer um inventário geral de
 o que se encontra de dia a dia e de mais
 e' proprias que a civilização e' para
 trazer ao conhecimento de todos os
 Comprehensivos e' colleções tal que
 a saber de civilização e' indústrias
 a egrejas, presbiterios e' de
 tábua d'arte contendo o Museu de
 Império de Brasil de um século
 velho, e' contra o archivo
 de documentos originaes e' de
 4 Brigadas de arte facta de
 Museu Nacional.
 para que se faça colleção
 de arte, e' de mais o facto
 que se local communita?

Os objectos que formam a colleção de 4.ª Secção
 Museu em virtude de não haver sido feita
 a ordem de fazer um inventário geral de
 o que se encontra de dia a dia e de mais
 e' proprias que a civilização e' para
 trazer ao conhecimento de todos os
 Comprehensivos e' colleções tal que
 a saber de civilização e' indústrias
 a egrejas, presbiterios e' de
 tábua d'arte contendo o Museu de
 Império de Brasil de um século
 velho, e' contra o archivo
 de documentos originaes e' de
 4 Brigadas de arte facta de
 Museu Nacional.
 para que se faça colleção
 de arte, e' de mais o facto
 que se local communita?

⁵¹⁴ MN/UFRJ-SEMEAR, pasta 5, classe 146.4. s/d.

ANEXO C: MAPA DOS ITINERÁRIOS APROXIMADOS DA COMISSÃO CIENTÍFICA NACIONAL (1859-1861) ⁵¹⁶



⁵¹⁶ Publicado em: KURY, Lorelai (org.). *Op. Cit.* 2009, p. 82 e 83.



ANEXO D: PRANCHA ETNOGRÁFICA
CRISTO DA VENEZUELA
Acervo Iconográfico do SEE-MN/UFRJ

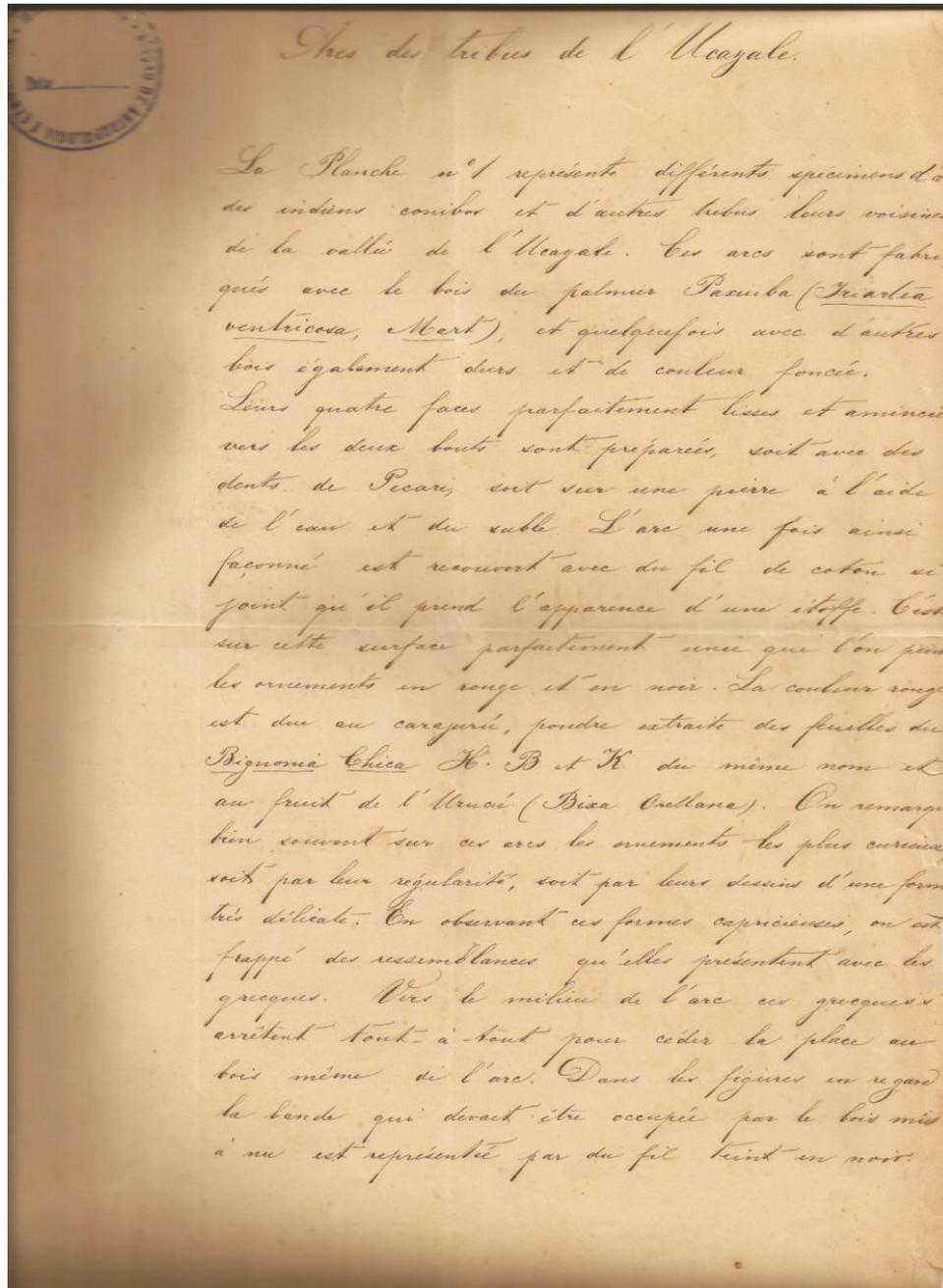
ANEXO E: CRISTO DA VENEZUELA
Acervo do SEE/MN/UFRJ
Números de registro: 3198 e 8242.



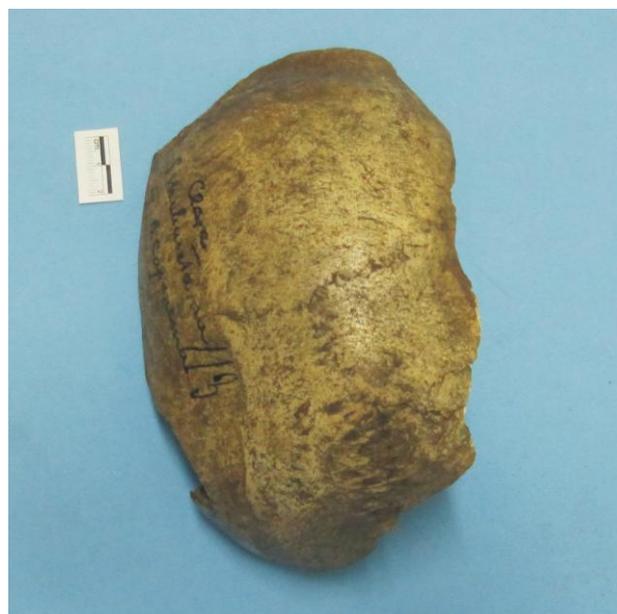
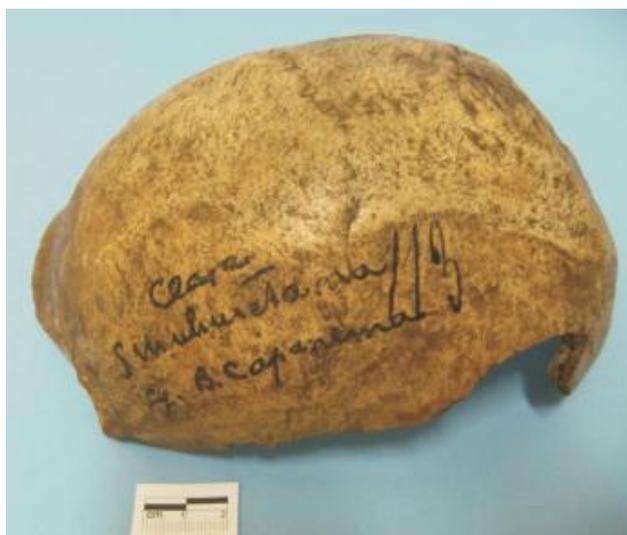
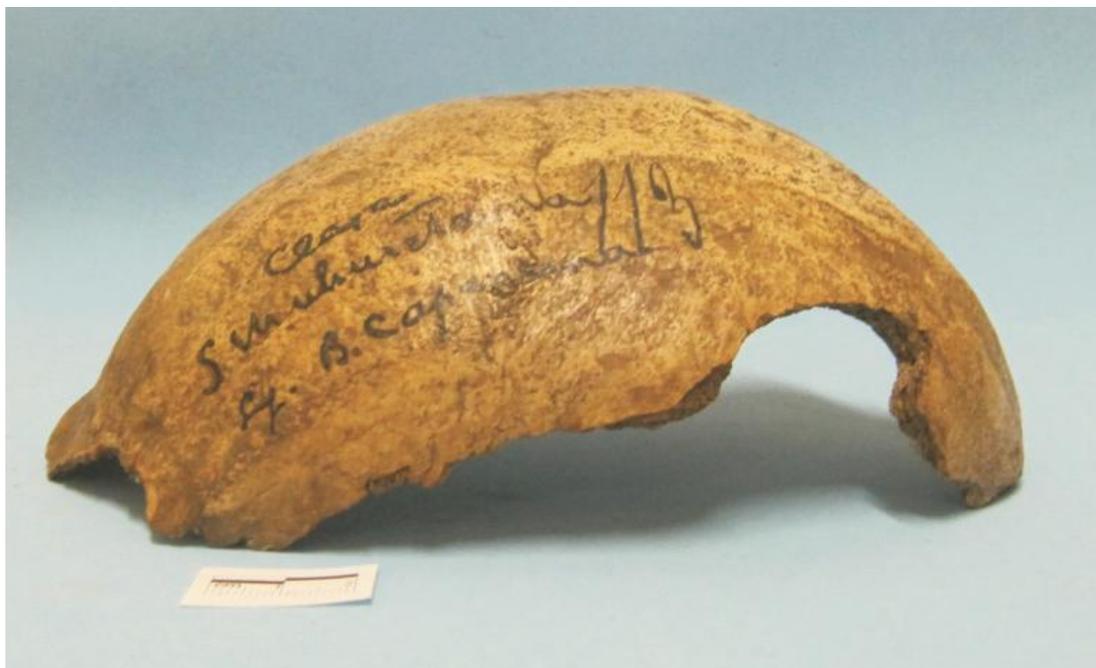
ANEXO F: DESCRIÇÃO DA PRANCHA ETNOGRÁFICA N. 1

Realizada por Ladislau Netto

Acervo do SEE/MN/UFRJ.

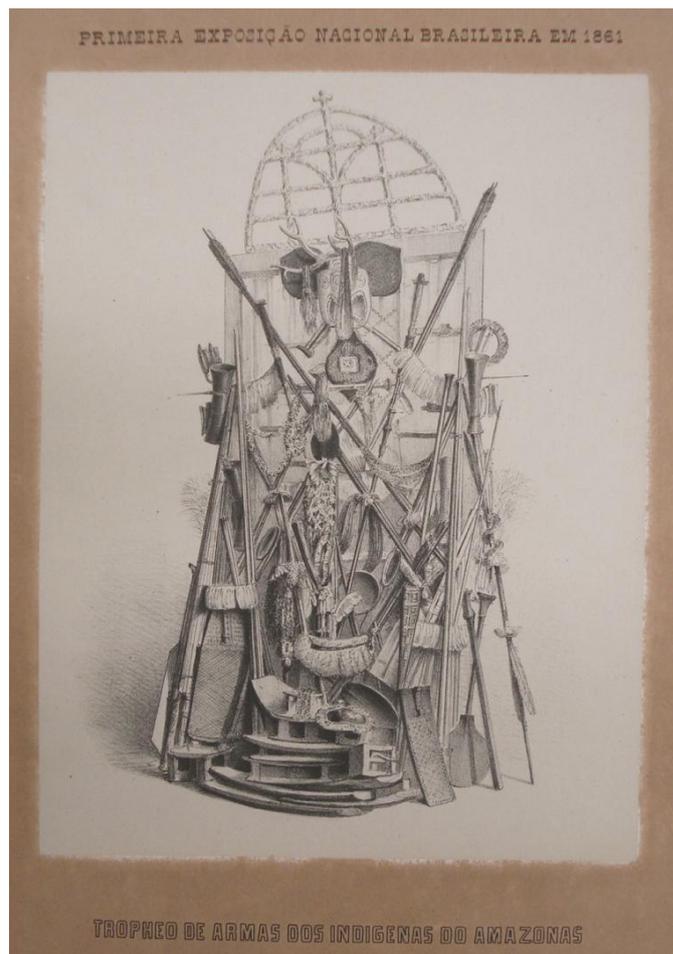
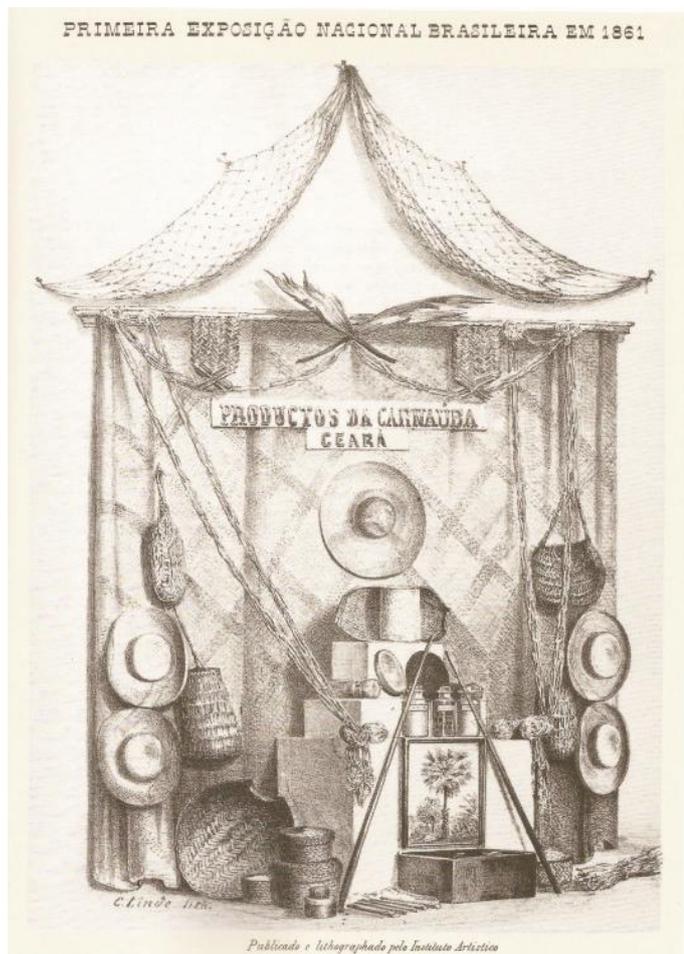


ANEXO G: CALOTA CRANIANA ESCAVADA NO CEARÁ ⁵¹⁷



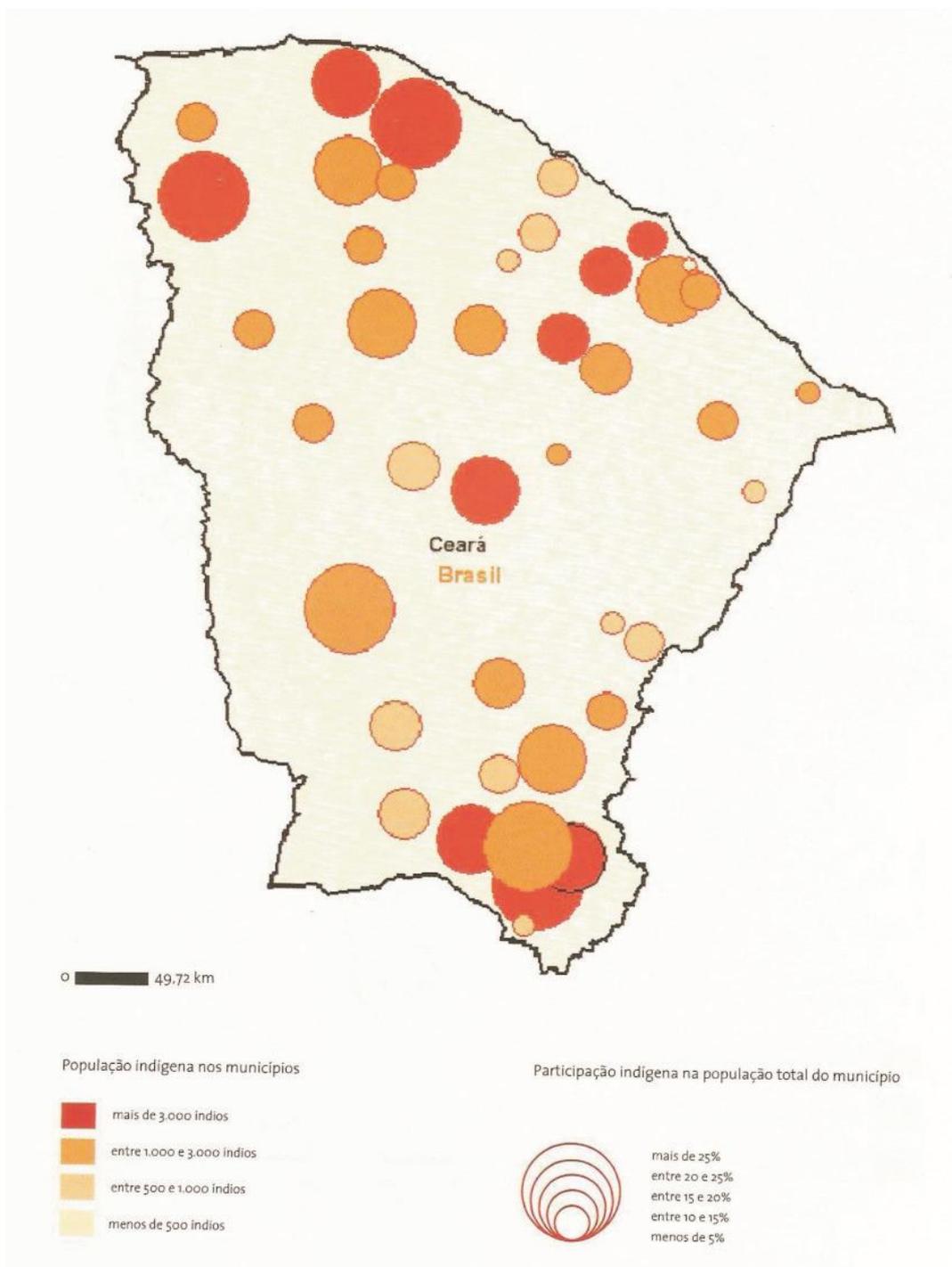
⁵¹⁷ Acervo do Setor de Antropologia Biológica, Museu Nacional/ufRJ. Número de registro: 00113. Coletado pelo Barão de Capanema, Serra do Uruburetama. Fotos: Sílvia Reis.

ANEXO H: PRANCHAS DA EXPOSIÇÃO NACIONAL – 1861 ⁵¹⁸



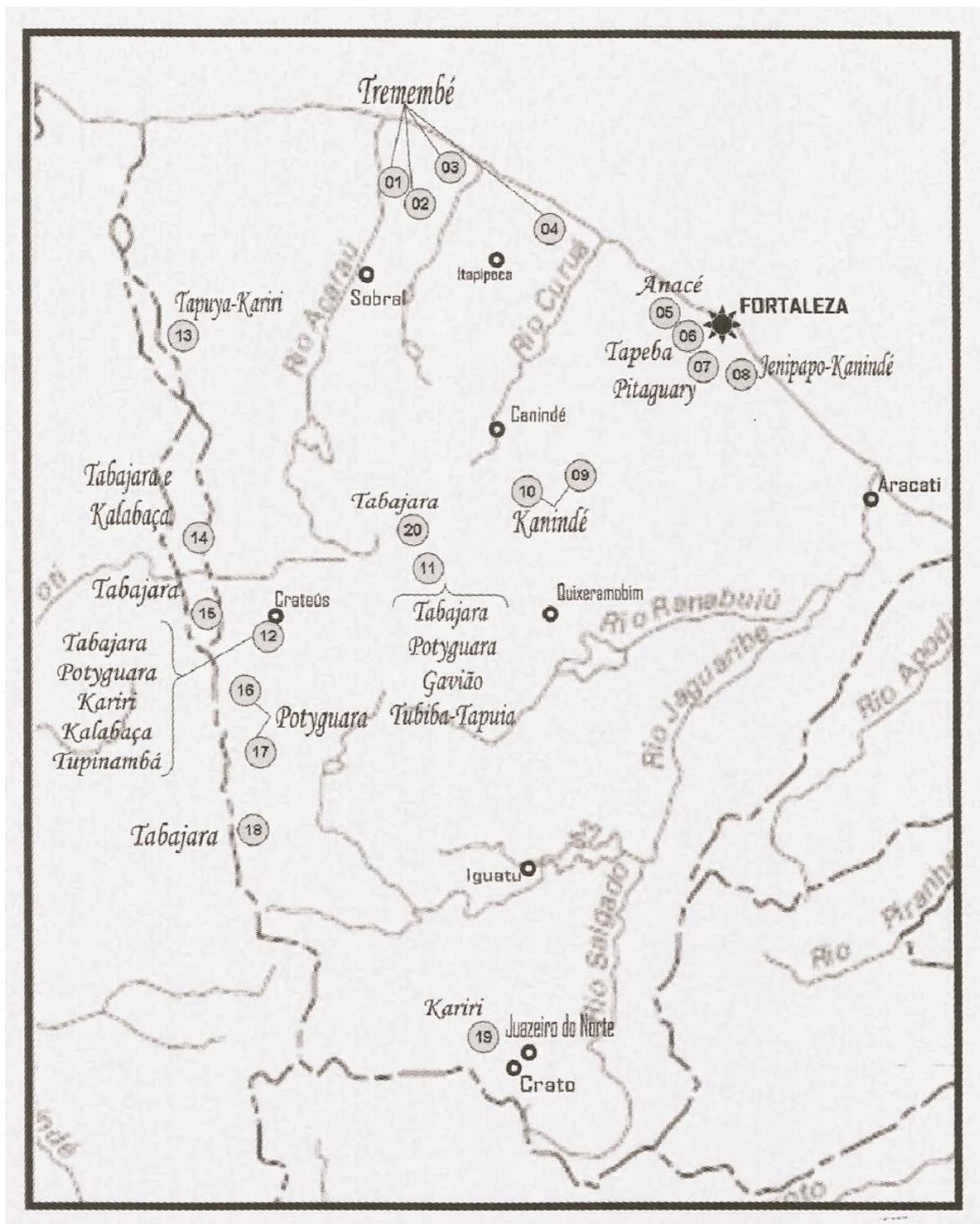
⁵¹⁸ Algun com 41 estampas da Primeira Exposição Nacional Brasileira em 1861. MN-Biblioteca Geral. In-folio 218. A imagem da esquerda apresenta produtos de carnaúba produzidos no Ceará. A da esquerda apresenta um “tropheo de armas dos indígenas do Amazonas”.

ANEXO I: MAPA DA PRESENÇA INDÍGENA NO CEARÁ, CENSO DE 1890 ⁵¹⁹



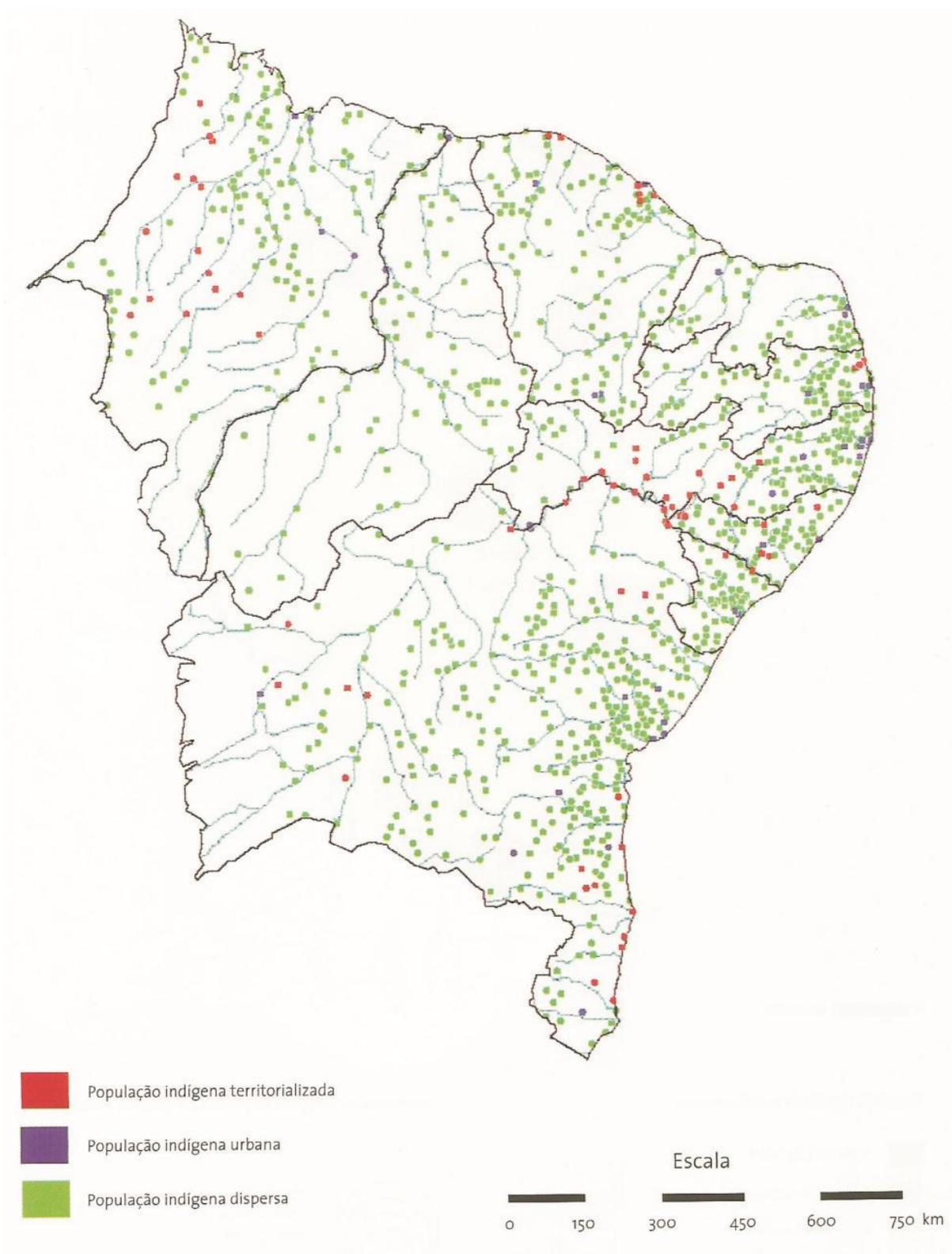
⁵¹⁹ Publicado In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Op. Cit.*, 2012.

ANEXO J: MAPA DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO⁵²⁰



⁵²⁰ Elaborado por Estevão Martins Palitot a partir da relação dos indígenas presentes na Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, Aldeia Cajueiro, Poranga, Ceará, em dezembro de 2008. Publicado em: PALITOT, Estevão Martins (org.). *Op. Cit.*, 2009, p. 35.

ANEXO L: MAPA DE TRÊS SITUAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, CENSO DE 2000 ⁵²¹



⁵²¹ Publicado em OLIVEIRA, João Pacheco. *Op. Cit.*, 2012.